

Santa Rosa de Lima

História e memória: da
colonização à emancipação



Álvaro Dalmagro

Santa Rosa de Lima

História e memória: da
colonização à emancipação

ÁLVARO DALMAGRO

Santa Rosa de Lima

História e memória: da
colonização à emancipação

Esta obra é uma realização da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima



© **Todos os direitos reservados ao autor da obra.**

A reprodução total ou parcial desta obra só poderá ser feita mediante autorização do autor e citação da fonte

Projeto Gráfico: Adriano Fernandes da Silva

Foto de capa: Guilherme Carlos Tonn - Acervo de Veloni Carvalho

Capa: Adriano Fernandes da Silva, Álvaro Dalmagro e Jussara Bittencourt de Sá

Diagramação: Adriano Fernandes da Silva e Fernanda Laís Stüpp

Fotos internas: Álvaro Dalmagro, contribuição eventual de Adriano Fernandes da Silva, Aline Bonetti, Ivo Bonetti e acervo das famílias relacionadas no suporte bibliográfico

Revisão: Adriana de Oliveira, Álvaro Dalmagro e Silvane Cauz

Impressão: Gráfica e Editora Copiart

Local: Tubarão – Santa Catarina

Contatos com o autor:

alvarodalmagro@yahoo.com.br

<http://www.facebook.com/alvaro.dalmagro>

<http://twitter.com/alvarodalmagro>

MSN: alvarodalmagro@hotmail.com

Contatos com a prefeitura de Santa Rosa de Lima:

gabinete@santarosadelima.sc.gov.br - (48) 3654-3000

Ficha Catalográfica

Dalmagro, Álvaro, 1965 -
D15 Santa Rosa de Lima : história e memória : da colonização à emancipação / Álvaro Dalmagro ; Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima. -- Tubarão : Ed. Copiart, 2012.
224 p. : il. color. ; 25 cm.
ISBN 978-85-99554-64-7

1. Santa Rosa de Lima (SC) – História. 2. Santa Catarina – História. 3. Colonização – Santa Catarina. I. Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima. II. Título.

CDD (21. ed.) 981.64

Elaborada por: Sibele Meneghel Bittencourt – CRB 14/244

Gráfica e Editora Copiart

Rua São João 247, Tubarão - SC

copiart@graficacopiart.com.br

Fone: 48 3626 4481

Agradecimentos

À Silvane, à Marília e à Flora, por terem suportado minhas ausências em casa durante este trabalho e pelo apoio.

Ao prefeito Celso Heidemann, por ter aceitado minha sugestão, ter acreditado no projeto e por ter me dado a autonomia necessária para realizar este trabalho. À Meri por ter tolerado minha bagunça na casa do sítio.

Às pessoas que contribuíram com informações ou fotografias, que abriram as portas de suas casas, me acolhendo, muitas vezes, com um café, um almoço ou chimarrão. Também às pessoas que, mesmo não podendo contribuir com o que eu precisava no momento, torceram por mim e pelo sucesso deste projeto, conforme seus gestos e seus olhares denunciaram.

Sumário

	Orientação ao leitor	08
	Apresentação	09
Capítulo I	Da turbulência europeia ao Brasil selvagem.....	11
	A fome com a vontade de comer.....	14
	Os alemães em Santa Catarina.....	16
	O primeiro colono alemão a pisar em Santa Rosa de Lima.....	19
Capítulo II	A morada dos imigrantes.....	25
Capítulo III	Parteiras: as heroínas quase esquecidas.....	29
	Quem cuidará das crianças?.....	35
	Homenagem póstuma que não estava prevista.....	36
Capítulo IV	Educação, escola, ensino e pedagogia.....	37
	Alemão, fora.....	40
	Livros? Professores? Só se os pais pagassem.....	41
	Professor: um sujeito plural e com autoridade.....	44
	Dificuldades.....	46
	Raimundo Luchttemberg.....	47
	Metodologia.....	48
Capítulo V	O confronto entre índios e colonos.....	49
	Os acampamentos.....	52
	Sob o signo do medo.....	55
	Seria possível o convívio entre colonos e índios?.....	58
	Cachorro tem medo de índio.....	60
	Afinal, quem era Ireno Pinheiro.....	61
	Sobre o bugreiro Zé Domingos.....	66
	Parceiros de gatilho.....	71
	Sob a mira da Winchester.....	75
	Outros bugreiros.....	78
	Quase não dá para acreditar.....	79
Capítulo VI	Picadas de cobra.....	81
Capítulo VII	Socorro médico.....	87
Capítulo VIII	Dentistas. Os práticos.....	89
	Recorde - Cuidado com cáries - Ouro.....	93
Capítulo IX	Balsas e travessias: uma necessidade e um perigo constante.....	95
Capítulo X	Crianças brincavam de trabalhar.....	99
Capítulo XI	Fandangos, domingueiras, esporte e outras diversões.....	103
	Esporte e passatempos.....	107
Capítulo XII	Roupas e calçados.....	109

Capítulo XIII	Fotografias.....	113
Capítulo XIV	Tonn: um homem talentoso e enigmático.....	117
	O cemitério particular dos Tonn.....	121
	Comportamento discreto - Sobre gente que vive isolada.....	123
Capítulo XV	Moinhos, atafonas, engenhos e alambiques.....	125
Capítulo XVI	A mesa dos imigrantes.....	131
Capítulo XVII	Matas, madeiras e serrarias.....	137
Capítulo XVIII	Paraná, lá vou eu.....	143
Capítulo XIX	Energia elétrica.....	149
Capítulo XX	Banha: o combustível da economia pré-emancipação.....	151
Capítulo XXI	A venda do seu Fernando.....	155
Capítulo XXII	O negócio dos Oenning.....	161
	Dívida de gratidão.....	165
	Jacucaca: a ave motorizada que Huberto Oenning ajudou a “matar”...	166
Capítulo XXIII	O fim do ciclo da banha.....	167
Capítulo XXIV	Os primeiros caminhões.....	171
Capítulo XXV	Estradas.....	175
Capítulo XXVI	Rádio, TV e a comunicação.....	179
Capítulo XXVII	Sobre casamentos e coisas do gênero.....	183
	A festa do casamento.....	186
	Casando com a cunhada.....	189
Capítulo XXVIII	Religião	191
	As igrejas.....	196
	Brasileiro não entra aqui.....	198
	Coral da igreja.....	200
Capítulo XXIX	Na terra esquecida, um povo marcado pelas dificuldades.....	203
Capítulo XXX	Sinais dos tempos (Ah, que saudade que dá!).....	207
	Felicidade.....	211
Capítulo XXXI	Memória fotográfica.....	213
	Suporte bibliográfico	222

Orientação ao leitor

Esta obra foi escrita em linguagem jornalística, narrada na primeira pessoa, com uso de termos e expressões simples, iguais aos do povo de Santa Rosa de Lima. Não tem o rigor acadêmico que costumamos encontrar em livros de história, pois não queríamos fazer um trabalho que nosso principal público, os descendentes dos colonizadores, não fosse capaz de entender e de vir-se inserido na obra e no contexto histórico. Por estas razões e também para preservar a autenticidade e originalidade dos depoimentos e falas das pessoas entrevistadas, em citações literais mantivemos, quase sempre, palavras e expressões incorretas na língua culta, mas usadas no falar do dia a dia das pessoas de Santa Rosa. Quando isso ocorre, destacamos com a fonte itálica para certificar o leitor que sabemos que a palavra não está correta, mas foi dita daquele jeito. Há expressões que significam todo um universo de sentimentos e, ao corrigi-las para os padrões da norma culta, correríamos o risco de cometer o mesmo erro que é cometido nas traduções e dublagens mal feitas de obras e filmes estrangeiros, que é a deturpação do real sentido que determinadas frases ou expressões tinham quando foram ditas pelos personagens.

Apresentação

Esta obra é resultado de um trabalho de pouco mais de oito meses de pesquisas, entrevistas e andanças por todo o território de Santa Rosa de Lima, que iniciou no segundo semestre de 2011 e terminou em março de 2012. Esta terra e este povo, que já haviam conquistado meu carinho e meu respeito desde 1997, quando passei a vir com frequência para fazer reportagens para televisão, ganharam ainda mais minha admiração depois deste período de incursões nas residências das famílias, quase que na totalidade, no interior. Foi um trabalho árduo, de perseverança, de paciência, às vezes perigoso, e cansativo. Enfim, foi um trabalho duro, porém, certamente, não mais do que foi a vida de todos os habitantes que colonizaram Santa Rosa de Lima. Aquele, sim, foi um período histórico de heróis e heroínas, em que não havia tempo para lamúrias.

O objetivo inicialmente traçado era bem mais audacioso do que a realização deste livro, não que esta obra signifique pouco, no nosso entendimento. Porém, alguns percalços, antes mesmo do começo dos trabalhos, fizeram com que precisássemos abortar algumas etapas do projeto originalmente proposto pelo prefeito Celso Heidemann, o idealizador desta obra. Devido a estes imprevistos, a obra, que deveria contemplar a história de Santa Rosa de Lima desde os primeiros habitantes até a atualidade, foi dividida em duas etapas. A primeira é esta, em suas mãos, que contempla os primórdios da colonização até, aproximadamente, o período de emancipação do município, em maio de 1962. Este recorte histórico pretende dar a ideia mais aproximada possível do quanto foi difícil viver naqueles tempos de conflitos entre índios, caboclos e colonos alemães; tempos em que não havia estradas, socorro, atendimento médico, remédios, transporte, dentistas, energia elétrica; tempos em que recém-nascidos e parturientes morriam com uma frequência assustadoramente maior do que morrem, hoje, algumas espécies de animais. Muitos dos entrevistados citados nesta obra já não viveram tantas agruras quanto seus pais, avós ou bisavós passaram, mas guardam na memória o que seus antepassados lhes contaram. Talvez esteja aí a maior virtude desta obra: resgatar um pouco da memória dessas pessoas. Houve relatos de idosos que disseram que seus netos não acreditam que os sofrimentos e privações sofridos outrora sejam verdade. Quem sabe, agora, com tantos depoimentos idênticos, essas crianças se convençam do quanto seus antepassados fizeram por suas famílias e pelo povo de Santa Rosa de Lima.

A segunda etapa, sim, abarcará o período pós-emancipatório, com todas as nuances que envolvem as administrações públicas, as disputas políticas, rivalidades, casos, avanços, infraestrutura etc.

Ainda bem que decidimos por esta divisão, por etapas, pois só esta primeira, quase que não foi concluída a tempo de chegar às mãos da população durante os festejos da 12ª Gemüse Fest, evento que marca o cinquentenário de emancipação de Santa Rosa de Lima, que era a meta. Mas o livro ficou pronto. Feito do jeito que podemos e soubemos fazer. Apesar das limitações pessoais e de recursos materiais, acreditamos que ele contribui bastante para a preservação da memória do povo de Santa Rosa de Lima.

CAPÍTULO I

Da turbulência europeia ao Brasil selvagem



Batalha de Sedan, travada em setembro de 1870, próximo à cidade francesa de Sedan, durante a Guerra Franco-Prussiana, resultou na captura do imperador da França, Napoleão Bonaparte, e a rendição de 83 mil soldados comandados por ele, aos alemães, liderados por Otto Von Bismarck. A vitória em Sedan estimulou o nacionalismo no sul da Alemanha e nos estados germânicos ao sul do rio Reno (Hesse, Baden, Baviera e Württemberg). Um ano depois, a Alemanha formaria o tão sonhado 2º Império Alemão, que criou pela primeira vez um Estado nacional único. Foi mais um dos inúmeros capítulos que fizeram da Europa um campo de batalha sem fim e influenciou fortemente a imigração europeia pelo mundo

(Quadro de Wilhelm Camphausen (1818–85) mostrando Napoleão III e o Príncipe de Bismarck na manhã seguinte à Batalha de Sedan. Imagem reproduzida do site <http://pt.wikipedia.org>)

Bonaparte. Ah, Napoleão. Nunca pensei que para contar algumas histórias sobre Santa Rosa de Lima teria que conhecer um pouco melhor a trajetória de um dos mais fantásticos personagens da história mundial: sim, ele mesmo, Napoleão Bonaparte. Antes que você pense que farei um profundo estudo sobre o grande imperador francês, adianto que se trata apenas de pequenas considerações sobre circunstâncias históricas de um período, para, desta forma, chegar ao objetivo principal, que é conhecer quem, quando, onde, por que e como viveram os primeiros habitantes desse chão, mais tarde batizado de Santa Rosa de Lima.

Entre 1799 e 1815, Napoleão Bonaparte, então herdeiro da Revolução Francesa, pôs a Europa inteira em ebulição. Chegou ao poder como 1º Cônsul, em 1799 e cinco anos depois, em 1804, foi coroado imperador da França, sob o título de Napoleão I. Três anos depois, com poderes absolutos, colocou em prática suas tendências imperialistas, totalitaristas e expansionistas já demonstradas até então de maneira subliminar. Queria transformar a França numa potência econômica mundial, sob os aplausos dos entusiasmados conterrâneos. No início, os conflitos envolviam interesses e aspectos nacionais da França, mas aos poucos Napoleão envolveu grande parte dos países da Europa, a começar por Portugal e Espanha, e, por fim, fora da Europa. O sonho napoleônico teve seu ápice em 1815, quando ele invadiu a Rússia com 600 mil homens. Mas foi derrotado pela estratégia do inimigo e pelo frio do país invadido. Este período, de 1799 a 1815, ficou conhecido como o Período Napoleônico ou Guerras Napoleônicas e literalmente sacudiu as estruturas geopolíticas, econômicas e territoriais do planeta.

Ao fim desse período turbulento começa uma fase de acertos, acomodações e reconfigurações de interesses mais diversos. Mas logo logo os conflitos recomeçam, afinal havia muitos interesses divergentes. Ligas, tratados, confederações, estados, ducados, grão-ducados, reinados entre outras definições foram ganhando formas diferentes do que eram até então. Entidades que tinham relação com o alemão existiram várias: já em 1815, por exemplo, foi criada a Confederação dos Estados Alemães, uma composição de territórios sob domínio de vários países e de várias etnias, que durou até 1866. No mesmo ano de 66, foram criados: a Liga Setentrional Alemã, que durou até 71; Estados Meridionais Alemães, também de 1866 a 71; Império Austro-Húngaro, de 1867 a 1918; e o Império Alemão, que iniciou em 1871 e terminou em 1918, ao fim da Primeira Guerra Mundial, tema que trataremos logo adiante. Até 1871, não existia a cidadania alemã, que só passou a ser reconhecida após a criação do Império Alemão, naquele ano. Até então,

o que havia eram bávaros, pomeranos, austríacos, boêmios, cidadãos de ducados, principados etc., que tinham algumas coisas em comum, entre elas, a língua alemã. Por essas razões, os descendentes de alemães que vieram para o Brasil antes de 1871 não puderam obter dupla cidadania.

Neste verdadeiro mosaico cultural, político, étnico, administrativo, ser “alemão”, não significava apenas falar o idioma alemão ou ter nascido na Alemanha, mas também ser descendente de emigrante alemão. Desta forma, se aplicou o que no direito chama-se de *jus sanguinis*, ou seja, o direito de sangue, que é o princípio pelo qual a nacionalidade de uma pessoa pode ser reconhecida de acordo com sua ascendência. Este princípio foi criado neste período da história, justamente com o objetivo de dar um abrigo legal aos filhos dos emigrantes nascidos fora do território de determinada nação. A maioria dos países europeus, ou pelo menos grande parte deles adota até hoje esse princípio como forma principal de transmissão da nacionalidade, o que tem gerado inúmeras e crescentes críticas, pois privilegia filhos de europeus nascidos no exterior em detrimento de filhos de imigrantes não-europeus nascidos na Europa.

As Guerras Napoleônicas (1799 a 1815), as Guerras Socialistas, também chamadas Revoluções de 1848 (causadas em função de regimes governamentais autocráticos, de crises econômicas, de falta de representação política das classes médias, entre outros fatores), e por último, as guerras pela unificação dos estados alemães (1871) causaram devastações, desemprego, doenças, mutilações, fome e morte em toda a Europa, e igualmente no Império Alemão, também conhecido como Segundo Reich.

O serviço militar na Alemanha era de três anos ou mais, os impostos altíssimos, famílias numerosas, terra escassa. Para sobreviver, era comum as pessoas exercerem um segundo ofício, na roça ou na cidade, como sapateiro, marceneiro, tecelão, seleiro. A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, na metade do século 19, tardiamente alcançou a Alemanha e fez os camponeses mudarem-se para as cidades, morar em habitações inadequadas e trabalhar até 16 horas por dia. A população rural na década de 1820, em torno de 80%, reduziu para apenas 65% em 20 ou 30 anos. Não demorou muito tempo para as máquinas produzirem o equivalente a dezenas de operários, que sem serventia ao patrão, eram demitidos. Em contrapartida, medidas de higiene e o avanço nas pesquisas para tratamento de doenças aumentaram a expectativa de vida das pessoas, o que contribuiu para o surgimento de uma superpopulação, faminta, desempregada, espremida em pequenos espaços de terra e sem perspectivas de melhoria.



Derrota de Napoleão na Batalha de Waterloo marcou o fim do período conhecido como “As Guerras Napoleônicas”, época em que a Europa, e especialmente a Alemanha, foi abalada pelos conflitos, que, em seguida, causaram grandes transformações sociais e políticas no mundo inteiro (Reprodução)

A fome com a vontade de comer

A primeira imigração de alemães ao Brasil aconteceu em 1809. Foi uma imigração urbana. Com a vinda de D. João VI e toda a sua corte ao Brasil, (que vieram fugidos da invasão de Napoleão Bonaparte), incentivados pelo próprio imperador, vieram centenas de comerciantes e industrialistas ao Rio de Janeiro, entre eles diversos alemães.

Mais tarde, em 1817, com a vinda da imperatriz Leopoldina, que se casara com D. Pedro I, herdeiro de D. João VI, vieram cientistas famosos, entre os quais o zoólogo viense Johann Natterer, o zoólogo Johann Baptist Spix e o botânico Karl Friedrich Philipp von Martius.

Porém, a primeira leva de imigrantes alemães (havia também suíços) só se estabeleceu no meio rural em 1818, em Colônia Leopoldínia, também conhecida como Cachoeira de Santa Leopoldina, às margens do rio Peruípe, próximo do atual município de Caravelas, na Bahia. Foram cinco sesmarias distribuídas a 133 pessoas. A concessão de sesmarias, que eram generosas quantias de terras estatais, até 1808 era um direito reservado apenas aos portugueses. O decreto do Príncipe Regente Dom João, tirando dos portugueses essa exclusividade de receber terras, deixava clara a política do governo de incentivar a imigração. Nesse documento também consta que o governo daria um

bom suporte aos interessados em vir ao Brasil, como transporte, terras, sementes, ferramentas, animais e ainda pagamento de diárias, até que a família tivesse condições de autosustento.

Se na Alemanha havia gente demais e falta de oportunidades, no Brasil, virgem e desabitado, eram bem-vindas pessoas dispostas a arregaçar as mangas, ganhar a vida e contribuir para o desenvolvimento do país recém-libertado dos domínios dos portugueses, ocorrido em 7 de setembro de 1822. E ainda mais, com a série de atrativos, como os citados acima. Era juntar “a fome com a vontade de comer”, como se diz no chulo ditado popular de hoje em dia.

Para acelerar o processo imigratório, outros fatores foram definitivamente decisivos. Como bem citaram os autores do livro *Terras da Esperança*, os agentes de emigração e os jornais especializados em propaganda foram fundamentais para estimular a imigração. Os agentes de emigração se estruturaram de tal forma, que chegavam a mobilizar centenas de pessoas, algumas com dedicação exclusiva ao negócio, outras apenas recebiam conforme o número de contratos que firmavam.

O segundo fator foram os jornais especializados, revistas e jornais ilustrados destinados exclusivamente aos que já estavam decididos a migrar ou aos que ainda tinham medo da aventura além-mar. Essas publicações continham informações úteis aos que desejavam imigrar, como os países que aceitavam imigrantes, lista de navios e seus capitães, destinos de cada embarcação, dias e meses das partidas, preço da passagem, pequenas resenhas escritas por guias aos imigrantes. E o número de imigrantes não parava de crescer. Virou um grande negócio, uma grande indústria para a combalida Confederação dos Estados Alemães. Panfletos, jornais, revistas, agentes, hospedarias e companhias de navegação movimentavam muito dinheiro. Uma das mais importantes companhias marítimas usadas pelos imigrantes foi a *Hamburg Süd*, em 1871, com o nome de *Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellschaft* (em português, Sociedade Hamburgo-Sul Americana de Navegação e Navios a Vapor), mais tarde com o nome abreviado para *Hamburg-Süd*, ou simplesmente HSDG. Essa companhia era acionista majoritária da Companhia Colonizadora Hanseática, empresa que tinha um contrato com o governo da então província de Santa Catarina para promover a colonização do estado e isso dá uma ideia do dinheiro que movimentava o “negócio” imigração.

Para facilitar ainda mais o ingresso de estrangeiros no país, em 1820, o governo brasileiro estabeleceu por decreto a criação das Colônias do Brasil e concedeu terras por doação a estrangeiros. Cada família poderia receber 160 mil braças quadradas (cada braça tem 2,2m de comprimento)

O que nos interessa, entretanto, é a imigração ao Sul do Brasil e essa começou

em 1824, com a primeira leva vinda para São Leopoldo (RS) e região do Vale dos Sinos, dois anos depois da Independência do Brasil e um ano depois de terem sido criados os batalhões de estrangeiros, para garantir a soberania nacional. Então, a busca oficial por colonos (nesta fase, colonos alemães) passou a ser uma política imperial.

Os alemães em Santa Catarina

Em 1º de março de 1829, foi fundada a Colônia São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã de Santa Catarina, às margens do Rio Imaruí, a algumas léguas de distância de Florianópolis. Oficialmente, começa aí a imigração alemã em Santa Catarina. Eram 635 imigrantes, entre agricultores, artesãos e soldados. Em 1834, foram fundadas as colônias de Pocinho, às margens do rio Itajaí-açu, destinadas somente a brasileiros, e a Colônia do Tabuleiro, próxima a rio Itajaí-mirim, destinadas a estrangeiros. Acontece que muitas famílias de alemães da Colônia São Pedro de Alcântara que estavam descontentes com a baixa fertilidade do solo pediram ao governo provincial, e foram contempladas, com terras no Vale do Cubatão, para fundar outra colônia, a Vargem Grande. A partir desta data, muitas outras famílias inicialmente estabelecidas na Colônia de São Pedro de Alcântara passam a migrar para outras regiões e, com elas e outras famílias vindas da Alemanha, passam a fundar novas colônias do Estado:

- Colônia Santa Isabel, fundada em 1847;
- Colônia Piedade, em 1847;
- Colônia Dona Francisca (hoje Joinville), em 1850;
- São Paulo de Blumenau (hoje Blumenau), em 1850;
- Colônia Militar Santa Theresa (hoje Alfredo Wagner), em 1853;
- Colônia Príncipe Dom Pedro, ou Colônia Itajahy, em 1860 (hoje Brusque);
- Colônia Leopoldina (hoje Antônio Carlos), sem data definida, porém, todos os alemães eram egressos de São Pedro de Alcântara e outras colônias;
- Colônia Grão Pará, em 1882, hoje Grão Pará;
- Colônia Hansa-Humboldt (hoje Corupá), em 1897;
- Núcleo Colonial Anitápolis (hoje Anitápolis), em 1907.

No período de um século, de 1809 até 1910, se deu a entrada de boa parte dos imigrantes alemães que vieram ao Brasil - cujo número difere de pesquisador a pesquisador, de instituição a instituição -, que teria sido entre 200 mil e 215 mil pessoas.

É importante o alerta para outro aspecto histórico: no início do século XIX (1800 a 1820), a população brasileira era formada basicamente pela elite dos senhores, grandes

latifundiários e escravos. Pessoas sem posse de terra e que desempenhavam trabalho livre formavam um número inexpressivo, e ainda assim, era gente dependente da classe aristocrática produtora de açúcar ou ligada ao setor, e, mais tarde, ao setor do café.

As lavouras de açúcar e café eram monoculturas que ocupavam grandes extensões de terra e o governo estava preocupado com a produção diversificada de alimentos que pudesse abastecer às populações das cidades em expansão e o exército nacional, que representava um contingente de homens significativo. Outra questão era a ocupação dos espaços vazios no país. Os locais mais próximos da região fronteira a toda hora eram ameaçados de serem ocupados pelos argentinos, e os mais ao centro, de florestas virgens e densas, dominados pelos índios.

O governo queria fazer valer o princípio do *uti possidetis*, conceito proveniente do direito romano – e que advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa “como possuíis, assim possuiais”, ou seja, a terra é de propriedade de quem a ocupa. O princípio do direito internacional foi utilizado largamente para legitimar conquistas territoriais, como no caso da anexação da Alsácia-Lorena pelo Império Alemão, em 1871. O governo brasileiro entendia que, assim, seria possível resolver os dois principais entraves da época: a produção de alimentos e a soberania do território nacional. Mas como fazer isso? Trazendo imigrantes colonos que cultivassem territórios de matas, sem trabalho escravo, em pequenas propriedades.

Esta era a segunda tentativa de criar uma classe independente dos latifundiários, com produção em pequenas propriedades e trabalho livre, já que a primeira ocorreu ainda no século XVIII, quando o governo brasileiro recrutou casais de açorianos e desertores casados com portuguesas para colonizar a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a província de Santa Catarina e o Vale do Amazonas. A primeira tentativa não deu certo. Em Santa Catarina, como sabemos, fatores climáticos, de solo, culturais e geográficos foram determinantes para que os colonos açorianos abandonassem a terra e se dedicassem à pesca e, em pequeno número, ao pastoreio, duas atividades que eles conheciam muito bem no seu país de origem.

Baseado nessa experiência negativa, o governo brasileiro, então, desta vez, passou a conceder terras não só a portugueses (como já mencionado anteriormente), mas também a imigrantes alemães ou de estados vizinhos, preferencialmente colonos. Entretanto, homens que tivessem atuado nas guerras napoleônicas que, tanto poderiam cultivar a terra como defendê-la dos inimigos, também eram bem-vindos. Isso explica o porquê da vinda de vários soldados em meio aos grupos de colonos imigrantes.

Pela incapacidade do governo de Santa Catarina de fazer a colonização, contemplando todas as etapas que ela exigia, ele delegou a tarefa às chamadas empresas colo-

nizadoras. Além da *Hamburg Süd*, citada anteriormente, a *Kolonisationsverein vom Hamburgo* também atuou fortemente no estado. Foi ela, por sinal, a responsável pela implantação do núcleo que mais tarde se transformou na atual Joinville, até hoje a maior cidade catarinense. Mas nenhuma é tão citada ou mais conhecida dos descendentes de imigrantes alemães da região Sul de Santa Catarina do que a Empresa de Terras e Colonização de Grão-Pará, responsável pela Colônia Grão Pará e pela colonização do Vale do Braço do Norte. Era dirigida pelo comendador Joaquim Caetano Júnior, que foi o responsável pela venda de lotes de terras para os imigrantes alemães, italianos e poloneses. O nome da empresa foi uma homenagem ao filho do Conde d'Eu, o pequeno Dom Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, príncipe do Grão-Pará (os nomes das demais colônias ou núcleos de colonização também faziam menção ou homenagem a alguém ligado ao governo imperial da época). A ideia era povoar o dote que a esposa do Conde D'Eu, a Princesa Isabel, havia recebido de presente de seu pai, D. Pedro II, por ocasião de seu casamento com o conde. Esse tipo de dote era comum naquele período e naquele regime de governo.



Casa onde teria funcionado a sede da Colônia Grão Pará, no município de mesmo nome. Daqui partiam todos os comandos administrativos e toda a documentação necessária para a posse de terras na região (Foto de domínio público)

O primeiro colono alemão a pisar em Santa Rosa de Lima

A colonização do Vale do Rio Braço do Norte e dos demais municípios da região já foi objeto de pesquisa e estudos exaustivos e valorosos e alguns dos autores serão citados em tempo e com o devido louvor. Mas é preciso avançar sem detalhar esse período - ainda que importante da colonização da região - para chegar mais objetivamente aos aspectos que nos interessam diretamente no processo de povoação de Santa Rosa de Lima.

Como já mencionada anteriormente, a migração de colonos alemães, e mais tarde de seus descendentes, para outras regiões do estado começou desde a instalação da primeira colônia, a São Pedro de Alcântara, em 1829, e esses deslocamentos dentro do estado permaneceram num fluxo que variava de colônia para colônia, dependendo do número de pessoas do local, das adversidades enfrentadas em cada caso e das oportunidades que cada família - ou grupo - via na migração para outra região.

Por falta de registros, não se pode precisar quais teriam sido os primeiros moradores a fincar pé no território que hoje compreende o município de Santa Rosa de Lima, nem o período aproximado, exceto os índios, que, como sabemos, já estavam aqui há séculos.

O que parece ser bem evidente é que a povoação, ou desbravamento de Santa Rosa de Lima se deu do Sul para o Norte/Nordeste, de Rio Fortuna e São Martinho em direção acima. O professor e também descendente de imigrantes, Gilmar Roecker, faz uma constatação que merece consideração: “A colonização, aqui, vai se dar em duas etapas. Primeiro vão chegar os açorianos, que eram chamados de brasileiros, que vêm sem nenhum planejamento, rio acima, estabelecendo algumas moradas. Num segundo momento, quando se cria a Colônia (de Grão Pará, em 1882), aí é que vêm os alemães. Meu falecido avô (Daniel Roecker) contava que quando eles vieram morar pra cá, em 1950, existia um casal, ela índia e ele de sobrenome Martins, que fazia uns chás caseiros e esse casal, segundo a minha avó, já morava lá há mais de 50 anos, ou seja, antes de 1900. E onde eles moravam tinham pelo menos 12 locais onde havia restos de construção. É que essas pessoas (de origem açoriana, portuguesa ou indígena) não tinham registro, diferente dos alemães, que tinham registro civil, de terras, etc. Esse pessoal não”, diz Gilmar.

Teriam sido esses tais “brasileiros”, citados pelo professor, os mesmos descendentes daqueles açorianos trazidos para Santa Catarina no século XVIII, na fracassada tentativa do governo brasileiro de criar uma classe de trabalhadores que não fosse nem

de escravos, nem de latifundiários? Possivelmente sim. “Olha, muita gente diz que os primeiros moradores de Santa Rosa foram os tais brasileiros, mas não se sabe quantas famílias eram, nem quem eram essas pessoas”, lamenta Gilmar. Há relatos orais dando conta que Adão Wagner, filho de imigrantes alemães, seguido de Miguel e Germano Becker, acompanhados de suas respectivas famílias teriam sido os primeiros moradores de Santa Rosa, vindos em 1905.

A migração dos colonos alemães foi se expandindo, provavelmente, como mencionado há pouco, rio acima. “Embora muita gente fale que os primeiros moradores alemães de Santa Rosa subiram pela Nova Fátima (ao Sul), eu acredito que a migração se deu pela região do Rio Bravo, onde as terras são bem mais planas, férteis, enfim, com melhores condições para a agricultura, o que sempre foi um fator determinante”, diz José Dutra Júnior, jovem santa-rosa-limense que concluiu recentemente a graduação em História. “Acredito que a imigração, e depois, a migração dos alemães fizeram uma espécie de “U”. Os alemães desceram da região de São Pedro de Alcântara, Serra do Tabuleiro, São Martinho, Vale do Braço do Norte e depois foram subindo, de volta, em direção à Santa Rosa”, defende Gilmar.

Estamos falando de um período compreendido entre 1885 a 1900, quando o loteamento de terras da Colônia de Grão Pará avançava Rio Braço do Norte acima, mas que já havia a presença de uma ou outra família de imigrantes, egressas de outras regiões e de outros núcleos coloniais. Quantas? Dificilmente há como comprovar o número. Entretanto, o território de Santa Rosa de Lima ainda era quase que na totalidade coberto pela vegetação nativa. Canela, Guamirim, Peroba, Louro, Pau-mulato, Açoita-cavalo, Cedro, Tarumã, Cambuí, Sassafrás, Caroba, Garuva, entre outras espécies de árvores, eram abundantes. Era um matão só, num tempo em que matas não representavam riqueza e prosperidade, mas sim problemas para a sobrevivência do homem, pelo menos por aqui. Exceto pela abundância de caça que elas ofereciam, as matas significavam perigo, pelo confronto com os índios, pelo risco de ataques de animais, pelas dificuldades de locomoção. Então, era preciso desmatar, limpar áreas e mais áreas para o plantio.

Não se pode precisar até quando durou, mas, seguramente nesse momento da história de Santa Rosa de Lima, a posse da terra era um aspecto que não tinha muita importância. Com a mesma naturalidade com que uma família se instalava em determinada área de terra, também a abandonava poucos anos depois, em busca de outro pedaço, mais fértil, mais apropriado para as lidas da lavoura. “Muita coisa é confusa e do ponto de vista da história não podemos ainda confirmar. Meu avô contou que re-

quereu uma área enorme, do Rio do Meio até o Rio Grande (Rio Braço do Norte), mas quando chegou já *tava* tudo dividido entre sete famílias. Então, esses acordos, essas demarcações que a Empresa de Terras tinha não são confiáveis. Havia muita mudança pra cá e pra lá. Não só de alemães, mas dos ditos brasileiros. Há depoimentos de antigos que garantiam que onde hoje é o perímetro urbano pertencia a famílias de caboclos brasileiros”, relata Gilmar Roecker.

Em 1907, o governo do Império manda implantar em Anitápolis mais um núcleo colonial, que imediatamente passa a receber mais imigrantes alemães, mas também de outros lugares como a Romênia, Rússia, Tcheco-Eslováquia, Inglaterra, Espanha, Boêmia, Letônia e Finlândia. Consta em documentos que a sede do Núcleo era para ser na localidade de Santa Catarina, que até a década de 1990, pertenceu a Anitápolis. “Acredito que os motivos que fizeram o governo desistir de construir a sede do Núcleo na Santa Catarina deve ter sido a distância e as condições para se chegar até lá. A ligação entre Santa Rosa, que nem existia com esse nome, não havia. Existia a Estrada Real, que passava pelo Povoamento, Santa Catarina (ambas em Anitápolis) e ia dar no Santo Antônio, por isso que os Tonn vão parar na Nova Esperança”, acredita o professor Gilmar. Mais adiante falarei sobre a referida família Tonn.

A partir deste período, muitas famílias alemãs vieram para o Brasil para fugir de outra guerra, a Primeira Guerra Mundial, que eclodiu em julho de 1914 e se estendeu até o final de 1918. A guerra ocorreu entre a chamada Tríplice Entente, aliança liderada pelo Império Britânico, pela França, pelo Império Russo (que permaneceu na guerra até 1917) e Estados Unidos (que entrou na guerra a partir de 1917). Esta coligação derrotou a aliança formada pelas Potências Centrais (liderada pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano). Sabe-se que esta guerra causou o colapso de quatro impérios e mudou de forma radical o mapa geopolítico da Europa e do Médio Oriente.

Por prever novas guerras, moradores desses países que puderam escapar antes do início do confronto bélico, escaparam. Foi o caso de Henrique Cornels e Beata Christianz, avós maternos de dona Edith Tonn Pacheco, da localidade de Nova Esperança, que chegaram a Anitápolis em 1912. Edith é neta de Henrique Tonn e Hulda Brunmund Tonn, a quem Gilmar Roecker se refere acima, e que aportaram aqui em 1920, portanto já depois da Primeira Guerra, com três filhos homens. Estes, ao contrário da maioria que veio para cá, tinham uma situação financeira confortável, na Alemanha. Pelo menos até a guerra. “Meu avô Guilherme era chefe de uma fábrica de armas na Alemanha. Mais ou menos 80 pessoas estavam sob seu comando. Deu a Primeira Guerra Mundial e ele nem foi convocado por que tinha que trabalhar na fábrica de arma”, conta Edith. “Daí, com a guerra, eles em-

pobreceram. Antes eles eram considerados da nobreza. Tinham casa boa, carro, conforto, em Berlim. Eles tiveram que vender o pouco que não foi destruído e foram ser colonos em Vetenu (pequeno município no interior). O último filho deles nasceu em Vetenu. Aí, um dia o meu avô viu num jornal uma matéria que relatava que no Brasil havia terras boas, que recebia as pessoas com muito apoio. Mais tarde viu que não era bem assim, mas na época ele vendeu o que tinha pra vir. Chegaram aqui e ficaram um mês na Ilha das Flores (Rio de Janeiro), pra ver se tinham alguma doença. Eram em 400 passageiros. Uns vieram pras bandas de Santo Amaro, depois se mudaram pra cá. Outros foram pra outros cantos do Brasil. Aí o governo ajudou. Tinha uma casa em Anitápolis para onde os imigrantes foram trazidos, por que eles trouxeram mudança. De Florianópolis, até o continente, eles tiveram que passar a barco pra varar o mar. Aí, tinha que vir com cavalo. Puxaram a mudança do avô e outros imigrantes. Pararam um tempo em Anitápolis. De lá pra cá tinham que vir, ou a pé ou com cargueiro até no Rio do Meio, comunidade de Santa Catarina, nessas redondezas. Por ali, eles ficaram numa casa. Trabalharam por dois anos naquela várzea de rio da Santa Catarina. Os homens abriam estradas, estradas, o governo pagava. Depois o avô comprou cinco lotes de terra. Mas sem casa, sem nada. Fizeram um ranchinho. De lá (Anitápolis) até aqui (localidade de Santo Antônio) levaram muita coisa nas costas, na mudança. Cortaram madeira a braço. Aos poucos foram se endireitando. A casa tava em pé até pouco tempo. Tinha um boi. O boi fazia tudo. Amassava o barro. Cimento não existia. Por dentro era cal branco, o forro era tábuas serradas a braço, tudo bonito”, conta Edith.

Outras duas famílias que escaparam logo após o término da Primeira Guerra foram os Bernecher e os Laubstein, cujo único remanescente vivo é seu Willy Bernecher, de 95 anos de idade, morador do Morro do Diamante, próximo à Santa Catarina. “Eu tinha cinco anos quando vim com minha mãe, um irmão dela, o Phillip Laubstein, um irmão do pai, o Herman Bernecher, meu avô e outros dois irmãos meus. O pai ficou muito doente durante a guerra e não conseguiu mais voltar pra casa. Meu tio, irmão do pai, queria vir pro Brasil de qualquer jeito, por que na época, até os 45 anos, se a pessoa fosse convocada pra guerra, tinha que ir. E eles *tavam* cansados de guerra. Muita morte, fome e sofrimento”, diz seu Willy. Apesar do sotaque acentuado, o curioso é que seu Willy se comunica em português, ao contrário da esposa, Erna Hann Bernecher, de 87 anos, que apesar de ser brasileira nata, não fala uma só palavra da nossa língua.

A “casa” de Anitápolis a qual Edith Tonn Pacheco se refere era o Núcleo Colonial de Anitápolis, que foi o último dos municípios da região a receber esses núcleos. Os Tonn, os Laubenstein e os Bernecher talvez tenham sido as únicas famílias de alemães natos a se fixar no território de Santa Rosa de Lima vindos no Norte para o Sul, ainda que na época, o local onde elas se fixaram não pertencesse a Santa Rosa. Provavelmente, todas demais são descendentes de segunda e terceira gerações de imigrantes alemães, e que mais tarde migraram, como já mencionado, de outras regiões do estado, especialmente do Vale do Braço do Norte e do Rio Capivari.



Guilherme Tonn, ainda na Alemanha, durante período em que trabalhou em fábrica de armas do exército alemão (Acervo Veloni Carvalho)



Joaquim Tonn, o filho mais velho de Guilherme, ainda criança, na Alemanha, em trajes que caracterizam um alto padrão de vida que a família tinha na época (Acervo Edith Tonn)

Entre os tantos aspectos que chamam a atenção no rico e minucioso depoimento de Edith Tonn Pacheco me atendo ao que trata da casa dos seus avós. E é com esse tema, das casas e construções, que passo a escrever através de tópicos, de capítulos, cada qual com um assunto específico.



*Willy e Erna Bernecher: ele, alemão nato, mas que fala também português.
Ela, brasileira, descendente de imigrantes e só fala em alemão (foto do autor)*

CAPÍTULO II

A morada dos imigrantes



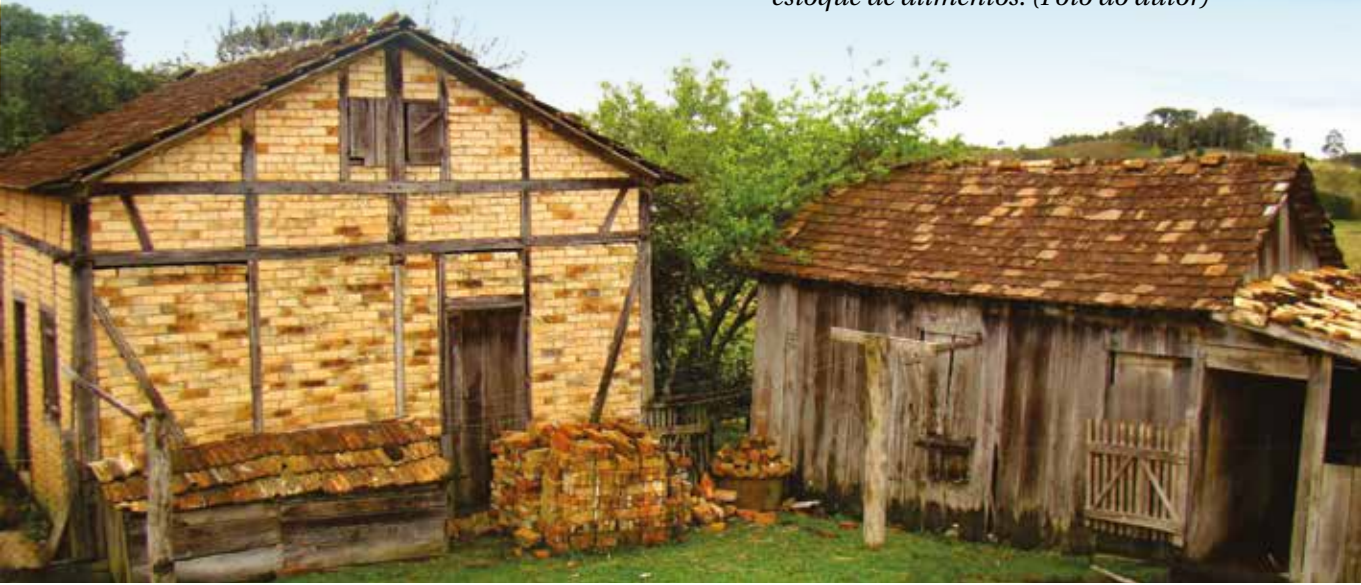
Casa típica alemã, em São Bonifácio, do início do século passado.
O patriarca é primo de João Baumann do Rio Bravo
(Acervo Francisco Baumann)

As primeiras habitações não passavam de choças. “No tempo do meu pai a casa era de barro com taquaras. Fazia o barro amassadinho e depois barreava as taquaras. Até as repartições eram de barro. Quando se desmanchava, colocava mais barro. A cobertura era de palha do mato. Era um criatório de rato e barata”, conta Irene Pessoa Delir, filha de Ângelo Pessoa e Dorvina Cardoso. “A gente usava palmitos rachados, trançava os paus e jogava barro”, lembra seu Willy Berncher. Em seguida as habitações evoluíram para pequenos casebres de madeira, falquejada com instrumentos rudimentares, como machado e uma espécie de foice com lâmina aparada, com a qual se confeccionavam as taboinhas usadas na cobertura. Seu Osvaldo Israel, do Campo do Rio Bravo, ainda guarda a ferramenta usada pelos seus avós e pais para cortar taboinhas para usá-las no telhado.

Osvaldo Israel, do Campo do Rio Bravo: ferramenta usada para cortar taboinhas para o telhado foi herdada dos pais, que ganharam dos avós (Foto do autor)



Casa em enxaimel, rústica, típica dos imigrantes do início do século passado. Esta, na propriedade de Evaldo Baumann e família, serve hoje de despensa para utensílios domésticos e estoque de alimentos. (Foto do autor)



Assim eram as moradias de 100% dos primeiros moradores que habitaram Santa Rosa de Lima. “Era difícil. A gente tirava o alinhamento no mato mesmo e nos ajudávamos entre vizinhos para carregar para fora. As taboinhas eram todas serradas a braço. Buscava telha com cargueiros lá em Rio Fortuna, numa olaria. Outros rachavam taboinhas e usavam para cobrir as casas,” relatou o já falecido Daniel Roecker.

Em seguida surgiram casas em enxaimel, estilo de construção em que as paredes são montadas com pedaços de madeira encaixados entre si em posições horizontais, verticais ou oblíquas. Entre estas hastes de madeira os espaços são preenchidos com tijolos, às vezes com pedra, sempre à vista. Além de ser muito mais atraente do ponto de vista estético, esse modelo também trouxe mais conforto e segurança às famílias. Esse estilo de construção existe desde o século 6 A.C., mas foi na Alemanha onde ele mais se desenvolveu. Naturalmente, em Santa Rosa de Lima a construção das casas neste estilo refletia os hábitos, tradição e cultura germânicas, presentes nos imigrantes da mesma origem. “Na minha geração, as casas já eram um pouco mais confortáveis, com reboco,” lembra João Heidemann, o seu Joãozinho, da localidade de Dois Irmãos.

Uma característica das construções residenciais dos imigrantes alemães presentes em todas as fases históricas é uma espécie de divisão entre o ambiente de dormir e o de serviço, este último, com cozinha, despensa, mesa para refeições e armário para utensílios domésticos e alimentos. Embora essa divisão seja comum também em outras culturas e etnias, no caso santa-rosa-limense e de toda a colônia germânica, um corredor entre um ambiente e outro deixa bem acentuada essa distinção.



*Antiga moradia
da família Schmidt,
de Rio Bravo Alto,
hoje propriedade
dos filhos de
Alfredo Schmidt
(Foto do autor)*



*Antiga moradia
dos Folster, casa que
hoje pertence a uma
das filhas de Ana
Folster, Anita Folster
Schmoeller e esposo,
Dionei Schmoeller
(Foto do autor)*



*Casa restaurada
em enxaimel, de
propriedade
de Bernardo
Kulkamp
(Foto do autor)*

CAPÍTULO III

Parteiras: as heroínas quase esquecidas



Dona Elizabeth Weber Oenning, parteira com maior número de atendimentos prestados e uma referência no município

(Foto do autor)

No caminho até a casa onde moram os pais, Marieta Oenning Bittencourt, alerta-me: “Ela anda muito esquecida e precisa tomar remédios que, dependendo do dia, a deixam ainda mais *fora do ar*”. Ainda assim, insisto em seguirmos viagem para entrevistar dona Elizabeth Weber Oenning, ou simplesmente Eliza Weber. Transparecendo claramente os sinais da doença de Alzheimer, dona Eliza me recebe com um sorriso aberto, expressão simpática, como que buscasse um anestésico que aliviasse sua situação precária de saúde. E logo avisa: “Eu não fui feita a facção igual a muitas por aí. Sou formada, em Florianópolis”.

Eliza Weber, 78 anos de idade, cerca de 35 anos de atuação como parteira, se formou em 1954, após dois anos de estudo na Capital do estado. “Durante os estudos eu vim umas duas vezes ou três vezes pra casa. Só. Eu ia a cavalo até a Varginha (Anitápolis) e de lá seguia num caminhão que fazia feira”, diz. Eliza conta que se dependesse de sua vontade teria seguida a vida na Capital. Motivos não faltavam: era jovem, bonita, tinha uma profissão promissora e um pretendente interessante. “Um médico do hospital gostava muito de mim e queria namorar comigo a todo o custo. Mas meu pai queria que eu voltasse pra cá, pra atender as pessoas daqui”, conta resignada.

Sem escolha, afinal, naquela época não se afrontava uma vontade dos pais, Eliza voltou para sua Nova Fátima e ainda solteira começou a desempenhar o ofício belo, difícil e de importância crucial: parteira. “No início, as mulheres não queriam muito uma solteira, mas era a mesma coisa. Só preconceito”, conta.

De fato, Eliza era a única parteira solteira que atuava na região depois que voltou de Florianópolis. Havia outras, que trataremos mais adiante, todas mais maduras, casadas, porém apenas práticas, sem conhecimento técnico do ofício. Mas havia trabalho para todas. Aliás, mal davam conta de atender aos chamados de socorro, que eram quase diários. Ginecologista, obstetra, acompanhamento pré-natal, nada disso havia. Por essas razões, as parteiras tiveram um papel fundamental para que a mortalidade infantil não fosse ainda mais catastrófica do que foi. As mulheres procuravam as parteiras somente quando as dores do parto davam os primeiros avisos. Então, mandavam o marido ou alguém da família, a cavalo, até a casa da parteira. Essa pessoa acompanhava a parteira, que seguia em seu próprio cavalo, até a casa da parturiente. Pelos padrões da época, ter de 8 a 12 filhos era normal. Exceção era ter um só, como é o caso de seu Osvaldo Israel e dona Olinda Wenz, que só tiveram Orlandi, hoje com 50 anos. “Não, não foi nenhum problema de saúde. O parto começou de noite e foi até o outro dia de manhã, mais ou menos às 9 horas. Sofri demais e não quis mais ter filhos”, conta dona Olinda. Quem fez o parto foi Eliza Weber.

Dona Julita Willemann é outra que pode ser enquadrada na lista de exceções,

pois teve apenas três filhos. “No parto do primeiro filho chamamos a Bernardina Wilke, mas ela não deu jeito. Aí, chamaram uma mulher meio avoadada, ninguém queria saber dela. Era uma mulher meio... (silêncio) largada, pode-se dizer. Era a Lona Hessmann. Morou no Rio do Ouro, mas morava aqui na entrada das Águas (Mornas). A Bernardina não deixava sair da cama. Dizia que não podia, tinha que ficar debaixo da coberta. Não me dava água, e eu morrendo de sede. Não podia tomar água fria se não o neném não nasceria e coisa e tal. Aí, meu cunhado, que morava aqui perto, disse: ‘chega’ E foi buscar a Lona Hessmann. Ela chegou e disse: ‘se retirem’, levantou as cobertas e ‘tragam água pra essa mulher. À vontade’. Matei minha sede e ela começou a trabalhar. Depois de um tempinho, o nenê nasceu. Tudo ao contrário. A outra só dava café preto ou água morna. A Bernardina era boa. As mulheres que tinham o parto fácil, ela dava um jeito, ajudou muita gente. Mas a Lona ficou famosa por aí. Fez muito parto”, diz Julita.

O segundo filho de Julita, foi Eliza Weber que ajudou a vir ao mundo. “Um caminhão chegou perto da porta pra me levar pro hospital. Eu já *tava* agoniada, mas aí eu disse, ‘me deixa sair da cama, por que desse jeito vou morrer com filho e tudo! Deu uma dor forte e eu gritei: socorro, que meu filho tá nascendo. Meu pai e minha mãe vieram e me pegaram pelos braços. A Eliza já *tava* trabalhando no parto me ajudou e o nenê nasceu logo”, lembra Julita.

O terceiro filho dela nasceu de cesariana e também foi Eliza que a atendeu. “A Eliza viu que não daria parto normal. Fui pra Braço do Norte num sábado e só fui ganhar na segunda, ao meio-dia. Até me arrepia o cabelo. Parece que foi ontem, mas faz 48 anos. A médica me aconselhou a não ter mais filhos. O último *tava* atravessado”, diz Julita.

Eliza também manifesta ter orgulho de outro fato: nunca ter errado um diagnóstico sobre a necessidade ou não de fazer cesariana: “Quando eu via que não poderia ser parto normal eu tocava pro hospital de Braço do Norte, por que Rio Fortuna ainda não tinha. Não morreu um bebê em minhas mãos. Eu auscultava o batimento do feto e sabia quando não dava parto normal. Os médicos diziam: ‘Se ela manda pra cá é por que não tem como ser parto normal’. E eu não errava mesmo”, relata Eliza.

O marido, Martinho, lembra que outra parteira famosa que também atuou em Santa Rosa de Lima, Bernardete, de Rio Fortuna, adotava outro procedimento. “Ela esperava demais pra encaminhar pro hospital, quando já tinha muito risco de morrer”, diz seu Martinho. A filha, Marieta intervém e adverte que era a Bernardete quem fazia os partos na mãe.

Em caso de necessidade de cesariana e de não haver transporte disponível até o hospital mais próximo - o que ocorria em quase todos os casos de cesariana -, o sofrimento da parturiente era multiplicado. “Se usava duas varas, amarravam cordas e panos por baixo, deitavam a mulher em cima e carregavam em quatro homens até o hospital. Às

vezes, quando não tinha quatro, eu mesma deixava o cavalo na casa da família e ajudava a carregar”, lembra Eliza. Esse artefato improvisado era chamado “branda” pelos moradores. “Eu ajudei a carregar uma mulher lá da Costa (região de Santa Bárbara, paredão da Encosta da Serra Geral, a mais de 25 km dali). Botaram umas varas e um colchão feito de marcela em cima. Aquilo era pesado pra caramba. Uma pessoa vinha na frente, convidando os moradores pra ajudar, pois tinha pouco morador. Aqui em baixo havia um cara que tinha caminhão, mas não adiantou. Ela morreu antes de embarcar no caminhão. Mas isso foi antes da Eliza estudar. E isso não foi só uma, morreram várias por causa de parto, pois não tinha recurso. Quando vinha fácil, vinha, mas quando não vinha, era quase sempre caso de morte”, relata seu Martinho.

Dá para imaginar o tamanho do esforço e do espírito de solidariedade dessas pessoas ao transportar uma mulher grávida por 12, 15, 18 km ou mais em busca de socorro, às vezes, sem sucesso.

O sofrimento e a dor que marcaram a vida dessas mulheres que precisavam das parteiras também marcaram a trajetória das próprias parteiras. Marieta lembra que a mãe teve oito filhos num período de 10 anos e até os três meses de idade, todas as crianças eram levadas juntas pela mãe, por causa da amamentação. “Eu deixava tudo prontinho pra quando viesse um chamado era só passar a mão nos equipamentos e ir. Ia a cavalo, charrete, jipe e até de carro de boi”, conta Eliza.

Por causa do tipo de vida da mãe, Marieta, que é a filha mais velha, acabou assumindo responsabilidades de adulta, quando ainda não era nem adolescente. “Uma vez a mãe caiu do cavalo com um dos meus irmãos, ainda bebê, e se machucou. Acabou ficando em casa um tempão e eu cuidava dos dois. Foi pro hospital, tudo, mas ficou bem depois. O meu irmão, Alexandre, que já é falecido, nasceu no dia 5 de julho e quatro dias depois, dia 9, a mãe precisou fazer o parto em uma irmã dela lá em casa. Os filhos (irmãos dela) todos com sarampo, a mãe com bebê e mais a minha tia, com um bebê, todos lá dentro de casa. É uma situação impensável para os dias de hoje”, lembra Marieta.

“Fiz parto que o bebê pesou 7,8 kg – conta Eliza. Fazia tudo certinho. Dava pontos, levava categute. Às vezes, me levavam de carro, pra chegar mais cedo, mas na volta me faziam vir a cavalo. E tinha estrada lisa, que o cavalo botava os cascos em cima e ia parar lá em baixo. Mas meu filho não saía daqui”, diz Eliza, referindo-se à maneira segura como carregava as crianças consigo. “Ela não tinha medo. Às vezes voltava sozinha, mas nunca teve medo”, acrescenta o marido. “Dia de chuva, aí não podia passar pelo rio. Passava por cima de uma pinguela de quatro pés. O cavalo passava a nado por dentro do rio. Aí, quem tivesse acompanhando ela é que levava o cavalo. Eu que tinha que ir pegar o cavalo no pasto, encilhar, essas coisas. Não tinha chuva, geada, não tinha nada. Tinha que enfrentar

tudo”, recorda seu Martinho. “Eu queria comprar um bom casaco pro frio, mas minha sogra queria mandar na minha vida”, alfineta Eliza.

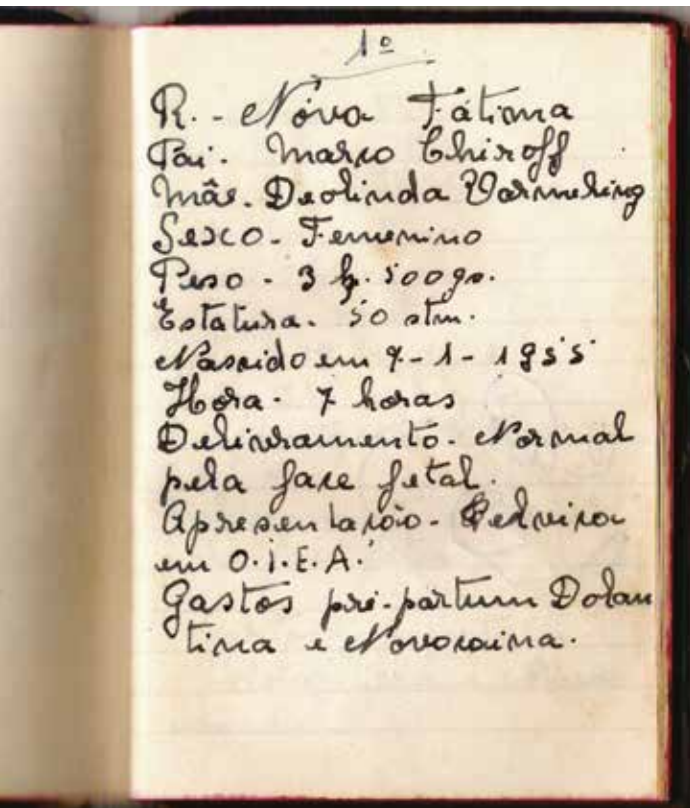
Como disse, os casais costumavam ter muitos filhos e a demanda pelas parteiras só crescia. “Tinha semanas que tinha parto todos os dias. Eram mais à noite. Às vezes, ela estava em trabalho de parto com uma e já vinha outro chamar”, relata seu Martinho. Marieta emenda: “Quando tinha dificuldade de transporte, lá na Costa da Serra, quando estava perto de ganhar, elas vinham pra casa da gente. Às vezes tinha duas ou três mulheres lá em casa esperando chegar a hora de ter o bebê. Às vezes até os maridos ficavam junto”, diz a filha. “Uma vez chegou uma grávida num fusca já em trabalho de parto. Tava nascendo dentro do carro. A mãe a levou rapidinho pra dentro e num instante a criança já nasceu. O Alexandre (irmão) disse: ô mãe, eu nem ouvi barulho de mulher aqui em casa e daqui a pouco já ouvi “inhé, inhé, inhé” (choro)”, lembra Marieta. “O pai não ajudava no parto, mas lavava os panos que tinham sido usados. Eu fazia sopa e tudo que era tipo de comida. A sopa tinha que ser de galinha, não podia ser de frango”, conta. Pergunto, espantado, por que essa distinção entre os tipos de carne: “Eram crenças que havia. A mulher em parto não podia chupar laranja fria. A gente botava na janela pra esquentar. Era costume. Com nove anos eu já cozinhava pra família, cuidava dos irmãos, fazia comida pros pensionistas que fizeram o salão da comunidade. Olha! Foi vida dura”, conta Marieta.

“O pai trabalhou a vida inteira puxando tora, carregando abóbora, milho, porco, vaca. Quem ia pra escola tinha que dar conta de dar o trato pros animais. A mãe ainda ajudava na roça. Quantas vezes que ela foi chamada quando *tava* na roça”, diz Marieta.

Eliza teve uma preocupação que as demais parteiras não tiveram. Anotava os principais dados de todos os partos que fez, o nome dos pais, da criança, peso e tamanho do bebê, localidade, data e hora do nascimento e o tipo de procedimento feito em cada caso. Infelizmente, existem apenas duas dessas cadernetas de anotação, que estão guardadas com Marieta. As demais foram extraviadas, provavelmente durante mudanças feitas da casa onde Eliza e Martinho moraram a maior parte da vida, para a casa dos filhos, onde foram morar mais tarde.

Entre os equipamentos usados por Eliza havia dois que chamavam a atenção de Marieta: “Pra auscultar o bebê, ela tinha um *negocinho* de madeira. Pra fazer exame de urina, pra ver se a mulher estava grávida, ela coletava urina, botava num tubinho de vidro, um fogareiro, colocava uma mistura, esquentava aquilo, e não errava”.

Fazer o parto, salvar a mãe e o bebê não dava garantia de receber o pagamento pelo trabalho. Muitas vezes as parteiras nada recebiam além de um ‘muito obrigado’. Às vezes, a promessa de que poderia mandar buscar algum animal como forma de pagamento. “Quando tinha condições, a família pagava. No nosso caso, a gente também tinha uma farmácia anexa à casa e as pessoas vinham e compravam muita coisa conosco. Tem



Dona Eliza anotou todos os partos que fez, relatando as principais informações dos bebês e dos pais. Infelizmente só restam duas cadernetas. (Acervo da família)

várias pessoas hoje que dizem que estão vivas por causa dela (da mãe). Tinha gente pobre que não tinha nem o que comer em casa e a mãe passava fome enquanto ficava lá. Como é que iria cobrar”, questiona Marieta. “Tinha casas que ela voltava trazendo muita pulga, isso sim”, lamenta Martinho. “Ela trocava, ganhava leitão, depois eu tinha que ir buscar”, diz o marido. Questiono se, afinal, teria ela trabalhado mais em caráter de filantropia. “Não. A mãe ganhou dinheiro, que ajudou bastante. Até deu pra conseguir comprar uma terrinha”, revela Marieta.

O primeiro veículo que a prefeitura do recém-criado município adquiriu foi um jipe, e que por ser o único, evidentemente virou “pau pra toda a obra”. O ex-primeiro-prefeito José Schmidt tinha, entre tantos offi-

cios que o cargo lhe impôs, a função de motorista para buscar e levar parteiras, gestantes e familiares delas. “Um dia eu me incomodei. O Lindolfo Assing chegou umas 3 ou 4 horas da madrugada, aí eu gritei da janela mesmo: ‘Oh, Lindolfo, pra buscar eu busco, mas essa hora, levar a parteira de volta eu não vou mais. Deixa a Eliza esperar até o dia clarear, agora não’. Era penoso esse negócio de parto. Hoje em dia tem ajudante, secretário, uma equipe”, compara seu José.

Eliza veio ao mundo fruto do segundo casamento do pai, seu Marcolino Weber. Antes de conhecer a segunda esposa, dona Verônica Kniss, teve cinco filhos com Veneranda Arendt. No parto do último, Veneranda perdeu a vida. “Naquele tempo não tinha essas parteiras obstétricas, como se falava. Muita mulher falecia no parto”, lembra a irmã mais velha de Eliza, Maria Weber, 79 anos, nove filhos e um aborto.

Dona Julita Heidemann Willemann lembra um fato espantoso envolvendo nada mais do que nove abortos espontâneos com a mesma mulher: “A Cristina Eizing Hermes-meyer, casada com Clemente Hermes-meyer, estava grávida e não se sentia bem. Levaram

pro médico. Ele deu um remédio, mas ela acabou abortando. Depois, toda a vez quando chegava o mesmo período da gravidez ela abortava. Foram nove abortos. Eles fizeram tratamento toda a vida, e a última gravidez ela venceu, e aí nasceu o José Clemente”, conta.

Os pais de Roberto Assing, Joana Dirksen e Bernardo Assing tiveram 14 filhos, mas só nove deles sobreviveram. “A mãe teve trigêmeos e morreram os três. Um no parto e dois logo depois do nascimento”, conta seu Roberto. “Quando o José e a Maria nasceram (irmãos mais novos e gêmeos), no dia 11 de setembro, no dia 12 de madrugada minha mãe morreu (também se chamava Maria)”, conta Adolfo Wiemes.

Quem cuidará das crianças?

E se crianças morriam em número espantoso, ainda que com a perseverança e ajuda das parteiras, as mães morriam quase na mesma proporção e os filhos que ficavam, alguém precisava adotá-los. Quase sempre os pimpolhos ficavam com tios - irmãos mais próximos por parte do marido ou da falecida -, com os padrinhos, e, eventualmente com terceiros. “No nosso caso, na morte da mãe, os próprios padrinhos que iriam batizar o José e a Maria foram convidados a adotar e aceitaram. Mais tarde eles (as crianças) foram levados juntos pra casa de um tio (Henrique Roecker), onde foram criados até adultos, na Nova Fátima”, diz Adolfo.

Seu Francisco Schueroff casou com a primeira esposa aos 22 anos. A moça tinha sido criada por outra família, já que a mãe dela havia morrido após o parto e o pai entregou os filhos para outras famílias criar. Depois de três filhos, foi descoberto um câncer de útero, o que a levou à morte em poucos meses. A família adotiva foi a de dona Catarina, atual esposa de Francisco, com quem se casou logo depois e teve mais quatro filhos. Questiono como é que se deu essa aproximação tão repentina. “Ela já me conhecia bem”, diz Francisco. “Ele não podia ficar sozinho, então fazer o quê? Pra cuidar das crianças, casei com ele”, emenda, meio sem jeito, dona Catarina. Então quer dizer que sua preocupação principal foi com as crianças? Questiono, como provocação. “Não, claro que não”, confessa Catarina, ao que a filha, Irma, que acompanha nossa conversa intervém: “Acho que já tinha amor um pelo outro, por que tão vivendo há 53 anos juntos, sem brigas”.

Entre outras parteiras que atuaram no município, segundo seu Adolfo Wiemes, houve uma conhecida apenas por Teófila, de Anitápolis, que fez o parto dos filhos do primeiro casamento dele. “Mas essa tinha que ir até a casa dela. Ela não ia até as pessoas”, diz. No Santo Antônio havia a Rosa Honório, que era viúva. Havia outra no Rio da Várzea, também em Anitápolis. Francisco Willemann lembra de Antonina Estevão e de Rosa Philipe.

Certamente houve mais parteiras do que as que estão citadas nessa pesquisa. Conhecidas ou anônimas, lembradas ou esquecidas elas tiveram, como disse anteriormente, uma importância incalculável para a sociedade santa-rosa-limense, seja por dar vida a tantos bebês, que certamente corriam risco de morrer sem uma assistência de terceiros, seja por amenizar a dor da gestante e o sofrimento dela e de toda a família.

Homenagem póstuma que não estava prevista

Às vésperas do material desta obra ser mandado à gráfica, dia 23 de março, fui surpreendido pela notícia da morte de dona Eliza Oenning. Um infarto do miocárdio tirou a vida da parteira mais importante que o município teve. Entretanto, assim é a vida e esse é nosso destino certo. Eliza já estaria homenageada com o que havia sido escrito até então, mas a morte dela no transcurso desse trabalho nos obriga a prestar uma última homenagem, com uma foto dela, com o marido, Alberto, e a filha, Marieta. Devido às limitações de Eliza por causa da doença, serviram como intérpretes e interlocutores durante a entrevista.



Eliza, Marieta e Martinho durante entrevista, no pátio de casa (Foto do autor)

CAPÍTULO IV

Educação, escola, ensino e pedagogia



**Raimundo Luchtemberg, trazido de Braço do Norte para Santa Rosa de Lima. Fama de enérgico e exigente até entre os colegas. Não poupava os alunos dos “corretivos” com vara de marmelo
(Acervo da família)**

O universo escolar nos primórdios do povoamento do território de Santa Rosa de Lima, evidentemente, merece um capítulo especial. Embora a proposta não seja a de debruçar-se em análises pedagógicas aprofundadas, cabem algumas reflexões a partir de relatos impressionantes colhidos junto às pessoas, especialmente aos ex-professores.

Há divergências quanto à ordem cronológica da implantação das chamadas escolas isoladas, no interior.

A primeira escola surgida no então povoado pertencente a Tubarão foi a da localidade de Mata Verde. “Pelo que eu sei, foi a primeira escola a existir no município, em 1930, que era o paiol de milho do Henrique Siebert, na Mata Verde. Eu fui o primeiro ano e depois eles fizeram outra escola. Os pais se ajudaram, serraram a madeira toda a braço para fazer a escola. No primeiro ano, tinha só cinco alunos. O Otto Siebert era o professor. Ensina em alemão e em português, por que nós tínhamos que saber as duas línguas. Tinha que passar do alemão pro português e do português para o alemão. Pra mim era muito difícil pois só falava alemão e as letras e palavras não davam bem certo. Mas a gente deu conta de fazer as lições”, disse o falecido Daniel Roecker.

Mas a cronologia de implantação das escolas é de importância secundária na minha proposta de trabalho. Prefiro ater-me a outros aspectos, como a precariedade de condições para professores e alunos, à disciplina, à metodologia, às dificuldades de deslocamento, entre outros aspectos.

Pra começo de conversa, escola era coisa que tinha início e fim; era por tempo limitado. Até a década de 50, eram exceções os casais com menos de 10 filhos e, além das questões religiosas e da falta de conhecimento, que impediam o controle de natalidade, ter filhos, naquela época, significava ter mão-de-obra para o trabalho na lavoura. Para piorar, só havia estudo regular da primeira à quarta série. Este último ano, poucos puderam frequentar. Grande parte das crianças era convencida, obrigada ou estimulada a não ir à escola até a quarta série. “Estudei três anos – diz seu Osni Folster. Depois tinha que ir pra roça. De manhã a gente ia pra aula. Chegava em casa, tirava a roupas, botava as roupas de semana, de serviço, e daí nós tínhamos que levar o almoço pro pai e a mãe na roça, a uns 3 km de casa. Só lá a gente podia comer. Voltava pra casa quase escuro. Chegava em casa tinha que tratar as criações (animais), se lavava (naquele tempo não tinha chuveiro, nem eletricidade), comia, tinha que fazer os deveres da escola e daí ia dormir... E assim era todo o dia”, conta seu Osni, com um pingo de tristeza. Há quem nem tenha pisado no chão de uma escola. “Não pude ir. Tinha que cuidar dos cinco irmãos”, diz dona Maria da Silva.

As crianças iam para escola, invariavelmente, descalças. “A maioria. Eu mesmo,

mais minha irmã, era sempre descalço. Menos quando dava muita geada, aí a gente ia com tamanco de pau, com couro curtido por cima. Chegava perto da escola escondia na capoeira e só pegava na volta”, relembra seu Adolfo Wiemes, que frequentou a escola na Santa Maria, no Rio do Meio. Questiono por que tirar os tamancos antes da chegar à escola: “Não tinha ninguém com calçado e a aí gente ficava com vergonha”, diz. “Eu ia à escola, na Mata Verde e morava no Rio dos Índios. De lá em cima, nos Dutra, vinham todos a pé até a escola da Mata Verde. Mais de duas horas de viagem, descalço, inverno e tudo. E tinha muito morador por lá. Hoje quase não tem”, recorda Ana Heidemann Willemann.

Dona Cecília Neckel, com 86 anos de idade, lembra que fazia cerca de 6 km a pé até a escola, na comunidade de Santa Catarina (então pertencente à Anitápolis), descalça, também, com exceção dos dias de geada mais forte, quando a tamanquinha de madeira era a única opção.

Essa situação perdurou até pouco tempo atrás e pessoas bem mais jovens relatam as mesmas agruras. A própria dona Cecília diz que com seus filhos a situação não foi diferente da dela. “Era meia hora bem puxada a pé pra ir pra escola”, diz ela. O filho mais novo, Luiz, que acompanha nossa conversa junto com a esposa e um casal de filhos intervém: “Tinha aquelas picadas que a gente cortava a estrada pra chegar mais rápido. Dava geada muito forte; hoje quase não dá. Os pés congelavam tudo. Era muito sofrido”, lembra Luiz.



Cecília Neckel: “Era meia hora bem puxada a pé pra ir pra escola. Mais ou menos 6 km”, conta. (Foto do autor)

Poucos tinham oportunidade de calçar um par de tamancos de pau. Mas havia duas meninas que tinham um padrão de vida melhor. Mesmo assim, invejavam quem ia de tamancos. “O pai viajava muito e a gente ganhava uns sapatinhos bem bonitos, que depois de um tempo, não serviriam mais. Então, a mãe mandou usar esses calçados pra ir pra escola, mas a gente queria de toda a forma que ela comprasse tamancos, por que a gente via os outros assim. De tanto insistir, ela comprou. Certo dia, fui de tamanco. Meu Deus do céu. Fiz tanta bolha nos pés, que nunca mais usei o tamanco”, conta Marlene Oenning, filha de seu Huberto Oenning.

Alemão, fora.

A repressão ao uso da língua alemã no ensino foi outro aspecto nebuloso da história de Santa Rosa de Lima. A exemplo do que aconteceu em todas as colônias alemãs do país, no município, professores, autoridades e até mesmo os pais foram impedidos de falar a língua alemã ou desestimulados a usá-la em sala de aula. Não faltam relatos que comprovem essa repressão ocorrida. “A gente não podia mais falar em alemão. Quem não sabia falar português tinha que ficar quietinho. Quando eu fui pra escola, a professora ainda falou: ‘Olha, não falem alemão que tem gente espiando por aí. Então, foi se perdendo muito da língua alemã. Só que, eu, ensinei os filhos todos”, diz Maria Weber, que entrou para a escola em 1941, justamente no período mais repressivo à língua, penúltimo ano da Segunda Guerra Mundial. “Eu tinha nove anos de idade. Tinha idade pra seguir, mas o professor daqui decidiu sair pra São Paulo e naquele tempo era difícil substituto. A escola ficou parada acho que por uns dois anos. A primeira escola era uma casinha de tábua, de pau-a-pique. Em algumas localidades as aulas eram nas casas das pessoas, mas aqui (Nova Fátima) tinha uma escola própria. O primeiro professor era Otto Siebert. Não tive aula com ele, mas cheguei a conhecê-lo bem, fui até ao velório dele”, lembra Maria Weber.

“Por volta de 1926 foi feita uma escola que se dava aula em alemão, em Santo Isidoro, atual Santa Catarina, pela própria comunidade, formada na maioria, por alemães imigrantes, da qual a atual comunidade de Rio Santo Antônio também fazia parte, mas daqui os pais não mandaram seus filhos para esta escola, por que era muito longe. O professor, alemão, era um tal de Biell, que dava aula em alemão e mais tarde também dava um pouco de aula em português para quem quisesse. Por esse motivo, de ser muito longe da escola, muitos daqui de Santo Antônio ficaram analfabetos naquela época, que até hoje tem gente aqui que não sabe ler”, diz Adolfo Wiemes. “Em 1939 terminou a aula em alemão e o professor foi embora, por que foi proibido, por causa da guerra da Alemanha com vários países, inclusive com o Brasil. E começou a aula em português por uma professora paga pelo governo do estado”, diz Adolfo Wiemes.

Dona Eliza Willemann Schmoeller, filha de Teodoro Willemann e de Gertrudes Henckemeyer, nasceu na comunidade de Santa Catarina e hoje mora no Paraná. Relata como foi o período de escola para ela, o que para a maioria das pessoas, não difere em nada. “De manhã ia para a roça e de tarde ia junto com o pai para a roça. Perto da igreja tinha uma escola, primeiro lecionou um professor alemão, que se chamava Guilherme. Nos dois primeiros anos eu aprendi em alemão, daí foi proibido por causa da guerra e fomos obrigados a aprender em português. Nós não sabíamos uma palavra”. Dona Cecília Neckel confirma o mesmo episódio: “Meu professor foi Guilherme Leopolds, que era alemão. Nos primeiros 3,5 anos eu aprendi só em alemão. Aí ele voltou pra Alemanha e depois disso o substituto passou a dar aula em alemão e português”, diz.

Professor Carlos Schneider dava aula em alemão na antiga escola de Rio dos Índios. É avô da Alvina Wiemes

(Acervo família Wiemes)



Livros? Professores? Só se os pais pagassem

Em determinado período da história de Santa Rosa, quando se podia contar o número de escolas com os dedos de uma mão, os livros precisavam ser comprados pelos pais. O pagamento dos professores também ficava a cargo dos pais, caso contrário não haveria aula. “O meu pai pagou o tempo todo que fui à escola. Pagava por mês. E os livros também. Não só eu. Todos”, conta dona Cecília Neckel.

Seu Willy Bernecher, alemão nato, que fala o português com grande dificuldade até hoje, conta que se dependesse do governo, imigrante algum teria ido à escola, muito

menos aprendido a língua portuguesa. “Alguns que eram *estudados* davam aula. A gente pagava um tanto por mês, se não a gente não *ficava ensinado*. O governo não se importava com nós”, conta seu Willy.

A falta de professores ou escassez de gente capacitada para lecionar fez com que muitos fossem “eleitos” professores, pela comunidade, sem que tivessem sido preparados para tal ofício. Naturalmente, que não se está aqui a julgar a importância que esses professores tiveram para a formação de centenas de alunos, nem sua competência, sendo eles, capacitados ou não. O comentário é apenas uma ilustração em relação ao sistema escolar daquela época. O próprio Adolfo Wiemes, que se aposentou aos 70 anos de idade, com 31 anos de carreira, é um dos que foram içados da roça para a sala de aula. “Estudei até a terceira série, mas como minha irmã estava um ano atrás de mim, meu pai ficou com medo de mandar ela sozinha pra escola, afinal, precisava de uma hora a pé, bem puxada. Então, fui mais um ano pra acompanhar a irmã, mas repeti a terceira por que não tinha quarta séria naquela escola”, diz seu Adolfo. “O professor da escola, no Santo Antônio, o Leopoldo Willemann, faleceu. Botaram um ex-aluno pra substituí-lo, mas depois de um tempo o cara desistiu, então me convocaram (a comunidade e o Estado). Eu não tinha estudo, mas fui fazendo cursinho pra lá e pra cá, adquirindo conhecimento, embora eu já tivesse um pouco, pois quando eu saí da escola não parei de ler. Os poucos livros que tinha na escola eu li todos. Fui a Braço do Norte, Rio Fortuna, Tubarão, fiz um curso chamado Logus 2, no CIP de Tubarão, o 2º Grau . Dei aula até 1977”, diz se seu Adolfo, num belo relato de perseverança e determinação.



*Adolfo Wiemes (direita) recebe o certificado de um dos tantos cursos que fez após ser nomeado professor. Um autodidata que prestou serviços à educação e ensino durante 31 anos
(Acervo da família)*

As escolas se resumiam a três peças: uma minúscula cozinha, um banheiro – quando havia – ainda menor do que cozinha, e uma única sala de aula. Todos os alunos, da primeira a quarta séries – quando havia quarta – tinham que ser acomodados nesta sala. “Era uma aglomeração, não era uma situação boa para o ensino”, diz dona Valda Wilke Vandresen, outra professora aposentada, uma referência no município, quando o assunto é educação.

Dona Valda orgulha-se de ter sido a primeira professora do município com formação escolar para dar aulas. “Estudei em Braço do Norte, no curso Normal Regional. Depois fomos saber mais tarde que aquele curso não valia, mas mesmo assim aprendemos muito. Fizeram um teste para ver se a gente passava numa avaliação pra dar aula. Foi em Tubarão. Seu Helmut (Baumann) que nos levou, de Kombi. Nosso passeio de formatura foi em Laguna. Conhecemos a Rádio Difusora, nosso grupo cantou na rádio. De Tubarão a Laguna fomos de trem, conhecemos o mar, o Cine Mussi. Foi uma viagem inesquecível”, recorda a professora aposentada.



Escolas como esta, de Rio dos Índios, na década de 50, eram boas, até. Bem antes delas, funcionavam em paióis ou casas dos colonos. Mas sempre foram pequenas, com uma única sala de aula (Domínio público)

Dona Laurita Becker Vandresen, esposa de seu Aluízio, é outra professora bastante lembrada por ex-alunos. Começou a lecionar em 1951, em Nova Fátima e 17 anos depois foi morar com a família em Pinheiral (Braço do Norte), onde vive até hoje. Atuou durante 36 anos. Os tempos de Valda Wilke e Laurita já eram outros e alguns aspectos presentes no período em que seu Willy e outros mais antigos estavam na escola já haviam mudado. “Os pais só pagavam o material. A gente pertencia à prefeitura de Tubarão. As crianças eram muito educadas. Quando eu ia de casa pra aula, elas já vinham ao encon-

tro e diziam: ‘Bom dia dona Laura!’ Um me abraçava, o outro me dava à mão. Era coisa de louco. Eu ensinei a eles que quando passassem por uma pessoa mais velha, antes da pessoa cumprimentar, eles deveriam tirar o chapéu. Eles usavam chapéu, por que ao meio-dia o sol era muito quente. A maioria, descalça. Alguns, no inverno tinham um chineliinho, mas a maioria era descalça”, lembra Laurita. “Uma vez o inspetor escolar me elogiou, constou na ata e tudo. É que meus alunos entravam na aula dizendo a tabuada de 2 a 10 e quando terminavam diziam os 10 mandamentos. Depois disso a oração, e em seguida, vinha a chamada. Hino Nacional só aos sábados. Todo o sábado tinha aula. Passou a não ter aula quando eu já estava aqui (Pinheiral), depois de 68”, relata Laurita.

Professor: um sujeito plural e com autoridade

Há em todos nós, momentos bons e ruins pelos quais passamos que ficam insistentemente gravados em nossa memória. Quis saber de dona Laurita e de dona Valda quais foram esses momentos. “Olha, o que eu mais gostava era o dia da primeira comunhão. Eu ganhava pouco, mas mesmo assim fazia um café com bolo, doces, rosca, tudo o que pudesse, de graça, pras crianças. Era um prazer que eu tinha”, conta Laurita. Mas há outro momento, triste, que também lhe acompanha na memória: “Era tempo de goiaba e antes de eu chegar à escola alguns deles já tinham chegado. Um aluno subiu no pé e caiu. Quando cheguei, ele estava lá, com o braço quebrado. Aquilo me deixou tão mal que ficou guardado até hoje”, diz Laurita.

A educação era rígida desde o berço e a escola refletia esse comportamento. Os alunos, normalmente, eram obedientes, reflexo de um sistema que uma corrente de pedagogos condena. “Se conversassem, era baixinho. E se precisasse a gente dava castigo mesmo. Eles mesmos traziam uma vara pra bater, se fosse preciso. Eu geralmente botava de castigo, de joelho, de frente pra parede. Só tive problema uma vez. Até hoje ele (o aluno) me conta que nunca apanhou tanto como naquele dia. É que tinha que buscar água no rio pra lavar a escola. A cada 15 dias, no final de semana a gente lavava a escola. Os alunos participavam de tudo, na merenda, lavar a louça, sala, varrer a sala, o pátio, tudo, pois o professor era sozinho, não tinha ajudante. Esse aluno disse que não iria buscar água. Eu insisti e ele me enfrentou, com um tijolo, e quis jogar em mim. Eu tomei esse tijolo e dei tantas varadas nesse menino que ele aprendeu”, lembra dona Valda.

Naqueles tempos, o professor precisava ser multifacetado, uma verdadeira autoridade moral, e exercia uma influência muito grande na formação do aluno. “É que existia só um professor na vida do aluno. E ele era professor, catequista, médico na escola, en-

fermeiro, era tudo. Eu tive um aluno, muito querido. Vinha das Águas Mornas. Ele dizia muito tempo depois: ‘quando dona Valda morrer quero botar uma bandeira em cima do caixão dela’ Isso é muito gratificante ouvir”, conta a ex-professora. Contudo, um ou outro problema de indisciplina sempre ocorria. “Uma vez uma menina me chamou de cadela, na escola, aqui na praça. A mãe dela estava na venda do seu Fernando (Hermesmeier) e na hora do recreio um aluno foi na venda e contou pra mãe, sem que eu soubesse disso. A mãe veio à escola e deu uma surra na filha, dentro da escola mesmo. Esse episódio é um dos que me lembro bem”, conta Valda. “Teve outro caso de um aluno que vinha pra escola muito sujo. Com o peito cheio de mancha de batata doce e de comida. Coisa que os pais é que tem que cuidar e ensinar. A escola era onde hoje é o posto de saúde. Atrás, no quintal, se pegava a ponte de arame. Um pouco antes da ponte, ele provocava os outros pra briga: ‘Vêm, se vocês são homens’, e coisas assim. Um dia os alunos maiores deram uma surra nele. De tarde fui à casa da minha mãe e lá apareceu o pai do menino, para tomar satisfação de mim, por que tinham batido no filho. O pai achou ruim. Naquele dia eu é que levantei um tijolo pra dar no velho. Eu disse: ‘o tempo que o senhor veio aqui cobrar, vai educar seu filho’. Mas, fora esse caso, nunca tive problemas”, conta Valda.



Horta da escola básica municipal, a primeira no centro da cidade. Entre as professoras, dona Valda Wilke Vandresen, à direita. Entre as crianças, o falecido Odair Baumann, que mais tarde também se tornaria professor (Acervo Valda W. Vandresen)

Professora tinha mesmo moral, tanto que casar com uma delas, ou deles, era considerado uma conquista. “Quem casava com professora tinha status. Naquele tempo, o professor era considerado, mesma ganhando pouco”, diz Laurita. Que o diga o próprio marido dela, Aluízio, que se engraçou pela professorinha recém-chegada à Nova Fátima antes mesmo de conhecê-la. “Quando ela veio pra dar aula, eu tinha uma namorada. Uma cunhada me disse; ‘sabe que veio uma professorinha bonita’. Eu falei: - ela vai ser minha”, lembra Aluízio.

Foi o primeiro homem que Laurita conheceu, assim que saiu de sua terra natal, São Ludgero, para trabalhar em Santa Rosa de Lima. “De fato deu tudo certo”, diz Aluízio, que acabou um namoro antigo para conquistar e ficar com Laurita, algum tempo depois.

Dificuldades



Laurita Becker começou a lecionar em 51, numa segunda fase da educação do município, quando os pais pagavam apenas o material. “Os alunos eram muito educados”, lembra. (Foto do autor)

As reuniões pedagógicas e administrativas normalmente aconteciam na sede do município e os professores tinham que se virar pra ir até lá. Portanto, quanto mais retrocedermos ao tempo, percebemos que maiores eram as dificuldades nesse sentido, já que até 1955 Santa Rosa de Lima pertencia a Tubarão. A partir desta data passou a responder pelo município de Braço do Norte, e em 58, com a emancipação de Rio Fortuna, passou a integrar o território do município vizinho, ao qual ficou ligado até maio de 62, quando da própria emancipação político-administrativa. “Eu tinha que ir a reuniões em Tubarão, depois em Braço do Norte e por último em Rio Fortuna e Santa Rosa. Peguei todas as fases. Quantas vezes eu fiz o trajeto Rio Fortuna – Nova Fátima a pé, depois de ter ido a Tubarão. Eram 12 km a pé. Uma vez eu tinha trazido o filho mais velho comigo. Fomos a pé de Rio Fortuna à Nova Fátima, e quando cheguei na descida da nossa casa, passou um caminhão. Que pena. A gente morava com a sogra e ela nos ajudou muito a cuidar dos filhos”, diz Laurita.



Raimundo Luchtemberg (direita) recebendo um diploma ou certificado das mãos de Jorge Bornhausen, em data não definida pela família

(Acervo Rosalina Siebert Luchtemberg)

Raimundo Luchtemberg

Um dos professores igualmente com muito tempo de atuação e também bastante lembrado nas entrevistas é Raimundo Luchtemberg. Participativo, Raimundo teve uma atuação comunitária intensa, mas é lembrado principalmente pelo rigor com que exercia a profissão. Os alunos tinham que andar na linha, caso contrário não fazia muita cerimônia para aplicar seus métodos pedagógicos corretivos. “Nós ficamos sem professor, então meu pai e o falecido Bernardo Assing encilharam os cavalos e foram procurar um professor, no Pinheiral. O Raimundo era de lá e veio morar na nossa casa. Depois ele foi para a casa do seu Fernando Hermesmeier. Ele era professor, capelão, maestro do coral, era bastante envolvido, de família religiosa, um irmão dele era padre, uma família numerosa”, conta Valda Wilke Vandresen.

Daírson Vandresen, de 54 anos, foi um de seus tantos alunos e lembra bem do antigo educador. “Ele fazia a gente lavar os pés antes de entrar na escola. Uma vez, um guri roubou uma caneta, ou lápis, não lembro bem. Ele mandou o guri trazer uma vara noutro dia, pois já sabia quem tinha sido o autor. Quando o menino entregou o pedido ele pegou esse guri e *comeu* na vara. Mas ele gostava de pegar os relaxados. De vez em quando, a gente se encontra e falamos sobre isso, mas ninguém é contra ele hoje. Oitenta por cento apanharam, mas ninguém contesta a atitude dele. Tomaram aquilo como educativo”,

diz Daírson. “Ele chegou a dar aula pra 60 alunos numa sala. Como é que tu vai dar aula assim? E os filhos dele eram a toa (bagunceiros) que só vendo. Eles contam que apanhavam de relho, em casa. Eram nove filhos. Um deles morreu queimado num incêndio que começou com uma lamparina”, lembra Daírson.

“Minha mãe também foi professora e dizia que nas reuniões pra fora, ele era considerado o cara mais rígido entre os professores do grupo”, revela Marlene Schmidt, esposa de Nivaldo Schmidt, filho de José Schmidt, o primeiro prefeito do município. No entanto, Nivaldo exalta as virtudes do falecido professor. “Era competente. Poderia ter alguém tão correto como ele, mas não mais do que ele. Era até chato de tão correto que era”, diz. “Sabe o que é? Isso já era assim de casa. Essas coisas vêm de casa. Aí, ainda foi pro seminário. Ficou ainda mais rigoroso”, diz o pai de Nivaldo, o ex-prefeito José Schmidt.

Metodologia

Como dissemos, as quatro turmas precisavam ficar no mesmo ambiente e os professores tinham que “rebolar” para dar conta do recado. “Era preciso se preparar pra dar aula. Nós tínhamos a inspetora, que fazia reuniões mensais, em Braço do Norte, depois em Rio Fortuna. Tinha que fazer plano de aula pra levar pra escola, mas não dava pra seguir o plano. Na primeira série, às vezes, tinha aluno repetente, e aí tinha que dar uma atenção especial. No fim, a gente sabia o ritmo da gente. Eu preparava uma turma pra leitura, enquanto se passava no quadro coisas pra outra série, e assim por diante”, relata Valda, e emenda: “A melhor cartilha que eu tive foi Caminho Suave”.

“A gente preparava as aulas, leitura. Uns liam, outros estavam nas outras atividades. A gente dava um jeito”, diz seu Adolfo Wiemes. Pergunto se havia muita repetência, ao qual me confirma positivamente. “Tinha bastante. Naquele tempo os alunos não eram muito inteligentes pra adquirir estudo”, acredita o ex-professor. Questiono se o ambiente não-apropriado não era um fator importante para esse resultado, além de outros aspectos do modelo pedagógico da época. “Com certeza. A primeira era uma escola cheia de greta (frestas). Depois, no primeiro prefeito fizeram uma melhor. Quatro turmas, juntas, também prejudicavam muito”, conclui Wiemes.

“Eu fui seis anos na escola e não aprendi a ler e escrever”, lamenta seu Francisco Schueroff, da Nova Fátima, que estudou onde ainda hoje pertence a Rio Fortuna.

Creio que estes depoimentos são por demais realistas para dar uma ideia bastante aproximada de como as coisas aconteceram naquele período da história de Santa Rosa de Lima e serve, no mínimo, para que as atuais gerações valorizem cada vez mais todo e qualquer benefício do qual usufruam, seja ele vindo de qual esfera de governo que for.

CAPÍTULO V

O confronto entre índios e colonos



Agrupamento de índios que viviam no território de Santa Rosa de Lima
e redondezas, últimos a sofrer ataques dos brancos na região
(Reprodução)

O capítulo mais sombrio, intrigante, violento, triste e ao mesmo tempo folclórico do período da colonização do território de Santa Rosa de Lima é, sem dúvida, o conflito entre índios e colonos, uma briga sem trégua sobre a qual ninguém arrisca a dizer se houve vencidos ou vencedores. Se eu pudesse julgar diria que se houve um culpado ele se chama governo, que incentivou, apoiou, propagou e avalizou a vinda de famílias de alemães para Santa Catarina, especialmente para a região. Ao chegarem aqui, o governo não deu a assistência prometida, devida e necessária, tampouco informou aos incautos colonos vindos do além-mar que havia índios nas tais “terras prometidas”.

Os primeiros conflitos não demoraram e, somados, culminaram em perseguição mútua, saques e chacinas, tendo como pano de fundo o ódio e o medo. Como é sabido, os índios viviam na região há milhares de anos. Não é necessário discorrer muito sobre o modo de vida dos silvícolas, que viviam pelas florestas, sem regras, sem horários, sem fronteiras, sem conhecer o conceito de posse ou de propriedade individual.

Aos poucos foram chegando os colonos, figuras estranhas aos olhos dos índios, com suas foices e machados a derrubar árvores incansavelmente, florestas inteiras, abrindo clarões na imensidão verde e virgem, para depois de alguns dias atear fogo na mata já seca, a fim de plantar os poucos grãos ou mudas de leguminosas, gramíneas, verduras ou frutas que pudessem germinar. Alguns punhados de galinhas, porcos, cavalos, gado bovino, cereais, mandioca, abóbora, enfim, aos poucos os colonos viam os frutos de seu árduo trabalho aflorar da terra recém-preparada. E começaram a acumular pequenas quantidades desses alimentos, seja para o consumo humano, seja para o dos animais.

No início, os índios se limitaram a apenas observar de dentro da floresta aquela estranha movimentação. Mais tarde, talvez pela curiosidade e pela eficiência dos equipamentos agrícolas dos brancos, todos de metal, os índios começaram a se apoderar do que podiam. “Eu nasci em 1926 e já não tinha mais índios na Nova Fátima (onde nasceu). Mas meu avô, Henrique Vandresen, que dizem, caçava índio, dizia que os índios roubavam muito. Ele e outras pessoas falavam muito isso”, conta Aluízio Vandresen. “O pai colhia milho de dia, os índios de noite”, diz Bernardo Kulkamp, do Rio dos Índios. “Uma vez o pai foi para Rio Fortuna fazer umas coisas e só pôde voltar no outro dia. Quando chegou, todo o milho do paiol foi levado”, conta Roberto Assing.

Relatos de saques, furtos de alimentos e de peças agrícolas são dezenas. Uma história comum contada por quase todos os entrevistados diz respeito às caçadas de macucos, ave abundante na época e que ainda habita em bom número as matas da região. Os colonos dizem que em algumas vezes, quando matavam macucos, ao procurá-los na mata fechada só encontravam no local, penas e pistas de que os índios haviam surrupiado a caça antes que os caça-

dores a encontrassem. “O pai e um irmão dele gostavam de caçar, principalmente macucos. Ele contava que e às vezes derubava o macuco e quando ia procurar já não achava mais. Um ficava onde tinha atirado e o outro ia buscar o bicho. ‘Achou? Não. Tem que estar aí. Não, aqui só tem nada’ Daqui a pouco ouviam lá em cima alguém bater palma e gritar, ‘uh, uh, uh uh’ como quem diz: vamos embora que esse já tá garantido”, conta seu Teodoro Heidemann, 81 anos, de Rio dos Bugres. Essa mesma história é contada por Henrique Becker, que diz lembrar o que seu falecido pai, Alberto, lhe contava.

Fiquei intrigado com esses relatos sobre a ousadia dos índios. Afinal, se eles roubavam a caça dos brancos antes que os colonos chegassem ao local – e sem serem vistos –, se quisessem também poderiam abater os caçadores no momento que bem desejassem. Então, os índios não eram tão perigosos e violentos como alguns procuram fazer crer.

Seu Roberto Irineu da Silva tem outra explicação para esse comportamento dos índios. “É que eles não tinham a arma de fogo que o branco tinha. Se não eles atacariam, com certeza”, acredita.

Seu Roberto da Silva, 75 anos, morador do centro de Santa Rosa de Lima, é o último dos 10 filhos de Ireno Pinheiro, o mais famoso matador de índios (bugreiro) da região, a quem dedicarei a partir de agora um espaço generoso pela complexidade e relevância do tema. Foi um achado e uma felicidade enorme quando me asseguraram que ainda havia filhos do bugreiro vivos. Além de seu Roberto, só resta ainda José da Silva, dois anos mais velho, que mora em Joinville. O depoimento de Roberto da Silva foi muito importante para avançar no entendimento desse conflito que marcou a história da formação do município de Santa Rosa de Lima e também para esclarecer um pouco melhor alguns aspectos nebulosos do assunto.



Henrique Becker: seu pai contava que quando ia buscar o macuco morto, os índios já tinham levado a caça (Foto do autor)



Uma preciosidade de foto: Ireno Pinheiro, esposa, filhos e netos. Nesta data, o velho bugreiro já não saía à caça de índios. Da esquerda para a direita, na parte de trás, em pé: Mina da Silva (filha de Ireno); o marido dela, Roberto Honorato; a cunhada Candinha Honorato (a criança no colo se chama Robertinho); Antonio da Silva (filho); Alvina da Silva (filha); Elísia da Silva (filha); Bernardo da Silva (filho); e Clemente da Silva (filho). Na fila da frente: Ema da Silva (neta do Ireno); Ireno da Silva (neto do seu Ireno); Verônica da Silva (filha); Catarina Eizing (esposa de Ireno); Roberto Irineu da Silva, o filho mais jovem; Ireno Pinheiro (ou Irineu Manoel da Silva); Vendolino da Silva (filho); mulher do Clemente, Olinda Cláudia (nora de Ireno, com criança no colo); José da Silva (penúltimo filho de Ireno) (Acervo Roberto da Silva)

Os acampamentos

Roberto da Silva, que chama de “caçada” e “combate” os ataques e chacinas feitos pelos bugreiros, diz que pelos relatos de seu pai foram atacados cinco grandes acampamentos na região de Santa Rosa e proximidades, ocasião em que houve a chacina de grandes grupos de índios. “O primeiro foi no Rio dos Índios. Nesse aí eles mataram 33 índios. Só escaparam dois ou três, me parece. Depois foi no Morro da Palha (Orleans), em seguida no Campo dos Padres, lá na Serra, mais tarde em Rio Perdido (Anitápolis) e por último no Rio Caeté”, relata.

Questiono se a matança se resumiu a esses cinco grandes grupos. “Não, porque o velho (pai) era muito perseguido, então sempre que os índios vinham atrás do pai pra matar, ele dava um jeito de se escapar e acabava matando eles, fora dos acampamentos”, diz.

Pela descrição que Ireno fez ao filho sobre os acampamentos, as habitações eram

de palha, com a cobertura batendo ao chão em três dos quatro lados da habitação, que era de aproximadamente 6 metros por 4 metros de largura. Numa das laterais, a cobertura não tocava o solo e os índios usavam-na como uma grande porta, a única por sinal. “Em redor dos acampamentos tinha uma cerca de varas de 1,5 a 2 metros de altura. Eles se protegiam, né, porque sabiam que podiam ser atacados. O pai não foi o primeiro a fazer isso. Existiram outros bugreiros antes dele. Os índios já viviam com medo pelos matos”, adverte Roberto.

Era um círculo vicioso. Os índios buscavam a sobrevivência onde vissem oportunidade disso, e como não mais estavam sozinhos, não eram mais os “donos” da floresta, invariavelmente, batiam em terras agora ocupadas pelos colonos, e saqueavam o que achassem interessante. “Eram poucos moradores naquele tempo e os índios atacavam em bando. Batiam de um lado do rio, por exemplo, e iam levando tudo. E era desses roubos grandes que aconteciam os confrontos. Na mesma noite dos roubos os colonos se reuniam e faziam o combate”, diz Roberto. É importante que se destaque que todos os relatos de Roberto se baseiam em descrições feitas pelo pai, já que o filho caçula não chegou a vivenciar esse período.

Não pude comprovar com documentos as possíveis autorizações ou ajuda financeira do governo para as ações dos bugreiros, mas pelo depoimento de algumas pessoas que conviveram com eles, bem como o do próprio Ireno Pinheiro, havia uma autorização tácita para as ações, ou seja, uma autorização subentendida. “Nóis ia com ordem (da Justiça). Quer dizer. Não de matar, de espantar”, disse Ireno, em entrevista concedida na década de 70 ao padre João Leonir Dall’Alba. O religioso dedicou parte de sua vida a pesquisar sobre o Vale do Rio Braço do Norte e a colonização alemã na região.

O filho, Roberto, também atesta que o pai lhe garantiu que havia essa autorização. “Durante certo tempo a justiça deu autorização, mas depois trocaram aquelas pessoas e, de certo, acharam que era crime, aí não deram mais. Até passaram a perseguir quem matava índio por aí”, lembra Roberto.

De fato, Ireno Pinheiro chegou a ser preso por um delegado de Anitápolis e levado para a cadeia do município vizinho. Mas segundo relatos de algumas pessoas, incluindo o próprio filho, Ireno foi solto antes mesmo que se formasse um levante da população contra a ação policial. “Correu a notícia que meu pai tinha sido preso em Anitápolis. Mas aí se juntou uns 80 homens, armados até os dentes pra *sortá* ele. Só que chegaram lá e ele não *tava* mais preso. O delegado disse que ele já tinha voltado pra casa. Esses homens não saíram de Anitápolis sem primeiro mandar ver se o pai tava mesmo no Santo Antônio (localidade onde morava na época)”, assegura o filho caçula.

Além do apoio do governo, ou melhor, do aval governamental, agricultores e pe-

cuaristas prejudicados pelos furtos e saques dos índios patrocinavam (quando não participavam junto) ataques contra os que eles tinham como a única ameaça à sua vida: os índios. Na entrevista com Roberto da Silva em três momentos ele deixa bem clara a participação direta de agropecuaristas no extermínio dos índios. Esses relatos também são ricos em detalhes de como aconteceram algumas chacinas. “No último combate, no Rio Caeté, foram o pai, o Zé Domingos e 10 homens. Muitos fazendeiros pagavam aquelas pessoas pra ir junto e matar tudo, não deixar escapar nada. Quando chegou na hora de fazer o serviço só tinha o pai e o Zé Domingos. Os outros não chegaram até o local, de medo. Ficaram bem mais pra trás. Os índios *tavam* debaixo de um perau (pedra) de serra em duas tocas. Já era noite, uma trovoada que Deus me livre. O pai disse pro Zé Domingos no ouvido: ‘Tu me dá um tempo de eu chegar até lá (numa das tocas) que quando tu ouvir o primeiro tiro, atire daqui também.’ Quando o pai e o Zé Domingos começaram a atirar, os índios que conseguiram se escapar foram indo em direção a aqueles 10 que tinham ficado pra atrás. Era num morro. Mas *óia*, esses 10 homens, com medo, puxavam o gatilho do Parabelo (pistola automática) e seguravam no gatilho sem dar folga. O Zé Domingos numa hora gritou: ‘cuidado que a gente *tá* aqui em cima,’ que era pra não acertar no pai e nele. Mas foi tiro pra tudo o que foi canto”, relata Roberto.

O segundo momento em que Roberto revela a participação de criadores nas chacinas foi ao contar do acidente em que deixou o pai cego de um olho. “Depois disso (do acidente com olho) ele nunca mais foi atrás de índios. Eles (índios) faziam muito estrago nas criações (animais), nos campos, aí vieram (os colonos e fazendeiros) atrás dele umas quantas vezes pra ver se ele iria atrás de índio de novo, mas ele dizia: ‘não vou mais, por que tenho um lado escuro e assim não dá’ Era perigoso daquele jeito”, conta Roberto.

A ajuda de Roberto foi fundamental para estabelecer a data aproximada do acidente que cegou o olho esquerdo de Ireno Pinheiro, que foi atingido por uma espoleta de espingarda durante uma caçada de passarinhos. Caçar era uma mistura de hobby e trabalho, já que Ireno adorava fazer isso, entretanto também havia a necessidade do alimento, afinal a carne não era tão abundante assim. “A Verônica, minha irmã, tinha dois meses de vida quando ele se machucou. Eu nasci em 1935, então ela deve ter nascido em 1932. Depois disso, nunca mais ele saiu pra combate nenhum. Pois tu pensa que eles vinham bem na saída (batidas em retirada após as matanças)? Quando escapava alguns índios, eles vinham atrás do pai e dos companheiros dele até fora do mato. O pai era sempre o que ficava por último. O colega vinha na frente e ele ficava pra atrás, escondido em alguma árvore grossa. Quando o índio passava, o pai atirava e matava. Aí, corria até alcançar o colega lá na frente. Parava de novo se pressentisse que ainda tinha índio. E assim ia até ficar com segurança”, detalha Roberto. Sendo assim, deduz-se que o velho Ireno Pinheiro parou de matar índios aos 37 ou 38 anos de idade, já que nasceu em 1894.

O terceiro momento em que Roberto menciona a ajuda dos “fazendeiros” à ma-

taça dos índios é quando descreve, a partir do que ouviu do pai, como era o percurso até chegar ao acampamento escolhido para fazer a chacina. “Ô rapaz. Às vezes, viajava 10 dias, 15 dias no mato. Chuva que Deus mandava. Não podia *fazê* fogo, por que se não saía fumaça e os índios iam perceber. Eles levavam carne frita, passada na farinha, que aí ela fica enxutinha. Os fazendeiros davam pra eles”, conta.

Sob o signo do medo

A maioria dos colonos vivia amedrontada, especialmente mulheres e crianças, que precisavam ficar sozinhas durante longos períodos, pois era o marido e os filhos mais velhos que pegavam nos machados e foices na hora das derrubadas das coivaras, como se chama por aqui o roçado a ser preparado para a lavoura. Para alguns moradores, o código dos índios era bem entendido. “Meu pai conta que quando estavam na roça e os índios começavam a bater em algum pau, com muita força a ponto de se ouvir de longe, podia correr pra se escapar. Era por que eles *tavam* de má intenção. Tinha muito índio por aqui”, conta Henrique Becker, da Mata Verde.

Augusta Becker Vandresen, irmã de Henrique, também da Mata Verde, lembra de outro caso familiar trágico. “Meu avô, Germano Becker, os índios mataram quando eles moravam no Rio Pequeno. Meus pais contavam que quando eles se mudaram pra cá (Mata Verde) eles tinham uma casinha de palha e os índios chegavam até pertinho. Às vezes, o pai saía pra vender banha, de cargueiro, e ficava até dois dias fora. A mãe ficava sozinha com os pequeninhos. Meu irmão mais velho era deficiente e chorava muito, gritava, e o barulho atraía os índios, que vinham até pertinho, mas como a gente tinha cachorro brabo, os índios não entravam na casa, mas vinham até pertinho”, conta Augusta.



Ireno Pinheiro, na faixa entre 50 e 60 anos de idade, em imagem que mostra com mais clareza o olho atingido por uma espoleta de espingarda, durante uma caçada na mata (Acervo Roberto da Silva)

E na Mata Verde, a avó de Augusta, dona Henriqueta Heidemann Becker também foi surpreendida por índios. Por pouco não foi pega. “Meus bisavós tinham um engenho, que depois passaram para os meus avós. Minha avó *tava* em casa, do lado de fora, e foi surpreendida pelos índios. Ela correu até o engenho e ficou debaixo de uma escada que havia, pegou uma pá de mexer o melado e fez de conta que era uma espingarda, que ia atirar. Aí os índios fugiram,” relata Augusta. Com um relato destes, com esta riqueza de detalhes, é possível imaginar o desespero e o medo que deve ter sentido essa senhora.

“Meu avô – relata Hilberto Vandresen - contava que minha bisavó materna, ou seja, a avó da minha mãe conseguiu escapar dos índios que corriam atrás dela, pulando de um barranco, lá pra baixo. Caiu dentro do rancho de palha pela parte de cima, fugindo dos índios. Eles acabaram não encontrando ela, mas meu bisavô Jacó acabou morto pelos índios nesse mesmo dia. Eles estavam na roça e era pra ele ter corrido também, mas não conseguiu fugir. A minha avó, Matilde, tinha três dias de vida, quando os pais, no caso, os meus avós, chegaram da Alemanha. O marido dela, os índios também mataram,” conta Hilberto.

Seu Teodoro Heidemann lembra outro caso familiar: “Quando eu era pequeno, minha falecida mãe me deixou na beira de um mato, do lado de uma tora de madeira, por que tava garoando e eles estavam plantando milho. Aí o pai disse. ‘Tá *barulhando* no mato, tu vai tirar o menino de lá, por que, os bugres podem pegar ele’. Aí, a mãe foi me buscar. As pessoas tinham medo mesmo”, conta.

A vítima fatal das flechas dos índios que teve maior repercussão foi Geraldo Eizing. Não pela importância pessoal, mas pelo desenrolar trágico que se sucedeu. Casado com Maria Schmidt, os dois geraram Catarina Eizing, então, namorada de Irineu Manoel da Silva, ou simplesmente Ireneo Pinheiro. Ainda antes de casar, Ireneo jurou que vingaria a morte do futuro sogro. “Meu pai dizia que ele começou a caçar índios depois que mataram o sogro dele, o Geraldo Eizing”, garante Roberto da Silva.

A morte do seu sogro Geraldo Eizing pode ter sido o estopim das chacinas contra os indígenas, porém o episódio foi usado apenas como pretexto para recrudescer um confronto que já acontecia há décadas. O fato é que a partir de então os índios passaram a ser caçados como se fossem animais selvagens, ainda que para alguns colonos, realmente o eram. Não só para colonos; até mesmo um religioso teria lá suas dúvidas sobre a natureza dos índios. A caminho do local onde Ireneo Pinheiro viveu a maior parte de sua vida, no Rio dos Índios, ao volante do carro, converso descontraidamente com o filho, Roberto, e tento descobrir um pouco mais da personalidade e do modo de ser do velho bugreiro. Pergunto se ele ia à igreja, se era religioso, enfim. “Sim, o pai era cató-

lico, ia à igreja como qualquer outro. Um dia, ele foi se confessar e o padre era um que tinha tentado se aproximar dos índios, me parece que lá na Costa da Serra, pra ver se tinha jeito de acabar com esse confronto. Acabou que esse padre levou uma coça (surra) na segunda tentativa, que nunca mais quis saber de índio. Meu pai disse no confissão: 'Óia, eu matei uns *índio* por aí. Posso me confessar mesmo assim?' Então o padre disse: 'não dá bola, não. Isso nem gente é'. Pra tu ver como era', diz Roberto.

O padre citado é Augusto Schwirling, cujos relatos orais de moradores, já falecidos, feitos a João Leonir Dall'Alba, dão conta que Schwirling teria conseguido junto ao governo federal a vinda de um sertanista para uma tentativa de aproximação pacífica com os índios. Depois de identificar um acampamento indígena na Costa da Serra de Anitápolis, o padre Schwirling partiu em missão munido de uma grande cruz, espelhos e outros instrumentos que julgava ser úteis e necessários para a jornada. Junto com ele, o sertanista e um grupo de colonos, armados, para que em caso de falha no plano, pelo menos salvariam a própria pele. Segundo os relatos, no início os índios aceitaram os tais presentes, mas quando tudo parecia bem, não se sabe se devido a ataque dos índios ou ao susto de ver tantos selvagens, o padre teve que correr em desabalada, despencou penhasco abaixo, e se machucou gravemente no rosto. Os colonos, então, teriam aberto fogo sem trégua contra os índios a fim de salvar as duas autoridades em missão. Schwirling teria ficado com uma notável cicatriz no rosto até o fim de sua vida e pode ser que seu pouco apreço por índios tenha partido após esse episódio.



Maria Eizing, viúva de Geraldo Eizing, morto pelos índios, o que teria sido o estopim para o início das matanças dos índios por parte do genro, Ireno Pinheiro (Acervo Roberto da Silva)

Seria possível o convívio entre colonos e índios?

Ainda que a caça aos índios não tenha tido a participação de tanta gente, é notório que a cumplicidade e a aceitação, tácita ou explícita, estão presentes nos gestos e nas falas de grande parte dos descendentes das pessoas que viveram naquele período, embora chacinas já não fossem mais tão frequentes. Talvez pelo medo dos índios, talvez pelo preconceito ou pelo desconhecimento, o fato é que, em minhas andanças, poucos relataram tentativas de convívio harmonioso com os índios. Seu Francisco Willemann, 83 anos, que até os 70 anos morou no Rio do Meio e hoje mora com a segunda mulher, dona Gertrudes, em Rio Bravo, Rio Fortuna, é filho do falecido Huberto Willemann, dono da primeira serraria pelas bandas do Rio do Meio. Ele acredita que houve exageros nesse confronto e que seria possível uma convivência pacífica. “Era uma guerra, mas bem contada, era injusto aquilo, não é? Por que os colonos entravam e eles (os índios) eram obrigados a se afastar. E não tinham armas. Os colonos tinham. Meu pai nunca atacou eles e talvez por isso nunca atacaram nossa família. Se não mexiam com eles, era difícil os índios mexer com alguém”, conta ele, baseado no que o pai lhe contou.

Dona Maria da Silva, que tem lembranças muito agradáveis de seu falecido pai, diz que ele sempre buscou uma convivência amistosa com os índios. “Quando viemos pra cá de Rio dos Índios, já tinha poucos bugres. Quando o pai saía de casa e eu ficava sozinha com meus irmãos, ele dizia. ‘Se aparecer algum bugre aí, não mexa com eles. Dê um pedaço de pão’, conta dona Maria.



Serraria de Huberto Willemann, no Rio dos Índios. O filho, Francisco, diz que o local era povoado pelos índios, porém seus pais nunca foram molestados (Acervo Francisco Willemann)

Maria Weber, da Nova Fátima, também demonstra compaixão com os índios. “Eles (alguns colonos) fizeram a coisa muito triste, por que matavam os índios. Não gosto nem de lembrar. Era uma crueldade. Eles não deviam ter feito isso”.

Dionei Schmoeller, do Rio Bravo Alto, faz um relato interessante de uma história que ouviu dos mais velhos: “Contam por aqui que certa vez um agricultor tava cortando lenha, no pasto, do lado da casa. Parou pra descansar um pouquinho. De repente, por trás dele, sem que percebesse, surgiu um índio e rapidinho pegou o machado dele e correu pro mato. Depois de um tempo, meia hora, uma hora, não se sabe quanto, o mesmo índio voltou com as duas mãos juntas, abertas, em forma de concha, cheia de corós; aqueles bichos que dá na madeira, normalmente debaixo da casca da madeira. Essa pessoa interpretou como se fosse um agradecimento pelo machado que o índio tinha tomado dele”, avalia Dionei. Ireno Pinheiro e outros bugreiros contavam que esses tais corós eram uma comida muito apreciada pelos índios. “Aquilo é a tal da *bóia* pra eles”, disse Ireno ao autor do livro *O Vale do Braço do Norte*.

Dionei Schmoeller está na pequena lista dos acreditam que a história poderia ter sido outra. “Na época, não se tinha o conhecimento que se tem hoje, se não, se poderia viver em harmonia. Tinha espaço pra todos. Eu acho que sim. Tinha muito menos pessoas brancas, e índios também não eram tantos”, diz.

Há relatos de pessoas que dizem que seus pais deixavam pedaços de animais domésticos ou até mesmo de caça à vista dos índios, próximo ao mato, e que isso, acreditam, teria feito com que suas propriedades nunca tivessem sido saqueadas pelos índios.

Pergunto a Roberto da Silva se ele sente algum desconforto ou outro sentimento pelo fato de seu pai ter feito o que fez e da forma como fez. Sem pestanejar ele responde: “Não, por que cada um faz o que acha que deve fazer. Mas meu pai, sim, se sentiu mal quando um jornalista bateu uma foto de como era uma caçada (acredito que tenha sido uma fotomontagem de como seria o cenário de uma chacina num acampamento). Ele ficou ruim uns três dias a fio”, relembra. “Eu digo toda a vida. Eu não teria estômago pra isso. Não que não se possa um dia precisar matar uma pessoa, mas não de traição. Pra mim, de traição é uma dor doída”, diz Roberto.

Cachorro tem medo de índio

Ouvi alguns relatos intrigantes dando conta que cachorros estranhamente se aquietavam quando se deparavam com índios em sua frente. Se saíssem em disparada em direção a algo ou alguém que se movia em uma mata, silenciavam súbita e inexplicavelmente ao ficar frente a frente com os silvícolas. “Minha mãe contava que correu muitas vezes pra se escapar de índio. Numa tarde, elas (a mãe e mais alguma mulher) foram plantar batatinha, perto de casa. Os índios começaram a jogar pedacinho de pau nelas. Os cachorros começaram a latir, latir, e foram em direção ao mato. E quando chegaram no mato, só cheiraram e não latiram mais. Não tinha dúvida que eram índios. Aí elas foram pra casa, por que ficaram com medo”, conta Julita Willemann, que lembra de outra história ainda mais interessante: “A mãe também contava que eles tinham um cocho pra dar

água ou comida pros animais bem perto do mato. A cozinha da mãe era de taboinha de coqueiro e pelas frestas elas viam os índios até na água. Os cachorros se arrepiavam, se agitavam, mas no fim se metiam debaixo do assoalho e não atacavam os índios”, garante.

Francisco Willemann conta duas histórias muito semelhantes às de Julita: “Meus pais contavam que numa noite, lá em casa, os cachorros começaram a latir sem parar. O pai pediu ajuda para um tio, que morava pertinho, e os dois saíram pra ver o que era. Os cachorros, que estavam perto do mato foram recuando na direção da casa. Meu pai achava que era algum bicho grade demais que trazia os cachorros de volta, mas depois viram que podia ser índio. De repente, o pai deu um grito, pra ver se espantava, fosse quem fosse. Aí os cachorros foram indo em direção ao mato de novo, mas sem latir. Dizem que os cachorros latiam, mas os índios não tinham medo. E os cachorros não atacavam. Uma vez eles estavam roçando mato e de repente os cachorros deram uma arrancada em direção ao mato.

Daqui a pouco, voltaram e ficaram lá perto de novo. Ele achou que era índio que tava *negaciando*, por que os índios eram muito *negaciador*. Se *arriasse* uma coisa que eles podiam pegar, pegavam. Eles queriam ferramenta pra usar, formão, pra tirar abelheira”, diz Francisco.



Objeto encontrado com índios, em um dos acampamentos atacados por Ireno Pinheiro e outros. Este tipo de objeto provavelmente foi adaptado pelos índios às suas necessidades, feito a partir de duas ferramentas diferentes dos colonos (Foto do autor/acervo Roberto da Silva)

Afinal, quem era Ireno Pinheiro

Ireno Pinheiro era um homem de aproximadamente 1m65cm, um tanto franzino, pele branca, meio amarelada, o primeiro dos 10 filhos de Manoel da Silva. Analfabeto, nunca foi à escola. “Peguei a caçar quando tinha oito anos, já com arma de espoleta. No começo, era passarinho, mas depois foi indo, bicho cada vez mais brabo. Nunca tive medo. Tinha uma tropa de ganso brabo lá em casa. Até gente grande eles corriam. Aí a mãe me dava uma varinha pra eu brigar com eles”, relatou Ireno certa vez.

E assim, desde cedo, Ireno foi desafiado a enfrentar os perigos daquele chão selvagem, e a manusear armas de fogo. Não se sabe em que circunstâncias, nem quando deixou sua terra natal para morar em Santa Rosa de Lima, mas deduz-se que isso tenha acontecido logo depois do seu casamento, em 1915. Migrou para cá e para lá, num período em que a terra era abundante e de quem chegasse primeiro. No município, morou nas localidades de Rio dos Índios, Rio Chapéu, Rio dos Bugres, Santo Antônio, onde permaneceu 35 anos. O local onde havia a casa hoje está tomado pelo mato. Alguns tijolos maciços, umedecidos, pesando provavelmente cinco vezes mais do que um tijolo de hoje, ainda restam sobrepostos em forma de parede, com pouco mais de um palmo de altura. “Você sabe que madeira é essa”, me pergunta Roberto, apontando para um pau de mais ou menos dois metros de altura, com pequenos sinais de desgaste devido ao tempo. “É tarumã”, adianta, já cheirando uma lasca da madeira, tirada com a foice que nos auxiliou a chegar até o local. “Esse aqui é o único pau da casa que ainda tá em pé. Isso tem quase 100 anos” acredita Roberto. Por fim, em 1976 veio morar na cidade, abrigado pelo filho caçula, aonde viria a morrer 11 meses depois, em 1977.



Roberto da Silva e o único pedaço de madeira que resta da casa onde seu pai viveu durante 35 anos. “É um tarumã”, certifica Roberto (Foto do autor)



Carteira de Ireno Pinheiro, de associado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa de Lima. Fora o ofício de bugreiro, Ireno levava uma vida como a dos outros colonos (Acervo Roberto da Silva)



Paula Assing: “O Ireno trabalhou muito pro meu falecido pai. Gostava de uma caçada que era coisa de louco”, diz (Foto do autor)

Trabalhava na lavoura, onde fazia pequenas plantações de milho, feijão, arroz, mandioca, abóbora, batata e outras espécies, o que lhes garantia minimamente a sobrevivência da numerosa família. Chegou até a ser sócio do Sindicato Rural de Santa Rosa. Homem de falar manso, quem conviveu com ele diz que era muito educado e não alterava o tom da voz por nada. “Eu sempre fui gente estimada. O povo gostava de mim. Até fabriqueiro (festeiro) de igreja eu fui. Durante uns três ou quatro anos fiz salão, comprei louças, imagem de santo, cálice, crucifixo e roupa de cama para o padre. Quando saí ainda deixei 8 contos (de réis) em caixa”, orgulhou-se Ireno, ao contar um pouco de si ao padre João Leonir, na década de 70.

Além de suas próprias roças, trabalhava esporadicamente como camarada (nome que se dá ao trabalhador contratado por dia ou por tarefa) em lavouras da colonada. “Ele trabalhou muito pro meu falecido pai (Bernardo Assing). No domingo de amanhã, depois do café, pegava a espingarda e saía pra caçar passarinho. Gostava de caçar que era coisa de louco. Quando era perto do meio-dia, chegava lá em casa com passarinho de tudo o que era tipo, pendurado no cinturão de cartucho, nas mãos, por tudo”, conta Paula Assing, esposa de Teodoro Heidemann, do Rio dos Índios.

Seu José Schmidt foi protagonista de uma negociação com Ireno para que a estrada fosse aberta nas terras do bugreiro. “Quando foi feita estrada pro Santo Antonio, aquilo era uma desgraça pra entrar pra lá. Muita umidade, lodo, sombra. Ele morava lá em cima e um dia eu e o Zé Schmitz (homônimo, mas com a letra z,

funcionário da prefeitura). A gente olhou e viu que de um lado do rio era muito sombrio e não podia fazer a estrada. O ideal era fazer do outro lado, que pegava um pedaço das terras do Ireno Pinheiro. O Zé disse: ‘Olha, eu já falei com ele e ele não gostou. Se tu quer falar com ele, vai, mas acho que ele vai te dar um carreirão’. Eu disse: ‘Que nada, ele não vai correr comigo’. Fui lá, ele *tava* carpindo uma roça de feijão, minúscula. ‘Boa tarde seu Ireno’. ‘Boa tarde’, ele disse. Me olhou meio desconfiado, que o homem era muito desconfiado, arisco. ‘Pois é seu Ireno. Vim aqui pra *nóis fazê* um acerto. Eu preciso fazer essa estrada por onde o senhor tá, meio aqui.’ ‘Mas aí eu tenho essa rocinha’, ele disse. ‘Quanto de feijão dá essa rocinha, seu Ireno?’ ‘Óia, deve dar um alqueire (medida de peso de 30kg)’. ‘Eu te dou um saco de feijão pela sua roça.’ ‘Pois é, vai estragar a terra’. E ficou meio assim. Eu disse: ‘o senhor resolve, se for preciso uma indenização eu vejo também, mas resolve meio rápido que quero fazer isso logo’. Um dia depois o encontrei aqui na praça. ‘Daí seu Ireno. O que o senhor resolveu?’ ‘O senhor me falou num saco de feijão? Então tá *arresovido*’, e ficou por isso mesmo”, contou seu José Schmidt.

Até perder a visão do olho esquerdo, Ireno tinha uma pontaria de dar inveja a atiradores de elite com décadas de preparação e treino. Se bem que treinamento tão bom ou melhor do que os profissionais Ireno o tenha feito nas matas, com tantas armas em seu poder. Quem o conheceu conta que Ireno não errava um tiro. “Meu falecido pai me contava que tava o Ireno Pinheiro na venda do Germano Hermesmeyer, o pai do Fernando. Naquele tempo todo mundo andava armado. Daqui a pouco um grupinho de homens decidiu fazer tiro ao alvo num toquinho de madeira, pra baixo da ponte, onde o rio era meio fundo. Parou uma galhada e ficou um toquinho de fora. Diz que três ou quatro atiraram e nenhum acertou. O Ireno ficou por último. Pegou o revolver, e *táu*. Derubou o toco. De longe”, conta seu José Schmidt. O filho, Nivaldo, acompanha a conversa e emenda outro episódio: “O pessoal contava uma história dele que um dia, *tava* em casa e tinha mais umas pessoas perto da casa conversando com ele. Apareceu um tiezinho (passarinho), preto. Pousou numa laranjeira perto da casa dele. Ele pegou uma pistolinha garrucha que tinha, mirou, e *pá*. Certo”. Ireno sabia que tinha boa pontaria. Ele mesmo, ao descrever uma chacina que fez em companhia de Zé Domingos, justificou determinada cena da seguinte forma: “eu atirava assim, meio bem, segurava (abatia) uma paca correndo a uns duzentos metros”.

Tinha fama de destemido, de corajoso, o que o acompanhou durante todo o resto da vida, não só no período em que participou do extermínio dos índios. As crianças, quando o encontravam a caminho da escola, passavam pelo outro lado da estrada, de medo do bugreiro. A fama do bugreiro metia medo até em adultos que não o conheciam melhor. “Um dia ele entrou na prefeitura. Eu queria morrer. Quase desmaiei, mas depois,

conversando com ele, vi que não era nada daquilo. Eu tinha uma ideia que não era o que se confirmou. Não me lembro o que ele foi fazer lá. Mas tinha uma aparência normal, de um senhor de certa idade”, conta Araci Locks, a primeira secretária da prefeitura, esposa do primeiro exator a atuar no município, Adalberto Locks. Esse episódio com Araci ocorreu em 63, portanto, 31 anos depois que Ireno deu o último tiro em um índio, mas ainda assim seu nome e sua presença causavam calafrios até em gente grande



*“O Homem era ruim, mas era muito bom”, diz seu Valdemiro Dutra, sobre Ireno Pinheiro, que foi seu vizinho
(Foto do autor)*

Valdemiro Dutra, do Rio dos Índios conviveu durante muito tempo com a família de Ireno, especialmente alguns dos filhos do famoso bugreiro e não hesita em afirmar: “O Ireno era de pouca conversa, não incomodava ninguém. Não era brigão. Não provocava ninguém, mas também não levava desaforo pra casa. A mulher e os filhos dele eram muito educados” diz. Valdemiro resume numa frase, que para mim é um primor linguístico, o juízo contraditório que se fazia e se faz de Ireno Pinheiro: “O Homem era ruim, mas era muito bom”, diz. O evidente antagonismo que existe entre o “bom” e o “ruim” mostra, ao

meu ver, que as pessoas, quem sabe a maioria delas, talvez não aprovassem as chacinas contra os índios, mas ao mesmo tempo se sentiam aliviadas e protegidas com a morte dos índios. Ou talvez, o dizer simples, mas sábio de Valdemiro Dutra, mostra que Ireno era homem bom para os colonos, mas ruim para os índios à medida que não tinha piedade.

Dona Maria da Silva conta que Ireno era vizinho da família e conviveram muito com ele. Pedro, o filho mais novo de dona Maria lembra que muito tempo atrás apareceu uma pessoa querendo matar o Ireno Pinheiro. “Era um índio do Paraná, mas já falava português, tudo, num Fusca. Andava pra lá e pra cá nessas estradas cheias de buracos. Ele parou aqui em casa e perguntou pro pai, que não sabia do que se tratava. O pai orientou ele. Dizem que seu Ireno tava trabalhando na roça quando esse índio chegou e que se o índio quisesse até podia ter matado, mas ele voltou pro Paraná e lá comentou:

‘Não, daquele jeito eu não quero matar; quero pendurar ele pelas pernas e fazer morrer à míngua, do jeito que ele matava os índios’ Não matou porque queria judiar”, acredita Pedro.

Contam que no fim da vida, Ireneo andava atormentado pela ideia de que os índios pudessem encontrá-lo e se vingar pelas mortes do seu povo. Mas isso não chegou a ocorrer: os poucos índios que restaram fugiram para o Paraná, justamente para a mesma região onde fica o município de Manoel Ribas, para onde centenas de colonos também foram praticamente na mesma época. Mas lá, já em território indígena demarcado e protegido por lei, a convivência entre colonos e índios era mais civilizada. Lá, pelo que se sabe, as únicas disputas que houve foram nos campos de futebol, onde índios e colonos alemães mediam seu talento com a bola.



Ireneo Pinheiro morreu em 1977, aos 83 anos, quando morava com o filho Roberto (terceiro, da esquerda para a direita) há 11 meses, no centro da cidade (Acervo Roberto da Silva)



Do Paraná, vieram índios à procura de Ireno para se vingar. No estado vizinho, índios e colonos que migraram daqui para lá se encontraram. Mas os tempos já eram outros e as disputas ficavam mais no campo esportivo (Acervo Remi Bonetti)

Sobre o bugreiro Zé Domingos

José Domingos Gonçalves, ou simplesmente Zé Domingos, viveu na região conhecida como Campo do Rio Bravo, um cantão de terras onde fazem divisa os municípios de Anitápolis, São Bonifácio, São Martinho e Santa Rosa de Lima. Nessa mesma região, ficam as terras de propriedade da Empresa de Terras de Orleans, que teria contratado Zé Domingos para cuidar das madeiras da área. Seu Osvaldo Wenz, hoje com 70 anos, conheceu bem o bugreiro. Não melhor que seu pai, Rodolfo Wenz. “Nós (sua família) morávamos no Rio Bravo e viemos pra cá (Campo do Rio Bravo) em 1958. O pai comprou nosso terreno da Empresa de Terras de Orleans. Essa empresa botou o Zé Domingos pra cuidar desse terreno. Tinha muita madeira de lei. Araucária era de monte. Só que ele pegou a vender esses pinheiros pro pessoal. A empresa descobriu logo e quis

vender as terras, mas não tinha coragem, tinha medo do Zé Domingos. Esperaram ele morrer pra vender o terreno. Eram 600 e poucos hectares que o pai comprou, mas a terra toda era bem mais”, relata.

Não há quem tenha conhecido Zé Domingos ou ouvido familiares falar sobre ele que não tenha formado uma ideia negativa do bugreiro. Aliás, dizem que chamá-lo de bugreiro era elogio a ele e demérito aos bugreiros: “Ele não tinha amigos. As pessoas davam uma gorjeta qualquer e ele matava por uma merreca”, conta Osvaldo. “Um tempo atrás teve um fiscal do Ibama por aqui. Parece que Zé Domingos tinha matado os pais dele. Ele e outra pessoa vieram olhar uns projetos antigos por aqui. Ele me perguntou qual a história mais triste que eu sabia do Zé Domingos. Pra mim, a mais triste é que ele meteu uma bala numa mulher que lavava roupa num tanque, perto de um rio. Essa mulher tinha uma criança. Que acabou morrendo afogada procurando pela mãe, morta com um tiro de fuzil. Lá na serra ele matou um que tava trepado em cima de um pinheiro, pegando pinhão”, conta. Pergunto se era um índio. “Não, era gente. Foi só pra ver o tombo”, diz Osvaldo. Além da crueldade em si, observe que para seu Osvaldo (e outras pessoas também demonstraram isso, além do padre Augusto Schwirling), índio, não era gente.

Um exemplo de que Zé Domingos não hesitaria em matar qualquer pessoa que se achasse amigo dele ou até mesmo um familiar foi dado pelo próprio Osvaldo Wenz: “A gente morava no Rio Bravo. Eu era um gurizão. Ele conversava com o pai até tarde da noite. Eu escutava tudo, não ia pra cama. Ouvi tanta coisa. Ele não tinha coração, mas pro pai, ele era um cara bom, só que tinha que respeitar o jeito dele. Um dia o pai comprou um direito, aqui abaixo, era o terreno de uma família que tinha matado um homem e eles queriam ir embora. O pai comprou as roças e as casas. Só que tinha outras pessoas eu queriam comprar também, até um filho do Zé Domingos, que se chamava Oscar. O pai foi falar com o Zé, que ajudou o pai a pregar as portas e janelas da casa. O Zé disse: ‘Agora, se um deles entrar, eu mato’. Então, ele ia matar o próprio filho, se fosse preciso. Mas aí ninguém mais mexeu lá, pra tentar entrar”, relata Wenz.

A ajuda de Zé Domingos às tropas de Getúlio Vargas, na Batalha da Garganta, em Anitápolis, em 1930, teve várias testemunhas. Um deles foi o Afonso Nienketter, hoje falecido, de Rio Pinheiros (Anitápolis) que em depoimento ao padre João Leonir Dall’Alba deu detalhes da forma como se organizou a traição. “Os revoltosos pousaram nesta casa onde estamos, que era da minha sogra. O Zé Domingos foi lá em cima espiar e voltou. De madrugada, conduziu 92 homens que estavam aqui, por um atalho, pelo mato. Passaram na minha casa, no Rio Branco. O chefe deles avisou minha sogra que mandasse chamar o filho dela, que estava lá em cima, pois iriam atacar (...)”, disse Afonso. A Batalha da Garganta, como ficou conhecida, foi uma batalha travada entre um pelotão do grupo

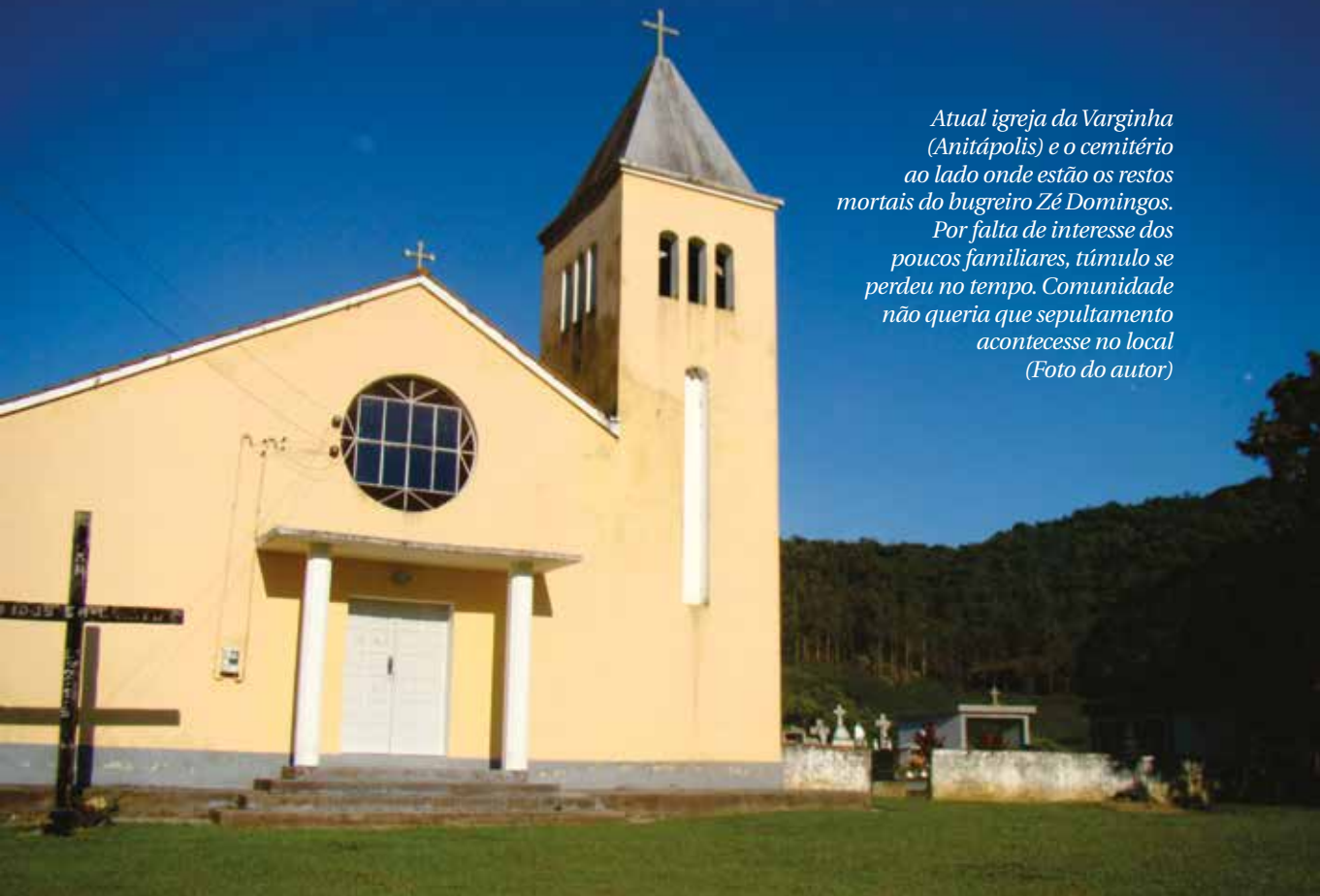
de revoltosos comandados por Getúlio Vargas, e que acabou tomando o poder, contra um grupo de militares e civis catarinenses que esperava os revoltosos pela frente, mas ele chegou pelo flanco, graças ao apoio estratégico de Zé Domingos.

Daniel Roecker, também já falecido contou que presenciou as tropas de Getúlio Vargas passar por Santa Rosa, na Revolução de 30 e que, apesar de pequeno, com apenas oito anos de idade, pôde contar 28 caminhões. “Eu até era um espião. Ficava lá em cima do morro, porque vinha ladrão junto com a tropa, que assaltava e roubava. Aí, se viesse alguém na direção da nossa casa, eu tinha que ir correndo pra avisar as mulheres para fugir para o mato. O meu pai sempre contava que ele tava indo pra Santa Rosa e quando chegou à altura de onde mora o Valdir Antunes (atual vice-prefeito) veio um caminhão e parou do lado, de repente. O Zé Domingos estava no caminhão. Ele era o guia da tropa. Então, ele viu que era meu pai e disse: ‘esse aí eu conheço. É um colono que mora ali pra atrás, então foram embora’, declarou Daniel.

O general Paulo Vieira da Rosa, que na época do combate tinha patente de comando no Exército, foi até a Garganta entregar um comunicado oficial ao comandante Mira, que chefiava o grupo de 30 soldados da polícia, mais um contingente de civis. A batalha começou justamente quando ele iria entregar o documento e, na descrição dos detalhes, mais um testemunho da presença de Zé Domingos. “Na fuga, *agarrei* o mato e encontrei uma picada, a mesma em que os gaúchos subiram. Comigo estavam o sargento e mais alguns (...). também dois bugreiros: Luiz França e um tal de Braz e o inspetor de quartelão Zeca Torres. Este estava com medo porque uma vez prendera o Zé Domingos, que jurara matá-lo, por isto. Quando soube que este (Zé Domingos) estava ali na frente do pessoal, é natural que não andasse nada tranquilo”.

Esse depoimento do general, presente no local do combate, mais as declarações de Afonso Nienketter, antes que o confronto acontecesse, bastariam para comprovar a veracidade das informações que Zé Domingos realmente vendeu seus trabalhos de “guia” para os revoltosos getulistas, que naquele momento representavam o lado oposicionista ao seu povo, o povo das Encostas da Serra Geral.

O neto de Daniel Roecker, Gilmar, me leva até a Varginha (Anitápolis), nome presente em dezenas de entrevistas e onde estariam os restos mortais de Zé Domingos, no cemitério local. Depois de uma incursão no pequeno cemitério, ao lado da igreja, nenhum vestígio de lápide ou túmulo do bugreiro. Mas uma longa conversa com Artur Stüpp e a esposa, Maria Emília Theodoro Stüpp, a Mila, e mais tarde, com a presença da irmã de Mila, Zenaide, foi bastante interessante e ajudou a esclarecer algumas dúvidas. “Há 30 anos esse cemitério era cheio de cruzeiros – conta dona Mila. Depois o povo não procurou mais, foi abandonando os familiares mortos, as cruzeiros foram caindo. Uns deixaram a gente de responsável pra tirar. O Zé Domingos tá enterrado ali, mas não tem mais cruz, nada, não tinha nome nem nada”, revela dona Mila.



Atual igreja da Varginha (Anitápolis) e o cemitério ao lado onde estão os restos mortais do bugreiro Zé Domingos. Por falta de interesse dos poucos familiares, túmulo se perdeu no tempo. Comunidade não queria que sepultamento acontecesse no local (Foto do autor)

Zenaide faz um esforço de memória para tentar estabelecer o período em que Zé Domingos teria sido enterrado no cemitério da comunidade. “Olha, eu era criança, entre cinco e oito anos, (hoje ela tem 55 anos) e lembro que deu um bafafá, porque trouxeram o corpo dele aqui e ninguém queria por aqui. Ele nem era daqui. Morava na Pitinga (Ipi-tinga, Anitápolis). Sei que no fim aceitaram, mas ninguém queria. Ele é avô do Neu, um cara que mora em Biguaçu e que não quer nem que digam que é neto do Zé Domingos”, assegura Zenaide.

Zenaide e Mila são filhas de Mané Flor, ou Maneca Flor (Manoel Moraes Theodoro), o mais próspero comerciante que existiu na Varginha, importante localidade do município de Anitápolis, mas também muito importante para Santa Rosa de Lima. Mané, além de ter tido o primeiro caminhão daquela região (por muito tempo, o único) e um ponto comercial forte, foi o primeiro prefeito de Anitápolis. Era amigo do então deputado estadual, por quatro legislaturas, Ivo Silveira, quando em 1961, Anitápolis se emancipou de Santo Amaro da Imperatriz e Mané Flor foi empossado prefeito provisório, com a incumbência de dirigir o município e promover eleições, que aconteceram no ano seguinte. Além de poder político e econômico, Mané Flor tinha fama de mulherengo. Mais do

que fama, tinha hábitos, tanto que mantinha um relacionamento com uma mulher fora de seu casamento, com quem teve filhos e tudo. Essa conturbada relação gerou tanta discórdia familiar que, segundo Mila, a amante encomendou a morte da mãe e para fazer o serviço contratou Zé Domingos. “Foi logo no início que o pai começou a se encontrar com essa mulher. A mãe desconfiou, porque bem na frente da nossa casa tinha um barzinho do meu tio, e como o Zé Domingos ficou lá até tarde da noite, a mãe desconfiou, pois ele já tinha matado mais gente a mando de outros. Tava só eu e a Zenaide, além da mãe. Naquela época o pai comprava muita banha. *Nóis carcemo* as portas com lata cheia de banha e as janelas *nóis preguemo* e ficamos em casa trancadas. A gente tinha um cachorro muito brabo e não deixava qualquer um chegar em casa. Depois não me lembro como foi, mas sei que o pai matou o cachorro, não sei se foi a pedido da amante ou o que foi”, conta dona Mila. O final dessa história de traição deixarei para revelar no capítulo apropriado ao tema. O que cabe aqui é a observação para os testemunhos importantes quanto ao local de sepultamento do bugreiro e quanto ao seu já conhecido caráter. “Além de bugreiro, ele era bandido”, emenda Gilmar, que acompanha a entrevista e ao mesmo tempo faz intervenções contributivas à conversa.

Em entrevista dada ao padre Dall’Alba, o próprio Ireño descreve o que ele achava de Zé Domingos: “Aquele homem era perigoso. Era dar dinheiro e ele matava. Tinha esse



Artur Stüpp e Mila Flor, em sua venda, na Varginha. Mila e a mãe pregaram portas e janelas de casa com medo que Zé Domingos executasse o serviço de pistolagem (Foto do autor)



Mané Flor, influente e mulherengo, o comerciante teria encomendado a Zé Domingos a morte da própria esposa, segundo a filha, Mila. (Acervo Zenaide Teodoro)

defeito. Um dia eu disse pra ele; ‘por dinheiro nenhum eu mato um cristão.’ E o Zé; ‘Eu não. Quando aparece a ocasião, eu preciso ganhar meu ordenado.’ Ele mesmo falava que tinha 18 mortes nas costas. Até de uma moça que tinha largado o namorado pra ficar com outro. O moço deu 500 mil réis pro Zé matar o rapaz”, contou Ireno.

Zé Domingos tinha um irmão, o João, sobre quem há informações contraditórias. Dona Lidvina Fritzen Dutra, da localidade de Rio dos Índios, garante que conheceu bem os dois irmãos, pois moraram perto de sua casa, em determinado período. “O João não fazia mal a ninguém. Era só cachaceiro. Mas o Zé não valia nada”. Seu José Schmidt, o primeiro prefeito do município conta uma história que, se fosse possível comprovar, confrontaria com a de Lidvina e mostraria que João não era muito diferente do irmão, Zé. “O João foi contratado pra matar um cara. Não sei bem se foi em Treze de Maio ou Pedras Grandes. Ele esperou 21 dias, atrás de um toco, pra matar o cara. Ele atirou, mas a bala pegou na testa, de raspão. O cara não morreu, mas caiu. O João foi lá e deu 21 facadas. ‘Que-ro dar uma facada pra cada dia que te esperei, seu desgraçado’, disse. Ele foi preso e tudo. O Zé Domingos também foi preso. O pai era inspetor de quartirão, nomeado pelo prefeito de Tubarão. Um dia chamaram o Rodolfo Heidemann, que era quem mandava na política na região. O Rodolfo denunciou esses bandidos. Um dia, chegou lá em casa um pessoal de Tubarão. ‘Ô, seu Antônio (pai de José). O que o senhor acha, vamos prender os bugreiros?’ Se o pai dissesse não, eles não iriam, por que *tavam* com medo que só vendo. Aí foram, e na boca da noite trouxeram os dois pra cadeia”, relatou José Schmidt. Pelos poucos relatos sobre a prisão, tudo indica que ele tenha fica poucos meses encarcerado.

Parceiros de gatilho

Zé Domingos era mais velho que Ireno Pinheiro e presume-se que tenha vivido até o final da década de 50, ou início da década de 60. Possivelmente, quando Ireno Pinheiro matou seu primeiro índio, Zé Domingos já havia feito o mesmo com dezenas deles, tanto que nas cinco grandes chacinas que ocorreram foi Zé Domingos quem chefiou os massacres. “Eu *luitava* tão bem como ele, mas quem comandava era ele”, disse seu Ireno, já no final de sua vida. Os dois tinham respeito mútuo, porém, segundo Roberto da Silva, o pai, Ireno, não aprovava algumas atitudes do parceiro de matança. Ireno chegou a dar uma bronca depois que os dois frustraram uma “caçada”, como ele chama os ataques aos índios nos acampamentos. Foi um “combate perdido”, define Roberto da Silva. Ireno e Zé Domingos estavam à espreita, do lado de fora do cercado do acampamento indígena, avaliando a forma de atacar e o melhor momento. De repente, Ireno viu que um índio percebeu a presença deles. Ireno fez sinal para que a invasão ao acampamento

se desse naquele momento, pois o índio não teria tempo de avisar os demais, mas Zé Domingos não concordou, pois tinha ouvido falar de umas armadilhas que os índios faziam no chão. “*Pulemo* já, que já *viro nós* – disse o pai. O Zé ficou com medo e isso atrasou o ataque. Quando pularam, os *índio* já tinham fugido e levado as arma deles *tudo*”, relata Roberto. “O pai disse pro Zé: ‘Olha, quando eu saio de casa pra fazer isso, eu não me conto com mulher, não me conto com filho, não me conto com nada. Não me conto nem com a minha vida, e onde eu deixar a minha vida tu sabe que eu deixo a tua também. O Zé Domingos ficou quieto. Não disse nada”, conta Roberto.

Mas os dois não costumavam perder viagem e, pelo relato de Ireno, esta foi possivelmente a única “caçada” perdida. As outras foram impiedosas, como esta, descrita pelo próprio Ireno de maneira minuciosa, em 1976, à Revista do Homem, uma publicação da Editora Abril, de São Paulo. A matéria teve grande repercussão nacional e recebeu o II Prêmio Abril de Jornalismo. “Chegamos perto do acampamento dos índios numa hora feia – contou Ireno. Era trovoadas e relâmpago que não acabava mais, uma barulhada e um *escurão* danado. *Nóis tava* tão perto que podia escutar eles falarem. Eles estavam reunidos em torno de um fogo na boca de uma gruta. *Nóis*, por cima, deitados de comprido. Esticando o braço, quase dava para encostar o cano da winchester na cabeça do mais próximo. Aí, disse para o Zé Domingos: ‘Espera eu dar a volta pelo outro lado para começar o serviço.’ Assim fizemos. Tomei meu posto, dei sinal para o Zé e começamos a festa. Pam, pam, pam! Ah, uma coivara com bastante taquara não estourava tanto quanto ali. Eu estava só com a Winchester e o facão, mas eu atirava assim meio bem, segurava uma paca correndo a uns duzentos metros (conforme já mencionado anteriormente). Sozinho gastei pra mais de 20 *bala*. O falecido Zé não sei quanto gastou. Nem sei quantos morreram. E olha que a gente era só dois, já não era como antigamente quando os companheiros da tropa eram 15, 20 (...)”.

O nome Ireno veio de Irineu, que é o correto. Segundo o filho Roberto, possivelmente porque as pessoas não conseguiam pronunciar corretamente a palavra Irineu. O “da Silva” deu lugar ao “Pinheiro”, também segundo Roberto, por que seu pai morou numa localidade chamada Pinheirinho, que o filho não soube dizer a que município pertencia. Já o padre João Leonir Dall’ Alba escreveu que é um apelido transferido ainda pelo avô, que morava numa localidade em que havia um pinheiral. Desta forma, Irineu José da Silva virou Ireno Pinheiro. Ireno declarou na década de 70 que nasceu na localidade de São José, em Braço do Norte, próximo a comunidade de São Maurício, no mesmo município. Porém, há indícios de que ele possa ter nascido em cima da serra, região que, na época, pertencia ao município de Lages, ou pelo menos seus pais podem ter nascido naquela região. Um trecho da mesma reportagem premiada, de 73, dá este indicativo: “Em cima

da serra, só tinha lugar para gente de dinheiro, gente que tinha léguas de campo e pinheiral. Não sendo dono, para morar lá tinha que ser como peão, unha e carne com o patrão. Brasileiro pobre tinha que se meter nas brenhas, onde estavam os índios. Eu, por mim, já gostava da vida no mato, das caçadas, já tinha andado por essas bandas com meu pai e meu tio. Não tivemos família. A mulher morreu faz mais de 20 anos, mordida de cobra. Eu fui ficando, peguei gosto daqui, assim, sozinho”, disse Ireno, naquela ocasião. Questionei o filho, Roberto sobre a que mulher o pai se referiu. “Olha, não sei te dizer, Acho que ele se enganou. Nem minha mãe, nem minha avó morreram desse jeito”.

Observe que, o que Ireno quer dizer com “brasileiro” é o sujeito que não é de origem européia, logo, “brasileiros”, como eram chamados os nativos ou descendentes de portugueses, espanhóis e outras etnias de não-loiros, eram os caboclos, como Ireno Pinheiro, que migravam de uma região para outra em busca de sobrevivência, de sustento às suas famílias.

Alguns desses caboclos - além de colonos descendentes de imigrantes europeus - foram os responsáveis pela “limpeza” da região, como se chamava a matança de índios, para que os colonos pudessem explorar as terras com mais tranquilidade. Ireno nasceu em 1894 e casou em 1915, aos 20 de idade. Morou em três ou quatro lugares e mais tarde construiu seu casebre na localidade de Santo Antônio, onde passou grande parte da vida. Não se sabe em qual desses lugares ele teve o primeiro contato com os índios, narrado pelo próprio Ireno desta forma, segundo a Revista Homem: “De princípio, vez ou outra eu vi algum vestígio. Um barulho. Um assobio. Mas ver, não via. Só sabia que eles andavam por aí. Um dia, fui atirar num macuco no poleiro, pertinho de casa. Disse para a mulher: ‘faz um fogo que eu vou buscar o macuco.’ Peguei a espingarda e fui, já sabia do poleiro dele fazia dias. Era à tardinha. Vi o bicho, fiz mira devagarzinho e atirei: pam! Senti o estouro no chão. *Arriei* a espingarda e fui ajuntar. Mas aonde? Procurei, procurei e nada. Pensei que o cachorro tivesse ajuntado. Gritei para a mulher, perguntei se o cachorro estava solto. Aí escutei um assobio, que nem um macaco, logo em cima da grotta. Vi que o malvado do bugre é quem tinha pegado. *Arreneguei*. Gritei: ‘Vem cá filho do cão!’ Outro assobio e mais outro. Ah, mandei chumbo na direção e vim para casa. De noite foi um inferno... O que choveu de pedra no rancho! E eu mandando, mandando tiro. Mais pedra, mais tiro, e assim a noite toda. De madrugada houve um berreiro enorme do lado deles, mas nem sei se acertei algum, eles sumiram. Aí jurei que índio nenhum ia me tirar dali. Peguei a mula e fui com a mulher até Santa Rosa. Lá é que soube da morte do irmão do meu tio, pela mão dos bugres, dois dias antes. Parece que eram os mesmos que atiraram no falecido Zé Bráulio, de flecha, primeiro no braço depois na barriga. Nessa, ele caiu e os bugres vieram buscar a flecha. Aquilo tem farpa, gancho, foi puxar e os bofes saltaram para fora,

coitado... Ah, fiquei danado. Falei então com o chefe da colônia e com o delegado. Eles me deram uma Winchester 44, uma garrucha e munição e disseram para eu não sair de onde estava. Se os índios voltassem, era para eu afugentar eles, assim não assustavam os colonos, mais embaixo, nem roubavam as roças. Foi aí, isso antes da revolução de 30, que mandei buscar o Zé Domingos para morar comigo. Ele era meu parente e juntos começamos a socorrer os colonos quando os índios apareciam”. Observe quantas informações importantes num pequeno trecho de depoimento. Tão importantes que algumas merecem ser destacadas e numeradas: 1) Ireño confirma o que tantas outras pessoas disseram sobre relatos de seus antepassados em relação ao furto dos macucos; 2) A anuência do Estado através do delegado e do chefe da colônia, que armaram o bugreiro, municiam e mandaram “afugentar” os índios. Ora, não se pode querer que alguém acredite que qualquer pessoa, naquele sertão selvagem e perigoso fosse apenas afugentar os índios; 3) Zé Domingos era compadre de Ireño, segundo o próprio, e moraram juntos e se tornaram um espécie de pistoleiros oficiais dos colonos, embora o filho, Roberto da Silva, desconheça qualquer parentesco com Zé Domingos, nem que ambos fossem compadres. 4) O auge da matança de índios feita com a participação de Ireño Pinheiro e Zé Domingos, a que tudo indica aconteceu entre 1920 e 1932.

Há, entretanto, um depoimento de Ireño dado ao padre João Leonir Dall’Alba que foi transcrito integralmente em seu livro *O Vale do Braço do Norte* que contradiz ao dado a à Revista *Homem* em relação ao primeiro contato com índios. Neste depoimento, também dado em 1973, Ireño diz o seguinte: “Eu era solteiro. Dia nublado, de chuva. Fui ver um mundéu (armadilha para pegar animais silvestres). Pistola na cinta, dei de querer pitar e fui tirando fogo de um desses trens de se fazer faísca lascando uma pedra num pedaço de lima. Quando dei trec, trec, trec na pedra, um bugre me percebeu e desabalou em tremenda corrida. Talvez pensou que fosse barulho de pistola negando fogo. Estava *negaciando* bugrios que vinham vindo. Ainda matei dois desses. No tempo de solteiro foi o único bugre que vi”, disse Ireño. Como não é possível tirar esta dúvida com o falecido bugreiro, só se pode fazer conjecturas sobre o que pode ter ocorrido. O que penso é que Ireño deve ter se esquecido no momento das entrevistas qual das duas ocasiões realmente se refere à do primeiro encontro com os índios, mas provavelmente as duas ocorreram.

Seja o que for, acredito que o primeiro depoimento de Ireño Pinheiro responde a outra curiosidade que me intrigava no início das pesquisas para este trabalho, que era a origem das armas e munições que chegavam às mãos dos bugreiros. Que raios, pensei: se num período em que querosene era o único combustível, e não tão fácil de conseguir-lo, se nem estradas havia, de onde viriam tantas armas e munições para matar tantos índios?

Sob a mira da Winchester

Aproximadamente 20 anos antes de Ireneo Pinheiro nascer, em 1875, os Estados Unidos começaram a produzir o rifle Winchester, a arma que conquistou o Velho Oeste americano, imortalizou o ator John Wayne, em seus filmes que retratavam a visão dos brancos sobre o confronto com os indígenas daquele país. No ano do lançamento do rifle, a companhia *Winchester Repeating Arms*, dona da arma, publicou um cartaz publicitário com os elementos que transformaram o rifle no símbolo da conquista do Oeste: romance, aventura e masculinidade. Oficialmente, o rifle prometia ser a arma infalível na caça de búfalos, mas sabe-se que com ela foram mortos nos Estados Unidos tantos ou mais índios do que búfalos.

E foi esta também a principal arma usada pelos bugreiros na matança dos índios que viviam em Santa Rosa de Lima e redondezas. Pelos depoimentos colhidos, sabe-se que Ireneo Pinheiro e Zé Domingos tinham entre seu arsenal de armas, pelo menos um winchester cada um. Não se pode saber qual dos quase 20 modelos até hoje fabricados os bugreiros possuíam. O Winchester é um rifle de repetição, ou seja, não precisa recarregá-lo a cada tiro. Por sinal, o cartucho recebe projétil único, uma bala, como é conhecida popularmente, e não uma carga de pólvora e chumbinhos, como é usada em alguns modelos de espingarda, principalmente de caça. O número de disparos depende do modelo da Winchester, mas em qualquer modelo é possível disparar pelo menos 12 tiros.

Na entrevista que Ireneo Pinheiro deu à Revista Homem, na década de 70, ele deixa claro que pelo menos uma Winchester e uma garrucha foram recebidas da administração do Núcleo Colonial, ou do delegado, ou de ambos ao mesmo tempo, já que Ireneo se refere apenas a “eles”. Além dessas duas armas, Ireneo tinha uma pistola Parabolo, arma automática usada pelo exército alemão e que provavelmente era da mesma procedência da Winchester. Ireneo relatou desta forma sua experiência com armas no livro Vale do Braço do Norte, onde diz, também, quantas e quais possuiu: “Lidei com todo o tipo de arma. Até com Mulicha, da Europa. A primeira vez que atirei levei um *coice*. Atirando de perto era arma pra *vará* uma prancha de dois metros. Parabolo é uma arma curta, basta calçar o dedo e os nove tiros vão se seguindo. A Winchester tem dois canos. No de baixo se coloca 12 cartuchos. Ao atirar, o cartucho vazio salta e um outro já ocupa o lugar. É uma arma perigosa também. Eu tinha. Todo o colono tinha. Fuzil, Carabina, eu tive. O revólver 38 era coisa boa. Nos tempos dos

legítimos, era um desgraçado de força. *Atirava tiro* seguro até 600 metros. Hoje, é tudo por menos do que era (...). Mauser eu também tive. Agora já me basta essa pistolinha. Hoje nem isso precisa, que perigo nenhum não tem”. A Mauser é a marca de pistolas e espingardas de fabricação alemã. Ireno não esclarece se tinha uma pistola ou espingarda, já que há nas duas modalidades.

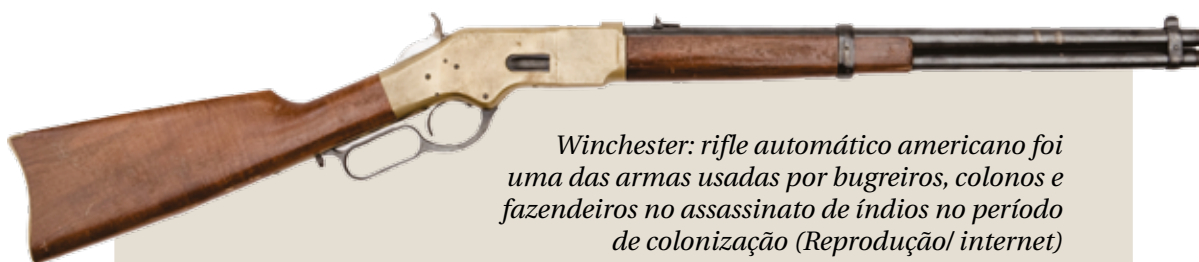
Havia também um sabre, que ficou jogado, esquecido na casa aonde atualmente mora dona Julita Willemann Heidemann, na estrada geral que vai para Águas Mornas. “O Ireno era cunhado do Clemente Hermesmeier. A Cristina Eizing, mulher do Clemente era irmã da Catarina Eizing, que eram filhas do Geraldo Eizing, morto pelos índios. O Ireno, depois de mais velho deu o sabre para o Clemente, que morava em cima do morro e depois se mudaram pra cá, onde a gente mora. Quando o Zé Clemente (filho do Clemente) vendeu as terras pro Bertolino, meu marido não levou o sabre. Deixou aqui dentro do paiol, no sótão. Depois, a filha do Zé Clemente casou com um rapaz de Rio Fortuna e um dia ele veio aqui, viu e quis levar. O meu marido não negava nada pra ninguém e deixou levar. Se não, até hoje a gente teria”. A pessoa em questão é Danilo Oenning e mora na comunidade de São Maurício. Infelizmente, apesar de contatos telefônicos com familiares de Danilo, por uma série de desencontros não foi possível falar com o homem e checar a existência de tal arma.

O facão era tão útil nos afazeres de casa que nem era tido como uma arma, mas sim uma ferramenta doméstica. Entretanto, a Zé Domingos e a Ireno Pinheiro serviu também de arma em muitas matanças, tal qual o fora nas mãos do pai de Ireno, também bugreiro em seu tempo, outra revelação feita por Ireno, ao descrever meticulosamente e com orgulho, uma chacina cruel que teve a participação do pai. “Numa batida que o meu pai deu com a turma do Martinho, tinha mais uns 30, metidos ali pela Vargem Grande, onde tinham sumido umas rezes de colono – relatou Ireno. Os índios andavam por ali, mas o que eles (bugreiros) queriam era acampamento maior. No fim de uma semana de marcha, o Martinho fez a tropa parar e seguiu em frente, sozinho. De tardinha voltou, sabendo ao certo do acampamento maior. Pela madrugada mandou atacar. O pai contava que o berreiro era dos infernos. As crianças se agarravam com as mães. Os homens atordoados não conseguiam sair do lugar. A turma nem tinha tempo de carregar as armas de novo. Jam de facão mesmo, subindo e descendo cortando. O pai lembra de uma menina que saiu correndo para o mato quando o primo dele a agarrou pelos cabelos e desceu o facão. O aço desceu pelo ombro até as *partes*. Cortou que nem bananeira. Depois tocaram fogo nos ranchos. Sobraram

só uma mulher e três crianças, mandaram para a capital, o governador batizou elas na catedral. Foi uma festa daquelas, o Martinho de herói e tal... Agora, as crianças, não sei que fim tiveram. Aqui na serra, conheci muito fazendeiro que pegava no laço os índios pequenos. Os que não morreram logo, não deram em nada. Viviam bêbados, nenhum deles casou, todos morreram cedo. *São* uma gente ruim, esses desgraçados,” contou Ireno à reportagem da revista de São Paulo.

Quanto às armas que Zé Domingos pode ter tido, há ainda mais dúvidas do que as que Ireno possuía. Pelos depoimentos de filhos de pessoas que conviveram durante um período razoável com o bugreiro, dá para afirmar que o mesmo possuía pelo menos um revólver, um rifle Winchester, uma espingarda de caça e algumas armas brancas, como facão, faca e adaga. A origem do temido rifle de repetição americano pode ser o mesmo da arma de Ireno: o Núcleo Colonial de Anitápolis ou do delegado daquele município. Seu Nilson Tenfen, próximo da localidade de Ipitinga me alerta para outra possibilidade: “Na Batalha da Garganta muita gente legalista jogou as armas perau (desfiladeiro) abaixo pra que elas não caíssem nas mãos do pessoal do Getúlio (Vargas). E quem duvida que uma dessas não tenha caído nas mãos desse bandido,” questiona. De fato, pode ter acontecido isso. É certo que Zé Domingos se orgulhava de sua Winchester e desfilava com a arma pelas cercanias do Campo do Rio Bravo, Varginha e Ipitinga (chamada de Pitinga por quase todos os moradores), região onde viveu os últimos tempos de sua vida. Seu Osvaldo Wenz, do Campo do Rio Bravo, guarda até hoje um dos cinco projéteis que seu pai ganhou de Zé Domingos. “Meu pai me deu só esse, os outros quatro não sei que fim ele deu,” contou.

Como não tenho nenhum conhecimento de armas e não encontrei alguém que conhecesse suficientemente bem a ponto de reconhecer a munição, não pude comprovar se o projétil é mesmo de um rifle Winchester.



Winchester: rifle automático americano foi uma das armas usadas por bugreiros, colonos e fazendeiros no assassinato de índios no período de colonização (Reprodução/ internet)



Oswaldo Wenz e um dos projéteis dados por Zé Domingos ao seu falecido pai. Zé Domingos costumava desfilar com seu Winchester pelas bandas do Campo do Rio Bravo e Ipitinga (Foto do autor)

Outros bugreiros

Por falta de registros do período anterior ao século XIX, não se sabe ao certo quantos bugreiros mais - além de Ireño e Zé Domingos - tenham atuado na região de Santa Rosa de Lima e redondezas. Alguns desses nomes foram citados pelo próprio Ireño Pinheiro. “O Martinho limpou a região até os lados de Curitiba. Mas para o sul, para Araranguá e fronteira com o Rio Grande já tinha outros. Era o Natal Coral, o Maneco Ângelo e o Veríssimo. No Rio Grande mesmo não conheci ninguém, mas sei que tinha. E para o lado de São Paulo, soube de gente de uma estrada de ferro que passava os domingos pas-

sarinhando os bugres. Muita gente começou cedo e ganhou muito dinheiro. Besteira foi o que fez o Natal Coral. Quando voltava de uma batida trazia as orelhas dos índios na salmoura. Só queriam pagar com a prova das orelhas, e ele se aborreceu, parou, até que os índios já estavam ficando cada vez mais raros”, revelou. O Martinho a quem Ireneo se refere é Martinho Marcelino, que segundo um homem chamado Pergentino, citado por João Leonir Dall’Alba em sua obra, teria agido durante muitos anos à caça de índios a mando de criadores serranos. Junto com ele, participava o tal Barduino. Ambos atuaram num período imediatamente anterior aos bugreiros mais famosos de Santa Rosa de Lima.

Segundo o general Paulo Vieira da Rosa, de acordo com entrevista dada ao padre João Leonir, na década de 70, o militar conheceu três bugreiros: “Luís França, que em 70 tinha cerca de 70 anos de idade, um tal Braz, e Augusto Lima. Há declarações de Ireneo e de pessoas mais idosas, ainda vivas, que dão conta que Henrique Vandresen, então morador da Nova Fátima, também tenha se juntado ao time de matadores de índios. Em depoimento à Revista Homem Ireneo disse: “Tive um alemão aqui, o Vandresen, que cismou de entrar no mato atrás dos bugres. Queria também a orelha para mostrar a sua *macheza*. Matou um, mas no que *tava* tirando a orelha, pimba! Pulou outro bugre por cima dele. O Vandresen se defendeu na faca, mas saiu ferido. Depois disso ficou com tanto medo da vingança dos outros índios que até se mudou para a cidade. Fez bem, por que os índios se vingam mesmo”, contou. Ireneo relatou a existência de outros três: Viliça, Venício e de Mané Joaquim.

Quase não dá para acreditar

Para mostrar que suas “*macheza*” - como diria Ireneo - parecesse maior do que realmente era, é possível que, tanto Ireneo quanto Zé Domingos (principalmente o segundo) tenham deturpado os fatos reais para demonstrar o quanto eram bons no ofício de matar índios. Seu Osvaldo Wenz é dono de várias histórias que, segundo ele, foram contadas a seu pai pelo próprio Zé Domingos, e que cheiram a exagero de pescador ou caçador. Numa delas o bugreiro contou que estava procurando um rancho de índios na mata virgem. “Tava chovendo e ele achou o rancho já bem perto da noite. Era morro e tinha um perau (rocha) bem alto. Logo abaixo o rancho dos índios. O Zé contava que deu a volta longe, pra não ser visto, subiu no perau, mas como *tava* muito liso, foi escorregando de repente, caiu de bunda na pedra e deslizou de vez, dentro do rancho dos índios, pela cobertura, que era de capim. Caiu encavalado numa índia. Aí pegou a espada e *flap, flap, flap*, cortou a cabeça de quase todos. Alguns ele matou a tiros, cortou o pescoço de uns par, e atirou nuns outros”.

Na conversa com um de meus entrevistados, certa vez tentei argumentar que era difícil crer que uma situação como esta poderia ter acontecido, assim, tão espetacularmente, como numa cena de cinema hollywoodiano. Mas como fui educadamente advertido que, não só essa, mas outras situações ainda mais espetaculares aconteceram de fato, achei por bem me calar e seguir o trabalho.

Também vem de seu Osvaldo outras duas histórias fantásticas relatadas por Zé Domingos ao falecido pai de Osvaldo: “Ele tava caçando e ouviu grito de porco do mato. Ele foi sorrateiro em busca da vara de porcos e quando localizou, sentiu que, subindo em cima de um perau ele poderia, quem sabe, matar um ou dois porcos. Mas, quando conseguiu chegar ao topo da pedra, eis que uma onça já estava lá, *negaciando* a mesma caça. Já era tarde, não dava mais tempo de atirar na onça. De repente, o Zé deu um grito, que era a única coisa que ele podia *fazê pra espantá* o bicho. Pois a onça se *assustô* e pulou pra baixo, matando uns dois porcos. Aí a bicha (onça) se grudo na briga com os porco, pra se *defendê*. Mas porco do mato é bicho ladino e violento e enfrenta onça como se ela fosse uma gato. Resultado. Onça morta e de dois a quatro porcos do mato mortos. Sem dar um tiro, fez uma caçada grande”.

Noutra história, que também tem o Zé Domingos como protagonista e autor do relato, o bugreiro teria mostrado sua agilidade no manuseio de uma arma. A descrição de seu Osvaldo Wenz me fez rir com vontade: “Noutra, ele *tava* num corregozinho de água bem limpa, no meio do mato. O Zé se agachou pra beber, assim, com a boca. Nisso uma onça botou os pés em cima de um pau caído, pra pular nele. Ele contou que pegou o fuzil, deu um tiro e a onça caiu mortinha na frente dele. Se é verdade, não sei, mas que o homem era medonho, era”, conta Osvaldo.

Um relato - que não tem nenhuma graça, pelo contrário - feito por absolutamente todas as pessoas que comentam sobre os índios e a ação dos bugreiros é sobre o modo como eles matavam as crianças índias: “jogava os indiozinhos para cima e aparava na espada (ou na faca)”. Da forma como as pessoas falam disso tem-se a impressão que era o procedimento de praxe dos bugreiros, o que desde o início deste trabalho neguei-me a acreditar. Nas duas ou três entrevistas que Ireno deu, ele não menciona esse modo de agir no momento do ataque nos acampamentos dos índios. Pelo contrário, disse que em apenas uma ocasião mataram um indiozinho desta forma. “A gente matava parêlho, primeiro os adulto”. Outra hipótese que tenho é que a versão dos fatos contada por Ireno nas rodas de amigos é uma, mas nas poucas entrevistas que deu, é outra, daí a contradição entre o que o povo comenta, que é baseado em relatos orais de Ireno, e o pouco que foi escrito sobre Ireno, que tem origem nos relatos oficiais feitos a historiadores e jornalistas.

CAPÍTULO VI

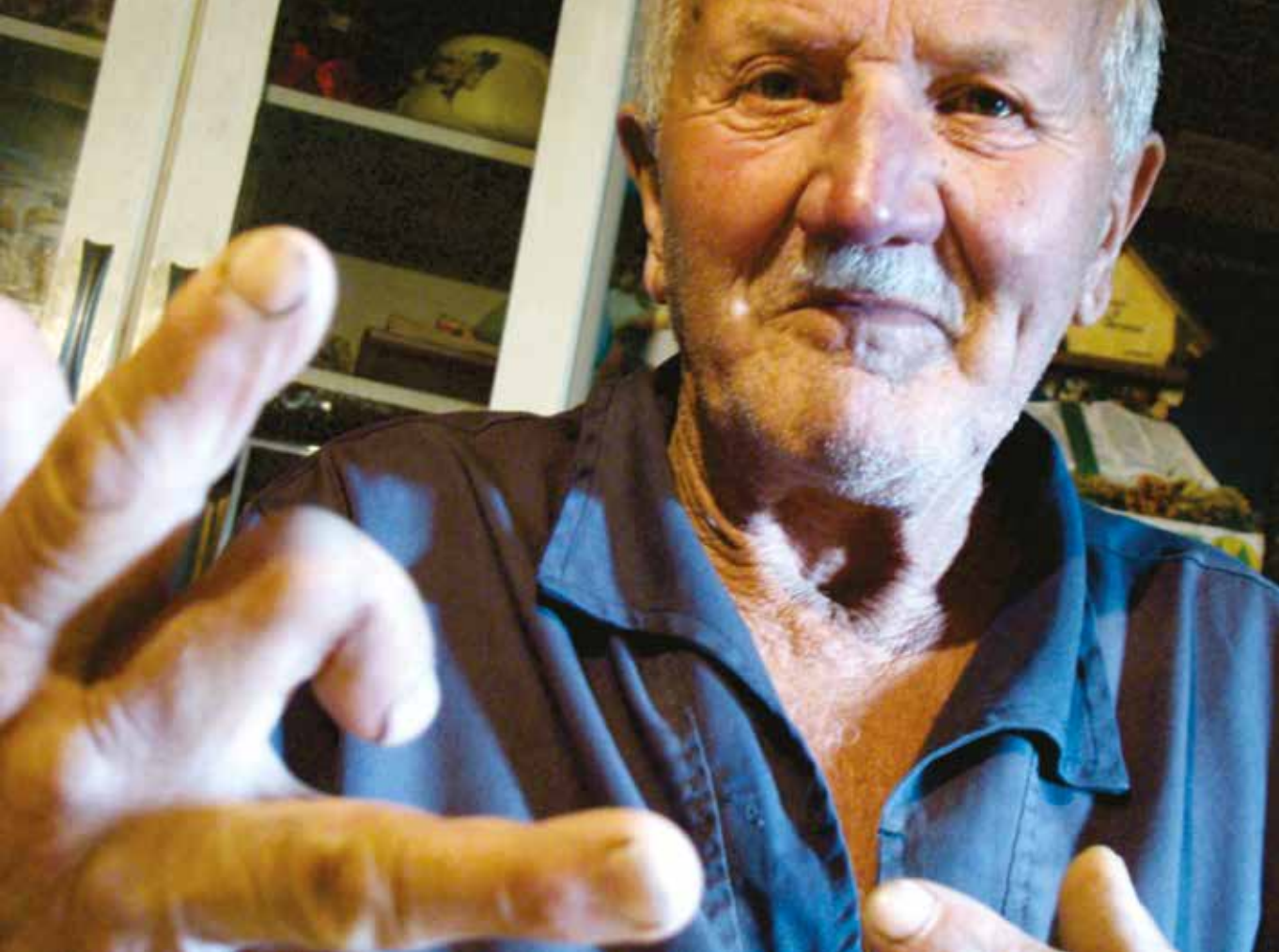
Picadas de cobra



**Picadas de cobra foram a causa de um número de mortes que impressiona.
Difícilmente há família que não tenha tido pelo menos um caso**
(Reprodução internet)

O número de casos de picadas de cobra - e que quase sempre levavam a pessoa à morte - foi outro aspecto impressionante da ocupação do território de Santa Rosa de Lima. É mais um componente no já sofrido histórico de vida dos colonizadores do município. Um dos casos mais fantásticos que ouvi foi de seu Remi Bonetti, que diz que ter ficado dois meses à beira da morte, sem socorro, e que deixou sequelas irreversíveis numa das mãos. “Eu tinha no máximo seis anos e nós *prantava* trigo. Não se comprava farinha. Carpia a palhada, botava fogo e ficava o chão limpo. Minha mãe foi *plantá* feijão e com a enxada ela fazia a cova. Meu irmão Renelo, o mais velho, vinha com uma bolsinha, atrás, e botava ao feijão na cova. Minha mãe dizia que os ratos estragavam muito o trigo. Eu era pequenininho e ouvi aquilo. Debaixo dos paus e pedras tava tudo cheio de palha de trigo que os ratos tinham comido. Tinha um cepo (toco de árvore cortado) e embaixo tinha um oco e eu decidi que ia achar esse rato. Só que, dentro do oco, em vez de rato tinha uma jararaca, daquela que se não mata, aleija. E eu, criança, botei a mão. Ela me deu uma bocada e pegou assim (mostrando o dedo anelar da mão direita). Quando senti aquela fígada puxei a mão pra trás. Ela veio um meio metro pra fora, agarrada no dedo. Depois soltou e voltou pra toca. Daí fui pra perto da mãe e disse: ‘mãe, *tá* me doendo aqui, *ó*. Do furinho onde pegou a presa tava saindo sangue e uma aguinha amarela. Ela perguntou: ‘onde tu botou o dedinho?’ Eu disse, mas já com medo de apanhar. Fui lá e mostrei. Ela pegou e enfiou o cabo da enxada pra dentro e foi socando com força até que matou a cobra. Foi puxando pra fora... Mas era uma *teja* de uma jararaca. A mãe amarrou um cipozinho no pulso, viemos pra casa do tio Joaquim, mandaram chamar o pai, que trabalhava na casa do tio João, perto dali. A mão ficou preta. Cortaram o cipozinho e a manga da camisa. Daí, o braço e tudo mais foi inchando em minutos. E eu fiquei dois meses nesse estado, morre e não morre. Mas olha, não tinha um fio de cabelo, junta, que não saísse sangue. E foi indo, foi indo, depois, num dia de manhã, eu tava deitado na cama e vi um negócio branco, aqui (apontando para o dedo torto). Era o osso do dedo saindo fora. Puxei ele e *pinchei* (atirei) pela janela. Aí o dedo caiu pra dentro porque atorou o nervo e o dedo ficou desse jeito. A dor era coisa de louco. O dedo apodreceu. Inchou tudo. Mas olha, naquele tempo não tinha soro, nem contra veneno, não tinha nada. Era assim. Se não era pra morrer, não morria. Tinha que contar com a sorte”, relata Remi.

Mal seu Remi concluiu esse relato trágico e rico em detalhes, emendou outro caso, esse contado por seu pai. “Meu pai viu uma moça da Boa Vista morrer de picada de cobra. Sei que o pai dizia que era coisa mais feia de ver essa moça antes dela falecer. Diz que na cama, ela se dobrava toda, tipo de uma cobra, de tanta dor, até que parou e faleceu”, lembra Remi.



Remi Bonetti: “Eu tava deitado na cama e vi um negócio branco, aqui no dedo. Era o osso do dedo saindo fora. Puxei ele e pinchei pela janela. Aí o dedo caiu pra dentro, por que atorou o nervo e o dedo ficou desse jeito. A dor era coisa de louco. O dedo apodreceu”, conta seu Remi, sobre a picada de cobra que quase tirou sua vida (Foto do autor)

Seu Remi diz que até 1951, na região onde mora (Santa Bárbara, na costa da serra) havia muita cobra, mas um episódio nada agradável fez diminuir a população do temível réptil. “Como era tudo mato, aqui tinha muita. Aí, em 1951 deu um incêndio em cima da serra. Todo o serrano *usa queimá* o campo, mês de setembro, depois do inverno. Quando dava inverno muito brabo, o pasto secava muito. E o fogo veio lá de cima. Era dia e noite aquele fogo vindo, um vento! Era mês de setembro, meio seco. Nesse faxinal, era só carazal e um mato mais baixo. O fogo era tanto que queimava até mato verde como se fosse seco. A gente ficou apavorado. *Chamemo* gente do Rio Azedo, Rio dos Índios, por aí tudo, pra ajudar a cercar, se não ele podia ir lá pra baixo também. A sorte que choveu bem, logo em seguida, e isso ajudou a gente a segurar o fogo. Aí acabou bastante a cobra”, diz.

O fogo pode ter exterminado um bocado de cobras lá pela Santa Bárbara, mas também pode ter provocado a migração do réptil para locais próximos, se bem que elas eram abundantes em todos os rincões. Um pouco abaixo, na localidade de Nova Esperança, outro caso triste, na família Tonn. “Minha mãe faleceu por causa de uma picada de cobra. Eu tinha somente 11 anos. Naquela época, muitas pessoas faleciam de picada de cobra. Ou ficavam com problema pro resto da vida. Isso faz 52 anos. Não tinha recurso. Fizeram até injeção em casa, mas tu sabe; podia ser uma dose muito alta ou muito baixa. Ninguém sabia ao certo. Ficou uma ferida que não fechou mais. Não foi o caso da minha mãe, mas os doentes tinham que ser levados com carro de boi até Rio Fortuna ou Braço do Norte. Ainda hoje tem muita cobra nessa região”, diz Edith Tonn Pacheco.

Nem mesmo o temível Zé Domingos resistiu a uma picada de cobra. Segundo Osvaldo Wenz, cujo pai conviveu bastante tempo com o bugreiro, Zé Domingos foi picado por uma cobra coral, o que o levou à morte lentamente. “Não se aprumou nunca mais. Foi definhando, secando, não comia. Ficou uns seis meses assim. Morreu com menos de 20 quilos”, garante.

Contam alguns que o pai de seu Henrique Becker, seu Alberto, costumava fazer umas garrafadas de remédio e que o mesmo teria ajudado a livrar muita gente da morte precoce e dolorida depois de ter sido picada por cobra. Quando eu dava por encerrado meu trabalho de entrevistas, eis que tenho a grata surpresa de falar com uma das filhas do falecido Alberto, Augusta Becker Vandresen, que não só confirma o conhecimento do pai, como faz um relato pessoal impressionante: “Daqui, da nossa família, sete pessoas foram picadas. O Henrique, meu irmão, a esposa dele, o Augusto, o André, a Verônica, a Maria e eu. Naquele tempo, todo mundo ia descalço pras roças. Ninguém ia pro hospital por causa de picada de cobra. Era tudo tratado com aquilo (garrafadas). Colocava em cima e pronto. Ele curou muita gente”, conta Augusta. “Meu pai aprendeu a fazer isso - prossegue Augusta - lá em Rio Cachorrinho (Grão Pará), do sogro do Henrique (irmão dela). O pai colocava num pote, rosqueado, colado com cera de abelha. Ficava ali por 30 dias. Se não me engano tinha cipó melão, jaguarandi, cachaça e mais alguma coisa. Botava num pano, coava, depois ele emendava mais um pouco de cachaça porque se não ficava muito forte”, relata Augusta.

“A gente roçava capoeira descalço - recorda Ida Schmitz. Eu mesma tinha um medo de cobra! Por que tinha muita cobra. Minha madrasta foi picada duas vezes, mas não morreu. Naquele tempo todo mundo tinha remédio em casa. Eles faziam garrafadas grandes. Botava aquilo em cima, tomava. Funcionava, por que a mãe passou mal, mas resistiu. Na segunda vez ela foi arrancar mandioca e a cobra estava no pé e picou”, conta Ida.

O conhecimento popular de seu Alberto foi repassado a poucos. “Ele ensinou só pra mulher do Henrique, a Maria, que se interessou. Ensinou também pro genro, o Adolfo Vandresen, pai do Hilberto”, acredita Augusta.

Como Adolfo Vandresen já é falecido, pensei que esse conhecimento popular já havia se perdido. Porém, no caminho de volta de uma incursão até a Varginha (Anitápolis), quando gentilmente o historiador Gilmar Roecker me acompanhou até o cemitério onde foi sepultado o bugreiro Zé Domingos, eis que, numa conversa desprentensiva entre nós, Gilmar me confessa que há sim, uma pessoa que sabe fazer as tais garrafadas. E me leva até Lindolfo Baumann, o popular Castelo, morador nas redondezas da escola estadual. Castelo confirma que aprendeu mesmo com Adolfo Vandresen e tem na ponta da língua todos os ingredientes. “Cipó melão, raiz de guiné (uma erva que dá nos quintais e capoeiras), jaguarandi (a raiz dele é anestésica), gengibre e cachaça. É bom não só pra picada de cobra. Também serve para alergia, picada de inseto, aranha, muita coisa. O ex-prefeito Luiz Heidemann tinha câncer de pele e se tratou durante muito tempo em Florianópolis. Mas depois de um tempo que ele passou a usar meu remédio, se curou. Se foi realmente isso, não sei, mas sei que ele ficou bom”, diz Lindolfo.



Lindolfo Baumann, o Castelo, e sua garrafada. Conhecimento popular sobre a mistura de ervas e raízes contra picadas de cobras e de insetos foi repassado a ele por Adolfo Vandresen, genro de Alberto Becker, o único ou um dos poucos que sabiam fazer o remédio (Foto do autor)

O remédio tem uma coloração em tom marrom escuro e tem um cheiro forte devido ao álcool e às raízes. “O Luiz Heidemann recomendou meu remédio pro Lino, que tinha úlcera varicose. Dei um vidro de Nescafé grande pra ele botar num pano molhado. Ele botou aquilo e deve ter ardido, aí jogou o vidro na grota na mesma hora. Deve ter ardido, e arde mesmo. O guiné é forte. Quando vou picar ele, chega arder as vistas”, relata Castelo.

O remédio é de uso externo, embora, dizem, se for bebido em pequenas doses, também tem propriedades medicinais. Não foi o que aconteceu com um personagem bastante conhecido no município: “Uma vez o Babo (Lenoir Schlickmann) veio aqui por que precisava se curar de uma picada de inseto. Eu botei num copo pra ele esfregar, mas dei uma bobeira e fiquei de costa pra ele. Pois ele não tomou tudo num gole só? Aquilo chegou a sair pelo nariz. Quase morreu. Ficou desacordado horas”, conta Castelo.

Algum tempo depois encontrei Babo e chequei a veracidade da história, questionando-o sobre a atitude que poderia tê-lo levado à morte. “Imagina se eu não iria tomar tudo. Foram muitas picadas de abelha e se eu não fizesse isso, eu ia morrer era das picadas de abelha. Mas olha, foram três dias botando pra fora cheiro de abelha, pelo corpo”, contou.

Cientificamente não se tem como comprovar a eficácia das tais garrafadas, mas também não há como duvidar que o tal composto tenha realmente curado ou salvado muita gente do infortúnio de picadas de répteis, insetos e outros animais peçonhentos.

O velho Ireno Pinheiro foi outra vítima de cobra, quando seu principal instrumento de trabalho era a enxada e não mais a Winchester e o Parabelo. “Uma vez ele foi picado. *Tava* nas últimas. Não tinha socorro, nada. Falaram pra ele que se comesse o fígado da cobra ficaria bom. Como ele tinha matado a cobra, comeu, e escapou”, conta seu Valdemiro Dutra.

CAPÍTULO VII

Socorro médico



Estetoscópio foi uma peça desconhecida para a maioria das pessoas que viveram nos primórdios da colonização de Santa Rosa de Lima. Muitas pessoas morriam por falta de socorros médicos simples

(Reprodução internet)

A desinformação, a dificuldade de locomoção e a falta de medicamentos, de médicos e de outros profissionais de saúde faziam com que as pessoas apelassem para o conhecimento popular, crendices e, invariavelmente, contassem com a sorte nos momentos de urgência por um socorro médico. Muita gente morreu de complicações de saúde simples até mesmo para a época, por não ter tido um atendimento médico. Socorrer uma pessoa necessitada, fosse por doença, fosse devido ao parto, era uma verdadeira façanha e geralmente mobilizava não só a família do necessitado, mas também várias outras pessoas. “Tinha um vizinho que teve pedra nos rins. Ele gritava de dor. Carregamos ele numa branda, em quatro, até o Rio Bravo. Mas também, no outro dia, o couro nos ombros tinha saído”, diz seu Osvaldo Wenz, do Campo do Rio Bravo.

Seu Huberto Roecker e a dona Alvina tiveram 13 filhos. O último deles teve sérios problemas de saúde, tanto que o menino não sobreviveu mais do que cinco meses. “Ele teve mais de mês no hospital de Braço do Norte. A gente ia de charrete daqui pra Braço do Norte pra cuidar dele. Vinha pra casa, fazia as coisas, por que os filhos eram pequenos. Enchia as latas de doce pra vender e ia de volta, de charrete. Uma vez por semana. O Huberto ficava lá com ele”, conta Alvina. Seu Valdemiro Dutra, como já foi mencionado por outra razão, chegou a ficar uma semana em coma, em casa, jogado à própria sorte, sem que os pais o levassem a um médico.



Huberto Roecker e a dona Alvina. O último dos 13 filhos nasceu com sérios problemas de saúde. “Ele teve mais de mês no hospital de Braço do Norte. A gente ia de charrete daqui. Aproveitava a viagem e levava bolacha pra vender lá.” (Foto do autor)

CAPÍTULO VIII
**Dentistas.
Os práticos**



Dentista prático Helmut Baumann e seu motor movido a pedal
(Foto do autor)

O isolamento de Santa Rosa de Lima de centros maiores impôs aos moradores dificuldades em praticamente todas as atividades, e não foi diferente quanto ao acesso ao tratamento dentário. Sim, tratamento, por que assistência mesmo, não havia: simplesmente as pessoas procuravam o dentista quando a situação já era delicada. Profissionais com formação universitária evidentemente não havia. Até em municípios maiores, como Braço do Norte e Tubarão, esses profissionais eram escassos. Foi aí que entraram em cena os dentistas práticos, que tiveram uma importância muito grande à época, apesar das naturais limitações.

Santa Rosa de Lima teve dois dentistas de destaque: Helmut Baumann e Aluízio Vandresen. Aluízio, de 86 anos, e morando na localidade de Pinheiral, em Braço do Norte, nasceu e morou durante muito tempo na localidade de Nova Fátima. Atuou meio século como dentista prático e faz uma série de relatos fantásticos sobre esse período. “Nós éramos três irmãos. O mais novo praticou e eu trabalhava com ele, ajudando. Viajei muito com ele e aprendi com ele e também com outro irmão, que trabalhava em Francisco Beltrão (PR). Tenho um que trabalha em Curitiba e se formou dentista mais tarde”, conta.

Aluízio parou de atuar há cinco anos e é irmão de Roberto Vandresen, que também tentou aprender o ofício, mas desistiu em seguida. As dificuldades enfrentadas impressionam. “Comecei a trabalhar a cavalo. Dois cavalos; um montado e outro pra levar o material. Quando chovia tinha que deixar os cavalos e passar a pé”, lembra. “Tinha que levantar de madrugada, às 3 horas, um pouco mais, pra poder chegar a tempo”, intervém a esposa, dona Laurita.

Já Helmut Baumann, 80 anos de idade, apesar de mais jovem que seu Aluízio tem mais tempo de atuação: 60 anos de atividade, segundo ele. “Ele aprendeu a trabalhar com Rudolph Bunn, de São Bonifácio. Os porcos do meu sogro, que morava com a família no Rio Bravo Alto, morreram todos por causa de uma peste e ele (Helmut) saiu pra trabalhar de alfaiate, na Santa Maria (São Bonifácio). Mas logo desistiu. Disse que tinha que ficar muito tempo sentado”, relata a esposa de Helmut, dona Verônica, também com 80 anos. Ela se tornou a porta-voz do marido, desde que ele sofreu um Ataque Vascular Cerebral, no início de 2011, e por isso não consegue mais se comunicar verbalmente. A foto de Helmut tentando deslanchar na carreira de alfaiate ainda está guardada com a família, que preserva também objetos interessantes, como a caixa de madeira de lei, onde Helmut transportava o material usado nos pacientes, um equipamento de afinar as coroas, o múfulo, peça onde as dentaduras eram ferverdas, e o motor movido pelos pés, usado para procedimentos como polimento e obturações.

Evidentemente, o cavalo também foi o veículo de transporte de Helmut, só que por pouco tempo. Pelo menos no lombo do animal. “Logo no começo compramos uma charrete. Fomos os primeiros a comprar. Nem em Braço do Norte, nem em Anitápolis, ninguém tinha uma”, conta a esposa.



Helmut Baumann pensou em ser alfaiate, antes de se tornar dentista prático (Acervo da família)



Helmut, com a esposa Verônica. Dentista prático ainda guarda alguns objetos, como o equipamento usado para ferver as (dentaduras) próteses (Foto do autor)

Os dentistas práticos recebiam o pagamento pelos serviços preferencialmente em dinheiro, mas nem sempre isso era possível. “Às vezes eu recebia alguma coisa em troca, um porquinho, uma galinha, enfim, você via que a pessoa não tinha de onde tirar dinheiro”, pondera Aluízio. Com seu Helmut não foi diferente, entretanto, a esposa lembra que a lista de calotes que o marido sofreu é extensa e mostra um pacote de folhas com a relação dos serviços prestados, o valor e o nome das pessoas que nunca pagaram. “Muitos tinham dificuldades, mas muitos se faziam de pobre. Podiam pagar, mas se faziam de pobre. Não têm vontade de pagar, não adianta... Teve uma que ficou devendo e deixou cair a dentadura no chão, que rachou. Veio aqui e disse: ‘Ah seu Helmut, eu não paguei a dentadura e deixei cair, e quebrou, e agora?’. O Helmut disse: ‘agora tu primeiro vai pagar o que tu deve e depois volta pra arrumar’. Ele nunca tinha falado desse jeito com ninguém. Aí, ela colocou não sei com quem e nunca mais voltou aqui”, conta Verônica.

Seu Aluízio também relata dissabores com os maus pagadores: “Nos últimos tempos de profissão, eu cobrava pelo todo. Estipulava o valor pelo trabalho e pedia um adiantamento, por que tinha gente que me lograva. Extraía os dentes comigo e depois ia procurar outro dentista pra fazer a ponte. E eu também às vezes pegava gente com os dentes já extraídos. Com certeza tinham logrado outro dentista. Mas eu só cobrava à vista de quem eu não conhecia. Eu também pegava muito ouro em troca. Antigamente,

era muito ouro”, diz. Era um tempo em que ter um dente coroadado a ouro era símbolo de status. E o valor da grama de ouro não representava tanto valor.

O prático tinha que saber de tudo um pouco pra dar conta do recado. “Eu fazia tudo, pois não tinha ninguém mais. A dentadura a ouro dava um trabalhão. Uma dentadura normal, dava pra fazer num dia, mas uma ponte a ouro levava três dias, apertado. Tem que fazer as fundições de cera, depois de ouro. Ui, levava muito tempo, dava muito trabalho, era um serviço difícil. Mas não havia um serviço que a gente pode dizer que era o mais requisitado. A gente fazia tudo”, conta Aluízio.

Dona Verônica atesta o que diz seu Aluízio, em relação à versatilidade dos práticos. “O Helmut fazia de tudo. Era muito caprichoso. Fundia ouro, fazia as capinhas, tudo. Ficava até tarde fazendo as coisas dos clientes em casa”, diz.

O material usado no ofício era buscado de charrete em Rio Fortuna, mais tarde, de jipe. Como pouca coisa era encontrada na cidade vizinha de Rio Fortuna, os dentistas

rumavam para Braço do Norte ou Tubarão, dependendo da necessidade.

Os práticos se alojavam na casa de uma família (quase sempre a mesma) em determinada comunidade e lá atendiam durante um dia inteiro o máximo de pessoas possível. As pessoas ficavam sabendo através de conversas entre vizinhos e quem precisava se socorria ao dentista sem marcar hora. Os afazeres domésticos e da roça, a distância e o tempo escasso faziam com que muita gente tentasse abreviar as idas



Caixote de madeira que serviu para carregar o material dentário durante décadas. No início, era um cavalo para o dentista e outro para o transporte do material (Foto do autor/acervo da família)

ao dentista, que já faziam poucas visitas ao interior. “Uma vez atendi uma mulher com inflamação num dente. Veio recomendada por um médico pra extrair todos os dentes. Começamos arrancar dois em cada dia. Depois três. Ela quis arrancar mais por dia, mas aí eu disse: ‘não posso fazer isso. Se acontecer alguma coisa?’ Ela se responsabilizou e então arranquei os oito que faltavam, mas não deu hemorragia”, diz seu Aluízio, que assegura que em toda a sua carreira só houve uma vez em que o paciente teve problemas: “Só uma vez deu hemorragia. Mas a culpa foi dele, que mais tarde me disse que andou pendurado de cabeça pra baixo, no chiqueiro”.

Recorde

Seu Aluízio lembra com espanto de seu recorde de extrações de dentes. “No Rio dos Índios extraí 18 dentes num dia. Foi o máximo que arranquei. Um dia aconteceu um caso engraçado. Chegou um homem com uma mocinha, filha, pra extrair uns quatro dentes da frente, pra fazer uma ponte a ouro. Era uma sala aberta. Tava assim de gente. A guria ficou olhando como eu fazia num outro cliente e daqui a pouco, *paft*. Caiu no chão, desmaiada. Aí, chegou a vez dela e achei eu, ela não iria querer. Que nada, disse ‘eu quero, quero, quero’. Então tirei dois, depois mais dois, num outro dia”.

Cuidados com cáries

Por falta de informação sobre profilaxia e higiene e devido às condições financeiras precárias, a grande maioria das pessoas tinha a dentição comprometida pelas cáries. “Era tudo estragado, desde novo. Tinha gente que sofria. Chegava gente aqui em casa de noite morrendo de dor”, lembra dona Laurita, esposa de Aluízio, que, como professora, também testemunhou em sala de aula a forma como os pais encaravam os cuidados com os dentes. “Ninguém escovava os dentes. As professoras tinham que ensinar. A gente cobrava a escovação dos alunos, mas se ouvia o seguinte: ‘mas o pai não quer comprar escova’. Naquele tempo era difícil, em vista de agora. Então, é preciso entender as condições daquela época”, pondera.

Ouro

O ouro usado nos dentes era comprado em discos, depois, trabalhado conforme o pedido do cliente. Como quase todas as pessoas tinham dentes em ouro e também quase todo mundo, mais tarde, acabava usando próteses (dentadura), o metal acabou virando moeda de pagamento pelos serviços dos dentistas práticos. “Quando vinha uma pessoa com dente de ouro estragado e queria fazer dentadura eu fazia a proposta. ‘Me deixe o ouro e o preço é tanto’, bem mais barato. ‘Se você quiser o ouro de volta, é tanto’, bem mais caro. As pessoas acabavam deixando o ouro, claro. Era vantajoso pros dois lados. Eu vendi muito ouro”, conta Aluízio.

O ouro circulava com tanta frequência que havia compradores certos para o produto. Compradores nem sempre honestos. “Um dia, um cara de Criciúma logrou nós (práticos) todos na região. De Braço do Norte até Anitápolis. Ele sempre pagava em dinheiro e certo dia, que por acaso eu estava com bastante ouro em casa, ele disse que não

tinha dinheiro vivo, mas que pagaria em cheque. O cheque era dele, mas mais tarde soubemos que a assinatura era de outra pessoa. Ficamos sabendo que ele deu cheque pra todo o mundo na região”, lembra Aluízio. Todo mundo, na verdade, não. Seu Helmut não foi vítima nessa ocasião, conta a esposa, mas não duvida que o golpe tenha ocorrido mesmo.

Além de Helmut Baumann e Aluizio Vandresen, em Santa Rosa de Lima, outros dentistas práticos atuaram na região. Segundo dona Verônica havia um, chamado José Schreiber, em Anitápolis, e em Rio Fortuna havia o Guido Effting, o Jacó Borges, o José Exterkoetter e pelo menos outros dois em Braço do Norte.

Fiscalização sobre a atividade dos dentistas práticos quase não havia. “Pois se eles (os dentistas graduados) nem davam conta de atender as pessoas que procuravam”, questiona Aluízio. “Uma vez, um formado, de Braço do Norte, deu parte (denunciou). Mandaram me chamar. Aí, eu falei pro juiz. ‘É proibido fazer também dentadura, chapa tudo’ - ‘Tudo’, ele disse. ‘Mas é só eu ou todo o mundo’ - perguntei. ‘Por que tem outros dois em Rio Fortuna, dois em Baço do Norte, um em Anitápolis’. Mas é que o denunciante perdia clientes pra um prático de São José (Braço do Norte). Aí o juiz mandou chamar os outros. Depois não deram mais em cima. Os deputados mudaram a lei. Os velhos poderiam trabalhar, mas os novos não: teriam que fazer o curso. É que tinha muito idoso que era só isso que sabia fazer, eu até me virava com outras coisas. Às vezes, eu ia até na roça plantar umas coisas, mas muitos velhos não sobreviveriam se fossem impedidos de atuar”, diz Aluízio.



*Seu Aluízio Vandresen e Laurita Becker. Ex-dentista prático se encantou pela professora recém-chegada a Santa Rosa de Lima e estão juntos até hoje
(Foto do autor)*

CAPÍTULO IX

Balsas e travessias: uma necessidade e um perigo constante



Ponte pênsil na localidade de Mata Verde, em dia de visita de autoridades
(Acervo de Augusta Vandresen)

Além de praticamente não existirem estradas, a população ainda tinha outro problema quanto ao assunto era locomoção e transporte: não havia pontes. Havia um punhado de pontes pênseis, que quebravam um galho na passagem de pessoas, mas não de carros de boi, cargas e, mais tarde, os poucos caminhões e jipes que foram surgindo. Nesse sentido, quatro balsas instaladas no município foram de suma importância para transpor as limitações impostas pelo Rio Braço do Norte, o Rio Grande, como era chamado por alguns. “Tinha uma na Barra do Rio do Meio, pra cima da praça, que passava até caminhão, uma na altura onde mora o Valdir Antunes e outra na nova Fátima”, relata Ana Willemann. O próprio Valdir Antunes faz uma ressalva: “Na Nova Fátima eram duas: uma perto de um cara chamado Nôno e outra no seu Amantino Feldhaus, na altura de onde hoje é o Cantinho da Família (pousada); uma perto da minha casa e outra um pouco acima de onde é a ponte grande, na praça. Lá em cima (Rio do Meio) era só uma passagem. Se a água estivesse alta, não tinha como passar”.

Valdir lembra um caso tragicômico que envolveu seu Francisco Schueroff, numa das balsas da Nova Fátima. “Ele caiu da balsa e não sabia nadar. A água foi arrastando ele pra baixo, e lá tem muita pedra no meio do rio. Uns 100 metros pra baixo ele conseguiu se segurar numa delas e foi tirado de dentro do rio com um laço de usar no gado”, conta.

Uma dessas balsas pertenceu a seu Rodolfo Weber, como testemunha uma de suas filhas: “Meu pai tinha balsa”, conta Alvina Weber Roecker, da Nova Fátima. “Eu puxei muita balsa. Ganhava um trocadinho. Cada um que passava dava uns dois centavos. Lembro-me que caiu um caminhão dentro rio, cheio de laranjas. Aquele laranjal todo descia rio abaixo. O Marcolino Weber, pai da Maria Weber, era quem manobrava nesse dia. Meu pai era dono, depois não quis mais e aí ficou meu tio, Marcolino. Eu tinha 20 e poucos anos”, relata Alvina Roecker, hoje com quase 80 anos.

Acidentes na travessia dos rios eram frequentes, com balsa ou não. Os terrenos íngremes e as pontes de madeira muitas vezes traíram os colonos, comerciantes ou madeireiros. Os Mantegutti, família de Orleans, que se instalou no município na década de 50 para explorar madeira, teve um caminhão tombado na margem do Rio Braço do Norte, quando o veículo se aproximava para fazer a travessia. O acidente aconteceu no período entre 1958 e 1962.

Seu Aluízio Vandresen ainda guarda uma foto do acidente com o caminhão de seu irmão, Henrique, numa ponte em Rio Fortuna, que vitimou três pessoas que estavam no veículo. A ponte não suportou o peso do caminhão, carregado de mercadorias, e cedeu, matando os três ocupantes. Este acidente também foi na década de 50. Seu Aluízio também tem uma foto de um caminhão de seu Fridolino Oenning, que teria tombado carregado de porcos. A carroceria é típica de transporte de porcos, mas estranhamente ao lado do veículo tombado está um monte de sacas cheias, possivelmente de algum cereal. Seu Aluízio não soube precisar o ano e local do acidente, nem explicar por que as sacas estavam no local.

*Caminhão dos Mantegutti.
Travessias eram ruins e perigosas
(Acervo família Ferreira)*



Quando o nível dos rios subia demais, as pessoas ficavam isoladas ou passavam para o outro lado, arriscando-se em pequenos barcos, como nesta foto em que Helmut Baumann está prestando atendimento no interior de São Bonifácio (Acervo Helmut Baumann)



Acidente com caminhão de Henrique Vandresen, em Rio Fortuna, matou três pessoas. Uma catástrofe, na época (Acervo Aluizio Vandresen)



Acidente com caminhão de Fridolino Oenning também ilustra o quanto eram ruins as estradas e travessias, até a década de 60 (Acervo Aluizio Vandresen)

CAPÍTULO X
Crianças brincavam
de trabalhar



Os quatro filhos de Augustinho Vandresen e Augusta Becker Vandresen
(Acervo da família)

Diversão era palavra desconhecida do vocabulário de grande parte do santa-rosa-limense nos primórdios da povoação. Às crianças, então, restava fazer pequenas travessuras e traquinagens, quando não eram obrigadas a acompanhar os pais e irmãos mais velhos na roça, durante uma jornada que girava entre 4 e 10 horas, dependendo se estavam ou não frequentando a escola. Não raro, as crianças confundiam trabalho com brincadeira, para alívio dos pais, que tinham no universo infantil e juvenil a mão-de-obra tão necessária naqueles tempos em que não havia máquinas na agricultura, a não ser as manuais, como plantadeiras de milho e feijão, machado, foice e enxada. “Com 10 ou 11 anos nós tínhamos que fazer pão, tudo. Cuidava de todos os irmãos mais novos. Era vida dura, mas graças a Deus, aprendemos muito com isso”, diz Lorena Oenning.

Entre tantas histórias e imagens colhidas entre os entrevistados, destaco uma foto em que Daírson Vandresen aparece com seus três irmãos, em cima de um carro de boi, entulhado de bagaço de cana, com a geada branqueando a paisagem. O mais velho tinha apenas nove anos de idade. Os quatro carregavam o carro de bagaço de cana e depois o descarregavam. Um risco para crianças naquela idade. “Pensa que foi fácil a vida dessas crianças? Elas sofreram. Minha irmã é quem deu um par de chinelinhos pro Daírson. Ele pisava na grama molhada de geada, os pezinhos escapavam dos chinelos nesses morros acima, cheios de roseta. E eu com o balaio de roupa, pra cá e pra lá. Ele chorava! E os espinhos grudando no pé. Ah meu Deus do céu” exclama a mãe, dona Augusta. “A junta de boi era o Brinquedo e o Gigante. O pai tinha moinho, tafona e engenho de cana, e à noite, quando escurecia, vinha a família do seu Raimundo (Luchtemberg) e o resto da piuzadinha se reunia *tudo* nos montes de bagaço de cana pra brincar, até 9, 10, 11 horas da noite. A meta durante o dia era fazer um monte de bagaço mais alto possível, pra de noite pular de cima pra baixo. Um dia quase matamos um. Fizemos uma caverna de bagaço de cana, só que desabou e um moleque ficou embaixo. Foi um sufoco, mas deu tudo certo. Conseguimos tirar ele de lá”, lembra Daírson.

Fazer travessuras inocentes e singelas era a maneira que a criançada tinha de extravasar, de passar o tempo. “Domingo tinha carretilha. Com casca de coqueiro se descia no morro, às vezes com papelão, até de boneca brincamos. Tinha também carretilha de madeira de três rodas, bodoque”, conta Huberto Roecker, da Nova Fátima. “Se matava sapo, enterrava, enfeitava de flor e rezava como se fosse um sepultamento”, conta a esposa, Alvina.

Seu Valdemiro Dutra recorda uma travessura que quase lhe custou a vida. “Uma vez eu e minha irmã fomos levar duas terneiras pra pastar, um pouquinho longe de casa. As duas *tavam* presas numa corda cada, e eu inventei de amarrar a corda na cintura. A da mana era mansa, mas a minha era arisca que só vendo. A terneira dela correu um pouco, arrastou um pouco, mas parou. A minha, viu aquilo, se *espantô* e foi ladeira abaixo, se *despinguelô*. A estrada era só pedra alta. Só escutaram um grito, que eu bati na pedra, e a terneira foi. Tinha um galho de canela seco. Ela passou por cima e eu engalhei a cabeça. Ela forçou tanto, até que me arrastou mais abaixo e aí parou, debaixo num rancho. Vieram correndo. O pai queria matar a terneira achando que ela é que tinha me pegado, mas que nada. Fiquei mais de uma semana em coma, em casa. Tinha uns nove anos. Um dia de manhã, abri os olhos, o sol tava entrando em casa, pensei: ‘será que acordei agora?’ Aí uma irmã mais velha apareceu, começou a gritar... Mãe, mãe, o Valdemiro abriu o olho. Fui no espelho, o rosto era um carvão puro. Era coisa muito feia. A terneira urinava só sangue, de tanto forçar. Eu *tô* vivo por que Deus não quis me levar”, conta.

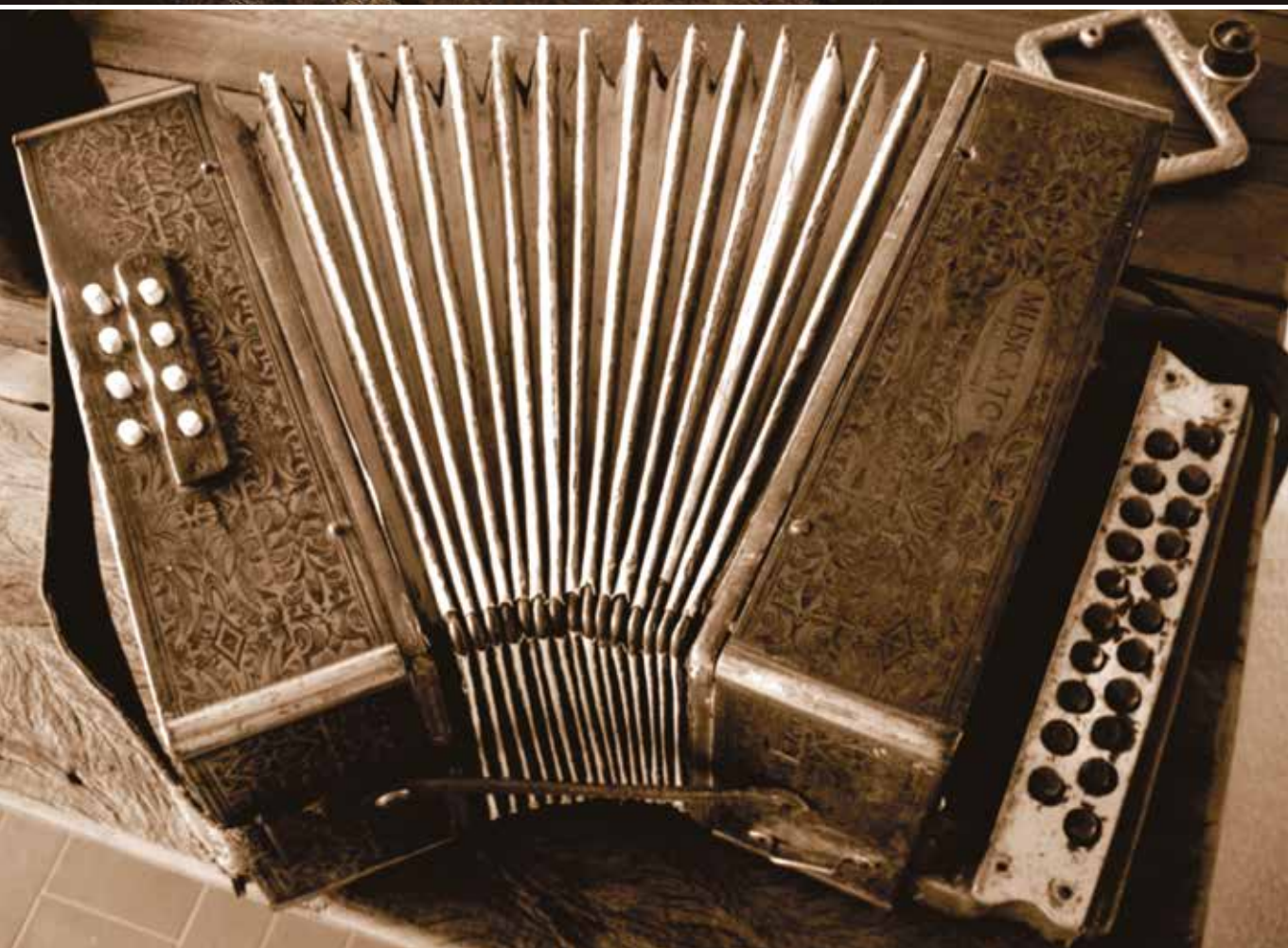


Daíron, com os irmãos, no carro puxado pelos bois “Brinquedo” e “Gigante”. Sem perceber, crianças se divertiam trabalhando (Acervo Augusta Becker Vandresen)



Neto de seu Remi Bonetti brinca com carrinho de rolimã, semelhante aos que se usavam meio século atrás. Esta era uma das poucas brincadeiras possíveis às crianças de antigamente (Foto do autor)

CAPÍTULO XI
**Fandangos,
domingueiras, esporte
e outras diversões**



**Sanfona sempre foi a grande companheira em fandangos
e domingueiras pelo interior do município**

(Reprodução internet)

Com tão poucas oportunidades de diversão, virtuosos tocadores de acordeon surgiam abundantemente nos mais diferentes e distantes rincões de Santa Rosa, como que a compensar a distância e outras dificuldades da época para se promover um baile, um matinê, uma domingueira. Basta dizer que até Zé Domingos sabia florear um acordeon...

Seu Osni Folster, 66 anos, de Rio Bravo Alto foi integrante de um dos mais famosos grupos musicais em sua época. “Era o Conjunto Musical Pedra, Pedrinho e Pedreirinho. O Pedra era o Luiz Venâncio, o Pedrinho era o Nino Secundino, os dois no violão, o Pedreirinho era eu, na gaita, e tinha mais um no pandeiro”, lembra. “A gente tocava todos os finais de semana. Tinha dia de a gente fazer serenata na casa dos amigos. Num domingo, fomos tocar um baile na casa dos italianos (grupo de famílias de descendência italiana, no interior de Anitápolis), com a gaita e violão. Fomos a cavalo até a Pitinga (Ipitinga, Anitápolis) e depois fomos carregando nas costas. Começou a chover antes do baile e tinha um morro pra descer e uma curva na estrada. De repente, ele escorregou, caiu na capoeira e, a estrada, que era em curva, ele fez em linha reta, uns 15 metros, caindo, rolando no chão. E não quebrou a gaita”, conta seu Osni. Por pouco, o grupo de seu Osni não seguiu carreira profissional, acredita. “Nós tocamos um mês na rádio de Lauro Müller, todos os dias. De manhã numa rádio de Orleans, de tarde em Lauro Müller e de noite numa boate na Serra do 12”, orgulha-se.



Conjunto Musical “Pedra, Pedrinho e Pedreirinho”, este último, nome artístico de seu Osni Folster (à direita), do Rio Bravo Alto. O trio foi um dos tantos que animaram as domingueiras e bailes pelo interior (Acervo Osni Folster)

As chamadas domingueiras, no domingo à tarde, sempre acabavam cedo. No entanto, os fandangos de sábado não tinham hora pra acabar, diz seu Osni. “As festas começavam no sábado e iam até amanhecer de domingo, com lampião de querosene. Quando amanhecia, a gente ia embora. Agora, as domingueiras começavam a uma hora da tarde e iam até as 7 horas. Não passavam disso”.

Seu Hilberto Vandresen e a esposa, Rosalina (Nina) também fazem parte do time dos artistas de Santa Rosa. “Eu e a mulher tocávamos numas festinhas de casamento. Um dia, eu, ela, um irmão e mais um parceiro panderista fomos a São Domingos, em Anitápolis a *pezito* tocar num casamento por lá. Também tocamos três casamentos dos filhos do seu Remi Bonetti. Teve um casamento desses, que era pra tocar até meia-noite, mas chovia, ventava frio, vento serrano. Seu Remi disse: ‘não dá pra parar o baile, porque o pessoal não pode sair na rua assim, com frio e chuva’ Bah, tocamos até as 4 horas da manhã. Faz 31 anos que isso aconteceu. Voltamos a pé, da costa (da Serra Geral). Hoje, quem é que faz isso? São capazes de dizer que estamos ficando louco”, diz Hilberto Vandresen.

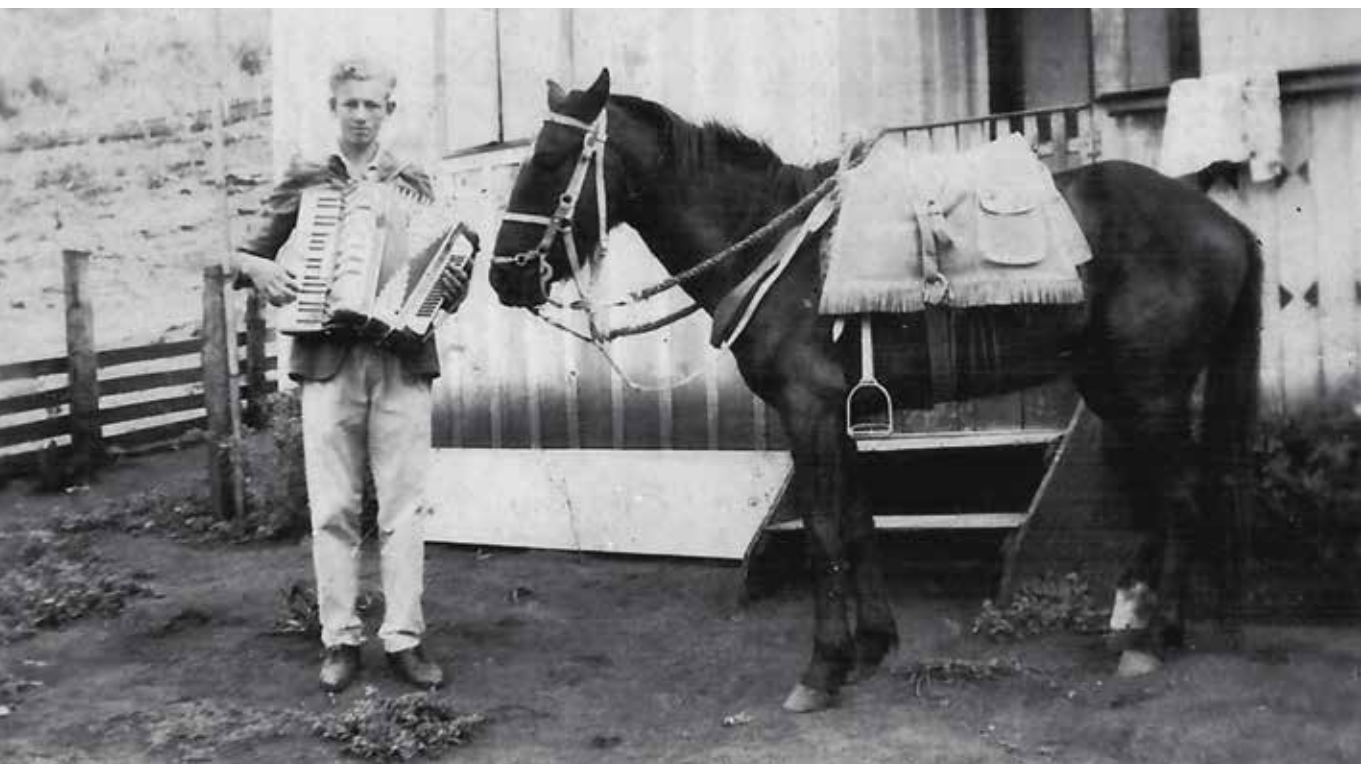


Seu Hilberto Vandresen e dona Nina: parceiros no amor e na cantoria (Foto do autor)

Hilberto é o que tem memória mais prodígia em relação ao tema. “Trabalhei um tempo na mina (mineração próximo de casa). Um dia, fui assinar as férias em Criciúma (onde fica a sede da empresa mineradora) e lá ouvi uma propaganda no rádio, de uma loja que vendia acordeon. Comprei uma pequena, de 48 baixos, em quatro prestações. Naquele tempo, a gente já tava tocando baile por aí, com um irmão, no violão, um panderista e a Nina, que cantava muito bem. No Remi, e em outros lugares a gente foi a pé. Mas no ca-

samento do Dinca, em Armazém, fomos de charrete. As coisas estavam um pouquinho melhor. Íamos eu e ela de charrete, a gaita na frente, e fomos aqui por dentro pelo Rio dos Índios, e saímos lá pela praça, que a estrada era melhor. Daqui até a Praça tinha nove portei-ras. O cavalo já era acostumado com o trajeto, porque nos domingos a gente ia pra igreja. A gente nem *tava* preocupado. Eu e ela cansados e com sono e, daqui a pouco, era umas 4 ho-ras da manhã, me pareceu que o balanço da charrete tinha parado. Em seguida me acordei. Claro eu *tava* cochilando e ela também. E o cavalo *tava* parado na frente da porteira”, conta seu Hilberto. “A parteira, dona Deta (Bernardete, de Rio Fortuna) também contou que ela ia fazer parto a cavalo e já aconteceu de acordar e perceber que o cavalo *tava* parado na frente da porteira”, pondera a esposa, dona Nina.

“Nas domingueiras, normalmente eram dois que tocavam: tinha um gaiteiro e um panderista. Tocavam valsa, marcha, rancheira, um pouco de música alemã, mas a maior parte era sertanejo. O grupo do Osni (Folster) era pra tocar no meu casamento, mas depois acabei pegando um tal de Neuzinho, da Gabiroba (localidade pertencente a Grão-Pará), conta seu Antonio Willemann. Neuzinho toca acordeon até hoje. Atua no grupo Raízes da Sanfona, com sede em Braço do Norte.



Acordeon e um cavalo; dois pré-requisitos básicos para um fim de semana animado (Acervo Adelina Schmidt Lemkuhl)

Com tantas limitações para comprar uma peça de roupa adequada para uma ocasião festiva, muitos ficavam constrangidos em ir a festas. Calçados quase não havia, ou poucos podiam comprá-los. Os afazeres domésticos e da roça, além da vigilância dos pais também não ajudavam a juventude a arriscar uma atitude mais ousada. “Dancei pela primeira vez com 18 anos de idade. Eu já estava com 17 anos e não tinha um vestido pra ir a um terço, uma missa. Um dia, uma vizinha tinha um vestido velho que já nem usava e me disse: ‘Tu quer me dar uma galinha, eu te dou esse vestido.’ Aquele vestido serviu pra mim certinho. Mas foi uma alegria tão grande. Até os 23 anos dancei bastante. Só que não tinha festas como hoje, claro”, conta dona Maria da Silva.



Em dia de festança, a consertada era a bebida mais acessível. Cerveja era coisa de outro mundo. Francisco Willemann é o último à direita (Acervo Francisco Willemann)

Esporte e passatempos

Além dos bailes e das domingueiras, no esporte há relatos da prática de lutas livres, sem regras claras. O futebol, apesar da popularidade nacional, no município não teve muita expressão até a primeira metade do século passado. “Futebol começou por aqui quando eu já era casada, lá pela década de 50 – conta Maria Weber. Meus filhos jogavam bem. Antes disso, tinha um jogo numa cancha de bocha, em que se usava uma mesinha e jogava a bolinha com um taco, fazia até 17 pontos, em cima de uma mesinha, numa cancha. Não lembro o nome”, relata Maria Weber. O jogo ao qual dona Maria se refere deve ser o boliche de taco, que algumas pessoas dizem ter praticado quando crianças.

No futebol, além das dificuldades em se formar os times, havia ainda o problema

de locomoção, afinal estradas eram precárias e poucas, e até os anos 50, os caminhões, usados no transporte dos times, dava para ser contados nos dedos de uma mão. Com tão poucos e com tanto trabalho a fazer, transportar pessoas ficava em segundo plano. A própria dona Maria Weber contribui com uma foto em que um time inteiro tenta desatolar o caminhão, no alto da localidade de Santo Antônio, na década de 60. A partir daí, alguns bons times se formaram, entre os quais os da cidade de Santa Rosa e o da Nova Fátima, que quase sempre era transportado pelo caminhão dos Feldhaus, família que também mantinha vários jogadores no time.

“Em Santo Antônio as pessoas se divertiam jogando baralho, em jogos como canastra, pife, caixeta, suíck, solo velho, 66 e cabeça de carneiro. Havia uma quadra de vôlei cavada no chão no terreno do Geraldo Kulkamp. Ali muitos se divertiam aos domingos à tarde”, dia seu Antonio Wiemes.

Mas o vôlei começou a ser praticado somente a partir dos anos 60. “Quem mais ensinou o vôlei foram os padres da congregação Mariana. Eles ensinaram isso pros jovens ocuparem o domingo com o jogo e não ficarem fazendo outras artes”, alfineta Maria Weber.

As poucas modalidades de esporte e jogos de diversão eram praticadas predominantemente pelos homens e restava às mulheres basicamente o papel de espectadoras.



*Voleibol surgiu mais tarde, mas modalidade não chegou a ser tão expressiva
(Acervo Maria Weber)*

CAPÍTULO XII

Roupas e calçados



Adolfo Wiemes (gravata escura), com a mãe, irmã e a família do padrasto: pés cuidadosamente escondidos pelos arbustos

(Acervo Adolfo Wiemes)

Quando o assunto é roupas e vestimentas do início do século passado, simplesmente é impossível tentar fazer qualquer comparativo com os tempos atuais ou estabelecer algum tipo de referência. Com tão poucas oportunidades e possibilidades de lazer ou diversão, roupas para festas eram quase desnecessárias. Para trabalhar, sim, pois, em tese, quem passava a maior parte da vida na roça, precisaria trocar de roupa pelo menos uma vez por dia. Não era isso que acontecia. Com tanta dificuldade para “fazer” dinheiro, o pouco que entrava precisava render, se multiplicar, fazer milagre, como se diz. E roupa praticamente não era considerada necessidade primária, afinal nessa lista de prioridades havia também o querosene, o sal e a farinha de trigo e os alimentos do dia a dia, esses últimos, os únicos ao alcance imediato do colono.

Seu Osni Folster, do Rio Bravo Alto, resume de maneira interessante como as coisas aconteciam: “Se engordava uma chiqueirada de porco. Matava aquilo tudo. A carne guardava dentro da banha pra consumo. O resto da banha eles levavam pra Santa Maria (localidade de Anitápolis, no caso de seu Osni, a mais próxima e próspera na época), nos Westphal. Trocava por roupa e outras coisas que precisavam”, conta. “Lembro que uma vez - prossegue Osni - meu pai foi até os Westphal e levou cinco latas de banha. Trouxe uma muda de roupa nova pra cada filho. O primeiro sapato que ganhei foi desta vez, com 11 anos de idade. Ele trouxe cinco peças inteiras de tecido. Pra cama, pra roupa de sair e pro serviço. Naquele tempo chamava de riscado, pro serviço, e pra camisas era tal roupa familiar ou riscadinho. E ainda trouxe dinheiro de volta, pra tu ver como a banha tinha valor. Houve um tempo que a gente (família) trabalhava na casa dos colonos que precisassem de trabalho. A gente cobrava um quilo de banha por dia, o equivalente a 3 contos de Réis”. Há alguma divergência quanto ao valor das peças de tecido, mas como não se sabe ao certo a metragem desses fardos de roupas, não se pode contestar essa informação. Dona Maria da Silva, como descrito anteriormente, até os 17 anos só tinha um vestido. E para o trabalho. Dona Ida Schmitz já teve uma situação um pouquinho melhor. “Tive dois vestidos; um melhor e outro pior, isso pra sair. Pra casa tinha uns trapos velhos”, resume. “A maioria tinha duas peças, não mais. Se passava a semana inteirinha com uma só. Não podia lavar. No nosso caso se comprava em Braço do Norte. Uma vez a gente foi comprar roupa em Tubarão, de charrete, nas Pernambucanas. Às vezes, a gente nem sabia o que usar nas crianças (filhos)”, lembra Alvina Roecker, da Nova Fátima. “As roupas eram escassas. Tinha que bater (usar) até não dar mais. Quando furava, normalmente na bunda ou no Joelho, botava remendo e voltava a usar”, conta seu João Heidemann. Se bem que remendo em roupas usadas na lavoura ainda hoje é procedimento comum em algumas famílias. Seu Evaldo Baumann e esposa me recebem em sua casa, no Rio Bravo, ambos com as calças remendadas. “É uma maneira de economizar”, pondera Antônio Willemann.

Dona Rosalina Schmidt, 94 anos, moradora de São Martinho, mas na divisa com Santa Rosa, onde tem muitos familiares, guarda uma foto preciosa, tirada quando tinha 12 anos de idade. Das 12 pessoas na foto, apenas o pai dela está usando calçados.

Dona Edith Tonn, hoje ri de uma foto em que aparece em pé, ao lado de uma cadeira, mas com os pés encobertos. “Me levaram no meio do mato pra não mostrar que não tinha calçado”, revela.

A foto mais curiosa e que explicita ainda melhor a falta de condições para comprar calçados encontrei com o ex-professor Adolfo Wiemes. Órfão de pai, quando ainda era rapazote, a mãe acabou formando família com outro homem. Na foto (que abre este capítulo) em



*Rosalina Schmidt, com 12 anos, à direita, atualmente com 94 anos.
Só o pai estava com calçados (Acervo da família)*



Seu Evaldo Baumann e esposa. Ele, com remendo à moda antiga, quando a roupa da roça era surrada até não dar mais para usar (Foto do autor)



Edith Tonn e uma pose estratégica, orientada pelo fotógrafo, para que não aparecesse os pés descalços (Acervo Edith Tonn)

que estão Adolfo, sua mãe, uma irmã, o padrasto e os filhos do padrasto, sem cerimônia, os pés das pessoas foram cobertos aparentemente com arbustos, ou pequenos galhos, de modo a esconder a falta de calçados, exceto do padrasto, esse, usando sapatos.

Exatamente o mesmo cenário desta foto foi usado para fazer uma outra, reproduzida no livro “Rio Fortuna – Resgatando as origens, cultivando valores, alicerçando o futuro”,

que conta a história do município vizinho. A foto mostra o casal Bernardo Boing e Elisabeth Willemann e seus 12 filhos. Mais uma vez, os arbustos encobrem os pés de todos, exceto de Bernardo e Elisabeth, que estão calçados.

Exceção se via nos Hermesmeier e nos Oenning, que tinham uma condição financeira melhor do que todas as outras famílias e uma condição social diferenciada, afinal alguns da família tinham necessidade de viajar e precisavam de roupa adequada para essas ocasiões. “Nossa roupa era feita pela dona Laurita (Becker Vandresen) e sempre que se vinha pra Braço do Norte, ela via uns modelos diferentes e costurava. Era uma roupinha melhor um pouco, mas não era lá essas coisas”, lembra Lorena Oenning. Lorena atenta para outro aspecto que se não fosse por ela teria passado despercebido por mim: “Naquele tempo, todo o ano mandava fazer um terno pra si. Hoje, o agricultor pode ter uma caminhonete moderna, um carro bom, mas não tem um terno. Naquela época, se tinha a preocupação com isso”, diz. É verdade. Mesmo na simplicidade interiorana tem-se a impressão de que as pessoas se vestiam com mais classe e elegância e um terno, ainda que fosse o único, lhes dava um tom, sem dúvida, de galã de cinema.

Homens usavam calça comprida e camisa, ou ainda, um terno, em casamentos ou em outras solenidades especiais. Mulheres, invariavelmente, vestidos. Em tempos mais remotos, era hábito se usar uma faixa de pano na cabeça, cobrindo as regiões frontal e superior. Calça comprida causou impacto quando chegou por aqui. “Quando a gente voltou do Paraná (por volta de 1960) a mãe teve que comprar roupa, pois se tinha pouca. Ela comprou a tal de calça comprida, que não se usava por aqui ainda. Um dia a Marlene (irmã) entrou na igreja (de Braço do Norte) e o Edésio Michels disse: ‘que vergonha entrar na igreja assim’. Ui, era uma coisa essa tal de calça comprida”, conta Lorena Oenning.

Com as transformações sociais, culturais e econômicas do município, o comportamento das pessoas em relação às vestimentas também foi mudando. Porém, ainda há na atualidade pessoas que vivem como se estivessem em 1920, 1940, que usam a mesma peça de roupa para ir à roça durante a semana inteira, contrariando normas básicas de higiene, asseio e sociabilidade.



Seis irmãs da família Weber, entre elas, Eliza e Maria. Vestido era a peça fundamental e usada nas poucas oportunidades de lazer da juventude da época (Acervo Lorena Oenning)

CAPÍTULO XIII

Fotografias



Roberto Heidemann e Elizabeth Eing, pais de Augusto Heidemann, em pose especial para a foto

Ter a possibilidade de registrar, através de fotografia, um evento familiar, uma festa ou qualquer outro momento também era uma raridade. Normalmente, as fotografias eram tiradas pelos padres, que apareciam de tempos em tempos nas comunidades, para as missas ou para dar a extrema unção a algum enfermo. Uma das poucas fotos que dona Maria Weber tem guardadas, de seu tempo de juventude, foi tirada pelo padre Ludgero Waterkemper, de São Ludgero, que veio trazer a comunhão para a avó paterna. “Ele bateu, mas mandava revelar noutra lugar, porque não sabia. Tinha outro *retratista* que morava em Braço do Norte, que se chamava Heitor, que era convidado nas festas e casamentos. Ele que bateu a foto de casamento da mãe”, conta Maria. “Outra foto eu ganhei por que o padre de Rio Fortuna me pediu pra arrumar uma cota de tijolos pra construir um colégio lá. Como consegui mais do que o dobro, ganhei uma foto”, lembra.

Por falta de meios para se fazer fotos, naturalmente muitas coisas deixaram de ser registradas. “Quando inauguraram essa ponte da Mata Verde (ponte sobre o Rio Braço do Norte) fizeram uma cabritada na inauguração. Tinha gente que só vendo, a ponte é importante, e nem tem foto disso. A mãe tem foto de uma ponte de arame bem mais antiga, mas desta mais nova não”, lamenta Daírson. Mas sai da boca de Daírson a lembrança de outro fotógrafo que atou na região: Afonso Brandt, que fazia fotos na região inteira, acompanhado de um ajudante. É dele a única foto do pai de Daírson na velha tafona herdada da família e onde aparece também o próprio ajudante, cuja identidade não soube informar. Numa das poucas vezes em que se deixou fotografar, Afonso aparece com uma turma de amigos, da Mata Verde.



Afonso Brandt, o último à direita, foi um dos poucos fotógrafos que atuaram no município (Acervo Augusta Becker Vandresen)

Os registros fotográficos poderiam ter sido ainda mais escassos se não fosse a habilidade de uma pessoa: seu Guilherme Tonn, o velho imigrante que deixou sua Alemanha em ruínas após a Primeira Guerra Mundial, em 1920, com a esposa, três filhos adolescentes e alguns pertences, e se enfiou nos confins de Anitápolis, distante da civilização e muito próximo dos índios. Depois da pequena casinha de morar, Guilherme construiu mais um rancho ao lado onde montou seu laboratório fotográfico. Foi lá que ele revelou centenas de fotografias que fazia para quem encomendasse. Não é difícil identificar as fotos feitas por Guilherme. São poses de famílias, cujo papel fotográfico foi colado em uma espécie de cartão de papel acinzentado, grosso, de quase meio centímetro de espessura. Encontrei várias com estas características. As últimas delas, antes mesmo que meu entrevistado dissesse quem a tinha revelado, arrisquei a dizer o autor da foto. Para espanto de meus interlocutores, não errei uma vez sequer. Entre as imagens feitas por Guilherme destaco a foto da família inteira de Ireno Pinheiro, a foto da família de dona Rosalina Schmidt, mostrada no capítulo anterior, dos pais de João Baumann, Augusto Baumann e Francisca Heping, do Rio Bravo Alto, e dos pais de dona Catarina Ballmann Schueroff, esposa de seu Francinha, tirada há pelo menos 73 anos. Há outras espalhadas entre as famílias, certamente. Apesar do amarelo característico do papel envelhecido, as fotos tiradas por Guilherme Tonn são as que se encontram melhor conservadas nos acervos familiares.



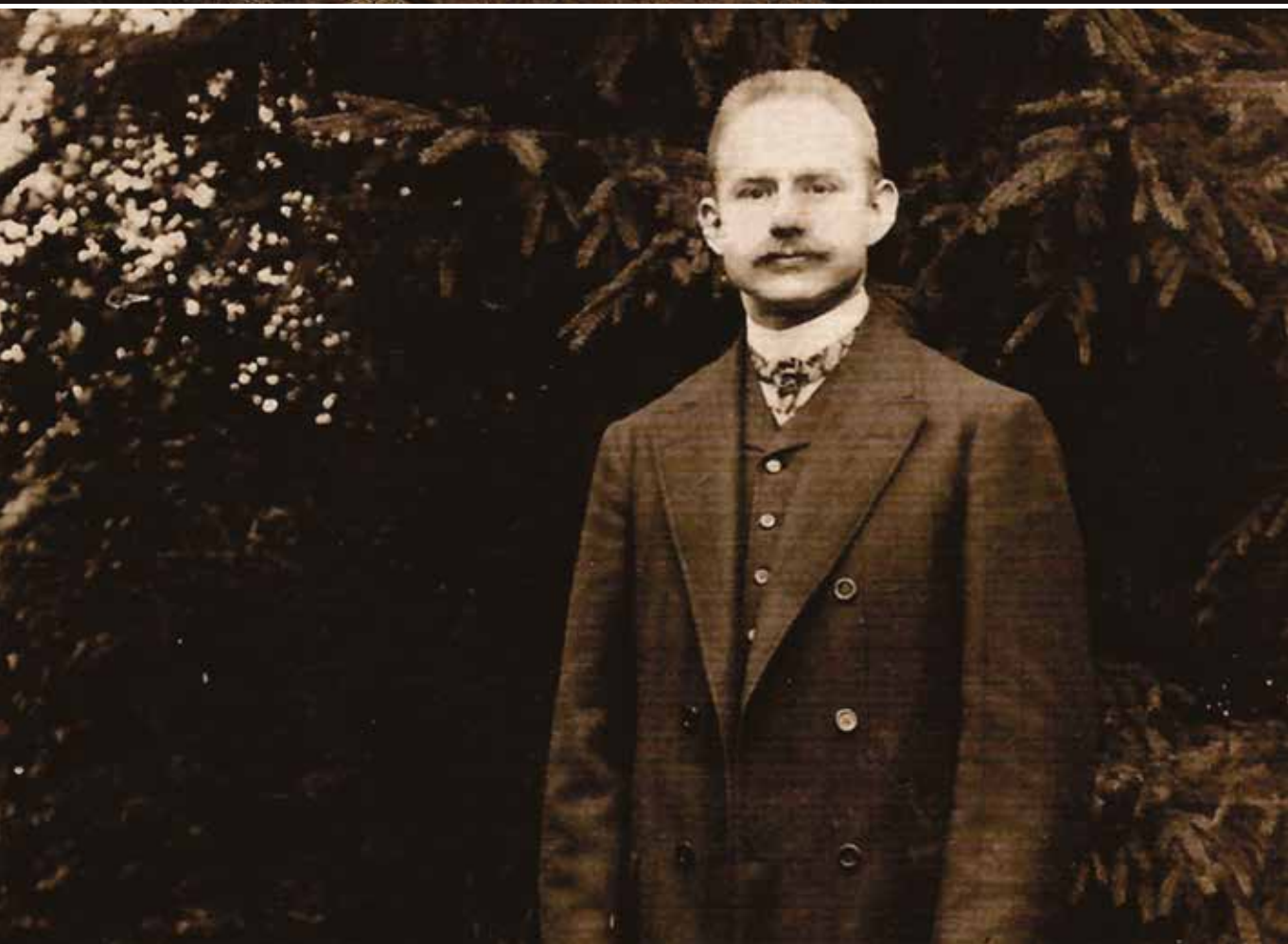
Catarina Ballman Schueroff (no centro), esposa de seu Francinha, era criança de 3 anos, no máximo, quando foi tirada esta foto. Imagem tem pelo menos 73 anos (Acervo da família)



*Pais de João Baumann,
Augusto Baumann e
Francisca Heping, do
Rio Bravo Alto (Acervo
Francisco Baumann)*

CAPÍTULO XIV

Tonn: um homem talentoso e enigmático



**Guilherme Carlos Tonn, fotógrafo e armeiro do exército alemão,
em foto tirada na Alemanha, pouco tempo antes de mudar para o Brasil**
(Acervo Veloni Carvalho)

J á que o desenrolar dos fatos me fazem citar novamente o nome de Guilherme Tonn, cabe aqui fazer um parêntese na cronologia histórica que, minimamente, vinha tentando seguir, para falar um pouco mais deste enigmático personagem do período da colonização de Santa Rosa de Lima: *Wilhelm Carl Tonn*, ou, de maneira aporuguesada, simplesmente Guilherme Carlos Tonn.

Guilherme chegou ao Brasil em 1920, trazendo consigo a esposa, Hulda Brunmund e os filhos Joaquim, de 14 anos, Guilherme Otto, de 12 anos, e Siegfried, de 10, além de um cunhado, irmão de Hulda. Depois de três semanas em viagem, o navio chega ao Rio de Janeiro. Depois de um mês na Ilha das Flores, para regularizar passaporte e por medidas sanitárias, os Tonn embarcam para a segunda viagem, agora mais curta, até Florianópolis. Da Capital, foram enviados de carro de boi até Anitápolis.

Tonn era oficial do exército alemão e tinha conhecimento profundo de armas e assuntos militares. “A primeira metralhadora de 200 tiros foi ele quem fez na Alemanha”, garante seu Veloni Carvalho, casado com uma das netas do velho Guilherme, Érica Tonn, filha de Guilherme Otto, o filho do meio, que levou o mesmo nome do pai, exceto o nome do meio, Otto, para distinguir. Baseado no que a família Tonn contava, Veloni assegura que a fábrica de armamentos em que Tonn trabalhou tinha cerca de cinco mil funcionários e, segundo Edith Tonn, uma das netas do velho Guilherme, pelo menos 80 funcionários da fábrica ficavam diretamente sob suas ordens. “Eles (o casal) eram bem informados e sabiam que outra guerra ia estourar, só não sabiam quando. Mas deve ter vindo mais gente, que ficaram em Blumenuau e outros lugares. Não vieram só eles. Dos irmãos do velho Tonn que ficaram, mais tarde todos morreram na Segunda Guerra Mundial, menos duas irmãs. Uma delas casou com um italiano e se mudou pra Itália e outra, chamada Frida, ficou na Alemanha. Essa escrevia pra ele direto e de vez em quando mandava uns troquinhos pra ele e tudo”, diz Veloni.

Em entrevista com o primeiro prefeito, José Schmidt, surge uma inesperada e valiosa informação: “Eu fui intérprete dele quando eu era guri. Falava em alemão, não falava em português. Ele vinha na casa do meu pai. Eu perguntei pra ele: ‘Por que o senhor veio da Alemanha pra cá?’ ‘Isso é uma longa história’, ele me disse. ‘Eu saí da Alemanha, era fotógrafo e armeiro do exército. A guerra (Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 18) liquidou com a Alemanha. Não tinha mais serviço, nem de fotógrafo nem de armeiro. Não tinha mais nada. O governo brasileiro ofereceu a possibilidade, então nós viemos. Aventurei’, me disse o Tonn”, contou José Schmidt.

Ao contrário dos demais imigrantes da época, Guilherme Tonn não veio ao Brasil “de mãos abanando”: consta que teria trazido consigo uma considerável quantia em dinheiro, jóias e objetos de valor. “Sim, jóias, porcelanas, pratarias, isso pra eles era simples. Tinham de monte, pois eles eram da alta sociedade lá, antes de tudo ir à falência”, conta Veloni. Seu José Schmidt emenda: “O Tonn também me disse que quando ele chegou a Florianópolis, o Carlos Hoepcke disse pra ele: ‘Guilherme, nós temos um terreno no estreito, 50 hectares pra cá da ponte Hercílio Luz. Te vendo por 5 mil contos de réis. Eu tinha o dinheiro. Ou, se

quiser tu vai pra Anitápolis. Lá é de graça' Então ele veio de muda pra Nova Esperança, por aí. Eu conheci o ranchinho onde ele fazia as fotos. Eu tinha entre 16 a 18 anos, no máximo", revela seu José Schmidt. Está explicada então a razão de haver tantas fotos de Guilherme Tonn entre as famílias de Santa Rosa de Lima. Seu Veloni confirma que ainda no Rio de Janeiro, Guilherme Tonn recebeu a garantia de posse de três lotes de terra no Núcleo Colonial de Anitápolis.

Mas além do dinheiro que Guilherme Tonn revelou ter e que lhe permitiria até comprar a terra do já próspero empresário Carlos Hoepcke, na capital, outros motivos fizeram os Tonn se envolver para o meio do mato, enfrentando os perigos do confronto com os índios e as demais ameaças vindas da mata virgem. Os mais apressados dizem que a família estaria em fuga, por causa do envolvimento de Guilherme com armas e com o exército alemão. Outras pessoas não comungam com essa hipótese e acreditam que a família queria apenas sossego e a garantia de que nenhuma guerra mais a atingiria. "Fugidos eles não vieram, pois se fosse isso o governo brasileiro saberia onde eles moravam e poderiam encontrar, sem problema. Depois da Segunda Guerra Mundial (38 a 45) o vice-governador de Santa Catarina, o José Boabaid, veio até a casa do velho Tonn. Fizeram uma entrevista, porque tinha aquela lei que se encontrasse um alemão falando alemão poderia ser preso, era proibido e coisa e tal. Esse vice-governador veio aí com o Roberto Peterle (Veloni não sabe se é esse o sobrenome) e deixou ele (Guilherme) em ordem. A espingarda que ele tinha, que por sinal ele é que tinha feito, foi registrada tudo certinho. A arma uma pessoa tinha levado para Anitápolis durante a guerra, mas depois vieram devolver", conta Veloni.

Não consta que José Boabaid tenha sido vice-governador, mas foi presidente da Assembleia Legislativa catarinense e assumiu o governo do estado em duas ocasiões: durante



Porcelana trazida da Alemanha pelos Tonn ainda é preservada por familiares (Foto do autor/objeto de Edith Tonn Pacheco)



Hulda Brunmund, esposa de Guilherme Tonn, ainda na Alemanha, com o filho mais velho, Joaquim, de vestido. Era comum os meninos se vestirem assim (Acervo Edith Tonn Pacheco)



Picada sendo aberta nas terras dos Tonn, com a participação da família e de outras pessoas da localidade (Acervo Veloni Carvalho)

um mês, entre janeiro e fevereiro de 48, e durante quase seis meses, no último semestre de 49, no mandato de Aderbal Ramos da Silva, que teve problemas de saúde.

Depois de um alguns dias no Núcleo Colonial de Anitápolis, Guilherme Tonn se meteu com a família nos cafundós de Anitápolis, pelos lados de Rio do Meio e Santa Catarina, onde estavam seus três lotes de terra, usando carro de boi até aonde a estrada permitia, e de-

pois a pé, carregando os pertences nas costas, segundo relatos que os três filhos de Guilherme fizeram mais tarde. Dois anos depois, segundo a neta Edith, foram para Santo Antônio, na época, também pertencente à Anitápolis. Nenhum familiar soube informar se essas novas terras foram compradas ou não e se os lotes anteriores foram vendidos.

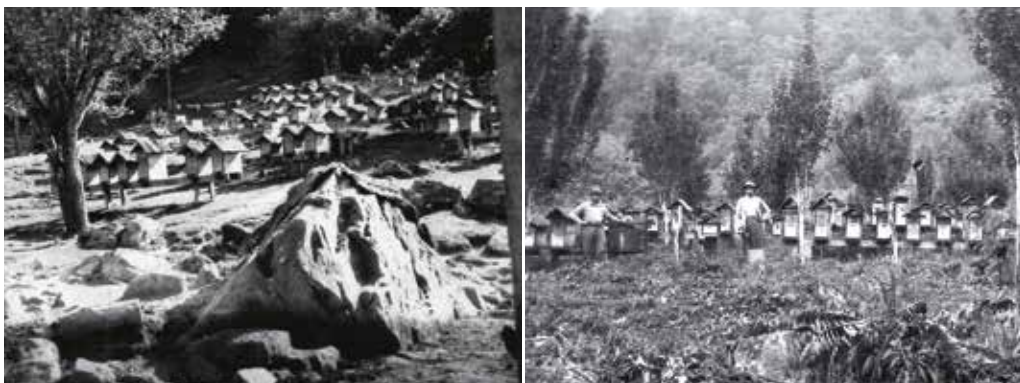
Era um período em que o governo fornecia ajuda, ainda que pequena, para abertura de picadas e estradas. Quem não recebia essa ajuda, trabalhava por conta mesmo. Os Tonn abriram picadas nas duas situações: com e sem ajuda de governo. Guilherme e família não conheciam nada de agricultura ou pecuária e a vizinhança também não ajudava: “Não sabiam mexer com a terra, nada, nada. E ainda tinha algum malvado que em vez de ensinar, ensinava o contrário pra ver eles se danar. Ele contava isso. Depois foram aprendendo por si mesmo. Às vezes, armavam arapuca pra pegar passarinho ou outros bichos, mas aí não sabiam o tamanho dos bichos que havia nas matas e aí virava tudo de perna pra cima. E assim foram vivendo”, conta seu Veloni.

Depois de alguns anos, orgulhoso por ter conquistado um lugar onde reinava a paz, ao contrário da terra natal, Guilherme Tonn manda para os parentes na Alemanha uma carta explicando detalhes de onde morava e junto vai uma foto (capa do livro) onde aparecem ele e a esposa em primeiro plano, a casa construída recentemente e mais alguns casebres para os animais, possivelmente, além de outra casa, onde estava seu laboratório de fotografia. “Os parentes ficaram com tanta dó deles. Escreveram de volta lamentando pela situação, com uma piedade que só vendo”, conta, rindo, dona Edith.

Além de fotografar, o que não deve ter rendido muito dinheiro naqueles confins, Guilherme Tonn era um homem de várias outras habilidades. Fazia pinturas artísticas de qualidade, era carpinteiro e também desenvolveu - ou aprimorou - uma atividade inédita nas redondezas: a produção de vinho de frutas, principalmente de pêra e laranja. “Ele tinha vários barris. Puxava o vinho de um barril pro outro com uma mangueira. Uma *schlauch*, como ele dizia. Os resíduos que ficavam no fundo dos barris ele jogava pros porcos. Então,

essa porcada comia e saía correndo pelo pasto, tontinhos do vinho”, conta Edith. “As máquinas pra fazer vinho ele mesmo inventou. Ele sabia fazer armas, imagine se não iria saber fazer uma máquina pra produzir vinho”, questiona Veloni.

Como disse seu Veloni, “assim foram vivendo”, e se virando. Os três rapazes foram crescendo, casaram, constituíram família. Siegfried, o caçula, dedicou-se à produção de hortaliças e frutas. Guilherme Otto, o filho do meio, dedicou-se à apicultura. “Meu sogro foi considerado o maior apicultor de Santa Catarina. Ele produzia mel numa quantidade que não dava pra imaginar. As abelhas era da espécie européia. Depois veio uma praga que dizimou todo o apiário, mas ele recomeçou, então com abelha africana. Nessa segunda etapa, eu ajudei muito meu sogro”, revela Veloni. “Quando vinha alguém pra comprar um ou dois quilos, o tio nem vendia. Só vendia em lata”, conta Edith, filha de Joaquim, o filho mais velho de Guilherme Carlos Tonn. Joaquim produzia mudas de árvores frutíferas e as revendia aos colonos alemães da região percorrendo o trajeto sempre a pé. “Ele era conhecido por muita gente. A maioria das mudas de pêra que foram plantadas na região foi ele quem produziu”, relata a neta, Zenaide Pacheco, filha de Edith. Joaquim fazia também chás e remédios caseiros contra as mais variadas doenças e picadas de insetos e cobras.



Apiário de Guilherme Otto Tonn, o filho, em dois momentos distintos. Guilherme foi considerado o maior produtor de mel do estado, segundo o genro Veloni Carvalho. Nas imagens é possível observar também os pés de pêra da propriedade (Acervo Veloni Carvalho)

O cemitério particular dos Tonn

Os Tonn prosperavam, apesar das adversidades, mas uma série de acontecimentos mudou o curso da vida da família: alguns naturais, outros dramáticos. A esposa de Guilherme Tonn, dona Hulda tinha problemas sérios de estômago que a deixaram fragilizada durante anos. “Ela se tratava com o doutor Otto Feuerschuetze, em Tubarão. Ele chegou a dizer que o tempo de vida dela não passaria de seis meses e recomendou comer muito peixe. O velho

tinha açudes e passou a dar peixe pra essa mulher, em quantidade. Era peixe com peixe, praticamente. Ela costumava descansar na sombra de um pé de pêra, do lado de casa, e dizia que quando ela morresse, queria ser enterrada debaixo daquele pé de pêra. Ela conseguiu viver mais uns 10 anos e o seu Guilherme de fato, pediu autorização pro delegado, em Anitápolis, e sepultou a mulher lá”, relata Veloni. Começava aí a surgir o cemitério particular da família. Seu Guilherme morreu alguns anos depois e também foi enterrado no mesmo lugar, ao lado dos restos mortais da esposa.

Anos depois, a mãe de Edith, Guilhermina Cornelz morreu em consequência de uma picada de cobra, quando a menina tinha 11 anos. O Pai de Edith, Joaquim, entrou em processo depressivo pela perda da esposa, o que afetou fatalmente sua sanidade mental. Acabou morrendo pouco tempo depois, num sanatório. O único irmão que Edith tinha também foi picado por cobra e morreu. “Em sete anos eu perdi toda minha família: mãe, pai e irmão”, lamenta Edith. Os três foram enterrados no pequeno cemitério. Uma filha de Siegfried, que morreu ainda bebê, também foi enterrada no local e com ela já eram seis pessoas.



Guilhermina Cornelz e Joaquim Tonn, pais de Edith. Guilhermina teve uma morte trágica, picada por uma cobra; Joaquim, um fim melancólico depois da perda da esposa. Tristeza, depressão, insanidade e morte. (Acervo Edith Tonn)

Sem os pais e os irmãos, Edith foi acolhida pelos padrinhos e tios, Siegfried Tonn e esposa. Mas estes decidiram se mudar para Joinville e Edith não quis seguir o caminho dos padrinhos. Se alojou na casa do outro tio, Guilherme Otto, por quatro anos, até casar com Adão Pacheco, seu companheiro até hoje. Siegfried e esposa faleceram em Joinville e foram enterrados naquela cidade.

Por intervenção do padre Afonso Schlickmann, pároco da época, quando Guilherme Otto e sua esposa faleceram acabaram sendo sepultados no cemitério da localidade de Santa Catarina, caso contrário também estariam no cemitério particular dos Tonn. Ele, aos 80 anos, e ao que tudo indica, também devido à picada de cobra. “A gente foi numa festa na comunidade de Santa Catarina e o sogro costumava pescar de anzol nos açudes. Quando chegamos ele disse: ‘acho que uma cobra me picou’, e mostrou uma feridinha pequena no pé, que ele disse que tinha colocado dentro da água e sentido uma ferroadinha. A gente achava que não era nada, mas ele ficou mal, levamos no médico e lá paralisou todos os órgãos, rim, pâncreas, não teve jeito. Morreu”, relata Veloni.

Com a morte dos pais e do único irmão, Edith (à esquerda) morou com o tio Siegfried e por último, com a família do tio Guilherme Otto Tonn (foto) até o casamento (Acervo Veloni Carvalho)



Comportamento discreto

Os filhos do velho Guilherme Tonn também tinham um comportamento reservado, tal qual o pai, e não eram muito afeitos a passeios e convívio comunitário. Aos 65 anos de idade, Guilherme Otto, o filho do meio, por exemplo, sequer havia se naturalizado brasileiro, o que lhe causou grandes transtornos para conseguir o benefício de aposentadoria. “Fomos na Marinha em Florianópolis, mas o escrivão em Braço do Norte não queria aposentar de jeito nenhum. Procurei um advogado que me perguntou: ‘quanto tempo de Brasil tem esse senhor?’ – 53 anos, pois ele veio com 12, eu disse. ‘Então volte lá e diz pro escrivão aposentar esse homem, logo, que ele é muito mais brasileiro do que muita gente’, e o escrivão então aposentou”, relata Veloni.

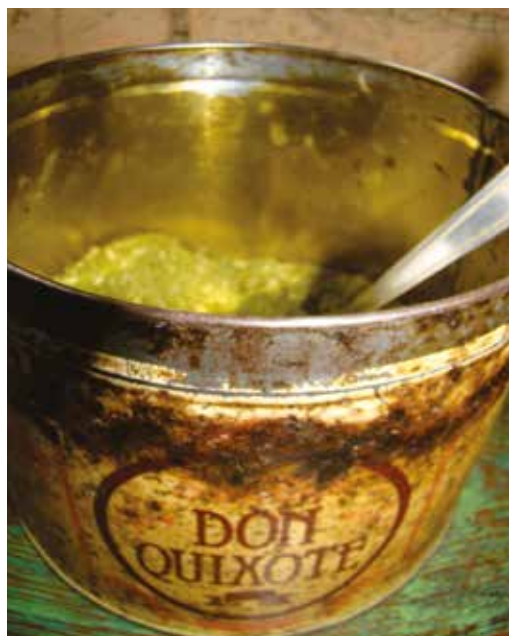
Guilherme Otto, o filho do velho Tonn, morreu sem saber falar muito bem o português, e o pouco que aprendeu, em grande parte deve ao genro, Veloni. “Quando eu comecei a passear na casa dele, nos primeiros tempos de namoro com a minha mulher, ele não sabia quase nada. Ele falava tudo em alemão, perguntava muito. Tudo embrulhado. Então, ele aprendeu comigo, lia jornal comigo. Depois de já estar casado com a Érica (filha dele) há muitos anos, ele me perguntava em alemão e eu respondia em português. Hoje eu não saberia, por que parei faz tempo. Ele casou tarde, com 40 anos. Só procurou namorada depois que tinha ajestado os terrenos do jeito que ele queria”, conta Veloni.

Sobre gente que vive isolada

Por mais que minhas origens interioranas tenham me ajudado a entender certas situações no decorrer das andanças em busca de subsídios para reunir essas estórias dos santa-rosa-limenses, algumas pessoas me deixaram realmente impressionado pela manei-

ra como sempre viveram isoladas de tudo e de todos. Nessa lista de pessoas, que não puderam ou não quiseram se relacionar com os demais das comunidades, estão vários, entre eles, Guilherme Tonn e seu Hilberto Horst, 90 anos, que morou praticamente toda sua vida em Rio do Meio e há 11 anos está com a filha, Irma, e o genro, Teobaldo Westphal, na casa que foi dos avós e depois dos pais de Teobaldo, em Rio Bravo.

Apesar de ter ido à escola até o terceiro ano, quando morava em Rio do Meio, o professor era alemão e o pouco que aprendeu foi em alemão. Com a tradução – precária, mas valiosa – da filha, Irma, seu Hilberto Horst diz que não lembra o nome do professor, não sabe se os pais eram ou não alemães natos, não lembra de ter ido a qualquer festa na sua juventude ou feito algum tipo de brincadeira, quando criança. Também não sabe citar o nome de um presidente do Brasil sequer. Nunca leu jornal, livro ou ouviu rádio. É como se vivesse em outro mundo, diferente do nosso. Na casa centenária onde vive, um pote velho, em cima de uma prateleira igualmente antiga, me chama a atenção. “Isso aí é erva-mate,” me intercepta a filha Irma, como a não entender o que eu poderia querer com um simples pote de erva. Quero saber que produto continha originalmente o pote que hoje serve para guardar erva-mate. A curiosidade é devido ao nome Don Quixote, na lata. – “Era de sorvete,” completa Irma. Não consegui encontrar a origem de tal sorvete nem referências a ele. Deve ser coisa muito antiga.



Erva-mate guardada em pote de sorvete Don Quixote. Antiguidade sem data reconhecida (Foto do autor/objeto de Hilberto Horst)



Hilberto Horst, 90 anos, não alfabetizado, não sabe o nome de qualquer presidente do Brasil em todos os tempos, não fala português e vive até hoje praticamente isolado com a filha e genro, na localidade de Rio Bravo (Foto do autor)

CAPÍTULO XV
**Moinhos, atafonas,
engenhos e
alambiques**



Atafona e engenho na propriedade dos Folster, no Rio Bravo Alto
(Foto do autor)

S em energia elétrica e estradas que mais podiam ser chamadas de picadas, mas com água em abundância, os engenhos de cana, moinhos e atafonas se proliferaram pelo interior do município. Esses equipamentos também fazem parte do acervo cultural do povo de Santa Rosa de Lima. Quase sempre eram passados de pais para filhos, de geração em geração. “Meus bisavós faziam açúcar, os pais da mãe também faziam, a mãe fez e eu também fiz. Agora faz um ano que parei de fazer. Eu fiz muita cachaça também. Tinha a cachaça de café que era um sucesso”, lembra Hilberto Vandresen.

“Antigamente, a gente levava daqui (Rio do Meio) pro Santo Antônio um saco de milho, uma vez por mês. Passava quatro vezes o rio. Tinha uma dessas passagens que era preciso ficar no mínimo quatro dias sem chuva pra poder passar. Quando não dava pra passar pro Santo Antonio, ia lá pro Rio dos Índios. Ia de manhã, esperava quase duas horas e voltava. No mínimo meio-dia. Hoje em dia ninguém mais faz isso”, diz Hilberto Vandresen. “Se fazia pão. Hoje em dia quase ninguém faz: vem um vendedor de pão na porta de casa. Muitos não têm tempo. As pessoas calculam o tempo e o serviço que perdem, a lenha que gastam, o preço da lenha, a lenha já não é fácil, e aí preferem comprar”, diz Hilberto.

Outros Vandresen também constam na lista dos donos de atafona e moinho e que passaram a propriedade para os descendentes: são os avós de Daírson Vandresen, da Mata Verde, que passaram a atafona para aos pais, Augustinho e Augusta, e mais tarde para Daírson e a esposa, que chegaram a tocar por um tempo. Atualmente, a atafona está desativada.



Augustinho Vandresen (de chapéu) herdou uma das atafonas mais movimentadas do município, mais tarde repassada ao filho (Acervo de Augusta B. Vandresen)



Dona Lidvina Dutra é uma das pessoas que compram pão regularmente na porta de casa (Foto do autor)

No Rio do Meio, seu Antônio Estevão da Silva e dona Maria tocaram durante quase meio século uma atafona. “Tinha engenho de açúcar, de farinha, pilhadeira de arroz, tudo tocado a água que saía dos açudes. Compramos as terras *tudo* com ele (engenho) e com um pouco de gado. No mês de abril, a gente começava a trabalhar no engenho e tocava até 5 de setembro. Aí parava e ia tudo *pra* roça. Plantava mais de 100 mil mudas de mandioca pra fazer farinha”, recorda com nostalgia, dona Maria. “O pai me acordava lá pelas 3 horas da manhã. ‘Lindolfo! Vamos pra tafona’, dizia. Eu ia meio dormindo e lá dormia mais um bocado num cocho que tinha. Perto do clarear do dia, ele me acordava, botava a farinha no cavalo e eu saía por aí tudo a entregar. Andava longe, Varginha, Ladeio, credo! Olha que *piquei* esses morros todos”, conta Lindolfo, filho de dona Maria e Antônio Estevão. Além da família Estevão da Silva, no Rio do Meio outras famílias se dedicaram ao ofício, entre elas, José Neckel (alambique e engenho) e Jacó Nack (engenho). Na localidade de Rio dos Índios, José Herdt. Em Dois Irmãos, Fridolino Wiemes tinha serraria e atafona juntas, mas foi assassinado em 62, num desentendimento banal na comunidade. Seus irmãos, Huberto e Bertino Wiemes continuaram o negócio durante muito tempo. Os irmãos Huberto, 78 anos, e Bertino, 71, além de donos de atafona e engenho tinham uma habilidade especial: dar pequenos piques nas pedras das atafonas, que com o tempo perdem a porosidade devido ao atrito constante entre elas, deixando a farinha

mais grossa, com qualidade inferior. Esse profissional é chamado de picador. “Era trabalho para um dia inteiro em duas pessoas, a cada tafona que a gente ia”, diz seu Bertino. O serviço é feito com um formão e um martelo e é preciso um cuidado especial na proteção do corpo inteiro, por causa dos cacos de pedra que saltam para todos os lados. “Mesmo se protegendo bem, cansei de ter machucados no rosto, braço e mãos”, recorda seu Huberto Wiemes. Os irmãos lembram de algumas famílias que tiveram atafonas, engenhos ou alambiques: Rodolfo Kuhnen, na Mata Verde, teve atafona, engenho e alambique. No Rio dos Índios, Olivo Caetano, de origem italiana, era dono de uma atafona; no Rio do Meio, Francisco Willemann e Teodoro Vandresen; na localidade de Santa Catarina, José Zezuka, imigrante descendente de poloneses, avô de Beto Lazai e de Alvina Wiemes, esposa do Betino, também possuía atafona, alambique e engenho e na localidade de Rio Bravo, Germano Ballmann e Bernardo Ballmann tinham cada qual uma atafona. Na propriedade de Dionei Schmoeller e esposa Anita, no Rio Bravo Alto, há duas, que pertenceram a Ana Folster, sogra de Dionei; na propriedade de Hilberto Horst, no Rio Bravo, ainda há um galpão com boa parte dos equipamentos.

A farinha de trigo era tão escassa, como já mencionei em outra ocasião, que quase todas as famílias só se davam a esse “luxo”, nos fins de ano. “Eu *desmanchava* (abria) um saco de trigo todo o fim de ano e fazia coisas. Os filhos comiam tudo numa semana. Esses dias uma filha tava aqui em casa, lembrando: ‘como eram bons aqueles bolos que a mãe fazia’, ela me disse. Eu fazia 30 e poucos pães por vez. Pão de trigo e bolo eu aprendi a fazer no meu casamento, que minha tia veio lá da serra e me ensinou. Ensinei muitas mulheres no Rio dos Índios. Café ninguém comprava. Café era feito de casca de pão torrada”, conta dona Maria. Ainda hoje a família mantém a construção, toda em cerne, da velha atafona. Outra, 100 metros próximo jaz em ruínas ao relento.

Ao longo do resto do ano, o pão era feito de farinha de milho, misturada ou não com batata, dependendo do gosto ou da necessidade da pessoa. Dona Lorena Oenning, uma das filhas de Huberto Oenning, lembra com nostalgia das vezes que teve que ir à atafona: “De 15 em 15 dias a gente ia à tafona do seu José Schmidt, no Rio dos Índios Baixo, moer o milho, pra pão. O que a gente vendia de fora era açúcar Cristal, sal e trigo”. Observe que nem mesmo Huberto Oenning abria mão da atafona, que em tese poderia usar um pouco da farinha de trigo que tinha em estoque para a venda. Lorena lembra que as habilidades no uso de farinhas e outros derivados foram determinantes para que a irmã, Marlene, seguisse uma profissão não planejada até então. “Se fazia mais polvilho, pra rosca. Fazia farinha e fécula. A Marlene, de tanto a mãe insistir, até hoje ela tá fazendo”, brinca Lorena, já que Marlene tocou junto com o marido Luiz Kuerten, até poucos anos atrás, uma das principais padarias em Braço do Norte: a Padaria Kuerten.



Atafonas da família de dona Maria da Silva. Uma em ruínas, a outra (abaixo) parada há muitos anos. Equipamentos foram os responsáveis por grande parte do patrimônio conquistado pela família (Fotos do autor)



Seu Remi Bonetti lembra que na sua região, na Santa Bárbara, era possível plantar trigo com uma produtividade razoável, porque o clima ajudava, o que não acontecia nas regiões mais baixas e úmidas do município. “No Rio dos Índios, um tio meu tinha uma tafona de moer milho. Só que a farinha ficava um pouquinho mais escura, porque moída nessas tafonas rústicas, ficava mesmo um pouquinho mais grossa. Então, toda a quinta-feira cada família botava um saco de milho no cargueiro e ia para aquela tafona. Aquela italianada era tudo na polenta. O pouco trigo por aqui se cortava na foice e batia no mangual”, lembra seu Remi.

Houve outras dezenas de atafonas, moinhos ou engenhos no município, todos com importância maior ou menor, variando de acordo com o número de pessoas que dependiam deles para moer seu milho, trigo, mandioca ou cana-de-açúcar.

Ao que se sabe, a única atafona em funcionamento no município atualmente fica na localidade de Santo Antônio. Divo Fortunato ainda mantém a atafona que herdou dos pais. As demais sucumbiram às transformações que a modernidade impôs, mas esses equipamentos ficaram cristalizados como patrimônio cultural do povo de Santa Rosa de Lima.



Apesar de tudo estar em bom estado, a atafona dos Folster é mais uma desativada no município (Foto do autor)

CAPÍTULO XVI
**A mesa dos
imigrantes**



Fogão em pleno vapor na casa de Adelina Lemkuhl
(Foto do autor)

Se as dificuldades que os imigrantes enfrentaram foram enormes em relação às estradas, comunicação, tratamento de enfermidades e tantas outras, na mesa, a maioria das famílias não passou por apuros. Dinheiro no bolso sempre era pouco, mas comida não faltava. Arroz, feijão, batata inglesa e batata doce, aipim, moranga, abobrinha, rosca de polvilho, bolo de fubá. Tinha de tudo um pouco. Só farinha de trigo que era raridade. “Isso não tinha por aqui. Se fazia rosca de fubá, bolo, nata, mel, rosca de polvilho. Até polenta. Eu fiz polenta, mas não ficava uma polenta boa. Mas aí veio um italiano morar aqui perto e eu aprendi a fazer polenta. Fizeram a tábua pra botar polenta, pra virar. Antes *nóis tirava* e botava na bacia. Depois foi na tábua e cortava com fio”, conta dona Érica Jovaroski, esposa de seu Bernardo Kulkhamp, descendente de poloneses. “Verdura quase não se comia, porque praticamente o tempo todo se comia na roça, e se fosse levar pra roça a verdura já chegava toda ruim. Hoje em dia a gente come muita verdura. É que também não se vai mais pra roça como naqueles tempos. Se fica mais em casa”, analisa seu Francisco Schueroff.

“Aqui em casa feijão nunca faltava. Arroz, batata também não. Eu ensinei meu filhos a comer de tudo. Não tinha ninguém que não comesse alguma coisa. Só bem mais tarde dois filhos não comiam carne de galinha, mas aí foi porque enjoaram” conta Maria Weber.

Evidentemente, o *gemüse* sempre esteve na mesa de todas as famílias e, não por acaso virou o prato símbolo do colono alemão de Santa Rosa de Lima e nome da principal festa que acontece no município de dois em dois anos: a *Gemüse Fest*. “Isso veio da Alemanha, com as pessoas que já sabiam fazer por lá. Me lembro que desde pequeno já tinha. A minha mãe fazia o seguinte: cozinhava o *gemüse* no sábado de madrugada, por que depois tinha que ir rezar. Colocava numa bacia, enrolava numa toalha e colocava debaixo da cobertura. Quando voltava da igreja ao meio-dia, estavaquentinho. Botava repolho, batata e costelinha de porco”, recorda seu José Schmidt.

A mesa do colono alemão sempre foi de comida forte, que pudesse dar sustentação a tanto esforço físico na lavoura, no mato ou no corte de madeira. No começo, carne de boi era artigo raro. Havia muita caça e, posteriormente, carne de galinha ou outras aves domésticas, além de carne de porco que, sem existir energia elétrica, era guardada na banha do próprio animal, em latas, como bem lembrou, anteriormente, seu Osni Folster.

Outra característica marcante, não só do imigrante alemão de Santa Rosa, mas de todos os descendentes alemães, é o gosto pela comida agridoce, doces, geléias e *chimia* (*schmier*, em alemão).

Antigamente, dificilmente se encontraria uma casa sem um respeitável forno a lenha, ao lado da casa, ao relento, ou protegido por um telhado. Já o fogão a lenha, esse sim, é equipamento de primeira necessidade. Novo, velho, limpo, sujo, arrumadinho ou não, esteve e está presente em todas as casas. Muita gente ainda defuma toucinho na fumaça do fogão, que em algumas casas o fogo só apaga altas horas da noite.



Em dia de feriado, forno da casa da família de Fridolino Heidemann sendo preparado para receber um lote de pães (Fotos do autor)



Casal Evaldo e Cecília Baumann, no calorzinho do fogão à lenha. Imagem é uma das mais expressivas flagradas durante a produção deste trabalho, pois, a meu ver, reproduz com fidelidade o universo da vida na roça



Fogão na residência da família de Osvaldo Israel, no Campo do Rio Bravo. Ainda hoje é comum pendurar o toucinho em cima do fogão para defumá-lo



Fogão na casa de Francisco Baumann, com gancho para pendurar o toucinho, no teto (Fotos do autor)



Fogão na residência de Hilberto Vandresen



Fogão na residência de Adão e Edith Tonn Pacheco. Balde de leite, que vai virar queijo, e sobras do almoço que serão requentadas no jantar. Tudo limpinho e organizado



Dona Cecília Neckel e seu lugar preferido na cozinha. Do ladinho do fogão, cuiá de chimarrão na mão, enquanto aguarda o almoço ficar pronto



Fogão na casa de Teobaldo Westphal e esposa, onde também mora o sogro, Hilberto Horst. Foi o único fogão que encontrei com a boca para a entrada da lenha totalmente aberta (Foto do autor)

CAPÍTULO XVII
**Matas, madeiras
e serrarias**



**Velha serraria dos Schmidt, herdada por Luiz Schmidt do pai, Alfredo.
Com a roda d'água avariada, tendência é que em breve a serraria seja desativada**
(Foto do autor)

Com grande parte do território coberto por vegetação nativa, era natural que as serrarias começassem a se proliferar. É difícil precisar quantas e em que ordem cronológica elas foram instaladas, mas sabidamente foram dezenas de serrarias, que representam outro capítulo da história econômica de Santa Rosa e que tiveram uma importância especial em determinado momento da história.

Edmundo Wilke possuía uma madeireira na margem direita do Rio Braço do Norte, onde hoje constitui o centro da cidade e esta parece ter sido uma das primeiras a ser instaladas.

Moradores que hoje estão na faixa etária entre os 70 e 90 anos contam que, pelo relato de seus pais, vindos para Santa Rosa no final do século 19 e início do século 20 ainda encontraram matas, embora já houvesse grandes clareiras de terra, onde o pasto predominava. “Aqui já era só capim graxa. No primeiro ano que vim pra cá, eu puxei lenha lá do Rio Bravo por que já não havia” conta seu Francisco Schueroff, da localidade de Nova Fátima, que hoje está com 83 anos e que também teve serraria na Nova Fátima. “Antes de mim, sei que botavam fogo e deixava queimar tudo. Tinha lenha sobrando. Apodrecia lenha no chão. Naquele tempo, não se vendia lenha, carvão, nada”, diz

Daírson Vandresen nem está nessa faixa etária, mas lembra dos relatos dos falecidos avós. “Só se tirava canela e peroba; o resto deixava. Muitas vezes nem tirava tudo, por isso que hoje em dia ainda se encontra cerne de peroba por aí, pois só apodreceu o brancal por fora, e o cerne ficou. Só derrubava, botava fogo, plantava e colhia. Não se capinava”, diz.

Seu Antônio Willemann, das Águas Mornas faz um relato interessante em relação a uma região, especificamente: “Até a década de 60, havia muito pouco reflorestamento. E só um ou outro que plantava fumo. Às vezes a Souza Cruz (companhia de cigarros) incentivava a plantar uns pés de eucalipto. Mas se não, ninguém tinha reflorestamento. Depois de 60, foi que desmataram Santo Antônio. Pra lá, Santo Antônio, era tudo virgem. Mas pra cá já era capoeira. Eu vi sair algum caminhão de madeira dessa região. Uma barbaridade! Naqueles tempos, subia aqueles caminhões acorrentados, se não fosse assim, não ia. E não tinha tempo ruim. Aqueles caminhões atravessavam as estradas, pra cá e pra lá. Tinha 18 ou 20 porteiras. Em cada uma delas tinham que parar, abrir e fechar de novo. Não havia mata-burro como hoje. Mas olha; não tem mais reflorestamento (áreas de plantio de eucalipto e pinus) por causa da proibição, se não tinha muito mais.”

“De Santa Rosa pra cá era tudo mato”, conta seu Teodoro Heidemann, do Rio dos Índios. “Meu falecido pai (José Heidemann) chegou aqui numa picada. Se derrubava muito. Meu pai fazia cada coivara que era uma maravilha. Quanta madeira desperdiçava. Ainda bem que naquele tempo não existia motosserra, por que se não hoje não teria mais nada. Era tudo a muque, machado”, conta seu Teodoro, que recorda um hábito das famílias: fazer

as gamelas de lavar os pés com as raízes de figueira.

Seu Luiz Schmidt, 67 anos, de Rio Bravo Alto, é filho de Alfredo, dono da serraria mais antiga de Rio Bravo e seguramente uma das primeiras do município. Ele não sabe a idade certa de instalação da serraria feita pelo pai, mas lembra que com 12 anos co-



*Gamela de lavar os pés feita de raiz de figueira
(Foto do autor/objeto de Osvaldo Wenz)*

meçou a ajudar o pai, portanto, pelo menos 55 anos de idade ela tem. “Já serrava sozinho, só não sabia amolar a serra, o resto eu me virava. Depois, o pai comprou um caminhão e eu passei trabalhar como motorista. A gente acordava cedo e serrava às vezes até uma hora, duas horas da madrugada. Um serviço puxado”, lembra. “Se puxava toras de longe, a boi. Até de lá de cima daquela região do Osvaldo Wenz (Campo do Rio Bravo, a uns 6 km da serraria) a gente trazia. Saía de manhã e chegava aqui lá pelas duas, três horas da tarde. Se fosse mais de uma tora a ser puxada se usava duas ou três juntas de boi. Era um sacrifício”



Seu José Heidemann e Ana Rech, em pose com filhos, netos, bisnetos e outros familiares. Casal chegou ao Rio dos Índios através de uma picada, conta um dos filhos, Teodoro (Acervo da família)



Toras gigantesas eram tiradas com bois do meio da mata. Transporte até as serrarias também era sacrificante e só os bois podiam executar a tarefa (Acervo Remi Bonetti)



Ferrão (esquerda) fixado na ponta das toras pra enganchar a corrente; talhadeira (centro) auxiliava na remoção das toras do meio da mata; e topiador, quando ainda não havia motosserras nem fitas, ferramenta fundamental (Fotos do autor, objetos de Francisco Willemann/Luiz Schmidt/Remi Bonetti, respectivamente)

conta seu Luiz.

“Serramos muita madeira de lei”, diz seu Luiz, que lamenta não poder reformar a gigantesca roda d’água, de 6m70cm, 35 anos de uso, que já não roda mais por estar avariada pela ação do tempo. “Pra se arrumar tem que ser com madeira de lei, se não, dura menos de três anos. Como não se pode mais cortar mata nativa, não tem como consertar. Vai muita madeira. Mas não valeria a pena arrumar. As serra fitas à energia elétrica serram muito mais rápido”, constata seu Luiz, com certa nostalgia, que diz que a tendência é aposentar a velha serraria. “Tô serrando um pauzinho o ou outro pra mim ou pra alguém que me pede de vez em quando. Mas é pouca coisa”, revela.

Nas décadas de 40 e 50, muita gente de Orleans, a maioria descendentes de italianos, veio para Santa Rosa de Lima e instalou serrarias para explorar a madeira nativa daqui. Seu Adolfo Wiemes lembra que um deles, seu Gregório Brighenti, era madeireiro forte na

região de Santo Antônio e por ter ajudado na construção da escola da localidade, onde também eram celebrados os cultos, se deu o direito de levar um padre de Orleans para celebrar a primeira missa, em 1960. Ele também doou a imagem de Santo Antônio. Mas para essa celebração, o padre Gregório Locks estava presente e não se tem notícias do desfecho desse episódio. Brighenti mais tarde daria contribuição substancial para a abertura da estrada até o centro de Santa Rosa, feita no primeiro mandato do prefeito José Schmidt.

Além dos Brighenti, vieram para aquela região Domingos Benedet, Isaías Fortunato, que compraram a serraria. Houve também o Manuel Cândido (Neco), o irmão dele Arcângelo e a mãe dos dois, que era viúva. Mais tarde vieram Mário Sachett e vários empregados, os Menegasso e Polidório Walter.

De Orleans também veio a família de Fioravante Mantegutti, que se instalou na região do Rio do Meio, em 1942, nas terras do falecido Antônio Estevão da Silva, esposo de Maria da Silva. Seu Valdir Antunes nos brinda com fotos interessantes desta família: uma delas mostra um caminhão dos Mantegutti, tombado à margem do Rio Braço do Norte, 1961, na cabeceira da balsa no centro da cidade. Foi um dos primeiros a tocar o chão da



*Serraria dos Mantegutti, uma das mais fortes instaladas no município
(Acervo da família Ferreira)*

região do Rio do Meio.

Noutra foto, a serraria dos Mantegutti, com duas majestosas toras de madeira de lei prontas para serem serradas. Entre 1959 e 61, a serraria foi tocada pela família dos Ferreira.

No Rio dos Índios, Gregório Oenning instalou uma serraria tipo pica-pau (movida à água). Na mesma localidade, João Lino Dutra foi pioneiro ao implantar uma serraria movida a locomóvel, que é uma máquina a vapor cujo combustível pode ser restos de madeira ou óleo diesel.

Pelos relatos, as regiões do Rio Bravo, Rio Bravo Alto, Nova Fátima, e a faixa que margeia a estrada geral que liga Rio Fortuna a Anitápolis são os locais que primeiro foram devastados, porque as terras eram mais férteis e planas, ou porque estavam na rota das

estradas, do transporte e do rio. Localidades como Santo Antônio, Santa Bárbara, Rio dos Índios, Rio do Meio e Campo do Rio Bravo sofreram a ação do homem um pouco mais tarde. É provavelmente por essa razão que há contradições de informações quando o assunto são as matas e a derrubada delas. Algumas pessoas dizem que há mais matas hoje do que quando chegaram aqui. Outras, o contrário.

Como a sobrevivência das famílias dependia basicamente do que se podia tirar da terra, fosse em produtos cultivados, animais ou extrativismo vegetal, raros eram os que manifestavam qualquer preocupação ambiental ou de sustentabilidade. Dona Ida Schmitz garante que seu pai foi um dos que se preocupavam com o futuro do meio ambiente. “Meu pai (Henrique Vandresen, não o que teria sido bugreiro) já era desde aquele tempo apegado a preservar a natureza. Não queria que derrubassem o mato todo, tirar os palmitos do mato, derrubar mato sem medida de tamanho, perto de nascente. Eu me lembro disso. A gente (crianças) pensava assim: ‘pra quê?’ Nos matos tinha muito palmito e a gente gostava de cortar. Então ele dizia: ‘pode cortar, mas os cachos que estão maduro, tem que deixar’. O pai tinha um pensamento diferente da maioria naquela época”, garante Ida.

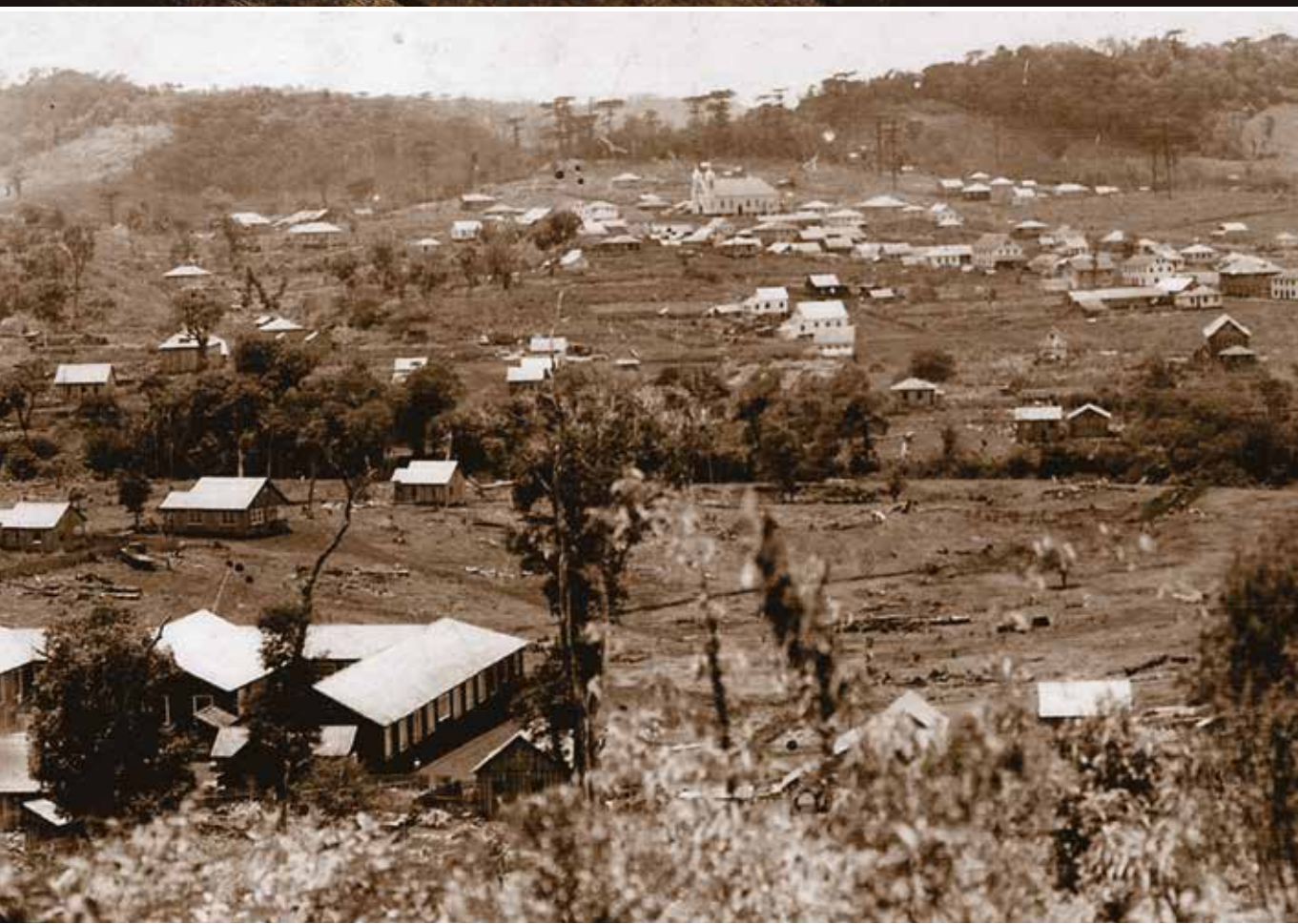
É louvável que se tenha depoimentos como este, porém isso é exceção. A regra era derrubar o máximo de mata possível. Quanto mais terra para plantio ou para pastagem, quanto mais terrenos drenados, livres da água, melhor. Ainda bem que a consciência ambiental, a preocupação com a sustentabilidade e as mudanças na legislação e na fiscalização vieram a tempo de impedir um colapso de fontes de água potável no município, ainda abundantes.



*Um dos caminhões dos Mantegutti usados no transporte da madeira
(Acervo família Ferreira)*

CAPÍTULO XVIII

Paraná, lá vou eu



Francisco Beltrão, no Paraná, no começo de sua formação, na década de 50 (foto não datada), para onde migraram dezenas de famílias de Santa Rosa de Lima. Outros municípios da mesma região do estado receberam colonos alemães oriundos de Santa Rosa

(Acervo Aluízio Vandresen)

Terras de baixa fertilidade e montanhosas, madeira nativa cada vez mais escassa, estradas precárias, dificuldade de locomoção e escoamento de mercadorias, entre outras dificuldades, fizeram com que dezenas de famílias buscassem em outros lugares a condição de vida que aqui não alcançavam, apesar do esforço. Assim, dezenas de famílias que já haviam vindo para Santa Rosa de Lima de municípios vizinhos decidiram migrar mais uma vez. A maior parte delas foi para o Paraná. “De 48 até 62, por aí, foi muita gente pra lá. O pai foi quem mais levou mudança de famílias de Santa Rosa para o Paraná. Iam para Manoel Ribas, Francisco Beltrão, Paranavaí, Graciosa”, conta Lorena Oenning, filha de seu Huberto. “Teve uma época em que parte da banha que ele comprava aqui levava pro Paraná, embaixo das mudanças. Na volta trazia outras coisas pra cá”, conta Lorena. Valda Wilke completa: “Seu Huberto fez a maior parte das mudanças. Ele conhecia tudo do Paraná. O Fernando até fazia, mas foram poucas”, diz.

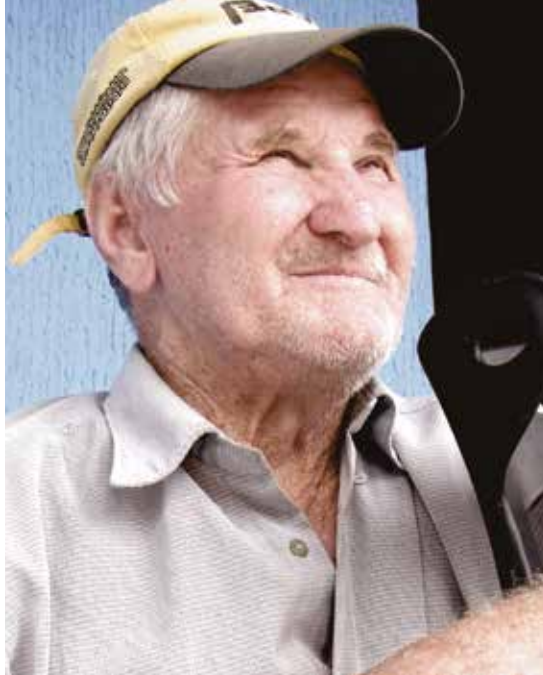


Colonos que decidiram se mudar de Santa Rosa de Lima para o Paraná não encontraram, no estado vizinho, situação muito diferente do que haviam enfrentado por aqui. Dependendo do lugar do Paraná escolhido para morar, não havia nenhuma infraestrutura. Enquanto a casa não ficasse pronta, choupanas como esta, na foto, serviram de abrigo para famílias inteiras. A foto não tem data definida e pertence ao acervo de Zélia Brüning, uma das filhas de João Brüning, cuja família inteira se mudou de São Ludgero, em 51, para Graciosa, distrito de Paranavaí. Segundo Zélia, provavelmente a imagem tenha sido feita por algum padre da Congregação Carmelita

A migração para o Paraná é tão impressionante que, dificilmente, há alguém, hoje, em Santa Rosa, que não tenha um familiar ou um conhecido que não esteja ou não tenha ido para o Paraná. Dona Valda Wilke dá um depoimento importante sobre a época que a migração mais ocorreu. “A maior parte eu acredito que tenha ocorrido na década de 50 até final de 60, com algumas exceções. Meu pai, por exemplo, foi em 61. Mas na década de 40 também teve. Na década de 40, muitos paravam na casa do meu pai antes de viajar pro Paraná. Lembro que a gente cozinhava muita batata doce pros porcos e a gente ia ao tacho contar piada. Tinha um homem que perguntava: ‘o que é que dura sempre, durante três dias?’ (risos). Era a viagem pro Paraná, que parecia uma eternidade. A família desse homem levou 14 dias pra chegar lá, mas as viagens sem nenhum imprevisto duravam em média três dias”, garante Valda.

A notícia que as terras roxas, férteis e planas do Paraná poderiam dar um futuro bem melhor do que poderiam ter no município corria como uma pena ao vento e isso atraiu não só quem andava um tanto insatisfeito com a vida em Santa Rosa. É o caso de seu Huberto Oenning, o próspero comerciante de Nova Fátima, que figurava entre um dos mais abastados na época. “Em 1960, saímos às duas horas da manhã de Rio Fortuna. Até escurecer, só conseguimos chegar até Itajaí. Aí fomos dormir. Tinha tanto pernilongo que uma hora da madrugada o pai levantou e disse: ‘levanta todo mundo e vamos embora que aqui não dá pra dormir’. Lá, na cidade, a gente tinha uma casa mais ou menos até, mas na roça era uma casinha muito pequena, de madeira, tinha três quartos, cabia uma cama em cada quarto, um trilho pra pendurar as roupas nos pregos e só. As roupas de domingo tinha um armário na sala”, conta Lorena Oenning. No Paraná, a família de Huberto chegou a plantar 20 mil pés de café. O cunhado, Evaldo Boing foi em seguida, acompanhado de toda a família, e ajudou a fazer a colheita do produto. Mas a permanência das duas famílias não foi longa: dois anos depois eles estavam de volta para a região.

O pai de Valda também tinha a obsessão por se mudar para o outro estado, embora os conselhos fossem opostos à vontade dele. “O seu Bernardo Assing, que era amigo e vizinho, convenceu meu pai a não ir pro Paraná. O pai chegou a vender as terras pra ele, porque queria ir por Paraná, mas ele convenceu o pai a não ir e devolveu as terras, mesmo depois de ter carpinado todinho. Os dois eram muito amigos. Mas aí, depois de um tempo deu outra veneta e não teve jeito de segurar”, conta Valda. Edmundo Wilke e Emma Schmoeller foram para o Paraná. Alguns filhos seguiram os pais, mas outros não. “Eu já era casada com o Roberto (Vandresen) e o pai vendeu as sobras de terras pra nós. O Roberto foi pro Paraná e lá havia muita peste suína e o como ele já era vacinador aqui, levamos vacinas e vendemos lá e com esse dinheiro nós pagamos a terra aqui”, conta Valda. “Eles iam a procura de terras melhores, mas a maioria não se deu bem. Os que levaram muito



Teodoro viu entrar o primeiro caminhão no Rio dos Índios, quando Adolfo Becker, seu vizinho, se mudou para o Paraná. Teodoro acabou comprando aos poucos todas as terras que eram de Adolfo (Foto do autor)

dinheiro daqui e souberam aplicar, se deram bem. Mas os que foram atrás de conversa de outros, como meu pai foi, pra Barra Azul, onde morava meu tio, não foram pra frente. Depois ele foi morar em Manoel Ribas. Mas ele não era muito da roça, pois aqui ele tinha marcenaria”, completa.

Seu Teodoro Heidemann, da comunidade de Rio dos Índios lembra que o primeiro caminhão a aparecer na localidade foi de um tal de Röesing, morador da Santa Maria (Anitápolis) e veio justamente para buscar uma mudança. “Veio pra pegar a mudança de um vizinho, o Adolfo Becker, que queria ir pro Paraná. Foi uma dificuldade para esse caminhão entrar. Meu Deus! Foi todo o mundo pra estrada

olhar. Faz uns 55 anos, por aí. Ninguém tinha visto nada com motor. Eu ajudei a carregar a mudança. Ele queria vender o terreno todo pra mim. Era 400 contos de réis. Perguntei pro meu pai o que ele achava. Disse: ‘tu tá louco, nunca vai dar conta de pagar isso’. Aí comprei só cinco hectares. Ele vendeu pros Schueroff e pro André Becker. Depois fui engordando porco e comprando tudo, hoje é tudo meu. Era 70 e poucos hectares. O Adolfo tinha 12 filhos, aí ele tentou levar a família para o Paraná. Aqui tinha muita gente e foram todos pro Paraná. Eles achavam que o terreno aqui não era bom. Naquele tempo, não se tinha esses recursos para preparar a terra. Hoje em dia não vai mais ninguém”, diz seu Teodoro.

Dionei Schmoeller, do Rio Bravo Alto, adverte que muitas famílias migraram também para outra direção: o oeste de Santa Catarina. Porém, pelos relatos da população, creio que esse percentual é ínfimo, se comparado às famílias que foram para o Paraná.

Seu Francisco Schueroff, o Francinha, da Nova Fátima, acredita que muita gente que foi para o Paraná, sob o argumento de que as terras por aqui não eram férteis, na verdade não tinham muita vontade de trabalhar. “Essas terras mesmo onde a gente tá hoje: diziam que dava nada (não produziam) e não sei o que mais, mas eu criei meus filhos todos com o que tirei daqui. Dei terras pra todos eles e ainda continuo aqui. Como que não dá nada”, questiona Francisco. Bem, em todo o lugar há ou haverá de ter alguém que goste

de vida fácil ou que não esteja disposto a grandes esforços para ganhar a vida. “O irmão da minha sogra, o Vendolino Oenning, não gostava de trabalhar. Era meio malandro. Carne, mesmo, só comia de caça. Inventou de ir pro Paraná, mas já avisou que ia pra lá pra caçar, não pra trabalhar. Um dia a gente foi pra lá visitar parentes e encontramos ele lá. Tava pior do que bugre. Todo sujo, maltrapilho”, conta Julita Heidemann Willemann.

Porém, é fato que em muitos pontos do município a terra não é exatamente ideal para a agricultura, a não ser que se invista consideravelmente na correção do solo para melhorar a fertilidade. Também é compreensível que, com a influência dos comentários positivos que alguns faziam em relação à fertilidade das terras paranaenses, cada vez mais famílias de Santa Rosa decidissem aventurar-se por lá. Embora o número das que voltaram para Santa Rosa de Lima frustradas com os resultados obtidos lá seja pequeno, sabe-se que muitas se arrependeram da mudança e, se tivessem condições financeiras e meios para retornar, não hesitariam em voltar às origens. Algumas famílias que migraram para o Paraná encontraram situação semelhante a que tinham enfrentado aqui: muita mata, estradas por fazer, sem energia elétrica, enfim, uma infraestrutura precária. O Paraná não passou de um sonho.

Outro fator importante que determinou a migração de colonos de Santa Rosa de Lima (e região) para o Paraná foi a indisponibilidade de lotes de terra do chamado Patrimônio Dotal dos príncipes Conde D’Eu e Dona Isabel no Vale do Braço do Norte, através da Companhia Colonizadora de Grão Pará, a partir de 1883. O território abrangido por esse Patrimônio tinha extensão de mais de 10 mil km² e atingia quase a totalidade territorial dos municípios de Orleans, Lauro Müller, e todo o território de Grão Pará, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, um bom pedaço de Braço do Norte e São Ludgero, pegando ainda um naco de terras dos municípios de Armazém e Gravatal. Naturalmente, que naquela época nenhum dos municípios citados havia se emancipado de seus municípios-sede. Os lotes melhores, os mais procurados foram os que beiravam o Rio Braço do Norte e os que costeavam seus principais afluentes, seja pela fertilidade, seja pela geografia e facilidade de escoamento dos produtos. Então, os terrenos mais íngremes ou os mais distantes desse eixo central, cuja referência era o Rio Braço do Norte, como os terrenos próximos do Costão da Serra foram os últimos a ser ocupados. No brilhante trabalho de Toni Jochem e de Augustinho e Anselmo Buss (2006) os autores atestam que com a venda das terras, de 1883 até 40 anos depois, ou seja, até 1925 a 1930, “houve uma significativa descompressão social”, porém, a partir da década de 30, com o crescimento do número de filhos das famílias e tendo que dividir a propriedade ou comprar novos lotes para os filhos que iam casando, reinicia-se o processo de procura por novas terras. Esse fenômeno se

deu em todo o Vale, incluindo, naturalmente, Santa Rosa de Lima. Muitos escolheram o Vale do Itajaí, por algumas razões. Outros, o Paraná. Observe que as famílias dos Bonetti, justamente próximas à costa da serra, migraram em massa para o estado vizinho, restando poucos remanescentes, entre eles Remi Bonetti.



Remi Bonetti, da Santa Bárbara, é um dos poucos da localidade (e da própria família) que não migraram para o Paraná (Foto do autor)

CAPÍTULO XIX

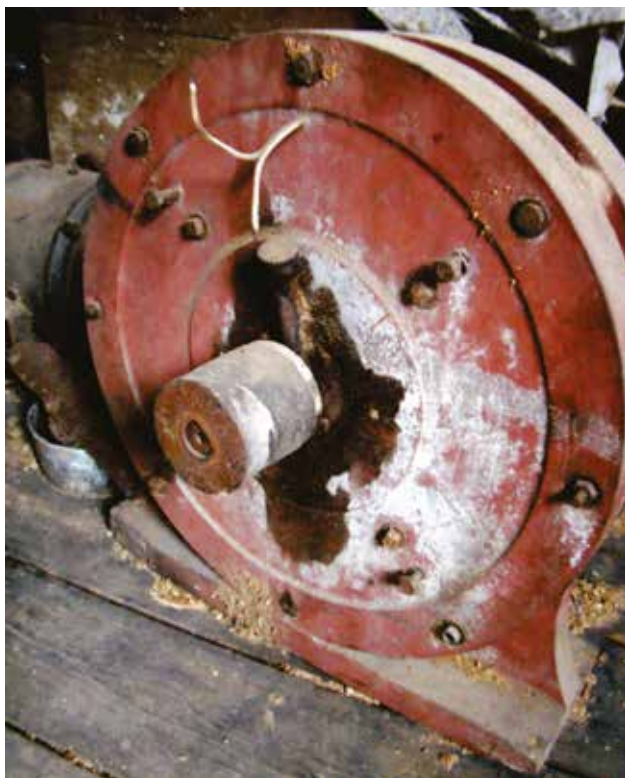
Energia elétrica



Com a abundância de água, produção de energia elétrica, nos primórdios da colonização, era feita através de rodas d'água com dínamos
(Foto do autor)

Até 1968, iluminação pública não havia. Exceto jipes e caminhões, que foram surgindo e davam pra ser contados nos dedos das mãos, tudo o que iluminava na escuridão imensa, entre um trecho de mata e outro do interior, eram as lamparinas a querosene. Mais tarde, lâmpões a gás.

Depois de um período começaram a surgir rodas d'água que, equipadas com dínamo, eram capazes de produzir energia elétrica suficiente para as necessidades primárias da família. Maria Weber, Luiz Schmidt, Francisco Schueroff e Osvaldo Wenz foram alguns que revelaram ter feito essa obra de engenharia. “Eu mesmo montei aqui em baixo, no mato. Olhei numa casa aqui perto e botei”, conta seu Osvaldo. “Minha roda d'água tinha seis metros de altura. Quem fez a instalação foi o Abel Locks, pai do Egídio e do Lucas”, conta seu Francisco Schueroff, que já não possui nenhum vestígio do equipamento em sua propriedade. Não é o caso de Luiz Schmidt, que ainda guarda o dínamo usado na



Dínamos como este, de seu Luiz Schmidt, eram componentes dos geradores de energia à base de água, das poucas famílias que puderam implantar o sistema em suas propriedades. Sem eles, só na luz de querosene e, mais tarde, de gás. (Foto do autor/objeto de Luiz Schmidt)

propriedade que um dia foi do seu pai. “Ajudou bastante, mas a energia não era muito forte. Pra tocar a serraria, por exemplo, não prestava”, lembra. “Nós fizemos a nossa energia, até vir a rede de Rio Fortuna pra cima. Compramos as coisas e fizemos a roda d'água”, diz Maria Weber.

A chegada da energia elétrica, como não podia ser diferente, revolucionou a vida de uma maneira em geral. A rede foi instalada em momentos distintos em diversos pontos do município. “Na praça chegou em 67 ou 68. Foi o governador Ivo Silveira que inaugurou. Foi depois que nos casamos, e isso aconteceu em 65”, relembra Antônio Willemann.

CAPÍTULO XX

Banha: o combustível da economia pré- emancipação



Porcos eram criados em mangueiras, ao lado de casa. Em período de engorda, eram confinados em locais menores, onde recebiam alimentação reforçada à base de abóbora
(Acervo Dionei Schmoeller)

Há uns 15 anos eu estava em um estabelecimento público, em Tubarão, e ao meu lado dois senhores, ambos na faixa dos 70 anos de idade, conversavam despreocupadamente, do tipo de quem não tem pressa alguma. Pela proximidade, inevitavelmente eu ouvia toda a prosa da dupla, que não me lembro sobre o que era. Mas uma coisa ficou guardada na minha memória: um deles, aparentando ser o mais velho comentou que durante bom tempo de sua vida transportou e vendeu banha do Vale de Braço do Norte, em Tubarão, Laguna, Florianópolis e até São Paulo. Por ignorância minha, achei que levar banha em carroças e carros de boi de Braço do Norte até Tubarão seria uma tarefa árdua demais, porém factível. Mas levar para Florianópolis, ou São Paulo? Ah! Aí já era demais. Fiquei impressionado, mas no fundo, não acreditei. Não pela tarefa em si, mas por que pensei: 'que tanta importância e valor poderia ter a banha?' Quanto desconhecimento de minha parte. Esse trabalho jornalístico me permitiu ter uma dimensão bem mais aproximada do valor que esse produto teve até meio século atrás e o quanto ela foi responsável pelo sustento e desenvolvimento de famílias, comunidades e municípios inteiros, entre eles, Santa Rosa de Lima. Infelizmente, nunca mais vi esse senhor que, quem sabe, poderia contribuir consideravelmente para esse trabalho jornalístico.

Mas não faltaram testemunhos e depoimentos de pessoas que atestam a importância econômica da suinocultura para Santa Rosa de Lima. A base da economia do município sempre foi a agricultura, mas em muitas famílias, a criação de porcos era a atividade principal. Seu Roberto Assing, de Rio dos Índios, hoje com 82 anos de idade, é um dos que atribuem ao porco praticamente todos os seus bens materiais. "O que eu *arrumei* na vida foi com o porco comum. Com isso eu consegui comprar esses terrenos todos que eu tinha (Quase 150 hectares de terra, que mais tarde foram repartidos entre os filhos). De três em três semanas, era matado um porco, pela carne, pro sustento da família. A banha a gente vendia. Eu também vendia os porco vivos. Aqui tinha o Fernando Hermesmeyer, mais o Huberto Oenning e o Fridolino Oenning. Eu vendia pra eles. Era no carro de boi. Ia dois, três porco cada carrada de boi. Eu ajudei a abrir a estrada até aqui (Rio dos Bugres) a picareta. Já tinha sido aberta, mas não passava mais nem carro de boi. Mais tarde nós abrimos pra passar até caminhão. Santa Rosa pertencia ainda a Rio Fortuna", diz seu Roberto.

Pelo relato de seu Roberto e de praticamente todas as pessoas com quem tive contato e que o assunto foi tocado, os comércios de seu Fernando Hermesmeyer e de seu Huberto Oenning, com suas respectivas famílias, foram sem dúvida os principais e mais importantes do município, durante um bom período. Os Hermesmeyer e os Oenning passaram a comprar e vender toda a produção de suínos do município. A sede do negócio de seu Huberto Oenning ficava na Mata Verde, onde hoje está provisoriamente instalado o escritório da Eletrosul, que constrói uma Pequena Central Elétrica nas proximidades. O de Fernando Hermesmeyer, no centro de Santa Rosa.

Os porcos eram levados para Timbó, para o frigorífico Franz Lorentz, o matadouro mais próximo daqui. Se transportar porcos vivos até aquele município do Vale do Itajaí já

poderia ser considerada uma façanha, imagine ter que levá-los para São Paulo. Pois era isso que acontecia regularmente. Por questões de preço e de demanda de produto, muitas vezes a caminhonada de porcos nem parava em Timbó; ia direto para São Paulo, onde também eram vendidos vivos.

“Eu e o Huberto (Roecker), aqui em baixo, trabalhamos muito pro Huberto Oenning. Vinham 30, 40 carros de boi lá do Rio dos Bugres. Eu e ele ajudamos muito, durante muitos anos. Tinha dias que se levantava às 2 horas da manhã pra carregar dois caminhões. Tinha um galpão grande onde se botava os porcos lá dentro, quando não iam direto pro caminhão”, conta seu Francisco Schueroff, o Francinha, da Nova Fátima.

Segundo seu Francinha, a carga tinha entre 40 e 50 porcos, postos em caminhões de dois andares. “A gente botava de costas, dentro de um caixote, pesava na balança. Em dois pegadores de cada lado se jogava pra cima. No caminhão iam todos com a cabeça pra frente, sentadinhos. No meio do caminhão ainda tinha uma repartição. Eles não podiam se virar”, detalha seu Francinha.

Casa onde durante muitos anos funcionou a venda de Huberto Oenning, atualmente serve de escritório à estatal Eletrosul. Porcos eram descarregados e levados diretamente aos caminhões para seguirem ao matadouro ou aguardavam em uma mangueira na parte debaixo da casa (Foto do autor)



“Meu pai também só trabalhava com porco. Quando tinha que entregar porco e não havia balsa, tinha que passar a nado por dentro do rio, segurando o porco por uma das orelhas, muitas vezes com a água até debaixo do braço. Às vezes, estava branco de gead. Quando o porco era muito gordo, ele até nem nadava. Nesse caso, a gente só levantava a cabeça pra não entrar com a *fuça* debaixo da água, daí ele fica *levinho*. Mas se não fosse bem gordo dava trabalho pra nadar. Olha, algumas vezes eu passei remessas de uns 20 porcos por dentro do rio”, relata Roberto Assing. “Tinha uma ponte de arame onde hoje tem a ponte grande, na praça. Pra cima, tinha um passador por onde se passava a cavalo. Mais pra cima, o rio não era tão fundo e a gente passava o porco lá, por que não tinha correnteza. Quando o rio tava cheio que não dava pra passar, e os caminhoneiros queriam porco de qualquer jeito, chegavam a carregar porco por cima da ponte de arame. Amarrava as quatro patas, passava uma vara por dentro das pernas, de barriga pra cima, e em dois carregavam os porco pela ponte de arame. Era um sofrimento muito grande. Lembro uma vez que o rio tava

bem cheio e o pai tinha um porco muito grande, era um cachaço (reprodutor) antigo, que depois o pai castrou e engordou. Tinha no mínimo 150 kg e aquele não dava pra carregar por cima da ponte. Ele tinha aquelas presas compridas na boca. Então, botaram uma corda no focinho, enganchada nas presas e focinho, botaram pro lado de baixo da ponte pênsil e puxaram ele por dentro do rio. Isso eu vi”, conta seu Roberto. Ter um cachaço gigantesco era motivo de orgulho. Aliás, os maiores ou mais pesados eram tidos quase como um troféu. Os porcos circulavam livremente entre as pessoas, inclusive entre as crianças, bebês, sem nenhuma preocupação com doenças parasitárias que pudessem adquirir.

Seu Bernardo Kulkhamp, da comunidade de Santa Catarina, ratifica o que diz Roberto Assing: “Se quisesse fazer dinheiro tinha que lidar com porco. Nos primeiros tempos, tudo era levado de carro de boi até Santa Rosa. Chegava lá, dependendo do dia tinha que tirar os porcos e amarrar numa vara e carregar na ponte de arame. Até a esse ponto cheguei”, diz seu Bernardo, em tom de lamento pelas agruras daquela situação. “Se fosse muito gordo iam dois ou até um só. Mas a gente se ajudava. Se hoje eu tivesse a ajuda dos vizinhos, noutra dia eu ajudava eles. Era assim”, diz Bernardo. Este é mais um exemplo da solidariedade que havia entre as famílias, no passado.

“Era uma safra por ano, a não ser aqueles que só engordavam um ou dois porcos. Mas, normalmente, era uma chiqueirada por ano. Eram todos criados no pasto. No inverno, quando era a safra de batata, trancava os porcos no chiqueiro e engordava à base de batata doce e milho, mas principalmente batata”, conta Lorena Oenning. “Aqui em casa eram duas tachadas de batata doce: um dia sim, outro não. Quando era guri, eu e uma irmã mais nova colhíamos seis cargueiros de batata doce por dia. Às vezes, tinha mandioca também, mas era menos”, lembra Bernardo Kulkhamp.



Era normal porcos sem raça definida, chamados de comuns, terem mais da metade do peso em banha (Acervo da família de Huberto Oenning)



Ter um reprodutor (cachaço) enorme, com este, de João Buss, era motivo de status e de orgulho (Acervo Augusta B. Vandresen)

CAPÍTULO XXI
**A venda do
seu Fernando**



Luiz Fernando Hermesmeier, o seu Fernando, admirado e respeitado pela população por suas várias virtudes, é um dos principais nomes de Santa Rosa de Lima
(Acervo Sérgio Hermesmeier)

Não encontrei quem conheceu José Fernando Hermesmeyer e a esposa dona Ana Oenning que não tenha falado deste casal de maneira carinhosa e respeitosa. “Casal trabalhador, honesto, de palavra, humilde, solidário, benfeitor, de bom coração”, são os adjetivos mais usados para qualificar este casal, especialmente ele, conhecido apenas por seu Fernando.

Um dos filhos de Germano Hermesmeyer e dona Dina, seu Fernando seguiu os passos do pai, que teve o primeiro comércio em Santa Rosa de Lima, mas que, nem de perto teve o sucesso da venda que o filho constituiria mais tarde.

Fernando nasceu em 1908 e logo depois de casar, no fim da década de 20, passou a ajudar o pai a tocar a venda. Com o falecimento de seu Germano, Fernando assume de vez o comércio, ao mesmo tempo em que trabalha na lavoura. Os filhos foram nascendo, os negócios prosperando.



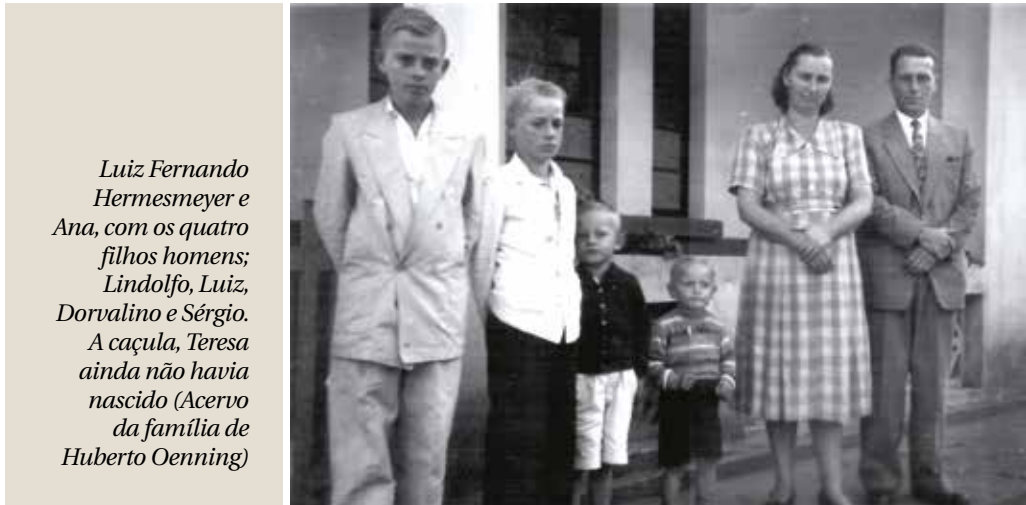
Dona Dina (sentada), esposa de Germano Hermesmeyer, o primeiro comerciante de Santa Rosa de Lima, e mãe de Fernando Hermesmeyer. Filho herdou o negócio e prosperou até a década de 60. Mais tarde se tornou nome da avenida principal da cidade (Acervo da família de Huberto Oenning)

Trabalhando 14, 16 ou até 18 horas por dia, a venda dos Hermesmeyer se tornou disparadamente o comércio mais forte da região. Havia alguns outros pelo interior de Anitápolis, como na Varginha e Santa Maria, mas nada tão expressivo se colocados ao lado do comércio de Fernando e Ana. Farinha de trigo, cereais, fumo em corda, botões, linha, máquinas agrícolas, manteiga, ovos, batata inglesa, batata doce, querosene, sal, tecido em rolo, enfim, havia de tudo para as necessidades mais imediatas da população. Virou uma referência regional. Para não conhecer a venda de seu Fernando e dona Ana, só se o sujeito nunca tivesse passado pelo centrinho de Santa Rosa, a praça, como se diz por aqui.

Seu Fernando arrematava o que os colonos tinham de excedente da produção, desde que houvesse demanda por tais produtos nas cidades maiores, como Criciúma, Tubarão, Laguna, Palhoça e Florianópolis. Mas o carro chefe era banha de porco, responsável pela movimentação do volume maior de dinheiro, seguido por outros como a própria carne do suíno, manteiga e ovos. “Não se pensava em veículos ainda. Era tudo estrada de chão, na verdade, picadas, por que em algumas nem carro de boi passava. Meu pai ia toda

a semana para Palhoça ou Florianópolis, onde vendia o que comprava dos colonos. Passava por aquelas estradas de Anitápolis, naquele morro da Garganta, era um lugar de difícil acesso. Um dos pontos de parada dele, tanto na ida como na volta, era em Teresópolis, um pouco antes de Santo Amaro da Imperatriz. Por muito tempo ele fez feiras pra Criciúma e Tubarão. Meus irmãos mais velhos trabalhavam com isso: banha, manteiga, ovos, couro de boi e tudo que se produzia em Santa Rosa. Principalmente Criciúma e Urussanga. Na volta, às vezes passava em Tubarão. Tudo chão, não se pensava em estrada de asfalto”, lembra seu Sérgio Hermesmeier, em ordem decrescente, o quarto dos cinco filhos de Fernando e Ana, dentista, atualmente morando e trabalhando em Tubarão.

Os primeiros filhos (Lindolfo, Luiz, Dorvalino, Sérgio, e mais tarde, Terezinha, mais nova) cresciam e, como era natural, foram se incorporando às lidas na venda dos pais. Passaram a ajudar seu Fernando numa atividade que fez história no município e, claro, história na família: as longas viagens para vender os porcos em Timbó (SC), São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como disse anteriormente, uma das descobertas que mais me impressionaram nesse trabalho foi justamente esse fato. Como pode alguém sair de Santa Rosa de Lima com um caminhão carregado de suínos vivos e levá-los para São Paulo, ou até mais distante, em estradas de chão horrorosas? Mas era a maneira que se tinha de escoar a produção do principal produto do município: a banha.



*Luiz Fernando
Hermesmeier e
Ana, com os quatro
filhos homens;
Lindolfo, Luiz,
Dorvalino e Sérgio.
A caçula, Teresa
ainda não havia
nascido (Acervo
da família de
Huberto Oenning)*

Nos primeiros tempos, os porcos comprados dos colonos eram levados para frigoríficos próximos, como o de José Waterkemper, em Braço do Norte, o Einzing, em Indaial, e o Lorentz, em Timbó, como mencionado anteriormente. O dos Watterkemper faliu uns anos depois. “Eles tinham dificuldade para cobrar os clientes, e conseqüentemente de nos pagar. Ele vendia banha para São Paulo e Rio de Janeiro. Depois faliu e se mudou para Tubarão. Por coincidência esta casa (onde hoje está instalado o consultório dentário de Sérgio) era dele e eu comprei”, revela Sérgio. O Lorentz foi o destino durante um longo período. Era

um abatedouro forte, que absorvia grande parte da produção de suínos de Santa Catarina. Mas com o tempo, a produção de suínos foi aumentando, outros frigoríficos foram surgindo em todo o estado e nem mesmo o Lorentz conseguiu sobreviver. Então, o jeito foi buscar novos mercados, e São Paulo era o melhor. “Em São Paulo, tinha dois ou três lugares, perto de Itapeverica da Serra e Embu. Havia uns mangueirões que cabiam mais ou menos uns 150 caminhões cada mangueirão daquele. Um mangueirão ficava no km-31 daquela rodovia e outro, três quilômetros adiante. Os caminhões chegavam e descarregavam os porcos dentro daqueles mangueirões e os motoristas esperavam comprador. Então, vinha gente de frigoríficos de Minas Gerais, do próprio interior de São Paulo, do Rio de Janeiro”, conta Sérgio.

As viagens para o sudeste do país eram verdadeiras aventuras. Seu Fernando viajou muito. Depois de alguns anos, com os filhos já homens feitos, passou a designar a eles a tarefa. Luiz, Dorvalino e Lindolfo foram os que viajaram. Na volta, os três costumavam reunir grupinhos de pessoas em Santa Rosa, ávidas para saber as novidades de um mundo que elas não conheciam, e também, das aventuras de mais uma viagem para São Paulo. “Os homens, o que podiam querer era ser motorista, e as filhas, professoras”, observa com perspicácia Lorena Oenning. “Sim, ser motorista era glamoroso naquela época. Tanto que meus irmãos, se quisessem, poderiam ter saído pra estudar. Meu pai insistiu com isso, mas nenhum quis”, pondera Sérgio, que ouviu os conselhos do pai e foi o único a estudar para desempenhar uma outra profissão.

E foi antes de sair de Santa Rosa para fazer seus estudos que Sérgio conheceu de perto, por apenas uma vez, o que seus irmãos suportavam naquelas viagens a São Paulo. Foi mais do que suficiente para ter uma ideia do que significava aquela aventura, habitual para os irmãos, mas insólita para ele. “Asfalto tinha somente em alguns trechos entre Curitiba e São Paulo. Nessa viagem eu fui com meu irmão Dorvalino e o caminhão teve um problema logo depois de Curitiba. Começou a pegar fogo, se não me engano, no freio de mão. Conseguimos apagar o fogo, mas o caminhão ficou parado numa descida. Enquanto o Dorvalino veio a Curitiba buscar mecânico, das 7 horas da manhã até as 4 horas da tarde eu fiquei cuidando, porque, numa descida a tendência era que os porcos de trás espremessem os da frente. Puxava pra atrás pra eles não se amontoarem. A gente saiu dali quase à noite e o meu irmão, morto de cansado. Naquela viagem, a gente só não se acidentou mesmo por que foi obra divina. Eu tinha uns 20 anos, por aí. Tanto o Dorvalino, quanto o Luiz e o Lindolfo viajaram muito. O Lindolfo teve um cunhado dele que sempre o ajudava a dirigir. Era o Antoninho Rech”, lembra Sérgio.

Chegando a São Paulo, muitas vezes o caminhão nem era descarregado. De acordo com Sérgio Hermesmeyer, a empresa compradora mandava um representante com autonomia pra negociar preço e se fechasse negócio antes de descarregar, seguia viagem até a propriedade do comprador. “O frete era acertado na hora. A lei da oferta e da procura.

Muitas vezes o preço caía muito em função da grande oferta, por que chegava porco do Rio Grande do Sul e também do Paraná, que são grandes produtores. Dependia muitas vezes do tempo. Por exemplo: quando tinha um tempo chuvoso no oeste do Paraná e as estradas eram horríveis, então os caminhões do Rio Grande do Sul e do Paraná não conseguiam subir e o preço do porco era bom. Mas quando o tempo era bom pra todo mundo, então havia uma super oferta e o preço caía”, explica Sérgio.



Um dos caminhões de Fernando Hermesmeyer. Segundo o filho, Sérgio, este foi o veículo usado para carregar porcos. Algumas pessoas afirmam que o caminhão foi, sim, de Fernando, mas foi usado para transporte de outras cargas, que não de suínos (Acervo PMSRL)

A cada carga de caminhão com 45 a 50 porcos, três ou quatro morriam, o que dá uma quebra de 10%. “Os que morriam eram vendidos para fazer sabão, lá mesmo, mas aí era um valor irrisório”, aponta Sérgio Hermesmeyer. Contudo, a mortandade devido à viagem não era tão preocupante como a oscilação de preço dos suínos e o tempo de espera para vender a carga. “Como era um ambiente de superpopulação de animais, a infestação por aftosa era comum acontecer. E havia perda de peso em razão disso. Às vezes, não compensava esperar para o preço subir, pois gastaria demais com alimentação. Era melhor vender a preço baixo antes que eles morressem, perdessem peso ou que se gastasse demais com comida”, explica seu Sérgio.

Seu Fernando era figura admirada por todos, de uma educação sem igual, fala mansa, ponderado, bem conceituado na sociedade, vivia para o trabalho e se não bastasse, para os padrões locais e da época, era endinheirado. Tudo isso, entretanto, não fez mudar uma face de sua personalidade: o espírito público. Como eram dele quase todas as terras do que atualmente constituiu o centro de Santa Rosa, doou terrenos para a construção da igreja, do cemitério e da escola, segundo informação do filho Sérgio. Sempre esteve engajado na defesa dos interesses da comunidade. Foi vereador ainda quando Santa Rosa pertencia a Tubarão. Depois, vereador em Rio Fortuna quando Santa Rosa era distrito do município vizinho e, depois, em Santa Rosa emancipada, também ocupou cargo no legislativo por quatro anos, além de ocupar a cadeira de prefeito, na segunda legislatura.



Fernando teve uma vida comunitária intensa. Ainda quando Santa Rosa de Lima era território de Tubarão esteve envolvido na defesa dos interesses da comunidade, como vereador. Mais tarde, viria a ser prefeito (foto), após o primeiro mandato de José Schmidt (Acervo da família de Huberto Oenning)

Mas, ainda muito antes de eleger-se prefeito, o caixa da venda já não andava tão bom. Acidentes com caminhões e outros fatores foram minando a vida útil do comércio da família. Fernando e Ana gozavam de um moral tão elevado, que mesmo hoje, mais de 40 anos depois do ocorrido, os entrevistados relutaram em revelar quais seriam os motivos da falência da venda de seu Fernando. Depois de muita insistência, consegui extrair de um ou outro entrevistado as razões principais que justificariam a bancarrota dos Hermesmeier. Jogatina e outros gastos desnecessários dos filhos mais velhos, durante as viagens, teriam sido a principal razão. O acidente envolvendo um caminhão de Fernando, em que o veículo tombou e incendiou, destruindo a carga e tudo mais foi um duro golpe nas finanças da família. Fernando começou a se desfazer de bens para pagar dívidas feitas pelos filhos, à sua revelia. “O pai chegou a ter que vender a casa pra pagar dívidas. Eu já não estava mais lá. Aí eu disse pra ele que eu compraria o imóvel, mas não deixaria ele pagar aluguel. Mais tarde eu acabei vendendo a casa, mas aí trouxe meus pais pra cá (Tubarão)”, conta Sérgio. O próprio Sérgio revela certo desconforto em falar de um tema tão doloroso para a família. De fato, não é intenção de essa obra mexer na ferida familiar desta ou daquela pessoa, porém é preciso não omitir os fatos.

Esses fatores, além da queda vertiginosa do preço da banha, que teve sua comercialização reduzida a percentuais insignificantes, devido à chegada do óleo de soja, (tema que tratarei logo à frente), levaram o negócio da família de Fernando Hermesmeier à falência. Não pude encontrar um testemunho de quando as portas da pioneira casa de comércio teriam sido fechadas. Seu Fernando faleceu em 1978, aos 65 anos de idade, em decorrência de um câncer de próstata. Seus valores éticos, princípios morais, espírito público, empreendedorismo, perseverança e força para o trabalho fazem deste homem um exemplo a ser seguido. Esses adjetivos ilustram basicamente a face moral deste homem, mas, somados à pujança de seu comércio, tornam Fernando Hermesmeier uma das principais personalidades, se não a maior, da história de Santa Rosa de Lima.

CAPÍTULO XXII

O negócio dos Oenning



Huberto Oenning (1) e a extensa família em foto tirada no século retrasado
(Acervo Lorena Oenning)

Huberto Oenning comprava banha e porcos vivos em Santa Rosa de Lima e levava até o porto de Gravatal, ponto comercial que teve muita importância no desenvolvimento de todo o Vale do Rio Braço do Norte e outros municípios adjacentes. Eram tempos da carroça, puxada por quatro cavalos, ou seis, dependendo do peso da carga. Foi nesse período, que Huberto ganhou o apelido de Queixinho, que o acompanhou para o resto da vida. Com o sucesso nos negócios, passou a vender também para José Waterkemper, um próspero comerciante em Braço do Norte.

Ainda jovem, no início da década de 40, resolve mudar de Rio dos Índios para a localidade de Dois Irmãos, e também mudou de atividade profissional. Lá, montou uma serraria com o amigo e cunhado, Evaldo Boing, casado com a irmã de Huberto, Verônica Oenning. Foi um recomeço difícil, como já previa. “Minha tia, esposa do tio Evaldo, ia junto pro mato e puxava topeador também, quase como um homem. Minha mãe cuidava de nós três (filhos) e das crianças da tia, além de cozinhar pra todo esse pessoal, da roça e em casa. Depois levava o almoço pra serraria, onde tinha uma turma, e pro mato, onde tinha outra, e tinha mais a criança”, recorda Lorena, filha mais velha de Huberto. Os dois compraram o primeiro caminhão nas redondezas e talvez o primeiro do município. Com ele, era transportada a madeira já beneficiada, quase que na totalidade vendida para seu Osvaldo Westphal, que tinha madeireira em Santa Rosa de Lima, mas também um depósito de madeira e uma próspera marcenaria em Braço do Norte.

Huberto era cunhado de seu Fernando Hermesmeyer já que a outra irmã, a Maria, era casada com Fernando. Mas além dos laços familiares com os Hermesmeyer, Huberto tinha outra coisa que o ligava ao já próspero comerciante do centro do povoado de Santa Rosa de Lima: o tino para negócios. E naquela época não havia negócio bem ou mal-sucedido que não tivesse o suíno envolvido. E Huberto decidiu voltar ao ramo que havia temporariamente abandonado. Em sociedade com o amigo e cunhado Evaldo Boing montou um comércio, na época conhecido por secos e molhados, entre o Rio Braço do Norte e a estrada, na localidade de Nova Fátima. “Foi mais ou menos em 1950, 51, por aí. Falo isso baseada na idade que eu tinha. Lá eles compravam banha, ovos e manteiga. Meu pai ia muito pro Paraná levar famílias que se mudavam pra lá, e levava muita banha pro Paraná, em lata. Os colonos matavam um porco e se desse quatro latas de banha, três eles vendiam e uma eles guardavam pro consumo. Quando tava acabando, matavam outro porco. Meu pai comprava umas latas especiais, enchia de banha e lacrava bem, se não me engano, com estanho ou cobre. Pro Paraná, a banha ia junto com as mudanças das famílias. Lá, quase não tinha banha, tanto que quando a gente se mudou mais tarde (em 62) nós levamos 20 leitoas. Meu pai foi o que mais fez mudanças pro Paraná, na região de Manoel Ribas, Graciosa, Francisco Beltrão, Paranavaí. Toda a semana os dois também faziam feira em Criciúma. As vezes também pegava toda a mercadoria do tio Fernando pra negociar”, conta Lorena.



Caminhão de Huberto que foi usado mais no transporte de mudanças das famílias que migraram para o Paraná. Era neste caminhão que latas e mais latas de banha iam para o estado vizinho, escondidas debaixo das mudanças (Acervo da família de Huberto Oenning)

Mais tarde, a exemplo do que ocorreu com a venda de seu Fernando Hermesmeyer, Huberto passou a levar porcos vivos para o Frigorífico Fritz Lorentz, em Timbó. Um dos motoristas da empresa era Bertino Boing, filho de Evaldo e sobrinho de Huberto. Bertino protagonizou o histórico acidente com o caminhão dos Hermesmeyer, que culminou em perda total do veículo e da carga. “Tombou aquele caminhão do tio Fernando e o Bertino ia logo atrás. Eles costumavam viajar juntos. Às vezes, levavam carga um do outro. Eram muito ligados meu pai e o tio Fernando. Era à noite. Vazou gasolina e, naquele desespero, o Bertino foi à cabine pegar alguma coisa. Não se sabe bem o que houve, mas parece que ele acendeu algum fósforo, isqueiro, sei lá. Pegou fogo e queimou tudo. Perto de Itajaí”, conta Lorena.

O comércio dos Oenning prosperava cada vez mais. Abaixo do centro de Santa Rosa, onde Fernando Hermesmeyer também ia muito bem, a venda de Huberto e família era o único ponto comercial onde os colonos podiam se abastecer daqueles produtos que não tiravam da própria terra, ou seja, querosene, sal, farinha de trigo e roupa - os famosos riscados e riscadinhos, peças inteiras de tecido que serviam para toda a família, do recém-nascido ao bisavô - “O pai já sabia e se preparava. Depois da safra, ele ia pra São Paulo e fazia compras. Outras coisas, como o riscadinho, ele comprava em Blumenau, naquela região”, diz Lorena.

Huberto também foi muito solidário com quem precisava de transporte. “Os colonos já sabiam o dia que o pai ia pra Braço do Norte ou Criciúma. Eles iam e voltavam em cima

do caminhão. Mas ele nunca cobrou um tostão de ninguém. Tanto trazia doente, como não. Uma vez, no costão da serra, a dona Elizabeth (Weber, parteira) tentou fazer um parto durante uns dois dias, mas não conseguiu. Eles trouxeram a mulher de lá, a pé, até a casa do pai, que trouxe até Braço do Norte, mas o bebê já *tava* morto. Ela sobreviveu. Na viagem, eu lembro, eles amarraram o lençol de um lado ao outro da carroceria, pra ela não balançar tanto”, relata.

Huberto Oenning tinha espírito empreendedor para os padrões de hoje. Àquela época, poderia ser chamado de visionário. “Meu pai foi o primeiro a trazer gado de raça pra região. Antes disso, só tinha o gado comum. Ele ia pra São Paulo de avião, com a mesma frequência que um colono ia de carro de boi pra roça. Não dá pra imaginar”, espanta-se Lorena.



Caminhão boiadeiro com o qual, segundo as filhas, Huberto trouxe as primeiras cabeças de gado de raça que surgiram na região, principalmente Nelore
(Acervo da família de Huberto Oenning)

Em 60, Huberto deixa Nova Fátima, acompanhado da família, e rumo para o Paraná, onde havia comprado terras. Ampliou e diversificou suas atividades. Era época que bastava requisitar um naco de terra para o governo, que o poder público dava um jeito. O Paraná estava sendo desbravado e não lembrava nem de longe a prosperidade de hoje. No estado vizinho, as madeiras de lei ainda eram abundantes, embora o que estava em jogo era a ocupação para fins agrícolas e não a exploração de madeira. Essa abundância está bem demonstrada através de uma foto em que Bertino Boing, com 1m96cm de altura posa à frente de uma tora que mede 1m95cm de altura, na carroceria do caminhão da família. Essa tora foi uma das centenas, quem sabe milhares, tiradas naquela área, onde Huberto plantou 20 mil pés de café. Poucos meses depois, toda a família de Evaldo Boing foi para o Paraná fazer a colheita. “Eles colheram 1,2 mil sacos de café”, lembra Lorena. Depois da colheita, a família voltou. Em 61, a gente foi morar lá. As duas famílias”, conta.

Evaldo Boing e família e parte dos Oenning, no Paraná, em dia de colheita de café. Permanência no estado durou apenas 2 anos
(Acervo Lorena Oenning)



Bertilo Boing, filho de Evaldo e sobrinho de Huberto Oenning, posa para foto com tora gigante, no Paraná. O foco era a plantação de café, mas madeira também foi explorada no curto período em que as duas famílias estiveram por lá
(Acervo da família de Huberto Oenning)



De volta à região, pouco mais de um ano depois, Huberto se instala em Braço do Norte, onde também monta um comércio de secos e molhados. Mas, as mesmas razões de mercado, que contribuíram para a falência de Fernando Hermesmeier, foram enfraquecendo o negócio dos Oenning, até falir ainda na década de 60.

Dívida de gratidão

O relato de dezenas de pessoas dá conta que Huberto Oenning foi um homem de um espírito de solidariedade e de uma bondade sem tamanho. Quase sempre estava pronto a ajudar a quem quer que fosse, a qualquer hora, e sem esperar nada em troca. “Ele sempre foi de conseguir trator com a prefeitura de Braço do Norte, de graça. Nova Fátima, Rio dos Índios, Rio dos Bugres, todos esses lugares, ele botava caminhão dele pra abrir estrada, pagava trato-rista, fazia comida, abrigava os padres, nunca explorou ninguém. Ele era muito batalhador e honesto”, assegura a filha Lorena.

Professora aposentada, Lorena faz uma ressalva para que um nome não seja esquecido: “Minha mãe, Rosalina, precisa ser lembrada. Ela era a cabeça de tudo. Uma bondade em pessoa. Tinha uma paciência que só vendo. Meu pai viajava muito e ela criou sete filhos e

cuidou dos negócios em casa, praticamente sozinha. Ela só teve quatro meses de aula. E fazia tudo o que é conta, afinal era ela quem tocava os negócios. Eu chegava à casa, da escola, e depois do almoço tinha que lavar a louça toda. E era louça. Por que naquele tempo tinha o café da manhã, às cinco horas, às dez horas era almoço e meio-dia tinha o que eles chamavam de janta. Tinha que lavar aquela *louçaiadae*, às vezes, a mãe vinha da venda lá pelas quatro horas e eu não tinha terminado ainda. Eu era a que mais apanhava, de cinto, por que eu gostava de brincar também, pois era criança, tinha oito, nove anos”, conta Lorena.

Jacucaca: a ave motorizada que Huberto Oenning ajudou a “matar”

A única linha regular de transporte coletivo que existiu, ligando Braço do Norte a Anitápolis - com passagem por Santa Rosa - virou motivo de gozação entre os moradores locais. Não encontrei registros fotográficos do veículo, mas segundo a descrição de dona Valda Wilke, que usou o coletivo algumas vezes “era como que uma caminhonete com estacas em cima, com lona, e o resto tudo aberto”. O veículo ganhou o apelido de Jacucaca, provavelmente por causa do tipo físico da ave - fina e com a cauda acentuada-, ainda abundante nas matas da região. A ex-professora Valda guarda na memória um episódio envolvendo a Jacucaca que quase lhe custou o rompimento com então namorado, Roberto Vandresen, mais tarde e até hoje, seu esposo. “Uma vez eu sentei do lado do motorista, de Braço do Norte pra cá. Foram fazer fofoca pro Roberto, dizendo que eu estava namorando com ele. O Roberto não queria mais namorar comigo. Eu fui muitas vezes na Jacucaca, pra estudar. Mas também fui muito em cima de caminhão de porco, caminhão de frete, menos a primeira vez que fui estudar em Braço do Norte: nessa fui a cavalo”, recorda.

Segundo dona Lorena Oenning, a Jacucaca pertenceu a um homem conhecido por Pedro Manduca, de Braço do Norte, que era dono de um hotel no centro daquela cidade. Para ela, pode ter sido seu pai, Huberto, com seu espírito solidário, o principal responsável pelo encerramento das atividades da linha de ônibus. “Os colonos, que eram muito acostumados pegar carona com o pai ou com o pessoal do tio Fernando (Hermesmeier), não queriam usar a Jacucaca. Claro, essa tinha que pagar e, coitados, não tinham dinheiro. Então o Pedro Manduca foi falar com a polícia pra que, na hora que a colonada subisse pra cá (Braço do Norte), mandassem todo mundo descer. Daí (risos) o pai comprou briga com a polícia. O pai disse pra eles (para os colonos): ‘me esperem lá em cima no José Waterkemper, que quando venho pego vocês aí. Não lembro o fim dessa briga, mas essa Jacucaca parou logo depois’, garante Lorena.

Não há registros de quando essa linha de ônibus começou a funcionar, nem a data que encerrou as atividades. Pelos poucos relatos sobre ela, deduz-se que tenha funcionado entre o final da década 50 e início da década de 60.

CAPÍTULO XXIII

O fim do ciclo da banha



Porcos conviviam livremente entre as pessoas, que não tinham muita preocupação com doenças e verminoses que os animais poderiam transmitir
(Acervo família Oenning)

A soja chegou ao Brasil com os primeiros imigrantes japoneses, na primeira década do século passado, mais precisamente em 1908, pouco tempo depois da chegada dos primeiros colonos alemães em Santa Rosa. Oficialmente, foi introduzida no Rio Grande do Sul em 1914. Porém, a expansão da soja no país se deu nos anos 60 e 70, principalmente devido ao interesse crescente da indústria e da demanda do mercado internacional pelo produto. Um pouco antes disso, na década de 50, o governo brasileiro já havia dado sinais de que o mercado não queria mais o chamado porco-banha, aquele animal rústico, Macau, sem raça definida, cujo peso total não raro era formado por 50% de banha.



Porcos sem raça definida como este, acima, ainda são encontrados em algumas propriedades do município (Acervo família Bonetti)

Não por acaso, a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) foi criada em 55, por 48 suinocultores, em Estrela, no Rio Grande do Sul. “O país acabava de ser apresentado ao óleo vegetal, introduzido por companhias multinacionais. Junto com ele, uma campanha insidiosa destinada a reverter um hábito sólido arraigado na cultura do

povo brasileiro: praticamente em tudo o que se fazia na cozinha usava-se banha de porco. E a banha passou a ser associada a vários problemas da saúde humana. Os suinocultores perceberam que a mensagem clara do mercado exigia mudança de rumos. O único caminho possível era o melhoramento genético. Era preciso construir um novo animal. Tinha início a era do suíno”, descreve a Associação. “Interessante que de uma hora para outra a banha de porco passou a fazer mal pra tudo”, ironiza seu Roberto Assing.



Roberto Assing: “Interessante que de uma hora para outra a banha de porco passou a fazer mal pra tudo”. (Foto do autor)

Seu José Schmidt conta um episódio importante do ponto de vista histórico, relacionado a esses sinais de que a soja vinha ganhando terreno no mercado: “Entre 1935 e 40, veio um padre do Rio Grande do Sul por aqui. Um jesuíta. Ele falou para o pessoal (colonos) plantar soja, porque por lá o pessoal tava faturando com isso, e outras coisas mais. Naquela época, havia muito êxodo, os colonos iam trabalhar na cidade, por que não tinha meio de vida. Eu era guri. Mas naquele tempo a soja era pra sobrevivência do colono, tratar o porco, coisa assim. Sei que aqui (em Santa Rosa) apelidaram ele de “Padre da Soja”. Mas o preço da banha começou mesmo a decair foi no final da década de 60”, garante.

Aos poucos, como já mencionei anteriormente, a banha e a carne de porco foram caindo, frigoríficos falindo, mercados se fechando e os produtores já não tinham mais para quem vender seus principais produtos. Estava sacramentado o fim do que chamo de ciclo da banha. Seu Huberto Oenning, a exemplo do cunhado Fernando Hermesmeyer, não resistiu às transformações. “Depois de uns anos, a gente já estava em Braço do Norte, os caminhões chegavam em São Paulo e tinha que esperar preço, perdia porco, no fim, se afundou, faliu”, relata Lorena Oenning, com pesar.



José Schmidt: “Entre 1935 e 40 veio um padre do Rio Grande do Sul por aqui. Um jesuíta. Ele falou para o pessoal (colonos) plantar soja, porque por lá o pessoal tava faturando com isso”. (Foto do autor)

CAPÍTULO XXIV
**Os primeiros
caminhões**



Caminhão de Alfredo Schmidt, um dos mais antigos na região do Rio Bravo Alto
(Acervo família Schmidt)

As famílias viviam isoladas em suas propriedades, entre a lavoura e a casa, com saídas muito esporádicas até a igreja mais próxima. Se até hoje há pessoas de uma localidade que jamais botaram os pés fora da comunidade onde nasceram, imagine há 60, 70 anos atrás. É natural que as pessoas acreditem que o primeiro caminhão a circular no município foi o primeiro a ser visto, o que não necessariamente condiz com os fatos. “Por aqui (na Mata Verde), o primeiro que eu vi foi do Henrique Siebert, meu tio”, diz seu Henrique Becker. Há quem diga que na região da Mata Verde, o caminhão de Teodoro Siebert, Huberto Oenning e João Oenning foi o primeiro.

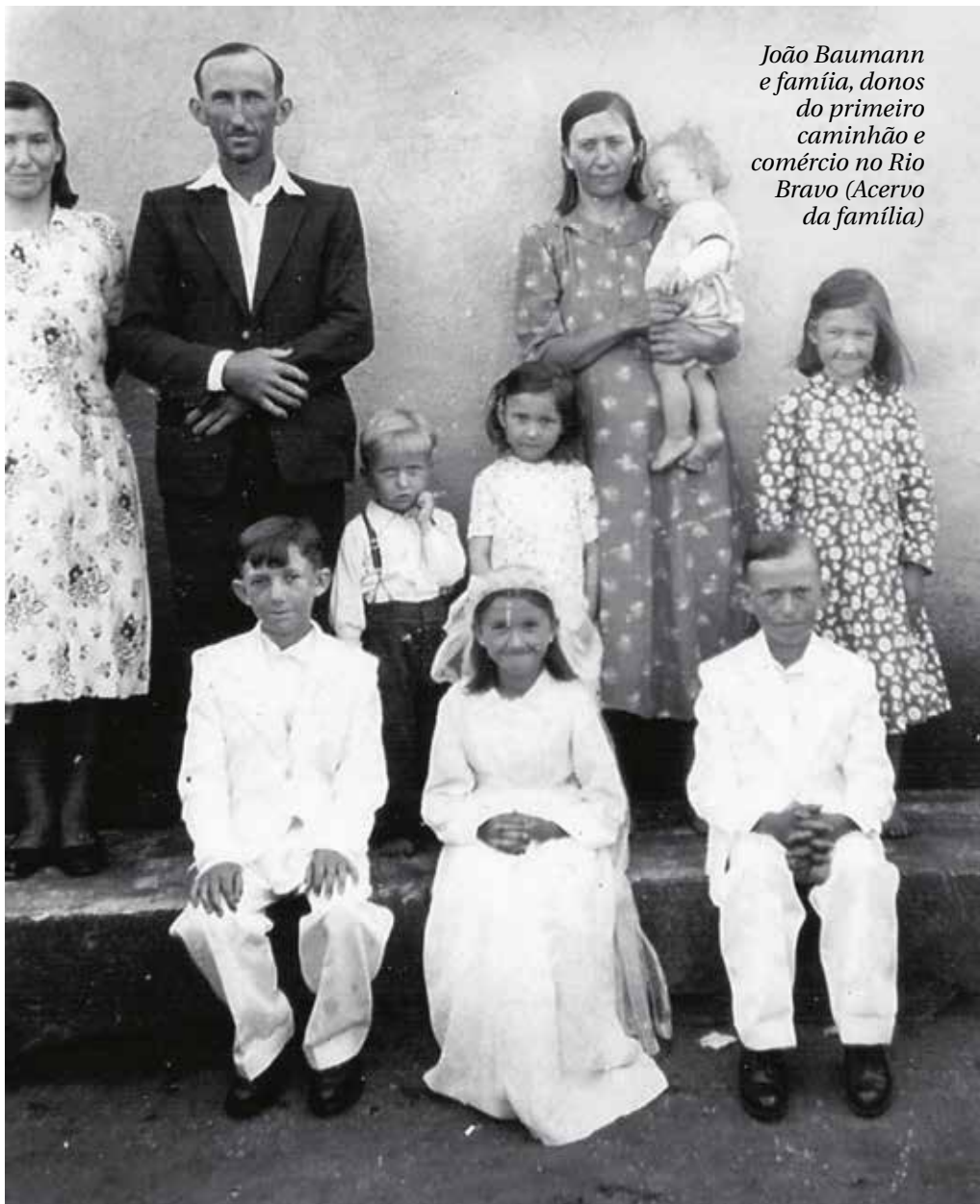
E assim, em muitos outros depoimentos, as pessoas associam o primeiro caminhão visto ao primeiro caminhão existente. Da mesma forma, no Rio Bravo, o primeiro caminhão a circular por lá foi de João Baumann, que tinha um comércio forte na localidade. “O primeiro veículo a andar por aqui foi um caminhão comprado pelo Rodolfo Herdt, João Baumann e o Ernesto Schuck. Foi o primeiro veículo que veio aqui pra dentro (Rio Bravo). Mesmo assim vinha só até a estrada geral”, diz Osni Folster.

“O primeiro caminhão que entrou aqui era de um tal de Rõesing, da Santa Maria (Anitápolis) e veio pra pegar a mudança de um vizinho, o Adolfo Becker, que queria ir pro Paraná, mas o caminhão não chegava. Mas aquilo foi uma novidade, meus Deus. Foi todo o mundo pra olhar. Faz uns 55 anos (por volta de 1955). Ninguém tinha visto nada com motor. Eu ajudei a carregar a mudança”, disse seu Teodoro Heidemann, conforme já citado anteriormente.

Entretanto, os dois primeiros caminhões a surgir no município foram de Fernando Hermesmeyer e de Huberto Oenning. Não é possível se certificar qual dos dois tenha comprado primeiro, já que os próprios filhos (Lorena e Marlene, filhas de Huberto. E Sérgio, filho de Fernando) garantem que foram seus pais a ter o primeiro caminhão. Para aumentar a confusão, há depoimentos de dezenas de pessoas dizendo que o primeiro veículo a surgir por aqui foi dos Hermesmeyer e outras tantas dezenas dando crédito aos Oenning, a façanha de comprar o primeiro caminhão no município. De qualquer forma, a divergência que há nesse sentido não se estende ao convívio entre os Hermesmeyer e os Oenning que, como já destacamos, além de laços familiares, mantinham entre si um respeito e uma amizade que perdurou até a morte dos patriarcas e prosseguiu entre os filhos das duas famílias.



Há relatos que Huberto Oenning (foto), Teodoro Siebert e João Oenning foram sócios no primeiro caminhão existente no município (Acervo Lorena e Marlene Oenning)



João Baumann e família, donos do primeiro caminhão e comércio no Rio Bravo (Acervo da família)

Huberto Oenning (de chapéu e roupa clara, à direita) e um dos caminhões que teve. Ele e Fernando Hermesmeyer foram os primeiros a ostentar esse tipo de veículo, que no começo também servia para transporte coletivo (Acervo da família de Huberto Oenning)





Caminhão de Bernardo Heidemann de partida para um casamento. Bernardo foi morador de Rio Fortuna, mas era comum caminhões de outros municípios trafegar por Santa Rosa de Lima, nas décadas de 40 e 50, quando era possível contar este tipo de veículo nos dedos das mãos (Acervo Helmut Baumann)

CAPÍTULO XXV

Estradas



Primeira patrôla do município. À esquerda, Beto Lazai, motorista e “faz tudo”, com o ajudante José Schmitz
(Acervo Beto Lazai)

As estradas principais, as chamadas estradas gerais, que são as principais vias do município, foram abertas com a participação ou ajuda estatal. A estrada geral que liga Braço do Norte e Anitápolis, cruzando boa parte do território de Santa Rosa de Lima, teve investimento de recursos do governo do estado e das prefeituras dos municípios cortados por ela. Mas como até 1955 Santa Rosa ainda pertencia a Tubarão, era natural que, quanto mais distante da administração central, mais minguados e demorados eram os recursos para essa finalidade. Esta rodovia foi durante décadas a única ligação terrestre segura entre o mar e a serra, entre o Rio Grande do Sul e Florianópolis. Dizer que era segura, não deixa de parecer irônico já que transitar pela estrada requeria até não muito tempo atrás certa dose de espírito de aventura. Foi por ela que, em 1930, passou a tropa de Getúlio Vargas, que se lançava pela primeira vez contra o governo central, em busca de tomar o poder. O episódio chamado de “A Batalha da Garganta”, num desfiladeiro, já no município de Anitápolis, é bastante conhecido na região. A tropa de Getúlio, que seria tocaiada na Serra da Garganta, com a ajuda e orientação do bugreiro Zé Domingos, acabou pegando de surpresa a tropa fiel ao governo, formada por pouco mais de 100 pessoas (entre militares e civis arregimentados), que faziam a guarda naquele local, para impedir a passagem dos revoltosos gaúchos.

Antes e ao mesmo tempo em que a estrada geral era aberta, colonos descendentes de imigrantes e caboclos trabalhavam incansavelmente na abertura de picadas pela mata adentro, que mais tarde se tornariam as atuais estradas secundárias. Machados, foices, picaretas, pás e marretas foram os principais instrumentos dessas pessoas bravias e destemidas. O Núcleo Colonial de Anitápolis e a Empresa de Terras de Orleans, que representava os interesses da Colônia de Grão Pará, também tiveram participação na abertura de algumas estradas que cortam o município. São conhecidos pela população em geral, alguns ataques de índios aos colonos arregimentados pelo estado para trabalhar na abertura das primeiras estradas gerais da região, nas duas primeiras décadas do século passado.

Por falta de estrutura da administração pública, muitas vezes o dinheiro público era enviado a líderes comunitários ou políticos, para que fosse aplicado na abertura ou melhoria de estradas. “Uma vez veio uma verba para fazer uma estrada, que foi entregue para mim. Aí eu pagava camarada (trabalhador braçal) para fazer os trechos de estrada”, diz Adolfo Wiemes. “Ganhamos 40 mil réis do prefeito de Tubarão pra cavar a estrada, para ter uma saída, uma picada. Eu e Adolfo Lemkuhl pagamos o Teodoro Vandresen e os filhos dele para ajudar a cavar essa estrada morro abaixo. Tudo cavado a braço”, revelou o falecido Daniel Roecker.



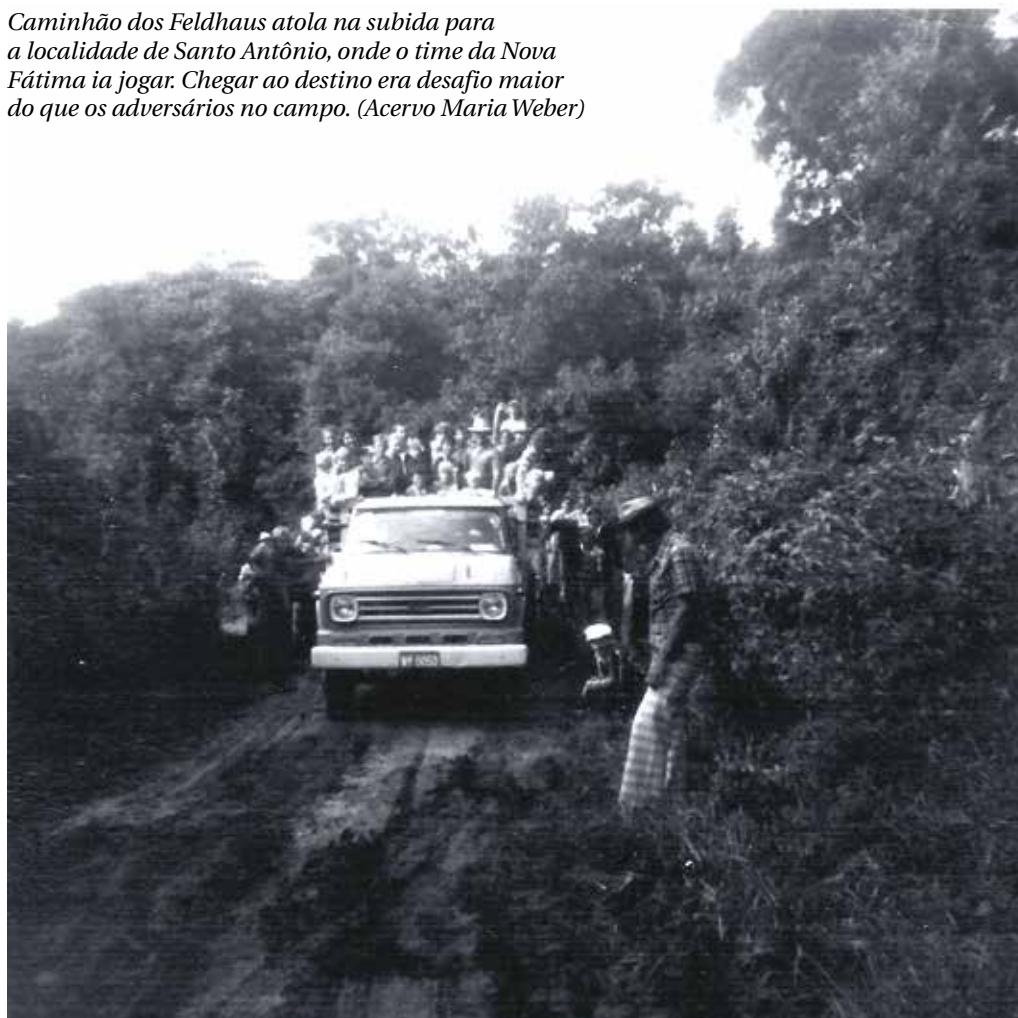
Adolfo Wiemes a caminho da escola. Cavalos eram o único meio de transporte na primeira metade do século passado (Acervo Adolfo Wiemes)

As estradas principais ligando uma comunidade e outra, no início, não passavam de picadas e é impossível listar os nomes das tantas pessoas que deram seu suor para tal façanha. Passado um tempo, essas mesmas picadas ganharam cara de estrada geral, à medida que os primeiros caminhões foram surgindo. O testemunho de uma das filhas de Huberto Oenning, relatado anteriormente, é a prova disso. João Baumann, no Rio Bravo também teve uma participação importante na abertura da estrada geral. Seu Osni Folster, do Rio Bravo Alto lembra que a comunidade era solidária e participativa. “Todo o mundo ajudava. “Todo o ano, lá por março, época em que tinha pouco serviço na roça, o pessoal se reunia e dizia; ‘Ó! Agora vamos arrumar as estradas.’ Começávamos lá em baixo. Só passava caminhão na estrada principal. As outras foram abertas tudo a picareta. Depois, quando foi emancipado, o seu José Schmidt (primeiro prefeito) pagou o pessoal pra ca-

var. Pra colocar areião, o prefeito tinha que mandar buscar na Nova Fátima ou Rio Fortuna. Havia uma caçamba velha, e as pessoas iam pra lá, ajudar a carregar, com pá” lembra. “O primeiro prefeito conseguiu uma espécie de caminhoneta, mas antiga, muito antiga. Atrás dela era amarrado um arado e o caminhão puxava. Uma pessoa ia atrás segurando o arado, puxava a terra pra estrada e depois emparelhava com pá e enxada. Depois compraram ou ganharam uma máquina velha. Antes disso, era tudo a braço”, lembra Osni.

Como a proposta deste trabalho é fazer um recorte histórico desde a colonização até a emancipação, fica para outro momento outros detalhes sobre esse aspecto da história de Santa Rosa de Lima. O desfecho deste capítulo faço questão de fazer com o depoimento do primeiro operador de patrola da prefeitura, Beto Lazai, que além dessa atividade, foi um verdadeiro coringa do primeiro prefeito eleito, José Schmidt, em 63. “Tudo o que tá feito de estradas passou pela minha mão. Daqui pra Santa Bárbara, pra passar um caminhão era o diabo. Estrada tinha só uma, pras Águas Mornas, que passava pelo Rio Bravo e Dois Irmãos; uma pro Santo Antônio, bem ruim, e só. O resto foi tudo o Zé Schmidt que fez. O Gabriel Schmidt, que eu ensinei mais tarde, também ajudou, mas isso já foi numa segunda fase”, revela Beto Lazai.

Caminhão dos Feldhaus atola na subida para a localidade de Santo Antônio, onde o time da Nova Fátima ia jogar. Chegar ao destino era desafio maior do que os adversários no campo. (Acervo Maria Weber)



CAPÍTULO XXVI
**Rádio, TV e a
comunicação**



Um dos modelos mais antigos de rádio da primeira metade do século passado. Foi o principal veículo de comunicação e de entretenimento
(Acervo Edith e Adão Pacheco)

Estima-se que os primeiros aparelhos de rádio surgiram no município no final da década de 30 e década de 40, embora as pessoas não consigam estabelecer o período exato. Quais as primeiras famílias a ter? Tudo indica que foram os Oening e os Hermesmeyer, não só pelo poder aquisitivo diferenciado das demais, mas por que ambas estavam constantemente com seus caminhões na estrada, seja no Vale do Itajaí, seja de passagem pelo Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Há depoimento de pessoas que iam até o centro (Praça) e lá aproveitavam para estender o tempo de visita ou passeio e se recostar na venda de seu Fernando Hermesmeyer para ouvir rádio. “Como eu trabalhei muito com porco, de vez em quando eu ficava na venda do seu Fernando pra ver alguns negócios e aproveitava pra ouvir rádio”, lembra seu Roberto Assing, de Rio dos Índios. Os primeiros a comprar tinham que abrigar uma romaria de curiosos, vizinhos ou não, que queriam saber como poderia sair voz e sons daquele equipamento fantástico.

Além de raros, os aparelhos só funcionavam à pilha, já que não havia energia elétrica. Eram quatro ou seis pilhas, de acordo com o modelo de aparelho, e que representavam um gasto considerável para as famílias com menores condições. “O pai comprou o primeiro rádio eu tinha 11 ou 12 anos”, conta seu Osni Folster. “Enquanto ele e a esposa, dona Blandina, travam uma queda de braço pra saber se a marca do rádio era mesmo chamada Televisão, com diz seu Osni, ou Semp, como insiste dona Blandina, faço os cálculos, rapidinho, a partir da idade de Osni e descubro que a compra se deu há 54 anos, portanto em 1957. “Pegava a Tubá, rádios Orleans, Lauro Müller e várias de São Paulo”, diz Olni Folster. “Eu já era casada quando meu pai comprou o primeiro rádio. Até então, notícias chegavam por foca”, conta Maria Weber, da Nova Fátima, que lembra ter escutado muitas novelas de rádio.



Rádios da marca Semp, das décadas de 50 e 60, de Remi Bonnetti (à esquerda) e Ediht Tonn Pacheco e Adão Pacheco (Fotos do autor)

Contudo, o rádio não representou uma revolução na comunicação interna por duas razões principais: 1ª: Não havia produção de notícias de Santa Rosa de Lima, logo, os moradores não se viam contemplados na maioria de seus assuntos de interesses. 2ª: Com uma jornada de 10 a 16 horas de trabalho, interrompida apenas para o almoço e

quem sabe uma breve sesteada, as pessoas chegavam a casa exaustas – e ainda havia as lidas domésticas, de cuidar dos animais, ordenha das vacas, alimentação, uma penca de filhos... “A gente até gostava de ouvir, mas não dava tempo”, justifica dona Alvina Roecker, da Nova Fátima.

Quem pôde comprar – e ouvir – costumava sintonizar em noticiários, novelas e programas musicais. Músicas gauchescas e sertanejas dominavam as faixas. Nesse sentido, a influência das emissoras e de artistas do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro foram fundamentais para determinar o gosto musical de boa parte da população santa-rosa-limense.

Toadas-de-violão, polcas, cateretês, valsas, modas-de-violão e guarânias, entre outros ritmos caíam no gosto da população. Entre os principais nomes da época, Zico Dias e Ferrinho, Laureano e Soares, Mandi e Sorocabinha, Mariano e Caçula, João Pacífico e Raul Torres, Alvarenga e Ranchinho, Cascatinha e Inhana, Inezita Barroso, Tonico e Tinoco, Pedro Bento e Zé da Estrada, Zilo e Zalo e Cacique e Pajé. Seu Remi Bonetti guarda com orgulho uma foto de Tonico e Tinoco, que ele conheceu quando a dupla fez um show em Braço do Norte, no início da década de 60.



Tonico e Tinoco, uma das duplas sertanejas mais ouvidas, durante apresentação em Braço do Norte. Ao vivo, era um luxo dado a poucos (Acervo Remi Bonetti)

Não há notícia de que jornais tenham circulado pelo município nos primórdios do Santa Rosa de Lima. Um ou outro jornal até eram trazidos de fora por moradores que precisavam viajar, mas nenhuma publicação com regularidade semelhante a uma assinatura de um periódico. Há relatos dando conta que os imigrantes mais antigos chegaram a ter acesso a jornais escritos em alemão, mas ninguém precisou qual ou como essas publicações poderiam ter chegado até o município.

Aparelhos de TV chegaram bem mais tarde, por razões técnicas. Ao contrário do rádio, que surgiu no país ainda na década de 20, a televisão só chegou em 1950, e de modo insipiente. Os primeiros sinais em Santa Rosa só chegaram depois da emancipação do município, quando a TV Piratini de Porto Alegre era o único sinal ao alcance. Os primeiros aparelhos de TV também eram a bateria, tal qual o rádio. Não havia outra forma de ligar o aparelho se não desse jeito, o que tornava a sintonização de um equipamento uma verdadeira façanha, levando em conta além da falta de energia, as dificuldades de compra do aparelho e da qualidade do sinal.

Fora isso, como disse dona Maria Weber, notícias chegavam em tom de fofoca, de boca a boca.



*Remi Bonetti ainda guarda um aparelho de TV movido a bateria
(Foto do autor/objeto de Remi Bonetti)*

CAPÍTULO XXVII

Sobre casamentos e coisas do gênero



Em casamentos com muitos convidados - o que quase sempre ocorria - era comum os noivos contratarem uma turma de cozinheiras, como foi no primeiro casamento de Francisco Willemann
(Acervo da família)

Os relatos sobre como se davam os casamentos de antigamente se assemelham bastante. Há pequenas variações entre um caso e outro, provavelmente por razões de ordem econômica, cultural ou religiosa, mas que em nada alteram o perfil geral dos casamentos do período pré-emancipação do município. Os namorados se viam de 14 em 14 dias, (quando se viam), no domingo, sempre de dia, ou eventualmente em algum baile, esses sempre aos sábados, embora escassos.

“No nosso tempo era mais diferente. Às vezes, a gente se via no terço, mas nem se chegava a falar um com o outro. Hoje se namora a semana inteira. Vão pra casa dormir juntos e outras coisas. Não existe mais namoro. Não tinha esse agarramento. Pegava na mão, mas muito pouco. Tinha um casalzinho que passava na praça de mão dada, mas todo mundo ficava de olho (risos)”, diz Antonio Willemann.

Eliza Schmoeller faz um relato detalhado de uma estória pessoal: “Meu pai era bem severo e quando colocava uma coisa na cabeça, ninguém tirava. Comecei a namorar o rapaz que veio ser meu marido. A gente se gostava muito. De repente, inventaram um fuxico para ele, que o meu namorado não trabalhava, coisa e tal, e o pai não quis o casamento. Então nós namorávamos escondidos. A sorte é que a gente ia nos bailes e ficava a noite inteira junto. Meu namorado só podia ir até perto da nossa casa, lá em casa não podia. Quando íamos para a igreja, logo depois da missa o pai ia embora, a gente sempre ficava mais um pouco. Depois de um tempo, meu namorado se mudou para o Paraná. Meu pai ficou contente com isso. Mas a gente começou se escrever cartas. Em seguida, o pai já se interessou em ir para o Paraná. Ficamos um ano sem se ver e quando chegamos lá, em setembro, no primeiro dia a gente já se viu, e daí não teve mais jeito, eu já tinha mais de 20 anos, já era maior de idade. Quando fomos morar lá na casa de um tio meu, meu namorado podia vir nos domingos. Lá a casa não era do pai. Meu namorado não teve coragem de pedir minha mão pro sogro, então pediu para a mãe. Ela era mais mansa e deixou. Meu pai disse que se eu quisesse casar podia, mais não era para aparecer na casa dele. Depois o pai mudou para Muquilão (localidade do Paraná). Uns 10 meses depois que casamos tivemos o primeiro filho. Um belo dia estávamos trabalhando e meu pai chegou na minha casa e então ele conheceu o neto. Disse que queria que nós fôssemos lá na casa dele, ele queria dar um novilho e as mesmas coisas que os outros tinham ganhado. A gente foi, bem feliz”, relembra Eliza.

Acredito que o depoimento de Eliza é fantástico à medida que aborda vários aspectos desse universo, que envolvia o namoro, honra, moralismo, sexualidade, casamento, preconceito, conservadorismo e religião. “O namoro era gostoso, muito bom, mas não se usava o sexo desde que se conhecia. Até hoje escuto um padre dizer: não usa o sexo antes de casar

se vocês querem ser feliz. No meu caso, ver o namorado era só de mês em mês. A não ser quando tinha alguma festa no meio, se não, só de mês em mês. Do noivado ao casamento tinha um período também a se passar. Era mais planejado”, conta Maria Weber.

Seu Osvaldo Wenz compara aquele período com a atualidade. “Hoje em dia as meninas tão tudo aí, prontinhas, mas naquele tempo, não. Beijo? Nem pensar. E a mão boba? Também não (risos). Ela ficava com uma cara e não olhava mais”, diz. – Mas o senhor tentou, então? - pergunto. “Não, tinha medo. Hoje é incrível. Menina de 10, 12 anos se entrega facilmente”, diz.

Dona Alvina Roecker bota o dedo na ferida e diz que apesar do puritanismo, do moralismo e do controle dos pais e da própria sociedade, os namorados costumavam dar umas escapadelas, sim, ainda que nada semelhante ao que acontece hoje. “Coisas de gravidez que acontecem hoje, antigamente era igual, mas só acontecia entre o casal. Não era tão incomum mulher casar grávida, mas quando isso acontecia era muito escondido pelas famílias. A minha mãe casou grávida de 6 meses”, revela.

Traços de machismo eram frequentes em todas as famílias, em maior ou menor grau. Um caso interessante é contado por Edith Tonn Pacheco, que comprova com uma foto. Seus avós maternos, Henrique Cornels e Beata Christianz, quando casaram não tinham condições de tirar a tradicional foto de casamento. A foto só foi batida algum tempo depois, quando o casal naturalmente já havia mantido relações sexuais. “Ele obrigou a minha avó usar um vestido preto, com véu branco, porque ela não era mais virgem”, diz dona Edith.

Quando um caso de gravidez antes do casamento chegava ao conhecimento do padre, o ato era punido com severidade, caso os noivos pertencessem à religião católica. Houve um caso em que a noiva, grávida, teve que devolver aos missionários da congregação a fita azul, que era dada a todos os participantes das missões.



Henrique Cornels e Beata Christianz, avós maternos de Edith Tonn. Beata de vestido preto, por que ele mandou já que ela não era mais virgem (Acervo Edith Tonn)

Casos de adultério como o que citei no capítulo 5, do Manoel Flor, eram exceção. E escândalo. Nesse episódio, que anteriormente prometi concluir, não terminou bem para os adúlteros. Mané Flor chegou a ter quatro filhos com a amante, mas no fim da vida, adoeceu e foi desdenhado por ela. Os filhos fora do casamento acabaram sendo criados pela esposa legítima, que sabia do relacionamento, mas, segundo a filha, dona Mila, pelo voto religioso que fez no dia do casamento, tolerou a traição até o final. “A mãe era muito católica e rezava muito pra que Deus não deixasse ela sacrificar o juramento que tinha feito. Quando era no fim de semana meu pai ia pra casa da amante, mas quem cuidava das roupas, lavava, passava éramos nós. Então ele passou a viver com as duas. Teve quatro filhos com a amante. No fim, ele teve um enfarto e essa amante disse que não queria mais o pai. Quando ele se recuperou, foi ela quem ficou doente, se bem que muita coisa era fingimento, pra se livrar dos filhos. O pai foi visitar ela no hospital e quando cumprimentou, ela virou o rosto. Uma mulher que tava internada junto com a amante do pai contou pra nós depois. Até cuidar dos filhos deles a mãe fez. No início a mãe não quis, mas como o pai não sabia nem trocar as fraldas, a mãe acabou pegando”, relata dona Mila.

A festa do casamento

Os casamentos de antigamente eram um verdadeiro acontecimento. Não havia tantas famílias como hoje, e era comum as famílias dos noivos convidarem as pessoas de uma comunidade inteira. Às vezes, a lista de convidados ultrapassava os limites da localidades. “Os casamentos dependiam do poder financeiro das pessoas e das amizades. Matavam um boi, porco e um monte de galinhas pra fazer assada e também para a sopa de entrada. Sopa não podia faltar num casamento. A maioria deles acontecia na casa do noivo, mas se na da noiva tivesse mais espaço, era lá”, diz dona Maria Weber. “Praticamente, não se tinha despesa. Todo mundo dava alguma coisa. Arroz, galo, leite, batata. Oito dias antes passavam dois, a cavalo, casa por casa, e convidavam. Cada casa oferecia uma pinguinha (cachaça). Chegava ao fim do roteiro os conviteiros estavam bêbados, caindo dos cavalos. Quando um dos dois se passava demais, um terceiro cavaleiro aparava o bêbado no meio e iam amadrinhando o cara até a casa dele. Era cachaça ou consertada, uma cachaça adocicada, com gengibre e outras misturas”, diz seu Antônio Willemann. “Cada convidado dava uma fita, que era colocada no chapéu. Se convidassem 50 famílias, tinha 50 fitas no chapéu”, acrescenta dona Ana, esposa de seu Antônio Willemann. Os casamentos aconteciam no sábado e na quarta-feira eram buscadas as noivas, a cavalo, que passavam o tempo restante até o casamento na casa dos pais do noivo, ajudando nos preparativos do casamento.



Dois conviteiros iam de casa em casa convidando as famílias a mando dos noivos (Acervo Adelina Schmidt Lemkhul)



Eventualmente, quando os convidados moravam demasiadamente longe, não apenas dois, mas um grupo de conviteiros era convocado (Acervo família Schmidt)

“A festa era na rua, fora - conta seu Hilberto Vandresen. Aquelas mesonas compridas. Uma lona por cima. Os bancos eram uma táboa pregada nuns palanques. Bebida não tinha, era café e consertada. O prato do dia era gemüse, aipim, arroz com leite e lá pela meia-tarde, cuca, doces e coisas assim. Pro almoço faziam churrasco. Caipira? Meu Deus! Era escondido, com medo que alguém ficasse bêbado. Hoje em dia tá à vontade. Daqueles tempos pra hoje não tem nem comparação”, diz Hilberto.

Cerveja era coisa rara. Quando havia, era restrita aos noivos e a um ou outro “bicaço” que estivesse mais perto do casal. Ainda assim era servida na temperatura ambiente, pois nem energia elétrica havia.

Seu Hilberto Vandresen é bem mais jovem do que todos os entrevistados, mas seu relato não difere muito do que seus pais ou outros casais mais idosos contaram ou contariam, o que mostra que esse comportamento social perdurou até tempos bastante recentes. “Eu e a Nina (Rosalina, esposa) *era* pra casar na igreja de Santa Catarina, mas aí o padre Guido, que vinha de Anitápolis, não veio. Ele viria até à Santa Maria (localidade de Anitápolis, próxima da Santa Catarina), mas se chovesse, o Orlindo Kulkamp já tinha sido designado a buscar o padre na igreja de Santa Maria, que dá uns 6 km daqui, a cavalo. Ele vinha numa Rural (Aero Willys) até o Ladeio (também, uma comunidade do interior de Anitápolis) e depois viria a cavalo. Isso era uma sexta-feira e a festa ia ser sábado. Era pra ser às 10 horas. Daqui a pouco, chega o seu Orlindo dizendo que o padre avisou que se a gente quisesse casar era pra estar lá na Santa Maria até às 11 horas. Ô! mais aí foi um atropelo... E *nóis queria* casar, né! A noiva (Rosalina) arregaçou o vestido, tinha uns 3 km que era capoeira fechada, só passava carro de boi, e a gente tinha dois casais de testemunha. Chegamos lá passava um pouco das 11 horas. O padre já *tava* ruim da cara, mas casou a gente. Na volta, viemos atacando tudo o que era laranjeira na estrada, pra matar a fome. Fomos e voltamos a pé. Chegamos de volta umas 2 horas da tarde”, conta Hilberto Vandresen. É uma estória interessante e que, naturalmente, seria impensável acontecer de maneira semelhante nos dias de hoje.

Se antigamente a cerveja era escassa, raridade para poucos e em poucas ocasiões, a cachaça era abundante, pura ou na forma de “consertada”, e não era incomum haver casos de exageros no uso de bebida alcoólica, principalmente entre os homens. Menos mal que não se tem registro de grandes brigas ou confusões provocadas por gente embriagada, principalmente em casamentos, quando a festa é mais familiar. Mas quando um ou outro passava do limite, virava motivo de chacota, como na foto em que o bêbado teve que ser carregado por Osni Folster nas costas, quase inconsciente de tanta bebida.



Casamento de Augusta e Augustinho Vandresen: lona e bancos improvisados na rua. Cerveja, só para os noivos. E em temperatura ambiente. (Acervo Augusta B. Vandresen)

Casando com a cunhada

Talvez por “escassez” de mulheres - e de homens -, talvez pelo tipo de vida que se tinha naqueles tempos, ou quem sabe ainda pela distância entre um povoado e outro, o fato é que, não raro havia casamentos de dois ou três jovens de uma família, com outros de famílias próximas. Por exemplo: dois rapazes e uma moça de uma família casavam-se com duas moças e um rapaz de outra família. Também era comum o casamento de dois ou três filhos no mesmo dia. Seu Remi Bonetti casou em 1950 e junto com ele, os irmãos Romeu e Angélica.

Outra situação frequente era o segundo casamento acontecer com a irmã da esposa falecida – e quase sempre a morte da esposa vinha em decorrência do parto. Seu Adolfo Wiemes é um exemplo disso. Casou com Cecília Hang, com quem teve cinco filhos (um faleceu com 11 anos em acidente de arma de fogo). A esposa faleceu e seu Adolfo casou com Catarina, irmã da falecida, com quem teve mais cinco filhos. Questiono o

porquê de escolher logo a cunhada para se casar: “Ela era solteirona, Já tinha 35 anos”, diz seu Adolfo, ao que dona Olinda emenda: “Ela já cuidava dos filhos dele, mesmo”. Olinda Hermesmeyer é sua terceira esposa, já que Catarina também é falecida. Olinda teve 11 filhos, um deles falecido precocemente. Somados os filhos de três casamentos (dois dele e um dela) o jovem casal de velhos tinha 20 rebentos. Digo “tinha”, pois no transcurso deste trabalho dona Olinda também veio a falecer.

Seu Francisco Schueroff, o Francinha, também tem uma estória semelhante, já relatada no capítulo que fala de parteiras, natalidade e todo esse universo.



Casamentos de dois a quatro filhos da mesma família eram comuns. As visitas dos padres eram escassas e casamento em grupo facilitava, sem contar que era mais econômico. Seu Remi Bonetti, um irmão e uma irmã casaram na mesma solenidade, em 1950 (Acervo Remi Bonetti)

CAPÍTULO XXVIII

Religião



Primeira igreja da localidade de Rio Bravo Alto
(Acervo público)

A religiosidade, a fé e a devoção do povo de Santa Rosa de Lima impressionam aos que chegam aqui, vindos de cidades maiores, e que possivelmente não estejam mais acostumados a ver tamanho apego, fé e devoção a Deus. Desde os primeiros habitantes do município, a religião católica sempre foi predominante, mas sempre houve registros da existência de protestantes.

Sobre o convívio entre as pessoas das duas únicas religiões das quais se tem registro há relatos, tanto de relacionamento harmoniosos e respeito, quanto de conflitos e brigas, que culminaram até em tentativa de homicídio. “Ainda existe preconceito, mas era muito mais. No Rio Bravo, tinha uma pessoa que casou com uma alemoa e ele não podia nem aparecer lá. Namoraram todo o tempo escondido. No fim, casaram. Quando o sogro (ou a sogra) morreu é que ele foi na casa dos pais”, conta seu Antônio Willemann, das Águas Mornas. “Tem um caso, também aqui no Rio Bravo - emenda seu Antônio - que o rapaz era protestante e a moça era católica e o pai dele não aceitava de jeito nenhum o namoro. O rapaz, à noite, veio da casa da namorada, naquele tempo cozinhava batata doce num tacho pra dar pros porcos. Aí o velho disse: vai lá atçar o fogo que a batata não ferveu ainda. Assim que o rapaz se abaixou pra atçar o fogo o velho mandou um capanga dar um tiro nele. Pegou, mas não matou. O rapaz acabou casando com a moça e foram morar em Chapecó. *Tão* até hoje em Chapecó. Não foi na justiça (movida ação criminal na Justiça), mas foi provado que o pai mandou atirar no próprio filho, pra não casar com a moça”, relata Antônio. A esposa, Ana, contribui: “Não era só pela raça que existia preconceito. Pela religião também tinha muito conflito. Uma besteira, por que já fui em casamento de protestante. É quase tudo a mesma coisa”, diz.

Alguns meses depois, sem estar atrás de mais informações sobre o caso citado por Antônio e Ana, descubro a identidade do rapaz. É Manfredo Schmidt e a cidade escolhida para morar na verdade não foi Chapecó, mas perto de lá, como esclarece uma testemunha ocular deste episódio, dona Anita Folster Schmoeller, do Rio Bravo Alto. “O pai dele era protestante. Os meus pais eram padrinhos dele. Depois desse episódio foi perguntado para os meus pais se os padrinhos aceitavam o casamento dos dois. Se aceitassem podia, se não, não. Como eles aceitaram, ele foi morar na nossa casa e depois de um tempinho, se casaram e foram para Cunha-Porã (no Oeste). Nós até já fomos visitar eles, faz uns 13, 14 anos”, conta Anita, esposa de Dionei Schmoeller.

O Rio Bravo Alto sempre foi um reduto de protestantes e as duas únicas igrejas protestantes do município ficam nesta localidade. Na verdade, a palavra protestante é a designação popular da religião evangélica luterana.

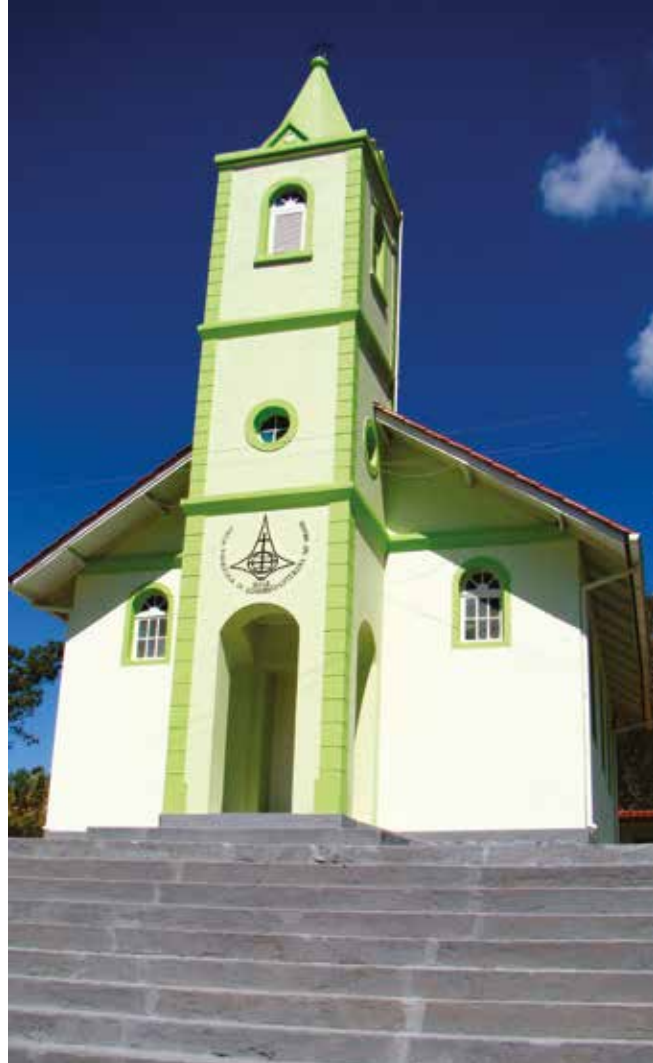
Assim como há relatos de conflitos e preconceito no relacionamento entre católicos e protestantes, a maioria dos depoimentos dá conta que a convivência entre

as duas correntes religiosas era tranquila.

A esmagadora maioria sempre foi e continua sendo de católicos, que seguiam preceitos rígidos da religião, alguns deles recomendados pelos padres, outros passados de pais para filhos, que iam sendo transmitidos de geração para geração, sem muito questionamento daquilo tudo. “Todo mundo participava. *Pros* jovens tinha um lugar separado dos casados. Mulheres e homens também sentavam em locais distintos. Depois foi mudando. Hoje em dia é tudo junto. O padre falou, olha é bem mais bonito e mais fácil de cuidar os filhos se sentar juntos, mas mesmo assim tem gente que não senta junto (o casal), só assim quando quer aparecer, tipo num dia de casamento. Daí sim”, critica Maria Weber.

Os padres costumavam ser rigorosos e seus sermões intimidatórios. Dona Valda Wilke Vandresen acredita que o que teve menor simpatia da comunidade foi o padre Ludgero Locks. “Era brabo demais. Uma vez a gente estava reunida aqui na igreja esperando por ele que quando chegou disse: ‘agora vocês abram as portas e janelas pra sair a vergonha de vocês’. Durou pouco tempo. Mandaram ele embora”, conta.

Seu Francisco Willemann, hoje morando em Rio Fortuna, também não guarda boa recordação de outro padre que andou pelo município: Antônio Wollmeiner, de Rio Fortuna. “Era mal-humorado, estúpido e grosso”.



Igreja Luterana do Rio Bravo Alto, um dos dois templos de cultos dos evangélicos no município (Foto do autor)



Padre Afonso Schlickmann, um dos mais admirados padres que atuaram no município (Reprodução)

Durante muito tempo a população católica seguiu os ensinamentos dos religiosos da Congregação Mariana, que é uma das ordens religiosas dentro do catolicismo. Esta congregação teve como seu principal expoente na região o padre Gregório Locks, que atuou durante longo tempo em Santa Rosa de Lima, não mais do que Afonso Schlickmann, reverenciado em todas as famílias católicas do município.

“Tínhamos o costume de tomar a comunhão em jejum, íamos a pé para a igreja e muitas vezes tirávamos as sandálias até chegar à igreja para não gastar a sola. No primeiro domingo de cada mês tínhamos a Congregação Mariana que era uma missa dedicada aos jovens da comunidade, os jovens tinham que ir de roupa branca e fita azul. Também tinha a vez dos casados, que era em julho. No apostolado, eles iam de fita vermelha e um véu preto na cabeça. Chamávamos do Dia do Sagrado Coração de Jesus”, lembra Adelina Schmidt Lemkuhl.

Dona Eliza Schmoeller, que morou durante muito tempo na localidade de Santa Catarina, ratifica o rigor com que os fiéis eram cobrados no cumprimento da pregação. “Os padres eram muitos rígidos. Pra gente poder tomar a comunhão, não podia comer nada, nem tomar água. Lembro que para passar o rio, tinha uma ponte de arame e passava a pé por ela. Era no tempo da construção da igreja e eles faziam as missas na casa do Geraldo Beckhauser, que era longe. O pai tinha muitos filhos pequenos e foi a cavalo, colocou um de cada lado do cargueiro e eu fui em cima da cangalha. Tinha um ingá (ingazeiro, árvore que produz o fruto ingá, adocicado, em forma de vagem, abundante em margens de rios) muito bonito, eu peguei um e comi. Aí lembrei que não podia, porque ia tomar comunhão. Falei para a mãe e ela perguntou pro padre. Ele não deixou, e olha que eu tinha comido só uma baguinha”, conta. Eliza lembra que naquele tempo as missas eram de dois em dois meses, pelo menos em sua comunidade. “O padre morava em Anitápolis e quando ele vinha, era no sábado. Fazia a novena de tarde e a confissão. No outro dia de manhã rezava a missa e depois do almoço fazia catequese para as crianças, que havia muitas naquele tempo”, conta Eliza.

“Usava uma fita azul. Quando era quaresma não podia dançar, por que o padre tomava a fita, e aí estes não podiam participar. O fulano (nome omitido) engravidou a fulana (nome omitido) e pra casar só foi permitido na porta da igreja. Ela não pôde botar vestido branco nem nada”, conta Augusta Vandresen. Pergunto quem se prestaria a contar as transgressões religiosas: “Ah... Fofoqueiro sempre tem em tudo o que é época. Deu



Família com filhos que seguiram carreira religiosa tinham outro tratamento dos padres. É o que afirma dona Maria Weber, que cede esta foto como prova. Bodas de ouro podia ser feita antes da data certa caso houvesse uma freira ou um padre na família (Acervo Maria Weber)

um brigueiro. Eles não foram mais nessa congregação”, lembra Augusta. Se os transgressores dos preceitos que pregavam os padres eram punidos com severidade, quem tivesse algum filho ou filha seguindo a carreira religiosa era tratado com distinção. “Quem tinha uma freira na família podia fazer festa de bodas de ouro antes de completar a data certa. Uma festa antecipada”, diz Maria Weber, que guarda uma foto das bodas de ouro dos avós, feita antes dos 50 anos de casados. Um presente por haver uma freira na família.

A visita dos padres tinha um tom sacrossanto. As duas famílias mais abastadas eram sempre as escolhidas pelos padres para pernoitar, quando necessário, ou para fazer as refeições. “Eles só paravam lá em casa e na casa do tio Fernando (Hermesmeyer). A louça deles era separada. A mãe comprou uma porcelana Schmidt, caríssima, com travessinhas para uma pessoa só. E nós não podíamos chegar nem perto da mesa. Deus me livre. O melhor de tudo era pra eles”, reclama dona Marlene Oenning, ao mostrar uma das peças usadas para servir os religiosos.

As missas ou os cultos, além de serem momentos de cultivo de suas crenças, foram até pouco tempo atrás os únicos acontecimentos capazes de reunir a maioria das pessoas das comunidades. Era antes e depois das celebrações que as pessoas conversavam e trocavam notícias, que as fofocas circulavam, que os namoros começavam ou prosseguiam, que as comadres e compadres matavam a saudade e davam boas gargalhadas, regadas a quitutes, bolachas, chimarrão, cachaça ou outras bebidas.

As igrejas

A primeira capela da qual se tem notícia foi construída em 1919, onde hoje está o cemitério municipal, no centro. Teria sido feita por oito famílias, que mais tarde ganharam a companhia de mais três, que vieram morar nas redondezas. Era de madeira rústica, com bancos e aberturas feitos artesanalmente. Era pequena e pouco arejada. Tão pequena que o tamanho era motivo de brincadeiras entre os frequentadores. Permaneceu naquele local até final da década de 30, quando foi desmanchada. Em seu lugar, em 1939, foi construída uma igreja de alvenaria, na rua sem saída ao lado do atual Centro Educacional, em frente ao posto de saúde central. A construção desta segunda igreja, a exemplo do que ocorria em outros eventos comunitários, mobilizou boa parte da população, ou mais precisamente, 38 famílias, segundo relatos da época. Nada comparável ao que viria ocorrer na construção da terceira e atual igreja, em 1951, que, literalmente, envolveu famílias de todas as comunidades do município.

As igrejas foram surgindo pelo interior afora; em 31, a do Rio Bravo Alto, em 42 a da Santa Catarina e assim por diante. Nova Fátima, Rio dos Índios, Rio do Meio, Rio dos Bugres, Santo Antônio, Mata Verde, Santa Bárbara, cada comunidade foi erguendo seu templo sagrado para orações. Todas, invariavelmente, com a participação e custeio total dos colonos, desde a escavação do chão, até a compra do material necessário e a construção propriamente dita, que era feita em turmas; cada dia era escalado um grupo de agricultores e, se não houvesse um pedreiro prático na comunidade, era pago um de fora. “A da Santa Catarina também foi a comunidade que construiu - conta Eliza Willemann Schmoeller. Tinha pedreiros de Anitápolis, que vinham e paravam nas casas. Só que elas eram longe da igreja e era ruim pra eles irem almoçar. Daí, a minha mãe ia na igreja fazer comida, e nas horas vagas ajudava a pintar a igreja”, conta.

Até a concepção arquitetônica, quando havia, ficava por conta dos moradores. “Essa aqui da praça e da Nova Fátima, eu é que fui o mestre. Da Fátima foi interessante. Eu era curioso. Comprei quadro de desenho, transferidor, mais umas coisinhas pra fazer o desenho. Na praça, o pai da Valda (Edmundo Wilke) foi quem fez a parte de carpintaria. Um dia chegou o padre Ludgero Waterkemper, vigário de Rio Fortuna e disse: ‘José, tu faz um projeto da igreja da Fátima.’ - ‘Eu? O que o senhor tá pensando?’ - ‘Não, eu já te vi mexendo em algum lugar com desenho e sei que tu faz’. Um dia peguei umas cartolinas, fui desenhando e fiz o desenho da capelinha. Depois ajudei a construir, até ficar rebocada por fora, depois eu acabei indo embora. Um dia estava aqui o bispo de Florianópolis, dom Joaquim Domingues de Oliveira, um portu-
guez-

nho chato. O padre Ludgero me intimou a falar com o bispo pra liberar a construção da igreja. Fomos pelos fundos da casa do falecido Fernando (Hermesmeyer), que ele tinha comércio e nos fundos tinha um reservado. Levei aquele projetozinho, o padre explicou pra ele e coisa tal. ‘Tá bom, pode fazer’, disse. Naquele tempo, o arcebispo tinha que aprovar a construção da igreja em determinado local. Ele não era de muita conversa. A igreja atual, da praça, nós fizemos o projeto em Santa Rosa, mas mandaram falar com o padre Vicente Schmidt, do Dehon, em Tubarão, e lá ele deu um projeto que tinha trazido de uma igreja da Alemanha, e foi baseado nesse que ela foi construída”, conta seu José Schmidt. Como bem destacou seu José Schmidt, para construir uma igreja era preciso primeiro a anuência do bispo, caso contrário, nada feito. E olha que o terreno para a construção da igreja ou capela e do salão comunitário, quando havia, era sempre doado por algum colono mais abastado, ou então comprada por eles com dinheiro de festas, quermesses e bingos.

Primeira igreja do Rio Bravo Alto. Cultos e eventos ligados à igreja eram os momentos que mais reuniam pessoas (Acervo público)



Segunda igreja do centro de Santa Rosa de Lima, concluída em 1939, ficava ao lado do atual Centro Educacional (Acervo Bertino Wiemes)





Terceira e atual igreja, construída em 1951, é inspirada em projeto trazido da Alemanha (Foto Adriano Fernandes)

Brasileiro não entra aqui

Houve um período em que sentimentos etnocêntricos dominaram os colonos alemães, que não toleravam a presença em suas igrejas dos chamados “brasileiros”. Os brasileiros até entravam nas capelas, mas a missa tinha que ser rezada em alemão. Durante algum tempo, em várias capelas do interior, as missas e cultos eram rezados em alemão. Nos cemitérios, quase todos feitos ao lado das capelas, também não eram permitidos sepultamentos

de mortos de outras raças que não a alemã. “Isso explica por que no início da colonização havia gente que fazia 10 quilômetros de carro de boi para enterrar parentes na Varginha (Anitápolis). É que lá era permitido o enterro dos “brasileiros.” Havia uma disputa entre os imigrantes alemães e os ditos portugueses. Havia um conflito. Os alemães faziam igrejas e cemitérios, mas não deixavam enterrar os brasileiros. A Varginha era uma das igrejas onde metade era dos brasileiros, metade dos alemães. Durante um período não houve enterro de “brasileiros” em alguns cemitérios de Santa Rosa. Pode procurar”, desafia o professor Gilmar Roecker.

Dona Mila Flor, uma das filhas do afamado Mané Flor, da Varginha, testemunhou parte desse período e dá um depoimento interessante, que o mantenho na íntegra: “Até na igreja era repartido. Primeiro *os alemão rezava os terço* deles. Depois *os brasileiro*. Até, quem rezava era minha mãe. Era proibido falar em alemão depois de 1930, mas aqui continuou. Até que um dia veio polícia de fora e *ficaram* fora da igreja e ninguém sabia quem era. Eles viram a situação. Aí *os alemão foram chamado* e acabou essa divisão. Ou eles deixavam *os brasileiro rezá* primeiro ou rezavam tudo junto. A maioria dos *alemão* sabia falar brasileiro, não sei por que queria rezar em alemão, separado”, questiona. A igreja da Varginha chegou a ser fechada por causa de desavenças entre famílias de imigrantes e “brasileiros”. “Houve uma briga feia entre os Scura e os Flor. Os missionários vinham com uma ideia de que era preciso viver em harmonia e comunhão, só que em muitos lugares isso não deu certo. Aqui, os missionários fecharam a igreja, inclusive”, argumenta Gilmar.



Igreja da localidade da Varginha foi ameaçada por padres de ser fechada devido à segregação religiosa entre colonos alemães e os ditos “brasileiros” (Acervo Zenaide Teodoro)

A localidade da Varginha teve uma importância muito grande para os moradores de Santa Rosa de Lima. Não só pelas questões religiosas descritas anteriormente, mas principalmente por questões econômicas. Havia situações em que a proximidade tornava a Varginha mais conveniente para o escoamento dos produtos, principalmente a banha. “Meu falecido pai (Francisco Wiemes Filho) levava os *porco tudo* pra lá, de carneiro. Ficava mais perto, até por que por aqui não tinha quase nada, depois mais tarde surgiu seu Fernando (Hermesmeyer),” conta seu Adolfo Wiemes. Houve vários outros relatos de moradores que afirmaram que praticamente todos os produtos que saíam de suas propriedades iam para vendas em localidades como Varginha e Santa Maria.

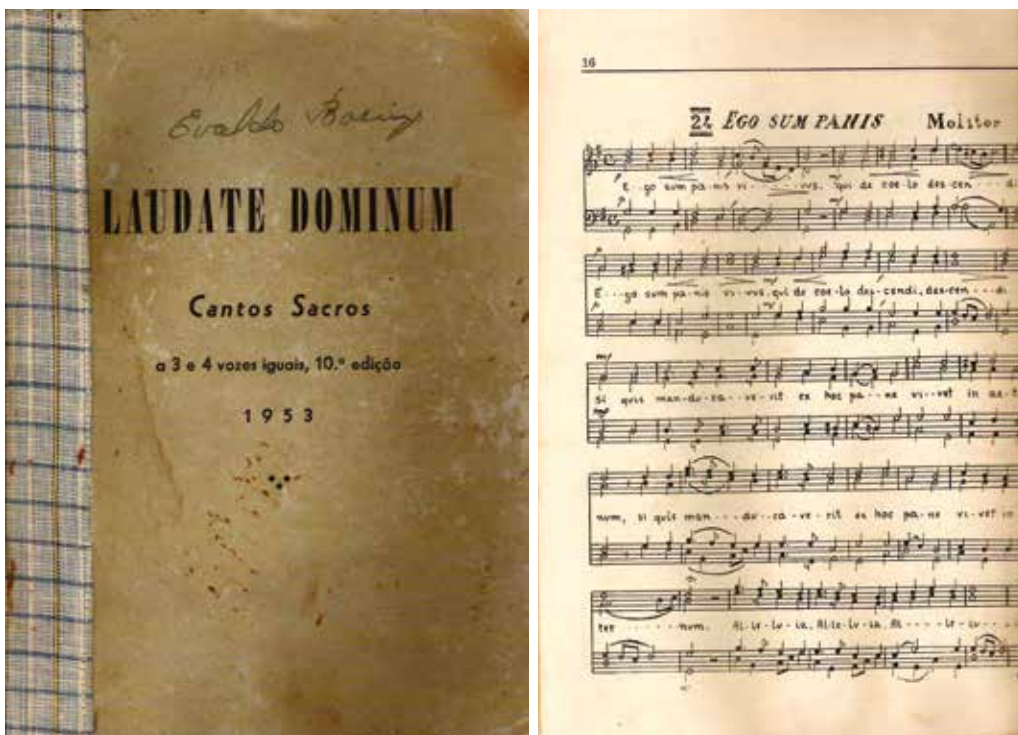
Mas voltando à questão da religião, no decorrer dos anos as divergências dessa natureza foram diminuindo e a tão pregada comunhão entre as comunidades foi acontecendo.

Coral da igreja

Além da devoção e da fé em Deus, os imigrantes alemães que se fixaram em Santa Rosa de Lima herdaram de seus antepassados o gosto pela música e pelo canto coral. Durante muito tempo, pessoas ligadas à igreja católica mantiveram um coral em atividade. Um dos poucos registros desse grupo é uma foto, cedida por Julita Willemann, que mais tarde descubro estar reproduzida na própria igreja matriz, onde estão alguns dos principais personagens da própria história do município. Segundo Julita Willemann, entre os dos principais fomentadores e colaboradores deste coral estão Clemente Hermesmeyer; em seguida, o seu filho, José Clemente; mais tarde o professor Raimundo Luchtemberg; e por último, Evaldo Boing. “O velho Clemente tocava órgão. Depois o filho, o José Bertolino Clemente, que chegou a estudar teclado a mando do pai, assumiu a função. Ele tocava muito bem. O Zé Clemente tocava e cantava missa em latim. Morreu com 40 e poucos anos, de câncer no estomago. Quando o pai do Zé Clemente também morreu, o Raimundo Luchtemberg assumiu. Depois o coral foi diminuindo, se acabando. O Evaldo Boing ajudou bastante, mas depois se mudou pra Braço do Norte”, lembra Julita.

Meses antes de dona Julita dar esse depoimento, na casa de Marlene Oenning e com a presença da irmã, Lorena, em Braço do Norte, me chamou a atenção um caderno de música, com letras e partituras. Na época, sem ainda saber da existência do coral, tampouco da importância daquele livro, guardei algumas imagens do mesmo para o caso de o documento ter alguma importância. E tinha. *Laudate Dominum*

(que significa louvai o Senhor, em latim), Cantos Sacros a 3 e 4 vezes iguais, 10ª edição – 1953, são os dizeres da capa, que traz ainda o nome de Evaldo Boing escrito à mão. Dentro, partituras de cantos em português, latim e alemão. “O coral fez sucesso. Era muito bonito ver uma apresentação do coral. Eu também participei. No sábado à tarde a gente ensaiava, e nos domingos se apresentava nas missas e cultos. Depois que casei fui lá morar num cafundó e não pude mais participar”, lamenta dona Julita.



Livros de canto de Evaldo Boing, um dos tantos colaboradores que teve o coral (Acervo da família de Huberto Oenning)

No único registro fotográfico que se tem conhecimento, o coral é formado por Fernando Vandresen; Germano Hermesmeyer; Huberto Willemann (sogro de dona Julita); José Heidemann (avô do prefeito Celso Heidemann); Antônio Schmidt (pai do José Schmidt, o primeiro prefeito do município); Teodoro Vandresen; Henrique Heidemann (pai de Julita); Fernando Schmoeller; Cecília Exterkoetter; Francisco Roecker; Alberto Becker (pai da Augusta Becker Vandresen); Antônio Oenning; Adolfo Lemkhul; Clemente Hermesmeyer (pai do José Clemente e irmão do Germano Hermesmeyer); Henrique Siebert; Luzia Exterkoetter (a mesma que era parteira); Catarina Rholling Roecker (esposa de Francisco Roecker); Henriqueta Heidemann Becker

(mãe da Augusta e avó do Dairson Vandresen); Ana Oenning; Joana Assing Schmidt (mulher do Antônio Schmidt); Cristina Eizing (mulher de Clemente Hermesmeier e irmão de Catarina Eizing, esposa de Ireneo Pinheiro); Ana Haweroth Exterkoetter; Cristina Heidemann Siebert (mulher de Henrique Siebert).

Infelizmente, não encontrei dados confiáveis que justificassem o fim das atividades do coral, nem o período aproximado em que ele esteve em atividade.



Coral da igreja mobilizava muita gente. Pessoas de várias famílias, e que mais tarde tiveram seus nomes entre os principais expoentes do município, participaram do coral. Fernando Vandresen; Germano Hermesmeier; Huberto Willemann; José Heidemann; Antônio Schmidt; Teodoro Vandresen; Henrique Heidemann; Fernando Schmoeller; Cecília Exterkoetter; Francisco Roecker; Alberto Becker; Antônio Oenning; Adolfo Lemkhul; Clemente Hermesmeier; Henrique Siebert; Luzia Exterkoetter; Catarina Rholling Roecker; Henriqueta Heidemann Becker; Ana Oenning; Joana Assing Schmidt; Cristina Eizing; Ana Haweroth Exterkoetter; Cristina Heidemann Siebert (Acervo Julita Willemann)

CAPÍTULO XXIX

Na terra esquecida, um povo marcado pelas dificuldades



Quando tinha 11 anos de idade, dona Maria da Silva assumiu a criação de todos os irmãos mais novos e desde então, não parou de cuidar de crianças. Somadas aos netos, foram 17, ao longo da vida cheia de outras adversidades

(Foto do autor)

C reio que o está bem evidente que, devido a um conjunto de fatores, Santa Rosa de Lima foi o último território a ser colonizado na região e, também por isso, a vida dos habitantes daqui nunca foi fácil, fosse qual fosse sua condição financeira. A ocupação das terras que, pelo Norte e Nordeste parou em Anitápolis, pelo Sul e Sudeste, parou em Rio Fortuna. Mais tarde sim, a partir das décadas de 20 e 30 começou a haver um fluxo migratório mais intenso e as diversas regiões do município passaram a receber famílias em maior número. Mas ainda assim, o estigma do sofrimento, das dificuldades e das adversidades lapidou a personalidade do morador de Santa Rosa de Lima. Tudo isso fez com que a personalidade do colono alemão de Santa Rosa de Lima se formasse sob a forja da perseverança, da persistência e da vontade de vencer.

Quando o assunto são as dificuldades e a pobreza, um dos depoimentos que mais me emocionaram foi o de dona Maria da Silva, 84 anos, do Rio do Meio. Com detalhes típicos de quem ficou marcada pelas privações e agruras da infância, Maria conta que tinha 11 anos de idade quando a mãe apresentou sérios problemas mentais, o que ao longo de mais 13 anos, trouxeram sofrimento à família inteira. “Quando ficou doente, ela abandonou a gente, por que não tinha noção de nada. Ela surtava, sumia, quebrava tudo dentro de casa. Eu tinha 11 anos e fiquei com meus outros quatro irmãos. Minha irmã mais nova tinha nove meses. O pai ficou sozinho com nós, passou muito trabalho também. Quando ela tava há seis meses fora da *ideia* (transtornos mentais) ela teve mais um filho. Um dia ela jogou o bebê num balde de água. Eu vi a tempo e salvei. Ela não cuidava bem e não me deixava cuidar. Quando o menino estava com três meses o pai deu ele. O pai tinha medo que ela pudesse matar. O pai disse: - ‘Se ela não tem juízo, eu tenho’, e o culpado seria ele se acontecesse alguma coisa. Ele deu pra uma pessoa que conhecia muito. Quando ele (irmão doado) estava casado apareceu na minha casa, de carro, pedindo pouso. Eu quase que não dei, por que tinha muito bandido por aqui. Era meu irmão. Até hoje a gente se visita bastante. A mãe não dava de mamar pra ele. A gente tinha que amarrar os braços e pernas delas pra eu poder botar ele a mamar na mãe. Até os três meses foi assim. Me lembro que uma noite o pai disse: ‘Maria vai na cozinha e faz um mingauzinho com ovo pra dar pra ele, com açúcar.’ Depois ele deu o menino. O pai sentiu tanto! Nós choramos o mês inteirinho. Hoje ele mora em Forquilha. Com ele são seis irmãos”, conta dona Maria.

O pai de dona Maria, seu Leopoldo Willemann procurou ajuda para o problema da esposa até na Capital do estado, mas as tentativas foram em vão. “Os médicos eram poucos, os recursos, escassos. Não se podia ir pra lá (Florianópolis) todo o mês. Era muito gasto”, lembra Maria. Por causa dos surtos da esposa, o marido construiu um ranchinho no meio do mato. “Lá, ela comia, dormia, plantava batata em redor. A gente tinha que esconder a comida, os pratos, garfos e facas. Tudo era enterrado, por que não podia deixar nada ao alcance dela. A pobreza era grande. Tinha vez de *nóis comê* casquinha de pão, preta. Arrancava batata e botava no sol e descascava pra matar a fome. Nem porco a gente criava, pois o pai não tinha como cuidar de cinco (filhos) pequenos”.

Quando solteiro, o pai de dona Maria chegou a estudar num seminário, mas não

seguiu em frente, como a maioria dos que buscavam essa carreira. Mas os conhecimentos adquiridos lá lhe valeram mais tarde para assumir uma vaga como professor na escola local. “Quando pai começou a dar aulas, as coisas começaram a melhorar. Me lembro que eu bati (amassou) tijolo pro pai fazer nossa casa. Carregava aquele barro nas costas. Aí, depois de um ano casei e saí. (risos) Mas, não dá pra reclamar. Logo nós construímos a nossa, e era uma casinha muito boa”, diz.

A mãe faleceu quando dona Maria tinha 24 anos. Depois de praticamente criar quatro, de seus cinco irmãos, ela conheceu seu Antônio Estevão da Silva, com quem se casou e teve nove filhos. “Aí, quando eu tinha 63 anos morreu uma das minhas noras e peguei os três netos pra cuidar. A mais nova tinha um ano e oito meses. De modo que, de fato eu criei 17 filhos. Está todo mundo casado”, revela, no alto de seus 84 anos.

Em vez de viver de lamúrias por todas essas adversidades, dona Maria buscou valorizar as poucas coisas boas que a vida lhe reservou. Poucas? Que nada. “De solteira, sim, sofri muito. Mas a vida de casada foi muito feliz. Olha, nunca tivemos uma briga de ficar discutindo. Teve pequenas coisinhas, assim, do tipo ‘por que não fez assim ou assado’, mas ficar de cara feia um com o outro? Nunca. Não teve um filho que viu qualquer briga entre nós. Se trabalhava muito, mas tudo era feliz no casamento”.

Antônio Wiemes, da localidade de Santo Antônio, ajuda Henrique a lembrar que Leopoldo foi nomeado pelo prefeito de Braço do Norte, Fridolino Kuerten, (Santa Rosa pertencia a Braço do Norte). Leopoldo deu aulas na casa do falecido Ibraim Borges, e logo passou à casa do de José Manoel Fernandes. Com as aulas e mais todos os problemas familiares, ainda assim Leopoldo se interessou em dirigir um culto dominical na mesma casa. “Antes ele consultou os moradores da localidade, que aceitaram com alegria”, conta Antônio Wiemes.

Dona Maria Weber também tem relato emocionante a respeito disso: “Naqueles tempos, a gente tinha que trabalhar muito. Hoje em dia as mulheres quase não trabalham. As grávidas reclamam, reclamam, reclamam. Olha, com exceção dos três últimos filhos, que ficaram com minha filha maior, os outros todos foram pra roça comigo. Eu tinha uma cesta e quando eram só duas (a Letícia e Nelci), as mais velhas, acontecia que uma queria dormir e a outra também, então eu deitava do lado. Às vezes, dia de chuva, a gente tava na



Maria Weber: “Naqueles tempos, a gente tinha que trabalhar muito. Hoje em dia, as mulheres quase não trabalham. As grávidas reclamam, reclamam, reclamam”, diz (Foto do autor)

roça, a gente tava sozinho, longe, arrancando batata, e chuva nas costas, o sapo lá no banhado...(risos). Uma vez ele (o marido) foi queimar uma roça que ele tinha roçado. E não sei que ideia ele teve, disse. ‘Nós temos que ir pra casa, por que esse tempo tá roncando’. E eu toda apurada. Pois veio uma trovoada e uma chuva de pedra, credo. Quebrou os varais do guarda-chuva. Deitei o guarda-chuva, assim, em cima do neném. Era a Noêmia, ela se encolhia. Eu sentia que ela se encolhia quando caía uma pedra em cima, isso que ela tava bem enleada no cobertor. Três eu tinha dentro do jacá. E gritavam e choravam, gritavam e choravam, e vá pedra na cabeça. Noutros dias, quando viam uma nuvenzinha no céu já diziam; ‘mãe, vamos pra casa, rápido’ (risos). A vida era dura, só que a gente vivia muito feliz, apesar disso tudo. Vendo as crianças crescer”, relata dona Maria.

Bem perto dali, dona Alvina Roecker, que teve 13 filhos, dá outro depoimento impressionante: “Era um na barriga e dois ou três nos jacás, no cavalo. Morro acima eu me agarrava no rabo do cavalo pra ajudar a subir. E a trouxa de comida no braço. Chegava na roça, sentava e chorava um bocado. O cavalo estava tão acostumado que ia sozinho. Hoje eles (juventude) riem, porque não acreditam. Se fossem assim hoje em dia ninguém mais trabalhava”, acredita Alvina. “Os mosquitos, a gente cobria com uma fralda, mas eles entravam debaixo. Às vezes, a gente tirava a fralda e a mãozinha tava toda picada, coitadinhos”, lembra dona Alvina.

Até fazer o registro civil das crianças era difícil. Dona Ida Schmitz, 76 anos, viúva de seu Florentino Schmitz, diz que tem duas certidões. Nasceu em 6 de setembro, mas foi registrada em 6 de março do segundo ano após o nascimento. “Naquele tempo, era difícil de registrar. Minha mãe faleceu e eu fui registrada com um ano e oito meses”, revela.

Evidentemente, as dificuldades enfrentadas por todas as famílias eram semelhantes e variavam muito pouco de uma para outra, por razões diversas, e não dá para retratar neste espaço limitado uma ideia exata das adversidades enfrentadas pela população. É natural que os primeiros habitantes tenham sofrido imensamente mais do que as gerações seguintes. É importante que esses poucos depoimentos sirvam de inspiração para as pessoas que, por acaso, caírem em desânimo por motivos banais. Nada como saber que a dor do outro foi ou é infinitamente maior do que a nossa, para nos fortalecermos e enfrentarmos o mal que nos aflige.



Ida Schmitz: registrada depois de quase dois anos de nascimento. Até os registros civis eram difíceis (Foto do autor)

CAPÍTULO XXX

Sinais dos tempos

(Ah, que saudade que dá!)



Adolfo Vandresen e família
(Acervo Hilberto Vandresen)

Quem em idade madura já não se deparou com recordações nostálgicas, que insistem em povoar nossos pensamentos. Coisas que às vezes nem nós mesmos sabemos a razão de irem e voltarem à nossa memória, algumas delas agradáveis, outras não, outras desconexas. Pincei algumas frases que me tocaram bastante, não só ao ouvi-las durante as entrevistas, mas depois, no momento de transcrevê-las para computador, muitas vezes, no silêncio e na solidão da noite.



*Augusto Heidemann e a esposa Reinildes:
“Saía daqui a pé pra buscar remédio em Rio Fortuna” (Foto do autor)*

“Eu saía daqui e ia pra Rio Fortuna a pé buscar remédio ou no médico. Os filhos não acreditam quando conto. Eu digo pros meus filhos; ‘Hoje vocês não vão lá fora urinar se não for de moto. Se forem daqui até Santa Rosa a pé, no outro dia vocês não andam.’ Se trabalhassem do jeito que a gente trabalhava, tudo a muque, essa juventude corria tudo daqui.”(Augusto Heidemann).



Érica e Bernardo Kulkamp (Foto do autor)

“Trabalhemo que nem uns bichos pra pagar a primeira terra que compremo. Olha, a gente acordava tão cedo que tirava leite, tomava café e chegava na roça ainda escuro. Tudo pra pagar essa terra que temos aqui. Tinha que trabalhar por que se tinha essa dívida. Mas mesmo assim a gente vivia feliz.” (Érica Jevaroski Kulkamp, esposa de Bernardo Kulkamp)

“Quando a gente ia pra praça, era sempre a pé. Voltava a pé. Hoje até pra roça já se custa ir a pé. Em tudo melhorou. Antes não tinha emprego, mas também não tinha tanto gasto. Antes se plantava pra comer, hoje em dia é tudo comprado. Tinha tempo pra tudo. Hoje em dia, se for preciso buscar um boi, já vai de Tobata (trator), por que depois eu pego o boi eu já to lá na roça. E não se consegue fazer tudo o que precisa. A gente morava na Mata Verde. Quando nós viemos pra cá, eu tava na segunda série. A cada 15 dias, a gente ia passear. No fim de semana que a gente ficava em casa, eles (os familiares) vinham pra cá. Não tinha cavalo pra todos. Botava os pequenos nos jacás e vinha. Jogava baralho em três, quatro famílias. Hoje, mesmo tendo carro é difícil vir.” (Hilberto Vandresen.)



Hilberto: mesmo a pé, todos se visitavam no fim de semana. Hoje, nem de carro (Foto do autor)

“Um dia, nós sentemo num barranco em 11, pra descansar. Meu marido, eu e os nove filhos, um do lado do outro. Era perto da estrada e chegou um cara de caminhão procurando pelo meu marido. ‘Antônio Estevão é o senhor?’ – perguntou ele. ‘Sim.’ ‘Essas crianças são todas suas?’ ‘Sim,’ meu marido falou. ‘Que coisa mais bonita’ – ele disse.” (Maria da Silva)



Família de Maria da Silva: “Essas crianças são todas suas? Que coisa linda” (Acervo da família)

“Não tinha com quem brincar, então se inventava. Não tinha brinquedo, televisão, nada; Nós amarrava fumo até uma hora da manhã. Hoje, a facilidade de se gastar dinheiro é muito grande. Festa em Santa Rosa era uma vez por ano. Comprava uma galinha assada e uma gasosa. Hoje tu tem todo o dia, se quiser.” (Daírson Vandresen)

“O pai dizia uma coisa. Vocês vão ter que estudar pra não sofrer o que eu e mãe sofremos. Com 11 anos, ele botou no internato em Braço do Norte, por que em Santa Rosa eu estudei só até a quarta-série. A Laurita era nossa professora. Cheguei a fazer 5ª série, mas era só pai chegar e eu queira ir embora. Era um choreiro. Então ele disse: ‘mais tarde não reclama que não estudaste.’ – ‘Não, não vou reclamar.’ Fiquei em casa. Com 13 a 14 anos fomos pro Paraná. Lá, da Marlene pra baixo puderam estudar, eu não. Quando voltamos, eu já tinha 20 anos, comecei estudar à noite, fiz o ginásio. Com 27 anos resolvi fazer faculdade, então tive que ir pra Joinville. Fiquei três anos lá e quem pagou minha faculdade foi meu namorado, hoje marido. Meu pai já tinha falido e não tinha condições.” (Lorena Oenning)

“Primeiro começamos com porco. Tinha vaca de leite. Fazia manteiga. Depois entrou esse porco branco, mas não deu certo. Fomo prantá fumo. Primeiro foi madeira nativa, depois porco, depois fumo e reflorestamento. Olha, era penoso, mas hoje não sobra tanto como naquele tempo. Não tinha energia, nada de contas. Comprava uma lata de querosene, durava um ano. Quando as crianças eram pequenas compramos aquelas terras tudo. Não tinha bobajrada pra comprar. Comprava esta roupa de semana e alguma de domingo pra sair. Hoje tem energia, mas é cara, precisa óleo pra tratar, peça pras máquinas, e vai. É muito gasto.” (Teodoro Heidemann)

Felicidade

Conceituar felicidade já é uma tarefa pra lá de difícil, pois envolve valores subjetivos e relativos que não se pesam na balança, como se fossem uma medida exata para todos. Imagine então pedir para que alguém faça comparações entre um e outro momento ou situação de sua vida em que tenha sido mais feliz... Pois arrisquei a fazer essa pergunta pretensiosa a grande maioria dos entrevistados e, invariavelmente, as respostas foram quase todas na mesma direção: as pessoas se sentiam mais felizes, apesar de todas as limitações, restrições e isolamento. E a maioria relaciona a felicidade justamente àquelas condições quase que selvagens. Seu Remi Bonetti, que, não mentiria se dissesse que até hoje vive isolado nos confins dos paredões da Serra Geral faz uma análise interessante sobre essa questão: “A gente era feliz por que não se saía tanto. De segunda até sábado de noite era roça, trabalho pesado. Domingo ía pra igreja e de vez em quando uma domingueirinha por aí, ou uma caçada pelo mato. Segunda-feira começava tudo de novo. Hoje em dia, o movimento é outro. Tudo é festa, bebe-deira. Naquele tempo tinha uma vida mais sossegada. Muitos se queixam por que o dinheiro não dá, mas também, como vai dar”, questiona.



Remi com a esposa Almerinda: "Hoje em dia o movimento é outro. Tudo é festa, bebedeira. Naquele tempo tinha uma vida mais sossegada." (Foto do autor)

CAPÍTULO XXXI

Memória fotográfica



Paisagem típica da costa da serra, em manhã de inverno rigoroso, com gramado coberto de geada e umas poucas araucárias que ainda existem no local

(Foto Aline Bonetti/propriedade do avô, Remi)

Se uma imagem vale por mil palavras, como diz a frase que virou clichê da área de comunicação visual, não discuto. O certo é que algumas imagens nos tocam de tal forma que ficam guardadas por toda a nossa vida. Um impressiona mais do que outro, mais a uns do que a outros, dependendo da história de vida de cada um. Destaco aqui alguns flagrantes feitos durante esse trabalho, outros, gentilmente cedidos. Espero que gostem e muito obrigado pela leitura desta obra, que prefiro chamá-la de uma grande reportagem.



Grandes extensões de matas que ainda existem no município nos fazem imaginar o medo, pavor e pânico, nos tempos da colonização, quando as famílias eram em número pequeno e havia uma casa aqui, outra a 8 ou 10 quilômetros de distância. Mulheres e crianças menores ficavam em casa desprotegidas e vulneráveis ao ataque de índios. Muitas vezes, não só durante o dia, mas uma ou duas noites, se o marido precisasse se ausentar para comprar um remédio, buscar socorro ou vender os poucos produtos possíveis de ser cultivados. (Foto do autor/localidade de Santa Barbara)



Seu Luiz Schmidt enrola o palheiro, num fim de tarde frio, com garoa fina, tendo ao fundo a paisagem típica da região e a serraria que, segundo ele, está quase parando. (Foto do autor)



Frigideira de ferro trazida da Alemanha pelos pais do falecido João Baumann, do Rio Bravo, que segundo a família tem cerca de 200 anos. Já era usada pelos bisavós de João. No fundo sugestivo, um galo e duas galinhas caipiras soltos no pasto (Foto do autor/objeto de Francisco Baumann e família)



Vaca pasta debaixo do ipê amarelo florido, com aparência de morto, com tantas plantas parasitas sobre ele (Foto do autor/localidade de Rio do Meio)



Garças brancas se aconchegam nas pontas dos galhos da velha árvore, num fim de tarde de um dia de outono (Foto do autor/localidade de Rio do Meio)



Debaixo do velho carro de boi, já com pouca serventia e, por isso, empoeirado, dois patos se espreguiçam e se protegem do sol do meio-dia. O rancho, que hoje serve para guardar bugigangas domésticas, foi construído com as sobras da madeira de lei extraída da antiga casa de Cecília Neckel e esposo (Foto do autor)



Cavalo e os jacás, prontos para receber a carga para ir à roça, tal qual acontecia em todas as propriedades de outrora. Evaldo Baumann ainda recorre ao sistema antigo (Foto do autor/propriedade de Evaldo Baumann)



Diego Kulkamp, da localidade de Santa Catarina, mostra orgulhoso os dois animais de estimação, em tarde de trabalho na carvoaria, interrompida pela chuvarada que embaçou os vidros da cozinha (Foto do autor)



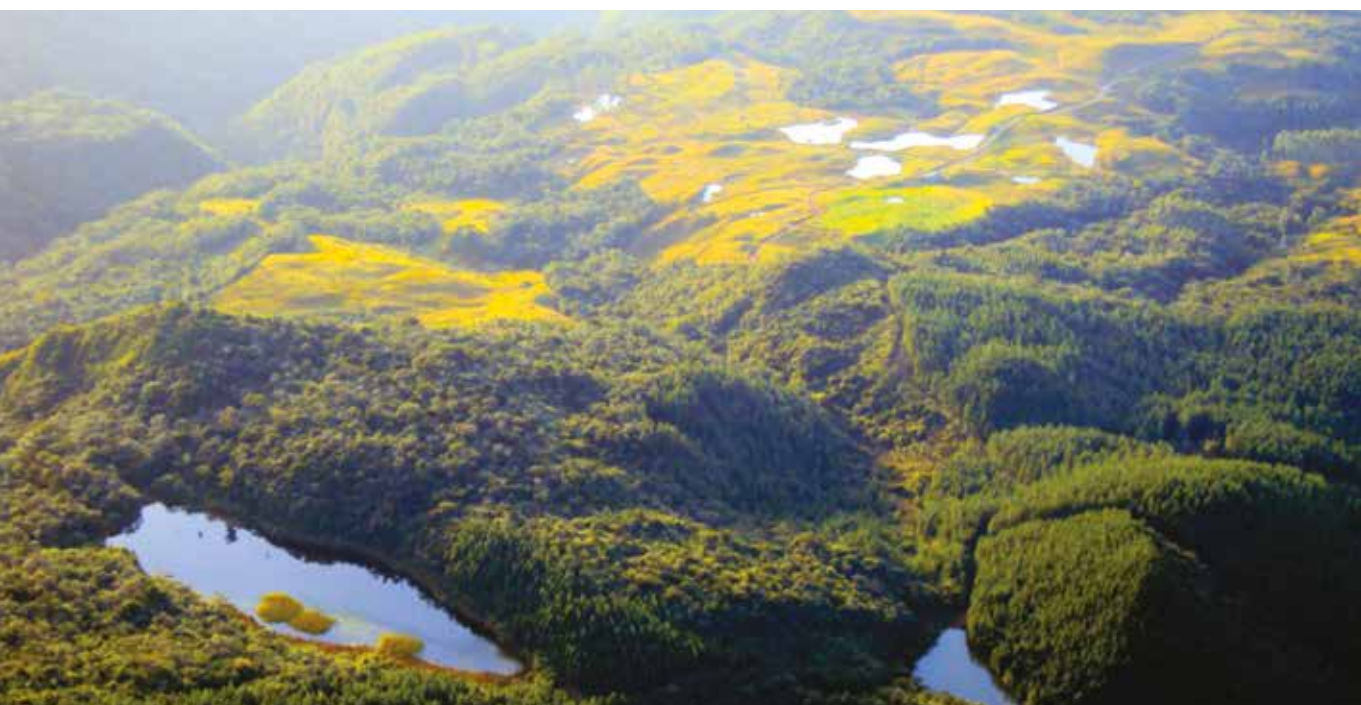
Calcanhares já encostam no chão, mas chinelos surrados ainda têm serventia. Assim é que o colono usa as coisas que tem: até o limite (Foto do autor/propriedade de Remi Bonetti)



Mata nativa, rancho pra proteger os animais, uma malha de eucalipto, alguns pés de pêra e pastagem. Cena típica do interior de Santa Rosa de Lima (Foto do autor/localidade de Rio Bravo)



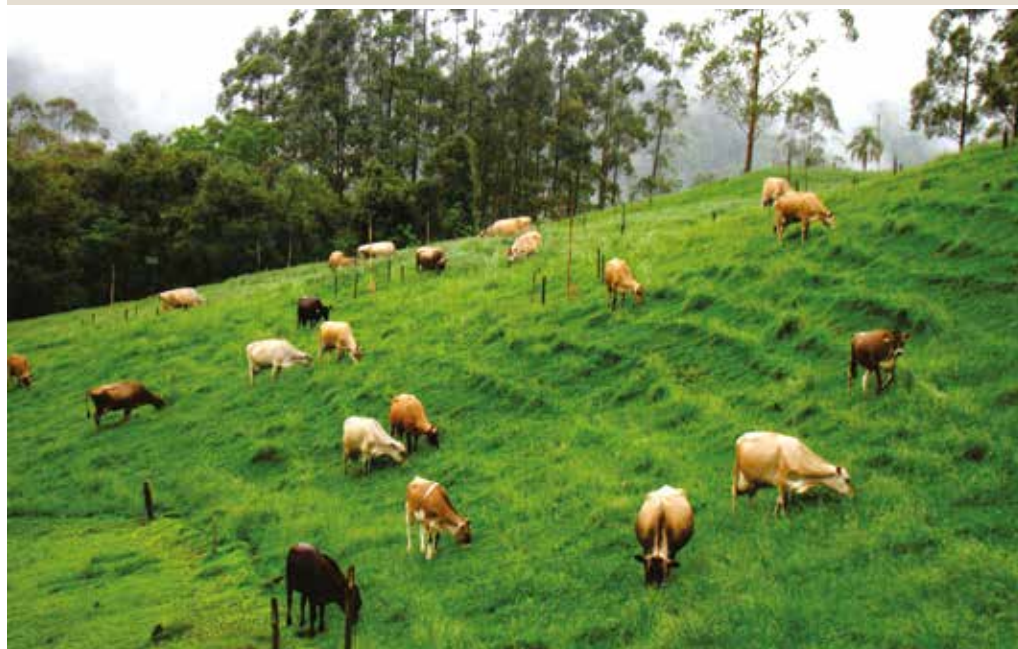
Solitário exemplar da vegetação nativa no topo de um morro, que virou pastagem. É mais uma imagem característica da paisagem rural do município (Foto do autor/localidade de Rio Bravo)



Vista de uma pequena área de Santa Rosa de Lima, do alto da serra geral. Aqui é onde começa o território do município, ou termina, dependendo do contexto (Acervo da família Bonetti)



Rancho de guardar as tralhas, sempre ao lado da residência. João-de-barro (fornheiro) não perdeu a ocasião e construiu logo duas casas sobre a catuta feita para passarinhos fazer ninhos (Foto do autor/propriedade de Adelina Lemkuhl)



Vacas leiteiras se fartam na pastagem abundante em dia de chuva e mormaço de Santa Rosa de Lima (Foto do autor/localidade de Santa Catarina)



**Nacer do sol com geada no costão da serra, um dos locais mais
distantes do centro da cidade e mais belos do município**
(Foto Aline Bonetti)

Suporte bibliográfico

A colonização agrícola e as terras de floresta: Plano de construção de identidade regional (Amazônia Oriental Século XIX). XIX Encontro Regional de História: Poder Violência e Exclusão – ANPUH/SP - USP. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008.

Associação Brasileira de Criadores de Suínos. Em: <[http:// www.abcs.org.br/quem-somos/a-historia-da-abcs](http://www.abcs.org.br/quem-somos/a-historia-da-abcs)>. Acesso em: 29 de março de 2012.

Centro de Documentação D. João VI: **A colonização Alemã de Nova Friburgo.**
DALL´ALBA, Padre João Leonir – **O Vale do Braço do Norte.** Orleans: Edição do autor, 1973.

FRANCO, H; GUZZATTI, T. – **Contando casos aos agroturistas: resgate de flagrantes da história das encostas da Serra Geral.** Florianópolis: (s/n), 2001 – Edição especial.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca – **Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850 -1920), contribuições ao estudo da colonização de São Paulo.** Tese de Doutorado em História. FFLCH-USP. São Paulo, 1982.

HEYFERTH, Giralda – **A colonização Alemã no Vale do Itajaí Mirim.** Porto Alegre: Movimento, 1974.

JOCHEM, Toni Vidal – **São Pedro de Alcântara – Aspectos de sua história.** São Pedro de Alcântara: coordenação dos festejos, 1999.

JOCHEM, T; BUSS, A. – **Terras da esperança: A trajetória dos irmãos Buss em Santa Catarina.** Rio Fortuna (SC): edição dos Autores, 2003.

LOCH, Neusa Maria – **Núcleo colonial Federal “Anitápolis” (1907-1931).** Monografia de conclusão de curso em Licenciatura Plena em História – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 1996

OBERACKER JR, Carlos Henrique – **A colonização baseada na pequena propriedade agrícola.** IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, V.3, São Paulo: Difel, 1967.

RAMBO, Arthur Blasio – **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, Etnicidade e História.** Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

RICKEN, I. et al. **Rio Fotuna: resgatando as origens, cultivando valores e alicerçando o futuro.** Rio Fortuna: Editora Coan, 2008.

ROCHEMBACK, S; FLORES, H.- **Imigração Alemã: 180 anos – História e Cultura.** Porto Alegre: CORAG, 2004.

SILVA, Adriana Capretz Borges da – **Expansão urbana e a formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado (1887)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Carlos (SP) em Ciências Sociais. São Carlos, 2008.

WIEMES, Adolfo – **Rio Santo Antônio: Minha vida, meu povo**. Braço do Norte, 2002.

Depoimentos

Adão Pacheco, Adelina Schmitz Lemkuhl, Adolfo Wiemes, Aluízio Vandresen, Alvina Weber Roecker, Alvina Wiemes, Ana Willemann, Anita Folster Schmoeller, Aarci Alves Locks, Artur Stüpp, Augusta Becker Vandresen, Augusto Heidemann, Bernardo Kulkamp, Berta Eller, Bertino Wiemes, Beto Lazai, Blandina Folster, Catarina Baumann Schueroff, Cecília Neckel, Celestina Heidemann, Daírson Vandresen, Daniel Roecker (in memoriam), Dionei Schmoeller, Edith Tonn Pacheco, Elisa Willemann Schmoeller, Elizabeth Weber Oenning (in memoriam), Evaldo Baumann, Érica Jevaroski Kulkamp, Francisco Schueroff, Francisco Willemann, Gilmar Roecker, Gregório Warmeling, Helmut Baumann, Henrique Becker, Hilberto Vandresen, Huberto Roecker, Huberto Wiemes, Irene Pessoa Delir, Ivo Bonetti, João Heidemann, José Schmidt, José Júnior Dutra, Julita Willemann, Laurita Becker Vandresen, Lidvina Fritzen Dutra, Lorena Oenning, Luiz Neckel Floriano, Maria Emília Teodoro Stüpp, Maria da Silva, Maria Weber, Marieta Oenning Bittencourt, Marlene Oenning, Martinho Oenning, Nilson Tenfen, Nivaldo Schmidt, Olinda Hermesmeier (in memoriam), Olinda Israel, Irma Horst, Irma Schueroff, Osni Folster, Osvaldo Israel, Osvaldo Wenz, Paula Assing Heidemann, Rosalina Ballmann, Rosalina Siebert, Rosalina Schmidt, Rosalina Vandresen, Reinildes Heidemann, Remi Bonetti, Roberto Vandresen, Sérgio Hermesmeier, Teodoro Heidemann, Valda Wilke Vandresen, Valdemiro Dutra, Valdir Antunes, Veloni Carvalho, Verônica Baumann e Willy Bernecker.

Este livro foi editorado com a fonte Utopia STD, corpo 11-28. Miolo em papel couche fosco 115g; capa em cartão triplex 350g. Impresso na Gráfica e Editora Copiart em sistema de impressão offset, no outono de 2012.

Álvaro Dalmagro

Santa Rosa de Lima

História e memória: da
colonização à emancipação

Patrocínio



Secretaria de
Estado de Turismo,
Cultura e Esporte



Prefeitura de
Santa Rosa de Lima

Apoio



AMUREL
Associação de Municípios da Região de Laguna